

**Anais da Conferência Nacional de
Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e
Transexuais – GLBT**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT

DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS:
o caminho para garantir a cidadania GLBT

05 a 08 de junho de 2008
Brasília – DF



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Presidente da República
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Secretário Especial dos Direitos Humanos
PAULO DE TARSO VANNUCHI

Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
PERLY CIPRIANO

Presidência da República
Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, 2º andar, sala 424
70064-900 – Brasília – DF
Telefone: (+5561) 32493014 | Fax: (5561) 3225-0440
direitoshumanos@sedh.gov.br
www.direitoshumanos.gov.br

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República apresenta à sociedade brasileira, gestores públicos e aos seguimentos organizados da população LGBT o relatório final da Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, realizada em Brasília entre 5 e 8 de junho de 2008.

Marco histórico na luta pela Cidadania e pelos Direitos Humanos da população LGBT, a Conferência teve como tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, sendo precedida de conferências estaduais em todas as unidades da federação e incontáveis reuniões preparatórias de âmbito municipal ou regional.

No Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil foi o primeiro país a convocar uma conferência nacional representativa e institucional para abordar a temática. Essa atitude corajosa e inovadora despertou a adesão e forte empenho de ministros, governadores, prefeitos, parlamentares, integrantes do Ministério Público e, principalmente, dos segmentos militantes da causa no âmbito da sociedade civil.

Contando com ampla participação popular, a Conferência integrou a forte agenda de atividades organizadas no Brasil em 2008 para celebrar os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Todos os conteúdos debatidos serão transformados em subsídios no processo em curso de revisão e atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos, rumo à sua terceira edição, objetivo mais central da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos. Esse processo de revisão já segue em pleno andamento nos estados e tem sua conclusão prevista para o período 15 a 18 de dezembro, em Brasília, onde se reunirão 1200 delegados e convidados de todo o País.

Os temas discutidos e aprofundados nos grupos de trabalho da Conferência LGBT resultaram nas deliberações e moções que se encontram no corpo deste relatório. Seu conteúdo reflete o esforço do Governo e da Sociedade Civil na busca de políticas públicas que consigam responder às necessidades, potencialidades e

direitos da população envolvida, a partir da implementação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, bem como do fortalecimento do Programa Brasil sem Homofobia, implantado desde 2004, quando era titular da área Direitos Humanos o ministro Nilmário Miranda.

Com este importante passo adiante, o Brasil cresce e amadurece mais um pouco como exemplo de democracia participativa, que não teme enfrentar os gigantescos obstáculos ainda presentes para se garantir avanços definitivos na área dos Direitos Humanos. O êxito da Conferência, sua amplitude e sua inegável pluralidade política demonstram o compromisso político do governo brasileiro em tratar a questão dos Direitos Humanos como verdadeira política de Estado, que ultrapassa barreiras partidárias e conjuga distintas filosofias e crenças para firmar como eixo fundamental a consolidação plena da democracia no País.

O fato é que, garantindo-se amplo acesso aos direitos civis da população LGBT, promovendo a conscientização dos gestores públicos e fortalecendo os exercícios de controle social, serão implementadas políticas públicas com maior equidade e mais condizentes com o imperativo de eliminar discriminações, combater preconceitos e edificar uma consistente cultura de paz, buscando erradicar todos os tipos de violência.

Consciente da relevância dessa tarefa, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República reafirma sua determinação de seguir vigilante e compromissada com a defesa dos Direitos Humanos de Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, segmento populacional que reúne milhões de brasileiros e brasileiras, igualmente responsáveis por tudo o que conseguimos ser e produzir como nação soberana e democrática.

Paulo de Tarso Vannuchi
Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

COMISSÃO EXECUTIVA

Adeyde Maria Viana
Eduardo Santarelo Lucas
José Armando Fraga Diniz Guerra
Paulo Cesar Biagi
Dr. Perly Cipriano
Thalita Almeida Campos

APOIO

Dra. Ana Maria Costa – SEGEP/MS
Dra. Denise Fagundes – DATASUS/MS
Dr. Eduardo Barbosa – PN-DST/Aids
Marden Marques S Filho – SEGEP/MS
Dra. Mariângela Simão – PN-DST/Aids
Patrícia Pol – SEGEP/MS
Renato Girade – PN-DST/Aids
Ricardo Rochfort – DATASUS/MS
Simione de Fátima C Silva – SEGEP/MS

EQUIPE DE RELATORIA

Coordenação:

Edvaldo José de Souza
Irina Carla Bacci
Thalita Almeida Campos

Relatore(a)s:

Fernanda Caroline C Viana
Frederico Lacerda Couto de Oliveira
Lislaine Lelia Silva
Marcos Roberto F Silva
Maria Cleide Eufrausino
Maria José do Nascimento
Marivanda Sales Carvalho
Rachel Milhome de Castro
Renata Rodrigues Lima
Thiago Batista Rocha

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – GLBT

| | |
|--|-----|
| COMISSÃO ORGANIZADORA | 11 |
| PROGRAMAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – GLBT | 13 |
| PAINÉIS | 15 |
| Introdução à Orientação Sexual e Identidade de Gênero | 16 |
| Conjuntura Internacional – Contextualização e Perspectivas | 43 |
| Poder Legislativo – Contextualização e Perspectivas | 67 |
| Poder Judiciário e Ministério Público – Contextualização e Perspectivas | 89 |
| Poder Público Federal | 114 |
| TRABALHOS DOS GRUPOS TEMÁTICOS E RESULTADOS | 155 |
| DELIBERAÇÕES FINAIS POR EIXO TEMÁTICO | 155 |
| EIXO 1 – Direitos Humanos | 158 |
| EIXO 2 – Saúde | 167 |
| EIXO 3 – Educação | 186 |
| EIXO 4 – Justiça e Segurança Pública | 194 |
| EIXO 5 – Cultura | 204 |
| EIXO 6 – Trabalho e Emprego | 209 |
| EIXO 7 – Previdência Social | 214 |
| EIXO 8 – Turismo | 216 |
| EIXO 9 – Cidades | 218 |
| EIXO 10 – Comunicação | 224 |
| MOÇÕES APROVADAS | 227 |
| Moções de Louvor | 232 |
| Moções de Reivindicação | 235 |
| Moções de Repúdio | 237 |
| CARTA DE BRASÍLIA | 242 |

| | |
|--|------------|
| ANAIS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – GLBT | 245 |
| PRONUNCIAMENTOS NA SOLENIDADE DE ABERTURA | 253 |
| PAULO DE TARSO VANNUCHI | 254 |
| NEGRA CRIS | 263 |
| FERNANDA BENVENUTTY | 264 |
| ANTÔNIO LUIZ MARTINS DOS REIS | 266 |
| JOSÉ GOMES TEMPORÃO | 271 |
| CARLOS MINC BAUNFELD | 274 |
| ANEXO | 276 |
| PERFIL DO(A)S PARTICIPANTES DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS | 277 |

**Relatório da
Conferência Nacional de Gays, Lésbicas,
Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT**

COMISSÃO ORGANIZADORA

Alexandre Boer - ABGLT
Alexandre Santos - CNT
Ana Cristina Conceição Santos - Rede Afro
Ana Lúcia Valadares - Ministério das Cidades
Ana Paula Teodoro - ABL
Analucy G. Cabral - Ministério das Relações Exteriores
André Rodrigues Ribeiro - E-Jovem
Andréa Stefani - CNT
Ângela Pires Pinto - Ministério da Saúde/Programa Nacional DST e Aids
Antônio Luiz Martins dos Reis - ABGLT
Carla Machado - CNT
Carlos Magno Silva Fonseca - ABGLT
Cristiane Simões dos Santos - ABL
Cristina Aguiar Lara - Ministério das Cidades
Daniela Marques - LBL
Daniele Souza Silva - Ministério da Justiça
Denise Pacheco - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Dep. Cida Diogo - Frente Parlamentar Mista pela Cidadania GLBT
Dino Alves - ABGLT
Eduardo Santarelo Lucas – SEDH – Programa Brasil Sem Homofobia
Edvaldo José de Souza - ABGLT
Elisabeth Bahia - Ministério do Turismo
Eva Virginia da Silva - ABGLT
Felipe Andreas Guedes - E-Jovem
Fernanda Benvenutty - ABGLT
Geraldo Victor - Ministério da Cultura
Germano Marino - ABGLT
Hidézia Medeiros - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ivair Augusto Alves dos Santos - Secretaria Especial dos Direitos Humanos
João Alberto Li - Ministérios dos Esportes
José Armando Fraga Diniz - Secretaria Especial dos Direitos Humanos
José Ivo dos Santos Pedrosa - Ministério da Saúde
Julian Vicente Rodrigues - ABGLT
Karem Bruck - Ministério da Saúde/Programa Nacional DST e Aids
Laerte Ricarte Junior - Ministério da Previdência Social
Lili Anderson - ABGLT
Liorcino Mendes Pereira Filho - ABGLT
Luana Cotroff - ANTRA
Marcelo Regis - Ministério da Educação
Marcos Antonio Araújo - Frente Parlamentar Mista pela Cidadania GLBT
Marden Marques Soares Filho - Ministério da Saúde
Maria Aurélia de Sá Pinto - Ministério do Turismo
Marinalva de Santana Ribeiro - LBL
Mário Dutra - Ministérios dos Esportes
Marisa Fernandes - ABGLT
Marylucia Mesquita Palmeira - LBL
Maurício Sardá Faria - Ministério do Trabalho e Emprego
Milton Santos Silva - Rede Afro
Oswaldo Braga Junior - ABRAGAY
Paulo César Biagi – SEDH – Programa Brasil Sem Homofobia
Perly Cipriano - Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Raimunda Denise Limeira Souza - ABL
Renata Sílvia Melo - Ministério da Previdência Social

Roberto Kaiser - ABRAGAY
Rogério Junqueira - Ministério da Educação
Sebastião Lima Diniz Neto - ABGLT
Silvana Brazeiro Conti - LBL
Tarcízio Ildefonso Costa Junior - Gerente de Projetos da SPDDH
Tatiane Araújo - ANTRA
Yone Batista Lindgren - ABGLT

Programação da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT

| DIA 05/06/2008 - Quinta-Feira | | |
|-------------------------------|--|--|
| Horário | Atividade | Tema |
| 19h00 | Abertura Oficial | |
| 20h00 | Palestra Magna | Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania GLBT Min. Paulo Vannuchi |
| 21h00 | Coquetel | |
| DIA 06/06/2008 - Sexta-Feira | | |
| Horário | Atividade | Tema |
| 08h00 | Abertura Credenciamento | |
| 08h30 - 10h00 | Painel | Introdução à Orientação Sexual e Identidade de Gênero Lula Ramires, Carla Machado, Alexandre Peixe, Silvana Conti, Oswaldo Braga, Cris Simões e Janaina Lima Coord. Carla Amaral |
| 10h00 - 11h00 | Painel | Conjuntura Internacional - Contextualização e Perspectivas Marcela Romero, Sônia Correa e Beto de Jesus Coord. Yone Lindgren |
| 11h00 - 12h00 | Painel | Poder Legislativo - Contextualização e Perspectivas Senadora Fátima Cleide, Deputada Cida Diogo, Julian Rodrigues, Paulo Mariante e Fernanda Benvenutty Coord. José Guerra - SEDH |
| 12h00 - 13h30 | Almoço | |
| 13h30 - 14h30 | Painel | Poder Judiciário e Ministério Público - Contextualização e Perspectivas Des. Maria Berenice Dias, Dr. Sérgio G. Suiama, Dra. Luiza Frischein, Marinalva Santana e Paulo Mariante Coord. Simone Silva - Min. Saúde |
| 14h30 - 18h30 | Painel | Poder Executivo - Contextualização e Perspectivas |
| 14h30 - 15h30 | Painel | Poder Público Federal SEDH, Min. Saúde, Min. Educação, Min. Cultura, SPM, SEPIIR, Min. Justiça - SENASP, Min. Trabalho e Emprego e Min. Prev. Social e CEF Coord. Marden Marques – SEGEP/MS |
| 18h30 | Suspensão do Credenciamento | |
| 20h00 | Lançamento de Livros | |
| | Apresentação da Pesquisa - Fundação Perseu Abramo | |
| | UNAIDS / Programa Nacional de DST/AIDS | |
| | Atividades Culturais | |

| DIA 07/06/2008 - Sábado | | |
|---------------------------------|----------------------------|---|
| Horário | Atividade | Tema |
| 08h00 - 10h30 | Plenária | Aprovação do Regulamento Interno |
| | | Coord. Geral da Plenária: Perly Cipriano - SEDH Coord.: Mariângela Simão - PN-DST/AIDS e Sílvia Reis |
| 10h30 - 12h30 | Grupos de Trabalho | 1) Direitos Humanos |
| | | 2) Saúde |
| | | 3) Educação |
| | | 4) Justiça e Segurança Pública |
| | | 5) Cultura |
| | | 6) Comunicação |
| | | 7) Turismo |
| | | 8) Trabalho e Emprego |
| | | 9) Previdência Social |
| | | 10) Cidades e Esportes |
| 13h00 - 14h30 | Almoço | |
| 14h30 - 18h30 | Grupos de Trabalho | Continuação |
| 20h | Atividades Culturais | |
| DIA 08/06/2008 - Domingo | | |
| Horário | Atividade | Tema |
| 09h30 - 12h30 | Plenária Final | Discussão e Aprovação: |
| | | Coord. Geral da Plenária: Perly Cipriano - SEDH Coord.: Ana Maria Costa - Min. Saúde e Irina Bacchi |
| | | 1) Propostas |
| | | 2) Carta de Brasília |
| | | 3) Moções |
| 12h30 - 14h30 | Almoço | |
| 14h30 - 18h00 | Plenária Final | Continuação |
| 18h00 - 19h00 | Solenidade de Encerramento | |

PAINÉIS
EXPOSIÇÕES DAS TEMÁTICAS

PAINEL 1

Introdução à Orientação Sexual e Identidade de Gênero

COORDENAÇÃO

Carla Amaral

EXPOSITORES

Lula Ramires
Carla Machado
Alexandre Peixe
Silvana Conti
Oswaldo Braga
Janaina Lima

Bom-dia a todas e a todos.

Olha, eu já falei muitas vezes para diversas platéias. Eu nunca me senti tão nervoso como estou hoje, por ser o primeiro palestrante dessa histórica Conferência. Então, por favor, dêem um desconto.

Quero, inicialmente, agradecer à comissão organizadora por ter me convidado para fazer essa fala, e eu acredito que eu tenha sido convidado pelo fato de eu ser, no Grupo CORSA de São Paulo, que desenvolveu a formação de professores, onde a gente repete isso diversas vezes. Então, nós vamos trabalhar os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero.

Em primeiro lugar, precisamos entender que falar de sexualidade e falar de gênero é falar de coisas que estão muito entrelaçadas, mas que são diferentes. Daí, a gente pensa... Então, na vida nossa, de cada dia, não tem como separar, mas a gente, conceitualmente, intelectualmente, pode fazer essa distinção. Quando estamos falando de sexualidade, estamos falando de uma coisa que todo o ser humano tem, que é uma energia que direciona essa pessoa, desde quando nasce até morrer, para se relacionar com as outras, não só relação social ou familiar, mas de se relacionar afetivamente e eroticamente. E isso está baseado num dado básico nosso, que é o fato de que nós nascemos com o corpo sexuado, que nós nascemos com um pênis ou com uma vagina, e isso é constatado logo no nosso nascimento e isso é determinado geneticamente pelos nossos cromossomos.

Essa sexualidade e esses órgãos genitais fazem com que a espécie humana se reproduza, através da relação sexual, onde o homem fecunda a mulher. Mas a reprodução, a procriação não é a única função da sexualidade; ela é também fonte de prazer entre as pessoas.

O que é o conceito de gênero? Em primeiro lugar, de onde nasceu esse conceito? Ele vem do movimento feminista, que começa a perceber que, por causa das diferenças sexuais, a sociedade criou um desnivelamento ou uma desigualdade entre homens e mulheres, dando como explicação o fato de que, sexualmente, são

diferentes. Então, o feminismo vem denunciar essa desigualdade, para dizer que as diferenças biológicas, elas são insuficientes para explicar essa desigualdade social entre homens e mulheres. Aí, começa a se perceber que o gênero é um elemento constitutivo e estruturante das relações sociais, ou seja, a sociedade se organiza a partir dessa distinção entre o que é ser homem e o que é ser mulher, porque ela vai dar funções, atributos, direitos e deveres diferenciados.

Aqui, todo mundo sabe, numa sociedade como a nossa, ser homem nos dá direitos diferentes e poderes, do que são atribuídos às mulheres, por exemplo. Então, o homem ter diversos... Se relacionar com diversas mulheres, é ótimo, é garantido; a mulher que faz isso, ela é a galinha, é moralmente condenada, e por aí vai. Então, essa... O gênero vai trabalhar justamente as relações de poder entre homens e mulheres.

Dessa distinção entre sexualidade e gênero, a gente vai ter, de preconceito, uma palavra que foi muito usada ontem, e discriminação. O preconceito é a maneira como a gente vê alguma coisa; a discriminação é a maneira como a gente age, como a gente trata. E isso é muito importante porque pode ser que existam pessoas que são preconceituosas, mas não discriminam, guardam o preconceito para si. E a discriminação é aquele preconceituoso que chega a limitar o direito da outra pessoa.

E, aí, temos aquilo a que chamamos de crimes de ódio, que é quando chegamos numa situação na qual o preconceito é tão grande, e queremos não simplesmente não nos relacionar com a pessoa; queremos eliminá-la. Quando a gente pensa na violência que as travestis sofrem. É isso que estou falando. Não é simplesmente “não gosto de travestis”; “não quero que elas existam”. Se eu pego o caso do Edson Nery, que foi assassinado em São Paulo, a chutes, a socos, aquelas pessoas não estavam dizendo que elas não gostavam de homossexuais; elas estavam dizendo: “Eles não merecem viver, não têm o direito à vida”.

Do preconceito, da discriminação, do crime de ódio, tudo isso conforma aquilo que a gente chama de homofobia, de maneira geral, e que hoje a gente tem desdobrado para lesbofobia e transfobia, como o preconceito e o rechaço das lésbicas e das pessoas trans.

Importante a gente pensar que, do ponto de vista... Eu falei do preconceito, a gente falou agora afirmativamente. Quando nós, do Grupo CORSA, falamos com professores, nós levamos a mensagem da diversidade sexual. Por que a gente vai à escola falar sobre diversidade sexual? Porque nós estamos falando de todo mundo, inclusive dos heterossexuais, para mostrar que a orientação sexual, homo ou bissexual, é apenas uma entre as possíveis.

Aí, então, quando estamos falando disso, está falando das diferenças, e estamos falando num campo ético. Por isso que, ao falar de sexualidade de gênero, a gente tem sempre que estar junto, pensando a discriminação das mulheres, dos negros, dos indígenas, das pessoas com deficiência, das pessoas idosas, dos adolescentes, e assim por diante, porque tudo isso forma esse caldo de cultura, que é a diversidade.

E, aí, o que é identidade de gênero? Algumas pessoas falam gênero, e eu queria chamar atenção de vocês: a gente, em vez de falar sexo, falar gênero, a gente só mudou a palavra, está falando a mesma coisa. A diferença de eu falar identidades de gênero significa que cada pessoa, a partir da sua sexualidade, pode construir a maneira como ela se vê e como ela se comporta. Isso é identidade de gênero; é como eu me sinto, é como meu me comporta e é como eu sou visto pelas outras pessoas.

Então, aqui, especialistas vão falar sobre isso, mas, quando uma transexual, que nasceu biologicamente com pênis, e a gente, então, diz: “Essa pessoa é biologicamente macho”, mas ela é culturalmente mulher porque a identidade de gênero é uma construção; ninguém nasce nada, ninguém nasce homem e mulher, ninguém nasce gay, travesti ou transexual; nós nos tornamos, nós construímos. E a orientação sexual é o desejo erótico que faz com que a gente se aproxime das pessoas com essa finalidade específica, que é movida pela nossa libido, pela vontade de estar junto, de abraçar, de beijar, de fazer sexo com essa pessoa.

O Ministro Carlos Minc falou “opção sexual”, alguém prontamente corrigiu para orientação, que é a palavra certa, mas a gente tem que ter um pouco de paciência. Ontem, o Presidente Lula falou “opção sexual”, e ele é um aliado nosso, é

o termo correto? Não. Mas a gente tem que ter a paciência de explicar: “Olha, não é uma opção”. Por que não é uma opção? Porque é uma atração espontânea e porque ela não é influenciável. Ninguém tem o poder de determinar a orientação sexual de ninguém. Só a pessoa mesmo pode dizer se ela é homo, se ela é hetero ou se ela é bissexual, que são as possibilidades que nós temos em relação à orientação sexual, o que faz com que a gente perceba uma coisa interessante, que é o fato de uma transexual ser heterossexual, por quê? Porque ela se sente mulher e ela se sente atraída pela identidade masculina. Isso eu estou aqui falando para pessoas que estão acostumadas a ouvir isso, mas esse é o cuidado que nós temos que ter, ao falar com gestores, ao falar com a sociedade em geral.

E, então eu vou terminar aqui, levantando algumas questões: Em primeiro lugar, é que, do ponto de vista dos sexos e das identidades de gêneros, a gente deve trabalhar sempre com o princípio da igualdade. A gente sempre fala no respeito à diferença. A diferença só vai ser respeitada se a gente, antes de tudo, estabelecer que todas as pessoas são iguais, seja no sexo, seja na identidade de gênero.

Em segundo lugar: se queremos igualdade, nós precisamos compensar, e aí, ontem, o Presidente Lula falou: “nós precisamos fazer reparação”. As mulheres e as identidades femininas, historicamente, foram discriminadas na nossa sociedade; nós precisamos agir para que o feminino seja compensado, para que ele deixe de ser desvalorizado e subordinado ao masculino.

E, aí, a gente pensar que é importante visibilizar e reconhecer todas as expressões da sexualidade e das identidades de gêneros. Por isso que, então, é importante fazermos com que apareçam as trans, travestis, as lésbicas, as pessoas bissexuais, os gays, porque todo mundo tem que mostrar a cara e aparecer; a diversidade significa identificar e trazer à tona essas diferenças. Muito obrigado.

Sra. Carla Machado

Bom dia a todos. O meu nome é Carla Machado. Eu represento aqui as mulheres do Coletivo Nacional de Transexuais. Peço desculpas pela minha voz, tive um contratempo, fiz uma cirurgia, então, vou ser bem objetiva na minha fala. Estou aqui para falar um pouco sobre a transexualidade. Eu lembro que essa Mesa foi criada com intuito de trazer conceitos e um pouco da vivência de cada um dos segmentos, com objetivo de tentar padronizar ou sintonizar os discursos, aqui nesta Conferência, acerca dos termos que a gente vai estar utilizando.

Então, primeiramente, o que é transexualidade? A idéia não é discutir aqui conceitos, mas trazer um pouco da vivência, da realidade, das nossas percepções, enquanto transexuais. A transexualidade seria, então, um contexto vivencial de indivíduo com identidade de gênero constituída nos parâmetros de gênero estabelecidos, ou seja, masculino e feminino. E que, entretanto, não se identificam com os atributos biológicos de nascença, sexualmente diferenciados.

Essa não-identificação com os atributos biológicos pode se transformar em um desconforto ou até mesmo uma estranheza tal, levando à cirurgia, alterações cirúrgicas, hormonais e até mesmo à cirurgia dos genitais, em alguns casos, para que eles possam ter correspondência com a sua identidade psico-emocional.

Nós vivemos em uma realidade sócio-cultural na qual os genitais têm uma importância fundamental para noção de gênero. Então, agora, falando por mim e concordando com a Berenice Bento no livro “O que é transexualidade?”, acho que, durante um bom tempo, vai ser assim: Sempre vai ter muitas pessoas que dependem e dependerão dessa cirurgia de readequação genital para se sentirem felizes.

Eu vou citar aqui Eliana Sanches, que é uma transexual espanhola: “O verdadeiro problema da transexual hoje não é que esteja presa em um corpo errado; o verdadeiro problema da transexual é que está presa em uma mentalidade social equivocada”.

Quando eu disse, no começo da minha fala, que eu ia falar sobre a nossa realidade atual, foi justamente por acreditar que os conceitos que um dia foram verdade absoluta, eles se vêm, de repente, sendo transformados, como Lula disse na fala dele, “o gênero é uma construção”, então, as coisas estão em construção. Uma das verdades que um dia nortearam as transexuais foi que a gente... E que só... Que hoje já não é exatamente uma verdade, é que a transexualidade é uma patologia. Isso ajudou muito o coletivo das pessoas transexuais durante um tempo, mas, hoje em dia, as pessoas transexuais já não se vêm mais contempladas nessa verdade de que a transexualidade é uma doença.

Então, eu falo aqui pelas mulheres transexuais: Nós somos categóricas em afirmar a nossa insatisfação em relação à patologização da transexualidade. As associações psiquiátricas de muitos países ainda consideram a disforia sexual como uma doença mental.

No Brasil, existe um protocolo médico-psiquiátrico para se determinar quando uma pessoa é transexual, que nós consideramos muito retrógrado e que não reflete a nossa realidade. A nós é atribuído um CID, é um código internacional de doenças e, a partir daí, alguns procedimentos são autorizados, como a cirurgia de readequação genital. Sabemos que algumas transexuais têm até mesmo de interpretar uma doença durante entrevistas desse protocolo para que possam ser autorizadas a fazer a cirurgias; isso não é o ideal. Precisam ser revistos os conceitos médicos, até porque, nesse contexto todo, a gente tem uma situação um pouco estranha que é, já que é uma doença mental, nós termos uma cirurgia plástica resolvendo essa doença mental. Então, é uma coisa meio destoante.

Entre outras coisas, a gente espera que essa Conferência também possa, definitivamente, difundir e concretizar o conhecimento, a diferença entre a identidade de gênero e a orientação sexual. Nós, mulheres transexuais, somos exemplo, talvez, mais pontual dessa diferença, uma vez que a maioria de nós mulheres transexuais somos heterossexuais. Se somos mulheres, de fato, e nos interessamos ou nos completamos afetivamente por pessoas do sexo oposto, ou seja, por homens, então, nós somos heterossexuais. Assim como contrário, assim como os homens que se

relacionam conosco, que se atraem ou se complementam com o sexo oposto, com a nossa feminilidade. Então, eles são heterossexuais.

Por outro lado, existem as mulheres transexuais lésbicas, assim como existem os homens transexuais gays, que o Xande acho que vai poder falar um pouco melhor sobre isso. Ou seja, mulheres transexuais lésbicas, que se relacionam com mulheres biológicas ou naturais, ou com outras mulheres transexuais.

Bom, e terminando, então, a gente espera também que essa Conferência provoque algumas ações positivas para o campo da transexualidade, como, junto aos Conselhos Regionais de Medicina, aos Conselhos de Medicina, em geral, reconstruindo conceitos junto à mídia, principalmente, reconstruindo essa imagem equivocada, destruída que tem das pessoas transexuais, completamente distorcida, que fazem de nós, na TV e nos jornais, junto aos três Poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário, estar dando andamento a Projetos de Lei que venham a nos dignificar ou, pelo menos, a nos dar os mesmos direitos de qualquer cidadão comum.

Então, agradecemos a oportunidade de a gente poder problematizar aqui algumas questões pertinentes à nossa realidade e trazer para vocês, e desejamos que essa Conferência Nacional seja um sucesso. Obrigada.

Sr. Alexandre Peixe

Olá a todo mundo. Sou o Xande, sou da Associação da Parada de São Paulo, também sou do Coletivo Nacional de Transexuais, Fórum Paulista GLBTT. Vou falar um pouco da questão de homens transexuais. Basicamente, podia falar, assim: “Olha, tudo o que ela falou, ao contrário”. Seria muito mais fácil. Porém, há uma coisa muito importante, eu fiz uns tópicos, vou falar na ordem aqui. Bom, homem transexual, uma pessoa atribuída do sexo feminino ao nascer, que se identifica como homem, acho que é básico, todo mundo entende, eu sou homem, acabou, ponto.

Outra coisa colocada pela Carla é a questão da orientação sexual, que não tem nada a ver com a identidade de gênero. Eu sou um homem transexual, que posso me relacionar afetiva e sexualmente com mulher, homem, bissexual, travesti, transexual, isso não tira de mim a masculinidade, isso não tira de mim o que eu sinto ser homem. Acho que é muito complicado, e aí é uma questão de respeito, que todos aqui têm que ter um com outro. É a questão da brincadeira do “bixinha”(F), da brincadeira do “veadinho”. Essa questão, para mim, é assim, é muita falta de respeito mesmo... Entre amigos, a gente faz essa piadinha, mas é complicado quando você exige de um homem transexual, isso eu sou cobrado o tempo todo, e outro homem trans que esteja aqui também deve sentir isso, é a cobrança de ser machista. Se você não tiver atitudes machistas, atitude de homem macho, valentão, você não é homem.

Então, assim, eu sou um homem, não consigo dizer que eu sou um homem feminista, ainda dou umas escorregadinhas, mas eu sou um homem que respeito, com certeza, o gênero feminino, e eu não gostaria de ser chamado de “bichinha” por não tomar uma cerveja Xingu e tomar uma cerveja Malzbier.

Bom, outra coisa importante, que eu acho, na questão dos homens transexuais, terem garantidos os direitos reprodutivos e sexuais. Eu ainda tenho o meu útero; eu só tenho um... Um útero e um ovário e, se eu quiser ter um filho, eu tenho direito, sendo homem, a ter um filho sim. Isso é um direito meu. E se, porventura acontecer, isso já aconteceu, de uma pessoa trans ser violentada,

porque eu tenho que gostar de homem, então, eu vou ser violentado e, se eu tiver que fazer um aborto, eu tenho esse direito também.

Bom, sobre cirurgia, muitas pessoas falam que a cirurgia é para homem transexual, e aí eu apóio a fala do André Lucas, a cirurgia que está em caráter experimental é a cirurgia da faloplastia. Bom, eu vou falar o que eu sempre falo: “Pouco me importa o falo, eu posso comprar de qualquer tamanho, em qualquer loja”. Mas eu tenho direito à mastectomia. Uma mulher pode ir no cirurgião plástico, até pelo SUS, lógico, aumentar o seio, colocar silicone. Eu não tenho o direito de fazer a minha mastectomia porque eu não tenho nenhuma doença no seio, mas ele me incomoda. É ele que me diz o que eu não sou. E a pan-histrectomia também é complicado fazer, se você não tiver nenhuma doença, porque, no Brasil, histrectomia é alguma coisa que não pode fazer se você não tiver uma doença. Eu acho isso desumano com qualquer pessoa, principalmente com um homem transexual, que tem que enfrentar a questão da menstruação. É terrível. E a hormonioterapia também é uma coisa muito complicada porque o médico vai olhar para tua cara e falar assim: “Mulher não toma testosterona”. Então, você acaba fazendo uso indiscriminado e acabam acontecendo coisas desagradáveis, como morte, AVCs, pessoas tendo muitos problemas de saúde com isso. Então, assim, a cirurgia faloplastia, no meu caso e acredito que de muitos homens trans, é o último ciclo. A gente tem outras questões para trabalhar nessa questão, que são a mastectomia, a pan-histrectomia e a hormonioterapia. Acho que tem coisas além.

Bom, como a Carla disse, a outra Carla também, eu não me sinto doente não, posso ser engraçado, mas doente não. Eu queria falar uma frase que eu roubei de um amigo, Mauro Cabral, que ele fala assim: “Pessoas trans querem ser respeitadas, mas também querem ser desejadas”. É isso que eu tenho para falar para vocês. Obrigado.

Sra Silvana Conti

Bom-dia. Meu nome é Silvana Conti, eu sou de Porto Alegre. Nesse momento, eu sou articuladora nacional da Liga Brasileira de Lésbicas, que se faz presente aqui. Nesse momento também, eu sou presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, de Porto Alegre, e também estou compondo o Fórum Municipal de Porto Alegre, e sou da executiva da União Brasileira de Mulheres.

Antes de começar, eu gostaria de falar algumas coisas sobre o nosso trabalho de ontem, o quanto me sensibilizou. Eu acredito que deva ter sensibilizado a todos e a todas, a fala da Fernanda. Que, quando a gente fala com o coração, com a alma, aquela coisa assim que sai de dentro, como isso é importante no nosso movimento e em todos os outros movimentos.

Então, na verdade, hoje eu não me sinto nervosa; eu me sinto extremamente feliz de ter chegado aonde a gente chegou. Tenho certeza de que tem as companheiras e companheiros, e eu quero fazer uma saudação especial a todos e a todas aquelas que morreram, que foram violentadas, que foram massacradas e que continuam sendo massacradas por essa sociedade que a gente tem. Então, para nós, é um momento histórico mesmo. Nós, lésbicas, feministas, nesse último período, estamos em quase todas as Conferências. Na Conferência das Mulheres, se acotovelando para garantir a questão da orientação sexual, da lesbofobia, da questão racial, na Conferência de Saúde também, na Conferência de Assistência Social, e hoje nós estamos aqui na Primeira Conferência GLBT. Então, é um momento histórico, de muita alegria.

Eu trouxe, então, para a gente começar, um pequeno vídeo - eu espero, sinceramente, sensibilizar a todos e a todas. Para falar de lésbica, eu procurei uma metáfora, não sei se... Na minha cabeça, eu acho que ela é bem interessante, a metáfora da árvore caída. O que a árvore tem que ver com lésbica, com travesti, com gay, com bissexual? Eu quero começar assim, rapidamente, é um vídeo de dois minutinhos, para depois a gente começar, então, a aprofundar um pouquinho essa questão da lesbofobia, da homofobia e da transfobia.

Então, o que é que atravanca o nosso caminho? O que é que aquela árvore significa para o nosso movimento?

Quem me conhece, eu sou assim, a chorona, sou filha da Oxum, minha querida mãe. Mas a gente vai lá. Então, olha só, depois dessas imagens, do quanto a nossa população LGBT tem de árvores que atravancam o nosso caminho. E qual é o nosso papel aqui? Essa provocação é extremamente importante para nós. Eu compartilho com as falas que foram colocadas ontem, nós temos que buscar o que nos une, continuar com as nossas diferenças sim, que temos várias, mas essa unidade, de pegar aquela árvore, todos e todas, juntos, a sociedade inteira, junto com o Governo, com Judiciário, com Parlamento, para que a gente consiga realmente ser o que a gente deseja ser. A nossa provocação é por aí.

Agora, então, bem rapidamente, eu quero falar um pouquinho sobre os fios e as tramas do arco-íris, numa perspectiva lésbica feminista, que não é a única, é uma das visões, enquanto Liga Brasileira de Lésbica, que estamos propondo.

Então, a discussão que a gente quer fazer é que, neste momento, no movimento, a nossa avaliação é extremamente significativa. Que a gente consiga visibilizar as nossas diversidades; isso não significa dividir o movimento, de forma alguma. Mas, quando a gente coloca “um Brasil sem homofobia”, com certeza, é o nosso grande guarda-chuva, a gente não pode negar o valor que isso tem, mas estamos querendo fazer o debate um pouco mais além, “um Brasil sem lesbofobia e um Brasil sem transfobia”. Porque a gente tem muito que entender ainda para que o Brasil seja uma verdadeira democracia. Precisamos avançar para além da solidariedade. O vídeo coloca que todo mundo tem que colocar a mão na massa para tirar essa árvore que atravanca o nosso caminho... Solidariedade, tapinha nas costas, isso não é suficiente para nós nesse momento. Então, numa Conferência como essa, eu compartilho também com o que disse o Presidente Lula, que o Governo vai, sim, se comprometer, e é nossa tarefa, enquanto sociedade civil, cobrar isso a cada minuto e a cada instante.

Então, é a nossa grande referência, enquanto lésbicas. De várias coisas que eu tenho lido, ao longo desse período, poucas vezes aparece a nossa referência de

mulher. Uma última revista, que não lembro qual é o nome, que eu comprei no aeroporto onde aparecem os dois... Época... Os dois soldados, os dois sargentos. Uma reportagem, eu achei interessante e tal, mas aí, busca lá na história, o que aparece? Aparece um pedaço da história do movimento. E eu acho que é extremamente importante que nós, mulheres lésbicas e bissexuais e também as companheiras travestis e transexuais, que a gente comece a buscar essa nossa história, a buscar a nossa auto-estima e a nossa referência.

Então, para nós, a Safo de Lesbos, que é a ilha, é uma grande referência porque ela é educadora, eu também sou educadora e devem ter muitas e muitos educadores aqui, então, a gente tem esse homem em função disso; em 640 antes de Cristo, ela era uma poeta, guerreira, mulher além do seu tempo, que ousou escrever sobre o amor entre mulher. Então, uma grande referência para nós.

E agora vou colocar, assim, um pouquinho da nossa luta, enquanto lésbica feminista, que vocês estão vendo que não tem uma definição de lésbica, né? Porque não existe uma lésbica; existem muitas, como existem muitas mulheres, muitas travestis, muitos gays, e muito todo mundo. Não tem como a gente querer classificar e enquadrar, bom, lésbica, gay, não. Então, essas plaquinhas maravilhosas, que estão lá com as meninas, aqui também, nós usamos na nossa 6ª Caminhada de Lésbicas e Bissexuais de São Paulo. Então, a nossa luta por respeito, na luta por respeito, somos todas iguais.

Falar um pouquinho, então, da população LGBT e da questão da “sopa de letrinhas” que, às vezes, eu me sinto mesmo dentro de uma sopa, num caldeirão imenso, e as letrinhas todas boiando, como se nós não tivéssemos sentimento, identidade, profissão e todas as outras coisas que todo mundo tem aqui, que, quando vão falar da nossa especificidade, “a população LGBT”, como se fosse uma massa, como se fosse um saco, todo mundo ali dentro. Não, essa população LGBT são cidadãos e cidadãs que devem ter igualdade de oportunidade de direitos garantidos como está na Constituição Brasileira. Somos lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros, e temos especificidades.

A autonomia das mulheres sobre o seu corpo e sua sexualidade. O que demarca essa questão de ser lésbica, feminista, é que a gente faz a luta, dentro do movimento LGBT, mas fazemos a luta dentro do movimento de mulheres e dentro do movimento feminista, então, as bandeiras feministas, para nós, são muito caras, são muito, muito importantes. “Tua boca é fundamental contra a lesbofobia”. O movimento LGBT e seus conceitos, então, reforçando, o termo homofobia não dá visibilidade suficiente para as especificidades de lésbicas, gays, travestis e transgêneros. Precisamos, enquanto movimento social, pensar, agir, visibilizar o conjunto da população LGBT. Eu acho que um grande avanço também que eu observo aqui na Conferência e também na Comissão Organizadora Nacional, é que estamos, neste momento, que eu considero histórico também, não brigando para ter o L na frente; eu, pelo menos das coisas que foram ditas aqui, né? E por que é que nós compreendemos que não basta estar na frente ou atrás nas letras, não é isso, não é uma questão de lugar, ali, naquele lugar, é uma questão de lugar na sociedade mesmo, porque, enquanto mulheres, nós sofremos dupla opressão: sofremos opressão por sermos mulheres e por orientarmos o nosso desejo por mulheres. Porque todo mundo que está aqui sabe qual é o lugar que nos foi imposto pela sociedade, de preferência ficar em casa, cuidando do marido, lavando roupa, cuidando do filho etc. etc. etc.; de cuidadora a lésbica feminista, gente, isso aí é um mundo.

Então, é extremamente importante, nesse momento histórico, que a gente reforçe, então, essa questão; o L na frente é uma questão de empoderamento, sim, por sofrermos também essa dupla opressão. Então, dentro da nossa trajetória, lá na Primeira Conferência de Política Pública Para as Mulheres, 2004, as lésbicas, sapatonas, tildes(F), como diz no Amapá, que eu achei interessante a palavra, estávamos todas lá, conversando, discutindo as nossas políticas específicas dentro do movimento de mulheres. Então, a gente tem avançado muito e fazendo esse entrelaçamento entre os movimentos, isso também é uma questão muito importante.

Já na segunda Conferência, nós também discutindo... A gente conseguiu, nessa última Conferência de mulheres, colocar a questão da lesbofobia como um fator estruturante também da desigualdade social, além da opressão de classes sociais. Isso também é um grande avanço para nós. E, aí, colocando, rapidamente,

aversão, desrespeito, estigmatização, hostilidade, violação de direitos, violências contra a população LGBT.

Um dos temas que nos são muito caros também, dentro, da questão do feminismo, é a questão descriminalização do aborto. É um tema que a gente faz muita questão de defender. Nós, na Conferência de Saúde, também fazemos a defesa do Estado laico, que todas as pessoas têm direito de falar, de ter a religiosidade que quiser, de poder ter a liberdade de escolha. Também junto, no Movimento de Mulheres, no último 08 de março... Algumas das nossas bandeiras... A Mirian está me dizendo que eu estou com o tempo estourado.. Então, eu vou estourar mais um pouquinho, bem rapidinho. Algumas das nossas bandeiras bem... Vou só colocar algumas, assim, porque, no nosso informativo da LBL, tem todas... Educação anti-racista e anti-discriminatória, buscando a imagem daquela criança e o quanto isso é importante para nós, que as crianças, desde a educação infantil, possam estar discutindo as questões de gênero, de raça, etnia e orientação sexual.

Se a gente realmente quer tirar aquela árvore que atravessa o nosso caminho, nós temos que fazer investimento muito pesado na educação, nas outras políticas também. Já estou concluindo.

Nosso VI Seminário Nacional de Lésbicas; o encontro do Chile, o VII Encontro Lésbico Feminista Latino-americano do Caribe, "Sou feminista, sou lesbiana", a marcha, no Chile, que foi um momento extremamente importante para nós também; a 1ª Marcha Lésbica de Porto Alegre contra o racismo, a lesbofobia e o machismo. Buscamos um arco-íris, que represente todas as nossas diversidades. As nossas parceiras do movimento de mulheres, LBL, Rede Feminista, UBM, nuances, Themis, promotoras legais populares, "Maria mulher" e militantes Movimento de Mulheres.

E aqui, então, nós, de carne e osso, sentimento, direitos, com diferentes formas, diferentes jeitos, "Brasil, basta, sem transfobia", as maravilhosas, a Marcele, poderosa, linda, deslumbrante.

Uma questão importante é a nossa parceria, enquanto lésbicas, feministas, com o Movimento de Mulheres Negras. Isso para nós é uma questão muito importante, que a gente tem feito um debate profundo dentro da Liga Brasileira de

Lésbicas, mas somos parte dessa sociedade, que ainda é racista, sim, e a gente tem que mudar essa situação. Onde estão as lésbicas negras nos espaços de poder? Poucas estão em espaços de poder. E a nossa luta, enquanto lésbica feminista, é também contra o racismo, isso é fundamental para nós.

Dentro do SENALE também, a gente fazendo esse debate, “Alternativas contra o racismo”, lésbicas negras... Nós, na Marcha das Margaridas, movimento importante para fazer a transversalidade com os movimentos; na Marcha de Recife, “somos tantas, somos diversas, pé grande, pé pequeno, sapatão, sapatinho, sandalinha”. A esperança é a namorada da liberdade e a luta continua.

Para finalizar mesmo, agora, ser lésbica é tudo isso e muito mais. Acreditamos que chegará o dia que todas as pessoas serão livres, terão trabalho, terão casa, terão comida, terão acesso à educação, à saúde à cultura e tudo mais que desejarem; pessoas que terão direito de viver, amar, sonhar; pessoas, que terão direito de sorrir e ser feliz. Nessa sociedade, não teremos classes sociais, não teremos racismo. Mulheres e homens terão os mesmos direitos e oportunidades e todas as pessoas poderão apenas ter, sem letrinhas, sem caixinhas, sem rótulos, apenas ser. Nestes novos tempos, os fios e as tramas do arco-íris serão muito mais coloridos, já que o sol vai brilhar para todas as pessoas.

A educação é uma das ferramentas para o fim de todas as fobias; é o chamamento para que possamos fazer o debate, nos nossos grupos de trabalho, todas as políticas são extremamente importantes, mas, na minha avaliação pessoal, a educação, com certeza, é uma grande ferramenta para que possamos transformar essa sociedade que ainda é do jeito que é, e cada um aqui sabe muito bem o que é que significa isso, não é? Muito obrigada e boa conferência para nós.

Sr. Osvaldo Braga

Bom-dia a todas e todos. Bom-dia, companheiros e companheiras de luta. Bom-dia!

Que bom estar aqui com vocês, é uma honra, para mim, ter sido convidado para fazer parte dessa Mesa, ter sido uma das pessoas que ajudaram a construção dessa Conferência, através da minha participação na Comissão Organizadora Nacional. E eu gostaria de, antes de me apresentar, inclusive, dizer quem sou eu, pedir aqui a bênção aos nossos mestres homossexuais, bissexuais, heterossexuais, travestis, lésbicas e transexuais, que ajudaram a gente a começar essa história e culminar nesse momento.

Eu quero nominar uma pessoa, um mestre, a quem eu peço uma salva de palmas, um dos grandes lutadores dessa nossa batalha, que é o professor Luiz Mott, que está presente aí e que não nos deixa, em momento nenhum, arrefecer da nossa luta. Muito obrigado, Mott.

O meu nome é Osvaldo Braga, eu sou mineiro... E aí, Minas Gerais está presente? Sou Presidente da Associação Brasileira de Gays. O Brasil inteiro presente. Um beijo grande. Sou Presidente do Movimento Gay de Minas e além de ser uma das pessoas que está participando em várias representações da sociedade civil, aqui em Brasília e lá em Minas Gerais.

Pediram-me para falar aqui um pouquinho do que é ser gay. E eu preferi não fazer anotação nenhuma e deixar o meu coração dizer exatamente aquilo que eu sinto, e é isso que eu vou tentar dizer para vocês.

Pessoal, ser gay é nascer enfrentando porrada. Ser gay é acordar um dia e perceber que a gente tem alguma coisa diferente, que estamos sentindo alguma coisa diferente e aprender, e não exatamente após, que esse sentimento tem que ser escondido. Porque, se não for escondido, você não vai ser aceito, você não vai ser querido, você não vai fazer parte de tudo que a gente faz parte: da escola, da nossa família. Existem até alguns estudos e algumas idéias que dizem que a gente não nasce gay; a gente constrói, não é, professor? A gente constrói a nossa

homossexualidade, assim como a nossa sociedade constrói a homofobia. Mas eu, sinceramente, eu acho que a gente constrói é a identidade gay. O nosso desejo, ele a gente não consegue, não consegue manobrar. Eu não cheguei um dia e falei: “A partir de amanhã, eu vou ser gay”. Não. Eu fui me descobrindo com desejo, com afeto pelas pessoas do meu mesmo sexo, e foi isso que foi fazendo que eu corresse atrás de pessoas iguais a mim, com quem eu pudesse me identificar, com quem eu pudesse olhar, no outro, coisas que são minhas, e essa identificação é que faz com que a gente se sinta identificado, que nós construamos a nossa identidade.

Então, no armário ninguém constrói identidade; é preciso que a gente arrebente os cadeados do armário que nos tranca. É preciso que uma das principais bandeiras do nosso movimento ainda seja: “Saia do armário, seja feliz”. Você pode e deve se orgulhar de ser gay! Muito bem.

A gente não poderia perder esse momento e ficar aqui confabulando sobre conceitos que todo mundo aqui já domina, uma vez que todos nós somos homossexuais ou simpatizantes ou já temos uma intimidade, de conviver com esses conceitos, mas esse momento histórico demanda que a gente levante as nossas bandeiras e pontue alguns assuntos que não podem ficar de fora dessa Conferência.

Um tempo atrás, nós fomos convidados, pelo Governo, após muita pressão, para construir um programa que nos ajudasse a combater a homofobia no nosso país. Juntamos um grupo de homossexuais, de travestis, de transexuais, de lésbicas, de bissexuais e partimos para construir o programa “Brasil sem Homofobia”. Foi uma grande vitória que nós conquistamos, que veio junto com um Governo, que se tornou uma política desse Governo e que deu passos significativos para o avanço da luta dos direitos dos homossexuais, GLBT. Porém, nós não podemos nos limitar a ter um programa de Governo; nós precisamos de um programa de Estado, algo que fique, algo que seja da nação brasileira e não de Governos específicos, de bandeiras específicas. Nós não podemos estar sujeitos a passar esse Governo e as políticas públicas voltadas para a nossa comunidade serem jogadas no ralo. Nós precisamos de uma atitude desse Governo que está aí, de forma a transformar o programa “Brasil sem Homofobia” num programa de Estado.

E eu acredito que essa Conferência é um passo importante para isso, uma vez que sairá daqui um Plano Nacional de Políticas Públicas de Promoção da Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Esse plano demandará um controle social maior nosso, que implicará em estruturas dentro da burocracia do Governo, implicará em participação ativa da sociedade civil, na criação de um Conselho que possa fazer com que nós tenhamos o controle dessas ações, que serão desenvolvidas e que sairão daqui.

Nós precisamos também reforçar, reforçar e reforçar a necessidade de termos a aprovação desses dois Projetos, que estão atravessados na nossa garganta, que são o Projeto de união civil e o Projeto de criminalização da homofobia.

Esses Projetos precisam ser aprovados juntos. Nós não podemos ter a homofobia criminalizada e não garantir às famílias homossexuais, às famílias GLBT, os direitos que as famílias brasileiras possuem. Nesse sentido, nós precisamos, sim, avançar naquele conceito de união civil e ser mais amplo. Nós não queremos ir lá num cartório quatro horas da tarde e assinar um papel e ter a nossa vida. Nós queremos isso também, mas nós queremos é casar, nós queremos adotar, nós queremos ser reconhecidos como família. Nós não podemos ter a nossa família com pouco menos de direitos do que as famílias heterossexuais. Isso não é porque a gente paga imposto. Não. Porque, se me dessem isenção de imposto, eu ia querer os meus direitos do mesmo jeito. E isso não é porque nós somos 6,5% da população, 10% da população, seja lá quanto for, porque, se nós fôssemos um, nós teríamos que ter o nosso direito garantido do mesmo jeito.

Nós queremos que o Governo brasileiro reconheça, não apenas a atuação das ONGs na luta contra a homofobia, a lesbofobia e a transfobia, mas também ações isoladas, que nós estamos vendo, o tempo todo, serem protagonizadas por gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais nesse país. Nós não somos donos do nosso movimento. Não é porque a minha organização tem um CNPJ que a gente pode se dizer dono desse movimento; existem muitas pessoas aqui, existem muitas pessoas aqui que têm um nível de militância, muitas vezes, maior até do que nós que estamos à frente das ONGs. Talvez, essas pessoas tenham que somar e que se

aproximar mais de nós, que estamos respaldados pelo nosso CNPJ, mas a luta não é só nossa; a luta é de todos os homossexuais, travestis e transexuais desse país.

Nós precisamos também que o Governo, os Governos, em todas as três esferas, Municipais, Estaduais e Federal, garantam e aumentem os esforços para garantir a laicidade do nosso Estado. Não é possível mais a gente conviver com argumentos religiosos combatendo os nossos direitos civis. Isso não faz sentido.

A homossexualidade não é uma religião. E, quando as pessoas tentam combater, o que eu acho um absurdo, a nossa orientação sexual e identidade de gênero com argumentos religiosos, na verdade, eles estão nos equiparando com isso. Eu trouxe uma proposta, e gostaria de repetir aqui para vocês todos. Nós precisamos parar de legitimar os religiosos como os nossos adversários; nós precisamos parar de usar os argumentos que eles usam contra nós para garantir o nosso direito de ser aquilo que nós somos; nós precisamos exigir do Estado que as religiões, com todo o respeito que elas merecem, fiquem fora do Congresso, fora da Câmara, fora do Senado.

Isso tem nos trazido um prejuízo enorme. Nós precisamos também de ações voltadas para a mídia, precisamos de um controle social maior na mídia. A nossa relação com a mídia é uma relação de amor e ódio. Às vezes, nós encontramos mensagens de promoção da homossexualidade e das identidades de gênero, que muito nos enaltecem, a gente fica orgulhoso de estar diante de uma televisão ou de estar lendo uma matéria no jornal, mas, por outro lado nós somos, o tempo todo, discriminados, incompreendidos, estereotipados e nós precisamos ter um controle maior nisso porque os meios de comunicação são uma das maiores ferramentas que nós temos para promover uma mudança de comportamento, e é isso que nós precisamos: mudança de comportamento em relação à homossexualidade e à identidade de gênero. Enquanto nós não tivermos todo o aparato governamental e social envolvido nessa mudança de comportamento e aí se inclui educação, aí se incluem as relações familiares, as relações do nosso bairro, aí se incluem todas as facetas da nossa vida, enquanto nós agirmos assim, nós não vamos conseguir ser emancipados porque nós não estamos mais falando de inclusão. Porque nós, até hoje, fomos incluídos nessa sociedade de uma forma marginal; nós não queremos

ser incluídos mais; nós queremos ser emancipados, a cidadania homossexual tem que dar um passo à frente.

Bom, por fim, esses são os principais pontos que eu quero trazer e que eu acho que não podem ficar fora de todos os grupos de trabalho dessa Conferência. Eu gostaria de lembrar a todos que, a partir de amanhã, quando nós entrarmos nos grupos de trabalho, nós vamos ter assuntos específicos para tratar, mas seria importante que, dentro desses assuntos específicos, que são os eixos básicos que vão nortear os grupos, nós trouxéssemos eixos transversais, que não tiveram contemplados os seus grupos. Então, vamos discutir a questão de raça, de gênero, de recorte geracional, a questão da juventude, a questão do idoso gay. Vamos trazer esses recortes para dentro dos grupos de trabalho e não vamos deixar passarem batidas nossas propostas em relação a esses recortes, em cada um dos assuntos que nós estivermos discutindo.

Eu espero que nós consigamos trazer daqui, tirar daqui um documento forte, um documento conciso porque ele vai ecoar. É com base nesse documento que os Estados vão construir os seus planos de enfrentamento da homofobia, lesbofobia e transfobia. É com base nesse documento que nós vamos construir as nossas propostas para os candidatos, agora, a Vereadores e a Prefeitos, nas próximas eleições. É com base nesse documento que nós vamos alicerçar toda a repercussão que essa Conferência vai ter.

Eu espero ter vocês, lado a lado, durante esses dias e daqui para frente, de forma que possamos garantir a nossa emancipação nesse Estado brasileiro. Muito obrigado.

Bom-dia a todas as pessoas presentes.

É complicadíssimo ficar por último... É uma responsabilidade meio grande. Acho que tem um lado bom, que, de repente, as pessoas já estão cansadas, talvez, nem ouçam as bobagens que eu venha a falar aqui, mas é muito mais complicado, é uma responsabilidade muito grande estar aqui nessa Conferência, I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e estar representando um segmento: as travestis. Falar, parece que é isso que querem ouvir, o que é ser travesti. É muito complicado falar o que é travesti porque, talvez, nem eu saiba o que é ser travesti. Talvez falte muito para descobrirmos o que é travesti. Parece que a gente se pauta sempre no homem e na mulher, então, eu tenho que ser travesti, mas eu tenho que ser homem ou mulher. A gente percebe que, o tempo todo, estamos reafirmando, falando de gênero, mas estamos afirmando sempre dois gêneros: homem ou mulher. E aí, travesti, você vai para onde? Você quer ser homem ou quer ser mulher? Então, é complicadíssimo.

Eu vou tentar falar algumas palavrinhas aqui e espero que isso ajude. Nos ajude a pensar um pouco nos grupos de trabalho que ocorrerão durante dois dias, pensando mesmo em políticas públicas, não só para as travestis, mas acho que para todas as pessoas aqui presentes, independente de pênis ou vagina ou se têm os dois ou se não tem nenhum. Acho que a gente tem que pensar muito em relação a isso.

Quando eu fui gerada, quando mamãe me gerou com papai, lá na cama, e começou a gerar na barriga, criaram-se muitas expectativas em relação à minha identidade. As pessoas já começaram a definir ali uma torcida muito grande: e aí, é homem é mulher? É mulher ou é homem? Uma torcida muito grande. Uns queriam homem, outros queriam mulher, e aí, nasci. Aí, para, talvez para alegria de papai, falaram para ele: "É macho". Por quê? Porque a única coisa que visualizaram foi o que tinha no meio das minhas pernas, foi isso que pesou. Então, é macho. A partir daí, a gente percebe que começaram a criar, a construir o que queriam de mim, afinal, ser homem nessa sociedade, ser macho é ser o todo poderoso, é estar no

topo do poder. Então, eu teria que estar me enquadrando aí dentro. Então, papai começa a me construir a partir disso, para me preparar para ser um dos bam-bam-bams do mundo, para pensar que, se eu sou homem, qualquer outro que não esteja do meu lado, está abaixo de mim. Infelizmente.

Mas, logo eu, com esse poder todo, sou homem, tenho poder, acredito que possa estar indo adiante, e aí começam a vir as restrições, afinal não era homem ainda. “Você não é homem, você é menino”. “Então, calma aí, vamos te preparar até você chegar lá, vamos te preparar para o poder”. Então, novamente me dão outra identidade, deixo de ser homem e passo a ser um menino, um menininho. Aí, vou procurar o meu grupo de meninos para me relacionar, o grupo de iguais. Afinal, é assim que funciona na nossa sociedade, estamos sempre segmentando o tempo todo. “Cadê os menininhos? Vou me juntar a eles”. E aí, eu percebo alguma diferença em relação aos meninos. “Espera aí, eu não sou um menino tão igual”, e eles mesmos deixam isso muito claro para mim: “Você não é menino. Você pode ser qualquer coisa, menos menino, porque você é muito diferente de nós”. Aí, vêm diversas... “Bichinha”, veadinho, boiola e qualquer outro que todo mundo aqui acho que está muito cansado de ouvir, que já é um repertório muito grande nos nossos ouvidos.

E lá vou eu, novamente, procurar uma nova identidade. “Cadê a minha identidade?” E alguém, em algum determinado momento, me rotula gay: “Vai procurar aquele grupo ali, que é muito parecido contigo, tu é gay. Então, eu acho que é lá que você tem que ficar”. Diante disso, começo a me relacionar com os gays, mas aí você percebe que a aceitação também acaba se dificultando, porque você pode até ser diferente, mas você não é igual aos gays: “Espera aí, você é um pouquinho estranha, e eu acho que você não é gay não. Acho que você tem que procurar tua turma. Você gosta de vestir roupa diferente, você é muito feminina, acho que... Olha...” Entendeu?

E aí, novamente, estou eu sem identidade, procurando novamente uma identidade porque a gente vive numa sociedade onde o tempo todo você tem que se identificar, qual é tua identidade, parece que é o que é mais gritante na nossa sociedade, independente, se você apanha, se deixa de apanhar, se você estuda, se

você come. Primeiramente, você tem que ter uma identidade para poder ter tudo isso. Vou eu buscar novamente minha identidade e acabo encontrando um grupo de pessoas, que são auto-identificadas como travestis. E aí, parece que, em determinado momento, parece que você acaba se encontrando travesti. Acho que é isso, a diferença parece que, ali, naquele grupo acaba se encontrando, cá estou eu novamente, tentando entender essa identidade me auto intitulada travesti. E aí, vamos buscar, um pouquinho nos estudos, o que é ser travesti.

Dicionário. O nosso grande Aurélio, que eu acho que é o “pai dos burros”, como a gente aprende na escola, Aurélio Dicionário e está lá: “Travesti: faltar-se no trajar”. “Espera aí, gente, calma aí, essa não sou eu não”. Aí, entra o CID: Travesti... Fetiche... “Tira as pessoas para ter uma excitação sexual”. Espera aí, acho que tem alguma coisa errada, não estou conseguindo me excitar com as roupas, mesmo porque eu não uso as roupas para excitação, uso a roupa porque vivo numa sociedade em que tenho que pôr roupa e vou comprar uma roupa para vestir e vou procurar a que eu me visto melhor.

E, diante disso, começam a vir diversas definições e... “Travesti é isso”, “travesti é aquilo”, “travesti é barraqueira”. Espera aí, gente, não estou fazendo barraco, talvez eu não seja tão travesti. “Travesti é sexo, então, eu acho que eu tenho que buscar um pouco mais de sexo na minha vida porque acho que talvez eu tenha feito pouco sexo. “Travesti é escândalo”, “travesti é marginalidade”. É o que a gente começa a perceber, o que está sendo colocado. E aí, “travesti é silicone”. E aí, eu paro no espelho e me olho: “Será que eu estou com pouco silicone para ser travesti?” “Será que eu preciso aumentar os meus peitos, aumentar a minha bunda, as minhas coxas? O que é ser travesti é nessa sociedade? O que é ser travesti, até mesmo nesse movimento? Que cobrança que nos é feita o tempo todo?”.

Acho que eu começo desconfiar, às vezes, que eu não sou tão travesti o quanto queriam que eu fosse, mas eu acredito que estamos aqui num momento para repensar tudo isso mesmo. Pensar que estamos numa Conferência, uma Conferência Nacional, para estar pensando políticas públicas para um grande grupo de pessoas, mas que, o tempo todo, mesmo na hora de falar de gênero, parece que a gente só tem dois gêneros: homem ou mulher. Eu sou lésbica, eu sou mulher, eu

sou gay, eu sou homem, eu sou transexual, eu sou mulher, eu sou transexual, mas eu sou homem. E eu, onde fico? E se eu não quero ser homem ou se eu não quero ser mulher? Será que dá para gente estar definindo, aqui nessa Conferência, um grau definido ou um grau de feminilidade ou um grau de masculinidade? Será que existe uma máquina para a gente fazer essa medição? Porque, talvez, eu tenha a necessidade de fazer isso, de me pautar diante disso. Espera aí, eu quero saber se eu sou mais feminina, se eu sou mais masculina, para eu saber também para que lado eu vou, para saber o que eu quero, em qual grupo eu me encaixo. E eu acho que talvez seja isso que pese um pouco.

Acho que a gente tem que pensar um pouco que a questão da travestilidade vai um pouco além de um pênis e vagina. Eu acho que travesti não está no homem nem está na mulher. Não é? A gente coloca muito que... Não sei, essa platéia acho que é composta por homens e mulheres. Será? Será mesmo? Será que só nós travestis temos essa ambigüidade? Só nós que temos esse peso do masculino e o feminino percorrendo o tempo todo? Acho que cabe essa reflexão para nós aqui. Será que o homem pode tudo, de fato, mesmo? Será que a mulher é tão humilhada o quanto é colocado? Acho que essas questões têm que pautar essa nossa Conferência, a partir do momento em que entrarmos nesses grupos de trabalho.

Pediram já para eu concluir, e eu acho que é isso, acho que é pensar que travesti não... Acho que independe da sua genitália, não falei para ninguém se eu tenho pênis ou vagina, se eu tenho os dois, acho. Nunca ninguém tenha me visto nua ainda, não na intimidade, não que eu não esteja disponível, mas acho que, talvez, por um pouco de medo mesmo de relacionar com essa figura tão enigmática, que é a travesti. Eu acho que isso é muito complicado, eu acho que a gente tem que pensar um pouco além da orientação sexual. Ser travesti não significa se relacionar com homens, não significa se relacionar com mulher. A identidade da travesti está além; a orientação do travesti não está definida apenas em ser homossexual ou ser heterossexual ou ser bissexual, entendeu? Ou sei lá o que for que vocês quiserem encaixar aí. Acho que vocês têm que pensar um pouquinho além. Acho que independe. Pensar em políticas públicas para a nossa comunidade, independe do tamanho dos meus peitos, do meu silicone ou com quem eu me relaciono na cama.

Muitos falaram sobre Brasil sem homofobia, Brasil sem isso, Brasil aquilo, então, para finalizar, eu vou finalizar com o Brasil que eu quero, porque eu acho que, da minha geração, pelo menos na minha cidade, acho que eu sou uma das pessoas travestis que nunca viajei para fora porque eu ainda acredito nesse Brasil; eu estou aqui brigando, lutando porque eu ainda acredito num futuro dentro desse país, que eu amo muito. E eu sou brasileira e não desisto nunca.

Então, eu acho que eu quero um Brasil com educação para todos e para todas. Quando eu falo educação, não quero uma educação segmentada, não quero uma salinha para que saibam tratar travesti por nome X, Y ou Z. Quero estar inserida dentro da educação, no ensino fundamental, no ensino médio; quero concluir a minha faculdade, junto com tantos outros universitários, porque não sou diferente. Eu sou uma estudante universitária. Ser travesti é apenas mais um adjetivo, dentro de tantos que me encaixaram.

Eu quero uma saúde, nesse Brasil, e não quero uma saúde relacionada apenas a cirurgias estéticas, relacionada a silicone, relacionada a isso e aquilo. Eu quero uma saúde integral porque eu também tenho dor de dente, também tenho unha encravada, eu também tenho dor no pé, também posso sofrer do coração. Então, a minha saúde vai além da estética e além das DSTs.

Eu quero segurança e não contra mim. Não quero a polícia no meu pé, falando que eu posso isso, que eu não posso aquilo. Eu quero garantia de sair de casa e não ser agredida, independente de se eu estou de calça ou de saia, se eu tenho cabelo curto ou cabelo comprido, se eu uso brinco ou se eu não uso brinco. Acho que a gente tem que pensar muito nisso, eu quero habitação e, quando eu falo habitação, não quero um conjunto de casas onde tem comunidade gay e lá travesti é bem aceita; eu quero morar no bairro que eu escolher, que eu tiver condições de viver. Entendeu? Seja na periferia, seja na região central, seja em qualquer parte, Estado desse Brasil.

Eu acho que é isso, gente, acho que temos que pautar as discussões do grupo de trabalho independente da nossa cor de pele, independente da nossa raça, pensar em políticas públicas no geral, mesmo, independente da religião,

independente de se eu tenho pênis ou vagina, se eu tenho os dois ou se eu não tenho nenhum. Obrigada.

PAINEL 2

Conjuntura Internacional – Contextualização e Perspectivas

COORDENAÇÃO

Yone Lindgren

EXPOSITORES

Mauro Cabral
Danilo da Silva
Marcelo Ferreira
Willmer Galarza
Tito Bracamonte
Gabriela Flores
Alejandra Aguiolar
Toli Hernandez
Sonia Correa
Beto de Jesus

Sr Mauro Cabral

Boa tarde a todos e todas. Nós somos uma comunidade com uma organização política crescente e que vem ganhando visibilidade, tanto nas organizações regionais, como no MERCOSUL, e internacionalmente, no âmbito das Nações Unidas.

Hoje nós pudemos constatar o número de crimes e de violações cometidos contra a comunidade trans na nossa região. Com a nossa integração dentro dos movimentos nós, pessoas trans, sabemos que entramos com o trabalho e a visibilidade, mas, ao mesmo tempo, com as vítimas, com a bucha de canhão, ninguém ocupa um lugar mais relegado, nesses movimentos, do que a nossa própria comunidade.

Eu acho que essa é a atenção que nós temos que encarar e buscar analisar em nível da região latino-americana. E eu acho que a última atenção é aquela que afeta o nosso movimento e que nasce de dentro e que tem a ver com a extrema diferença entre visibilidade e articulação pública, entre os responsáveis pelas diferentes formas de visibilidade trans, travestis, trans e lésbicas trans. Eu acho que, nesse ponto, nos diferentes países da região, a força do nosso movimento é limitada pelo esquecimento extremo da feminilidade, masculinidade trans, para a feminilidade trans.

A partir do momento em que nos constituímos como uma comunidade trans, assediada por dentro pela misoginia, nós podemos resolver as outras tensões que temos pela frente. Muito obrigado.

Sr Danilo da Silva

Eu não sei o que é que eu vou dizer em três minutos, mas, eu vou tentar dizer alguma coisa aqui. Eu juro que tinha preparado um discurso, qualquer coisa. Mas, três minutos não vai chegar. O que eu trago é muito e, para começar, eu gostaria de dizer que eu aqui estou sentado, estou a representar não só aquilo que é o mundo, mas também, o continente africano. Eu sou africano. Eu nasci num país de expressão portuguesa. Eu falo a mesma língua que vocês. E estar aqui, neste momento, para mim, é um momento histórico. Estou muito contente de estar aqui convosco e ver que o movimento LGBT brasileiro deu um pulo e que o governo brasileiro, o Estado Brasileiro está dando uma demonstração de humanidade e respeito, uma lição que deve ser seguida por todos.

Bem, eu vou focalizar mais aquilo que é a África, que é de onde eu saio. Bem, vocês devem ter, mais ou menos, a idéia do que é que é o continente africano, neste momento. Temos violações sistemáticas de Direitos Humanos, que são horríveis. O que é que podemos fazer, neste momento, a gente ainda não sabe. Mas o que a gente sabe é que precisamos estar juntos. A gente sabe que precisamos contar com os continentes e as regiões vizinhas.

Para dar um simples exemplo dessa realidade, não se passam dois meses sem que nós recebamos notícias de países como Uganda, Nigéria, Quênia, de gays e lésbicas transexuais que são violentadas, são torturadas e são postas na cadeia, simplesmente pelo fato de serem como são e quererem viver a vida como elas acham. É horrível. Eu posso, assim, dizer.

O porquê dessa questão toda? O que aconteceu é que, imaginem só, que os colonizadores vieram para a África com suas leis homofóbicas; saíram da África, mas nós ainda continuamos agarrados a essas mesmas leis. E os nossos Governos pouco estão a fazer para que se mude isso. E, para nós, tem sido uma grande luta, todos os dias... Apesar de termos, por exemplo, um país, que é a África do Sul, que está muito mais avançado, mas, mesmo na África do Sul, mensalmente, temos notícias de mortes de lésbicas, que são mortas no Soweto, pelo simples fato de serem lésbicas. Você já imaginou o que é que é isso? Alguém chegar na sua casa, à

noite, chamar pelo seu nome, você abrir a porta e, de repente, estão lá homens que vão violentá-la, vão torturá-la e, por fim, tirar-lhe a vida. Não se respeita o direito pela vida. Os governos estão a fazer muito pouco.

Vejamos só: Eu, aqui, neste momento, eu gostaria de pedir ao Governo, ao Governo brasileiro, aos brasileiros que se solidarizem com a luta dos outros povos porque eu acredito que vocês estão tendo uma batalha, agora, mas também devem reparar para os vossos irmãos. Vocês têm ligações históricas com o Continente, vocês têm ligações econômicas, até ligações, mesmo em nível de, só para dar o exemplo, a nível político também. Vocês têm ligações com o Continente. Então, olhar um pouco mais para fora vai nos ajudar.

Recentemente, nós criamos uma federação que trabalha. É uma coligação de associações que lutam pelos direitos GLBT na África, que se chama ILGA Pan-africana. Nós estamos a trabalhar e esperamos que consigamos alcançar os nossos resultados. Vai ser muito difícil. Como vocês podem imaginar, num continente em que temos um alto índice de analfabetismo, onde as pessoas pouco conhecem dos Direitos Humanos. Outros dizem que “vocês estão a exigir coisas que são alienígenas. Vocês deviam estar preocupados com a fome”. Mas, como posso estar preocupado com a fome se eu, quando sair de casa para procurar comida, posso ser morto? É só isso. Obrigado.

Sr. Marcelo Ferreira

... [interrupção no áudio] É que todos... [interrupção no áudio], inclusive, o Caribe, de fala inglesa, que tem leis como as que Danilo mencionou agora há pouco, vindos da época da colônia, concordaram em aprovar uma resolução que reconhece as violações aos direitos das pessoas, por orientação sexual e por identidade de gênero, como violações aos Direitos Humanos. Isso gera um precedente extremamente importante, dentro do que vem a ser o contexto americano, naturalmente, e também no contexto internacional, pois transforma o continente americano, após o europeu, no segundo em aprovar uma medida dessa amplitude e dessa importância. Na verdade, é um processo que já vem sendo elaborado há muitos anos, a nível internacional. E já que eu tenho só três minutos, vou procurar fazer com que a história fique um pouco mais breve, ou seja, ela se origina nas Conferências Internacionais do Cairo e também datam, a nível regional, dos acordos da Conferência Regional em Santiago, prévia à Conferência Contra o Racismo de Durban, no ano de 2001.

Na Conferência de Santiago, esse primeiro documento regional, eu não sei se vocês sabem, ele reconhece, perdão, somente a orientação sexual como uma categoria passiva de discriminação. O outro antecedente, e aqui, sim, é quando a chancelaria brasileira toma um papel protagonista, é a apresentação, no ano de 2003, de uma Resolução semelhante à que eu mencionei agora, mas, dentro do contexto das Nações Unidas.

Infelizmente, não se chegou a um acordo dentro das Nações Unidas e a Resolução não foi aprovada. Em algum momento, se falou de que parecia ser uma traição do Governo brasileiro não continuar apoiando essa medida no marco das Nações Unidas. Contudo, o tempo mostrou o compromisso sério do Estado e da Chancelaria Brasileira com esse tipo de coisas. Porque, na realidade, não é que tivesse se retirado das Nações Unidas, mas procurou um contexto mais favorável e mais permeável aos interesses relacionados à orientação sexual e à identidade de gênero para, então, sim, apresentar uma nova Resolução, como a que apresentou este ano, em Medellín, na Assembléia dos Estados Americanos.

O compromisso, então, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil datava de antes. Porque, antes dessa Resolução, já tinha apresentado um Projeto de Convenção contra a discriminação, a xenofobia e as formas conexas de segregação, que incluem, nelas mesmas, a orientação sexual e a identidade de gênero como categorias protegidas.

Essa Convenção continua sendo tratada, dentro do contexto da Organização de Estados Americanos. Mas, a resolução aprovada em Beijing gera um antecedente global, já que todos os Estados-membros da OEA já reconhecem essas categorias.

Como eu tenho somente mais um minuto, eu quero aproveitar para parabenizar ao Brasil pelo seu comprometimento e, particularmente, ao Ministério das Relações Exteriores. Comprometimento com temas que não aparecem somente dentro dessa Conferência, mas também com as medidas diplomáticas excelentes, levadas adiante em Washington e em Medellín para levar a cabo essa... [interrupção no áudio]. Muito obrigado.

Sr. Willmer Galarza

...[interrupção do áudio] sua magnitude no país de vocês. Muito obrigado pelo Ministério da Justiça, pelo Ministério dos Direitos Humanos, por ter me convidado... [interrupção do áudio]

Nós temos uma tradição não estruturada, digamos. Portanto, nós ainda não conseguimos muitos avanços nos últimos anos. Mas, há aproximadamente dois anos e meio, nós estamos conseguindo dar passos firmes porque conseguimos, por meio do método da incidência política, que vem se universalizando no nosso país, ingressar no texto da nova constituição política do Estado, que foi trabalhada, durante o ano passado no nosso país.

Foi muito gratificante ver, que embora a Assembléia Constituinte tenha tratado o tema com um certo grau de negatividade ou relutância, foi, assim mesmo, capaz de reconhecer que existe uma base social, ao longo do país, que solicitou a inclusão da não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. E, assim, a Constituinte aceitou essa questão e agora estamos inseridos no novo texto da Constituição boliviana. Mas, por problemas políticos do Governo e de setores da oposição, este novo texto está, neste momento, paralisado. Assim, nós temos uma visão bastante ampla deste tipo de situação, situação como a que vivemos hoje no Brasil.

Conversando com alguns colegas aqui presentes, vi que está se abrindo uma porta no nosso continente, uma porta muito importante. Ontem, o Presidente Lula dizia que não é fácil estar aqui com vocês. E eu entendo. De fato, não é fácil. Não é fácil, para nenhum governante, estar do nosso lado porque isso vem com um preço político. E o Presidente Lula deu o braço a nós. E eu acho que a porta se abriu para que o compromisso seja também assumido por nós, em nossos países. Abriu-se a porta para que nós também saibamos abrir portas, muitas portas.

É verdade também que a Bolívia é um país pequeno; são 190 milhões de brasileiros; somos nove milhões de bolivianos, é uma população muito pequena. Mas, podemos fazê-lo e o faremos, assim que for possível. Nós vamos abrir portas para que também, em outros países, se veja a luz, a luz que indica um caminho

muito importante, o caminho da não discriminação. Vamos começar em nossos lares. Não vamos discriminar uns aos outros. Somos diferentes, mas podemos ter uma meta comum. Uma meta comum, que beneficie a todos nós, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Precisamos ficar juntos para alcançar uma meta comum.

Sr. Tito Bracamonte

Muito obrigado a todos e a todas vocês por compartilharem este momento histórico. Para todos nós, não se trata apenas de organizar um evento, mas, sim, de um ponto culminante e um ponto em que rompemos com o que vem acontecendo no movimento GLBT da América Latina e do mundo.

Por trás desse momento, com certeza, temos décadas de história com a contribuição de pessoas, grupos e iniciativas de pessoas que já não estão entre nós, mas estão presentes na nossa história e na nossa memória e que permitiram que nós estivéssemos aqui, neste momento, celebrando este marco na história.

Antes de compartilhar com vocês a história dos Direitos Humanos das nossas comunidades no Peru, eu gostaria, antes, de apresentar a vocês algumas considerações sobre estes dois dias de trabalho. Eu acho que, durante o tempo que eu estive aqui no Brasil, eu aprendi três lições muito importantes: A primeira é que eu estou totalmente convencido de que esta reunião é o resultado de um processo muito longo, um processo em que o movimento... Os movimentos com os seus líderes e as suas entidades foram capazes de chegar a um consenso e construir Agendas para enfrentar o Estado.

Essa situação de amadurecimento de que vocês fazem parte não se reflete em outros países da América Latina; em muitos outros países, os conflitos internos acabam gerando fraturas e afastando a nós, irmãos e irmãs, que deveríamos estar muito mais envolvidos e engajados na mesma luta. Isso aqui, no Brasil, vocês conquistaram e é resultado do amadurecimento político do movimento e das suas lideranças.

A segunda coisa que eu aprendi aqui no Brasil é que a América Latina e a situação dos nossos movimentos é muito diferente. O que nós vivemos, na área andina, é muito diferente do que nós vemos aqui no Brasil. Eu constatei isso aqui. Nós não podemos falar de uma única América Latina. Existem diversas regiões, em que vivemos realidades totalmente contrastantes. Mas, o que eu me deparei aqui, ao longo destes dois dias, é que os ativistas, o setor acadêmico, os ativistas, a partir das associações de trabalhadores, de trabalhador e trabalhadoras, aqueles que

muito embora não façam parte de nenhuma organização particular, estão aqui presentes porque participaram de um processo democrático e porque se sentem pertencentes à comunidade e não a uma organização particular... Tudo isso nos demonstra que vocês foram capazes de construir essa unidade e, em muitas ocasiões as nossas organizações, em outros países que não o Brasil, nos distanciamos com relação a esses temas. Então, esta lição é fundamental se quisermos atingir esse nível de amadurecimento LGBT do Brasil.

E a terceira lição que eu tirei, ao longo destes dois dias aqui, ou melhor, dia e meio, é a grande capacidade que vocês tiveram para avançar e superar as dificuldades de cada uma das suas Agendas. Não há um único sujeito LGBT, mas, sim, um universo dentro dessa sopa de letras, como vocês chamam aqui no Brasil.

Porém, muito além dessas particularidades, as nossas identidades, vocês conseguiram equacionar e formular, como disseram a Fernanda, Cris e o Tony, uma Agenda que aponta para o significado da democracia no Brasil. Pode existir democracia com pessoas que não desfrutam os mesmos direitos? Pergunto. E, com isso, vocês apontam para um horizonte muito mais amplo. Vocês apontam para um horizonte cidadão, que seria uma excelente lição a ser compartilhada com as demais organizações latino-americanas.

Eu quero agradecer, do fundo do meu coração, a oportunidade por participar deste momento histórico. Muito obrigado.

Sra. Gabriela Flores

É uma grande honra, para mim, participar deste evento tão importante. Tão importante para o povo brasileiro. Eu, como habitante da América Central, eu sinto que o nosso movimento carece de força. Precisamos construir uma cidadania a partir das nossas diferenças, como comunidade GLBT, e também carecemos de uma verdadeira postura política para poder fazer frente à verdadeira escalada capitalista, que está arrasando as populações centro-americanas e latino-americanas.

No contexto específico do meu país, em Honduras, vemos que, sob pretexto da diversidade sexual, os fundamentalistas atacam as próprias políticas públicas, impedindo, assim, que, em Honduras, não exista, até hoje, uma política nacional de juventude, porque essa própria política para a juventude coloca o respeito à diversidade e à pluralidade, e os grupos fundamentalistas dizem que não é possível, não é admissível, que uma política dirigida a jovens promova a diversidade e a depravação sexual.

Daí, que denunciemos esses grupos, num Estado cuja constituição diz tratar-se de um Estado laico, mas, onde o Cardeal Rodrigues é a primeira pessoa consultada, quando o assunto é políticas públicas. De igual forma, não contamos com o sistema de educação sexual para jovens e crianças, que contribuiu para aumentar a discriminação étnica, racial e por orientação e opção sexual. Existe muita falta de conhecimento. Mas, como podemos contribuir para o conhecimento, quando vivemos num país, numa região, cuja maior parte da população é analfabeta, vive em extrema pobreza e, além do mais, enfrenta uma série de limitações para acessar os espaços de participação cidadã, onde os grupos do poder tomam e têm a última palavra e a corrupção está generalizada e onde as políticas estão voltadas apenas para uma população heterossexual? A heteronormatividade, que predomina nos nossos países, fortalecida por um sistema patriarcal.

É verdade que nós nos esforçamos muito, nos nossos movimentos, para sermos reconhecidos e reconhecidas como cidadãos. Mas, dentro da nossa própria

comunidade GLBT, vemos a estigmatização e discriminação que existem contra a comunidade homossexual e travesti, onde os seus direitos são minimamente reconhecidos e em que, com muita frequência, são discriminados dentro do próprio movimento homossexual.

Vemos, assim, como o próprio movimento, ao se fragmentar, impediu que nós progredíssemos como movimento, apresentando propostas políticas para melhorar a nossa situação e também, para dar mais projeção e visibilidade à situação dos nossos direitos humanos.

A experiência do Brasil com o Movimento GLBT é um exemplo para a América Central; está a anos-luz de chegar lá, mas estamos construindo a nossa posição política para enfrentar a situação e o contexto em que vivemos. Parabéns a todos vocês, brasileiros e brasileiras. Eu espero que vocês continuem com essa discussão franca com o Estado Brasileiro. Em Honduras, nós estamos tentando chegar lá, estamos tentando educar os nossos governantes, que sequer conhecem o que significa identidade de orientação sexual.

Sra. Alejandra Aguilar

Bem, antes de mais nada, estou muito emocionada porque as minhas irmãs brasileiras, que me conheceram há dois anos, sabem que o meu discurso era muito diferente antes de me empoderar como lésbica. Ontem, eu me emocionei muito ao ver que a sala aqui estava tão cheia, que tinha gente em pé... Tão cheia... E vocês gritavam algo como: "Brasil sem homofobia!" Com lágrimas nos olhos, assim como eu, agora...

E isso foi conseguido graças a muitas Paradas feitas aqui no Brasil, graças a muitas Conferências, a muitos seminários, mas, sobretudo, porque vocês conseguiram se empoderar, como brasileiros do Movimento GLBT. Vocês conseguiram entender quem vocês são. Vocês conseguiram entender o valor que têm e reivindicar os seus direitos pelo que vocês querem ser, por sobre os seus corpos, pelo que vocês decidiram ser e pelo que vocês são.

Como lésbica feminista e autônoma do Chile, não posso comemorar como vocês têm a oportunidade de comemorar hoje, porque, no meu país, não existe a possibilidade de ter algo assim. Desde que a ditadura de Pinochet terminou, o Movimento GLBT enviou cartas ao Palácio da Moneda, para que nos recebessem, mas, eles nem sequer responderam essas cartas para dizer que não ligam, que não estão nem aí. Então, como lésbicas feministas autônomas, no Chile, nós, cada vez que saímos às ruas, vemos que, no Chile, não há nada a comemorar, mas sim, muito a protestar. Porque, no meu país, eu, como lésbica feminista autônoma, não tenho nada a comemorar.

Assim, o que eu posso dizer a vocês, como brasileiros, é que agora, quem sabe, assim como ontem vocês gritaram "Brasil sem homofobia", quem sabe agora o grito passe a ser alguma coisa finalmente a celebrar, mas temos ainda muito a protestar. Porque enquanto continuarem morrendo pessoas do Movimento GLBT, não só no Brasil, mas também em Chile, Honduras, Peru e Bolívia, o Movimento GLBT não terá nada a celebrar. Até que todo o Movimento GLBT do mundo inteiro possa dizer: "Sim, terminamos", não há nada mais a fazer. Mas, por enquanto, como lésbica feminista autônoma, eu sinto que ainda preciso ir às ruas, que é o que eu

vou fazer hoje, quando sairmos às ruas para dizer que ainda não temos muito a celebrar. Mas, sim, muito a protestar. Obrigada.

Sra Toli Hernandez

Oi. Do mesmo modo que todos aqui na Mesa, eu sempre fico muito nervosa com esse tipo de ocasião. Obrigada por me permitir participar aqui. Obrigada, particularmente, à organização da Conferência e outros que nos permitiram estar aqui hoje, com os meus companheiros, compartilhando e aprendendo, neste momento histórico, a verdade, e que foi emocionante, um exemplo para nós todas.

Eu vou tentar fazer um resumo rápido do que está acontecendo no Chile, com relação ao âmbito jurídico e ao trabalho desenvolvido por lá. Como já dizia Alejandra, há muito, muito, muito por fazer por lá. Mas, eu quero dar a vocês essa idéia geral, para que vocês entendam que, no caminho, no Chile, também houve um caminho de luta que teve resultados. Não ainda aqueles que queremos. Por isso, a gente precisa continuar lutando.

E o que é que nós temos? Na verdade, não temos muita coisa. Nós não temos uma educação que seja, de verdade, laica, mesmo que seja laica. A educação é exclusivamente heteronormativa; não temos políticas de Estado que sejam transversais, para terminar com a discriminação e a morte, porque a morte ainda é uma realidade para a população GLBT no nosso país. Não existe, assim mesmo, nenhuma lei que criminalize a lesbofobia, a transfobia, a homofobia e todas as fobias que existem. Não existe ainda um trabalho articulado entre a sociedade civil e o Governo. Como dizia Alejandra, nenhum Presidente da concertação, nem a Presidente Michelle Bachelet, nos recebeu. Não nos escutam. Eu me reuni com o Presidente do Brasil, aqui nessa Conferência, mas, no meu país, eu ainda não pude encontrar Michelle Bachelet, e é um exemplo que ela deveria seguir.

Como eu dizia, fizemos, sim, algumas coisas. O que temos no nosso país? Temos uma lei-quadro anti-discriminatória, que passou recentemente no Senado, na qual ainda há muito por trabalhar. É uma lei que tinha 55 artigos, mas o Governo nos devolveu uma bem mais condensada, com oito artigos. Uma lei que não passa de uma declaração de boas intenções, mas é com ela que precisamos seguir adiante. Temos uma lei de direitos sexuais, que está adormecida no Parlamento desde 2002. Temos propostas de um pacto de união civil, inclusive de matrimônio que,

infelizmente, não foram trabalhadas, não foram construídas por todas as organizações GLBT, lésbicas, lésbicas feministas, gays, trans femininas, trans masculinas no nosso país. Temos programas de afetividade e sexualidade, que incorporam os conceitos de gênero, sexo e orientação sexual. Mas temos uma educação não preparada para abordar essa temática, nem para implementar esses planos.

Em termos de saúde, temos uma lei de HIV/AIDS. Mas, embora seja boa, ela se concentra totalmente em HIV, a AIDS, e DSTs, mas sem incorporar as lésbicas e os transexuais. Quero dizer que, há poucas semanas, vivemos, com muita tristeza e muita raiva, o fato de que o Tribunal Constitucional negou o acesso à pílula anticoncepcional e à pílula do dia seguinte nos serviços de saúde no nosso país, novamente prejudicando a população mais pobre do Chile.

Nesse contexto bem geral, eu insisto, eu parablenizo a força, a inteligência que teve a nação brasileira para poder encontrar pontos em comum. Isso, para mim, é particularmente emocionante porque eu vejo um Chile em que a desarticulação vem nos impedindo de avançar na construção de direitos no nosso movimento. Mas, por aqui, há vozes que começam a indicar e a ser mais fortes, levando a um maior empoderamento, a caminhos que, de outro modo, não seria possível construir. E é por isso que nós precisamos continuar revisando as políticas públicas que existem, já que visibilizar a discriminação, ou melhor, invisibilizar a discriminação, é algo que acontece. Existe um artigo no Código Penal, em nosso país, que penaliza a moral e os bons costumes. Sabemos que nós ainda somos vistos como sujeitos anti-sociais, fora da moral e dos bons costumes. Mas, precisamos, assim mesmo, continuar construindo políticas públicas que quebrem o sentido comum da heterossexualidade. Eu posso me perguntar: “Por que feminino? Por que masculino? Por que a marca do gênero como pressão? Por que lutar por leis heterossexuais que fortalecem a heterossexualidade?”

Nós, da MUMS, minha organização, queremos uma mudança integral, em que a heterossexualidade não seja a cultura dominante. MUMS se apóia em uma plataforma ideológica profundamente ligada ao feminismo. E esperamos construir, tal qual vocês estão fazendo hoje, um mundo que seja, de fato, para todos e para

todas. Assim, Brasil, Chile, todos aqueles aqui na Mesa, Honduras, Argentina, Moçambique, Bolívia, adiante até a vitória!

Sra. Sônia Correa

Muito boa tarde a todas, a todos. Eu queria que, em meu nome pessoal e do Observatório de Sexualidade Política, que é um fórum global, que trata de sexualidade política e da ABIA, eu quero agradecer enormemente à organização da Conferência por estar aqui hoje com vocês. Quero também agradecer aos companheiros e companheiras de Mesa, que aceitaram o convite que eu e Beto fizemos, para falar nesse painel, assim. de último momento, sem preparar. Eu realmente peço um aplauso a todos porque eles não vieram preparados para esse painel.

E eu tenho certeza que o sentido e o significado desse painel internacional ganharam outra cor, outra vitalidade, outra tonalidade e experiência por causa da presença de vocês. Realmente, muito obrigada.

A minha tarefa, nesse painel, original, era falar um pouquinho para vocês dos Princípios de Yogyakarta. Eu sei que algumas pessoas na sala já ouviram falar dos princípios, mas, muitas ainda não. E por que eu vou falar dos princípios, eu também quero, em nome do grupo iniciador, que elaborou os Princípios de Yogyakarta, agradecer, à Secretaria Especial de Direitos Humanos, a republicação dos princípios em português, seis mil exemplares, dos quais mil ou um pouco mais de mil estarão nas pastas de vocês, eu acho que a partir de amanhã. Então, todos terão acesso.

Nós queremos agradecer essa iniciativa, que torna os princípios acessíveis a um grupo maior de pessoas no Brasil.

Nos três minutos que nós mesmos definimos para a Mesa, eu vou tentar, muito brevemente, trazer algumas informações básicas sobre os princípios e pontuar duas ou três coisas que me parecem fundamentais. O que são os princípios? Os princípios recolhem e reinterpretam tratados, convenções, acordos internacionais de direitos civis e políticos, direitos econômicos e sociais, direito à educação, direito à saúde, questões relacionadas a procedimentos médicos, tortura, direito à vida, e aplicam esse princípio a situações de violação, discriminação, violência ou eliminação física de pessoas cuja sexualidade diverge e difere da norma heterossexual dominante.

Os princípios não são um documento das Nações Unidas. Eles não resultaram de uma negociação intergovernamental, como os tratados e convenções. Entretanto, a legitimidade dos especialistas em Direitos Humanos e dos ativistas em direitos de sexualidade, direitos sexuais ou direitos LGBT, que participaram desse processo, fazem dos Princípios de Yogyakarta um instrumento robusto de pressão sobre os Estados. E eu diria também de mudança cultural. Todo mundo pergunta por que é que eles se chamam Yogyakarta. O que quer dizer Yogyakarta? Se chamam de Yogyakarta porque eles foram elaborados, a elaboração final e aprovação foram na cidade de Yogyakarta, que fica no coração de Java, na Indonésia. O fato de que eles tenham sido consensuados em Yogyakarta não é casual e tem um significado simbólico muito importante. É diferente um consenso produzido em Yogyakarta, no sul econômico, num país que tem a maior população islâmica do mundo, do que um consenso produzido em Washington ou Amsterdã ou Estocolmo.

Os princípios não são uma invenção, uma criação dos especialistas e ativistas que estavam sentados em Yogyakarta; eles são tributários da trajetória de lutas a que Marcelo se referiu aqui e, em especial, eu diria, à mobilização internacional que ocorreu após a apresentação da proposta de resolução brasileira sobre orientação sexual e Direitos Humanos, na Comissão de Direitos Humanos da ONU.

O que é que eles significam? Muitas coisas. Eu só quero pontuar duas aqui. Em primeiro lugar, eles são um parâmetro para contestar leis e normas que infringem os Direitos Humanos das pessoas cuja sexualidade diverge da norma heterossexual dominante, como, por exemplo, as leis que criminalizam relações entre pessoas do mesmo sexo, em muitos países chamados crimes contra a ordem natural ou crimes contra a natureza, que ainda são vigentes em 86 países do mundo, inclusive Moçambique, que está neste painel. Ou normas não tão draconianas como, por exemplo, a que foi mencionada pela companheira chilena, sobre usos e costumes, comportamentos e costumes, ou a norma recebida essa manhã sobre as regras brasileiras para a readequação, regras médicas para a readequação de sexo.

Mas, os princípios, a meu ver, também nos inspiram a, cada vez que a gente pensar na necessidade de uma lei ou de uma norma, se perguntar se, de fato, é

preciso fazer uma lei e uma norma nova, ou se é possível recorrer aos princípios, aos documentos já consagrados, sejam eles os tratados e convenções internacionais ou sejam eles as nossas Constituições. Eu acho que, a maneira como os princípios foram produzidos e os documentos a que eles recorrem nos inspiram a fazer isso.

O segundo ponto que eu acho fundamental, e aqui eu vou citar o Mauro, que está do meu lado, porque é uma coisa que ele disse que, quando os princípios foram lançados no Rio de Janeiro, em agosto do ano passado, na versão em português, esse é um texto que não menciona corpos biológicos, não fala de homens, não fala de mulheres. Não menciona identidades sexuais discretas, a sopa de letrinhas. E, nesse sentido, eu acho que ele converge com os debates sobre corpo, identidade, gênero, que nós estamos tendo nessa Conferência, desde hoje de manhã e que eu tenho certeza que vão continuar nos próximos dois dias.

Os princípios tratam de situações em que a orientação sexual e a identidade de gênero produzem discriminação, violência, coerção ou até eliminação física. Não importa se a pessoa é homem, mulher, trans, lésbica, gay; são as situações que devem ser o nosso foco de atenção. E o que fazer com os princípios? Há muita coisa para fazer com os princípios. Não é um texto complexo. Eu acho que a primeira coisa é ler, refletir, é interpretar. Cada um de nós pode fazer isso, cada uma de nós.

Uma segunda coisa é compartilhar os princípios com nossas comunidades, com nossas famílias, com nossos companheiros e companheiras de trabalho. O pastor Márcio, da igreja BETEL do Rio de Janeiro, me dizia, antes desse painel começar, que, na igreja BETEL, a partir do mês de agosto, todos os domingos de tarde, a comunidade vai ler um dos artigos do princípio de Yogyakarta e refletir sobre eles. Eu acho que esse tipo de iniciativa é uma iniciativa que deve ser parabenizada, mas que não deve ser restrita. Pode ser feita em qualquer lugar, nos bares, nas comunidades, nas casas. Os princípios também servem e devem ser utilizados para balizar políticas públicas. Nesse sentido, eu quero citar aqui a última frase da apresentação da publicação feita pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, assinada pelo subsecretário de promoção e defesa dos direitos humanos, Dr. Perly

Cipriano, aonde ele diz o seguinte: "Norteadores, os Princípios de Yogyakarta vão, seguramente, ao encontro das políticas públicas de direitos humanos em implementação no Brasil. Esperamos que os rumos traçados em Yogyakarta sejam por nós internalizados e alcançados em toda a sua plenitude".

Eu acho que é muito corajoso da Secretaria de Direitos Humanos fazer essa afirmação formal e assinada. E eu acho que isso merece ser aplaudido também

E, para finalizar, eu acho que os princípios também nos inspiram. Eu quero dizer "nos inspiram", à comunidade LGBT, a comunidade que luta pelos direitos sexuais, por justiça erótica no Brasil, a se tornar, cada vez mais, um ator global nesses debates.

Como foi dito nesse painel, a cada dia, há uma tragédia, há uma guerra do sexo ocorrendo, nos mais diferentes países do mundo. E eu acho que nós, como brasileiros e brasileiras, comprometidos com a justiça erótica e os Direitos Humanos, temos um papel a desempenhar nesse cenário global. E não acho que essas batalhas e lutas estejam confinadas aos países em desenvolvimento. Elas também ocorrem nos países do Norte, na Alemanha, na Holanda, no Canadá e nos Estados Unidos. E eu tenho certeza que os Estados do Norte e grupos conservadores do Norte do mundo também têm o que aprender com a gente. Muito obrigada.

Sr. Beto de Jesus

Boa tarde a todos e todas. De fato, esse é um momento extremamente significativo para o movimento brasileiro e para o movimento latino-americano. Enquanto brasileiro, gay brasileiro, dentro do movimento, eu acho que o Movimento Brasileiro aporta muito pouco ainda para o Movimento Internacional. Nós temos a dificuldade com a língua; nesse continente em que todos falam o espanhol, nós falamos português. Os nossos irmãos e irmãs, que estão em outros países olhando para o Brasil e vêem a experiência que nós estamos vivenciando aqui agora, nos chamam a uma responsabilidade imensa. Nós temos uma responsabilidade muito grande com o nosso continente. E aqui não estou falando de superioridade, mas estou falando da possibilidade de que possamos, a partir das conquistas, a partir do caminho trilhado pela sociedade civil organizada, pelos movimentos, pela nossa ação de *advocacy*, de incidência política, levar essa experiência, trocar essa experiência com os outros países.

Então, essa é uma responsabilidade que a gente tem que ser chamado a cada momento. Muitas vezes nós nos esquecemos o tamanho do país, os nossos 27 Estados nos fazem pensar que vivemos num continente. Mas, o nosso continente é o continente latino-americano. Nós temos que ter responsabilidade com os outros países.

Eu estou aqui olhando para essa Mesa e gostaria que vocês olhassem para o rosto de cada uma dessas pessoas que está aqui. E, se a situação não é pior, é porque essas pessoas que estão aqui, todas essas pessoas que falaram, são extremamente responsáveis e são grandes batalhadoras e batalhadores nos seus países os quais, muitas vezes, estão em situações mais adversas do que a nossa.

A organização da qual faço parte, a ILGA, lançou um documento que se chama “Homofobia Estatal”, ou homofobia do Estado, se assim o preferirem. Está no nosso site, nós temos em português, em espanhol. Mas, em português, “Homofobia do Estado”. Vai dizer que mais de 80 países criminalizam a homossexualidade de alguma forma. E sete países, com a pena de morte.

Então, o que nós estamos fazendo aqui não é que define, mas os avanços nas políticas para a comunidade GLBT, no plano local ou no plano internacional, significam a vida das pessoas, significa estar vivo ou estar morto. Nós vimos, alguns meses atrás, dois jovens serem enforcados, no Irã, por serem homossexuais. A cada dia, chegam informações de várias partes do mundo, da violência perpetrada contra a nossa comunidade. A ILGA produziu um mapa, que está em português, dando conta da situação de violência e homofobia em todo o planeta. Então, o que a gente pode, nas nossas ações, é óbvio que a situação local é uma situação dura, mas a gente tem que aprender a ser generoso, e aí é uma questão de generosidade mesmo, entender que a nossa luta, ela ultrapassa a nossa cidade, ela ultrapassa o nosso Estado e ela ultrapassa o nosso país.

Para terminar, nós temos também, além do que o Marcelo falou, toda essa vitória maravilhosa na OEA, com essa resolução que o Brasil apresentou e foi aprovada no início de junho, dia três, se não me engano. Tem ainda a questão da convenção, que é um outro projeto maior, que estamos tendo mais dificuldade ainda para colocar nos textos da convenção contra o racismo e outras formas de discriminação, os termos da discriminação sexual e identidade de gênero, que vamos continuar lutando para isso.

Temos também, um trabalho realizado no MERCOSUL. E aí, quando a gente fala do MERCOSUL, nós não estamos falando apenas do Paraguai, do Uruguai, da Argentina e do Brasil; nós temos uma reunião que chama RADH, que é a Reunião das Autoridades em Direitos Humanos, que congrega, além dos quatro países desse MERCOSUL, países associados como o Peru, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Chile, chegando a 10 países. E nós conseguimos, nesse espaço, introduzir, no rol da discussão de Direitos Humanos, as questões de orientação sexual e identidade de gênero. E temos que avançar ainda mais porque essa Agenda, a Agenda de Direitos Humanos, tem que ser inaugurada com os nossos temas e com os nossos assuntos. Essa é uma luta internacional. Essa é a luta que a gente tem tentado fazer frente à ONU. E, quando a gente vai à ONU, a gente tem na cabeça da que é um espaço onde todo mundo defende todo mundo. As coisas não são assim! Quando nós fomos à ONU, e vários que estão aqui foram para falar sobre a resolução brasileira, dizendo que orientação sexual era Direitos Humanos, nós escutávamos de

delegações as coisas como: "Até os urubus no céu têm as suas fêmeas". "Vocês têm que casar e procriar ou, senão, têm que ir para campo de concentração e trabalho forçado". Escutamos isso de diplomatas, de pessoas que estão lá para lutar pelos Direitos Humanos. É uma coisa muito dura, não é? Mas faz parte da nossa realidade e a gente não vai abrir mão disso.

Eu acho que o compromisso do Presidente Lula, assumido ontem aqui, inaugura um novo tempo para nós. Inaugura um novo tempo na América Latina. Inaugura um novo tempo para a luta dos Direitos Humanos da Comunidade GLBT no âmbito internacional.

E todos nós aqui presentes somos responsáveis por isso. Nós chegamos aqui para essa Conferência, de 27 Conferências em todos os Estados brasileiros. Em cada Estado, uma quantidade imensa de outras Conferências, com pessoas vindas de lugares muito distantes, de cidades muito pequenas, onde a homofobia é mais cruel do que nos grandes centros; pessoas que desafiaram... As pessoas que estão aqui na platéia são vencedores e vencedoras, pessoas corajosas, que desafiaram o poder estabelecido em suas cidades, nos seus trabalhos, para estarem aqui, como delegados e delegadas, para mudar a situação do Brasil em relação à comunidade GLBT.

Então, termino aqui a minha fala, extremamente feliz com essa Mesa, com esse painel. E lembrando, nós temos brasileiros e brasileiras... Nós temos responsabilidade com o continente latino-americano e caribenho. Arregacemos as nossas mangas e vamos, juntos com os nossos irmãos e irmãs da América Latina e Caribe, transformar essa América Latina e Caribe sem homofobia, sem lesbofobia e sem transfobia!

PAINEL 3

Poder Legislativo – Contextualização e Perspectivas

COORDENAÇÃO

José Guerra - SEDH

EXPOSITORES

Julian Rodrigues
Fernanda Benvenutty
Dep. Cida Diogo
Sen. Fátima Cleide

Sr. Julian Rodrigues

Bom-dia a todas e todos. É um prazer muito grande estar aqui hoje, na Conferência, depois da nossa abertura ontem, com o Presidente Lula. E vamos tentar aproveitar bem o tempo aqui e discutir as questões que estão pegando aí para gente. E uma das questões principais é a questão do Legislativo.

Eu quero começar me apresentando. Eu sou Julian Rodrigues, sou do Instituto Edson Nery de São Paulo, que é uma entidade filiada à ABGLT, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e fui assessor, durante algum tempo, do Deputado Luciano Zica, que foi citado aqui pelo Paulo Vannuchi ontem, na abertura, que foi um dos fundadores da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, hoje Frente da Cidadania GLBT, coordenada pela Cida, Fátima, Serys, Eduardo Valverde e outros Parlamentares aí, que sempre têm nos acompanhado. E eu quero, então, começar falando do contexto da questão legislativa.

Toda a política de Direitos Humanos e toda a política de mulheres, igualdade racial e outros setores tenta se balizar numa legislação internacional. Desde a Carta da ONU de Direitos Humanos, Convenção da OEA, no caso dos LGBTs, nós não temos ainda uma legislação consolidada, em nível internacional, específica para a orientação sexual e identidade de gênero, que é o tema da Mesa Internacional, que a gente viria depois, mas a única coisa nova que nós temos agora, o Beto depois vai falar, a OEA, em termos do MERCOSUL, já adotou o termo orientação sexual e identidade de gênero, mas nós não temos, na ONU, nada consolidado, e isso faz com que enfraqueça, aqui no Brasil, essa demanda sobre a questão dos direitos civis.

Então, eu quero começar citando uma frase que eu gosto muito, que é daquele cineasta americano Michael Moore, um cara de esquerda, que fez o filme "Tiros em Columbine", e aquele filme que ele satiriza o Bush, "*Fahrenheit*", ele tinha um programa na TV a cabo, em que ele dizia o seguinte, ele fez um *Sodomobile*, que era uma espécie de veautomóvel. Porque, em seis Estados dos Estados Unidos, existem leis em que a homossexualidade é crime. Ele foi em cada um desses

Estados com esse veautomóvel, levava as bibinhas e as travestis lá e chegava e fazia uma fechoação lá no Estado, para ver se alguém ia preso, para discutir a legislação dos Estados. Ele termina o programa, dizendo assim: “Os direitos civis dos homossexuais é a última fronteira dos direitos civis nos Estados Unidos”.

E é a última fronteira dos direitos civis no Brasil; nós avançamos com a abolição da escravatura, com as leis de combate ao racismo, com as políticas afirmativas, avançamos na questão indígena, na questão das mulheres, da criança e do adolescente, das pessoas com deficiência, acabamos de ratificar o Estatuto da ONU das pessoas com deficiência e não conseguimos discutir uma legislação para os LGBTs. O nosso marco é a Constituição de 88 que, tanto no art. 3º quanto no art. 5º proíbe a discriminação de qualquer tipo. Só que, nesse “de qualquer tipo”, na Constituinte de 88, o então Deputado José Genuíno propôs que explicitamente constasse o termo “orientação sexual”, só que ele foi derrotado, e não consta na Constituição, mas consta que não há como discriminar ninguém por nenhuma razão.

Portanto, tem uma base na Constituição, para nossa legislação, que não tem sido seguida porque não tem sido aprovada nenhuma Lei Federal. E aí, eu queria falar da única lei que consta o termo orientação sexual, que é a lei Maria da Penha, a Lei de combate à violência doméstica, que não faz distinção da violência doméstica contra mulher, feita por homens ou, inclusive, por casais lésbicos porque ela cita orientação sexual; é uma Lei da qual temos que nos apropriar dela para dizer que existe uma única Lei no nosso ordenamento legal, que é a lei Maria da Penha, que cita a questão de orientação sexual.

A Constituição de 88, então, foi um marco porque ela tem um capítulo importante de direitos e garantias individuais, os princípios fundamentais da igualdade, da dignidade da pessoa humana, da liberdade de expressão, do Estado laico, estão todos na Constituição, e ela tem também um importante capítulo de direitos sociais e de direitos econômicos, mas, como eu já disse, nós não conseguimos incluir a questão da orientação sexual, mas, paradoxalmente, depois da promulgação da Constituição de 88, foram feitas as leis orgânicas dos Municípios e várias leis orgânicas incorporaram o termo orientação sexual e proibiram, em âmbito municipal, a discriminação por orientação sexual e aí, nós entramos, então,

num segundo momento, nos anos 90, quando várias cidades aprovaram legislações de caráter municipal, que proíbem a discriminação por orientação sexual: Campinas, Juiz de Fora, várias cidades, dezenas de cidades hoje tem leis municipais. Qual o problema das leis Municipais? Elas não são de caráter penal; são de caráter civil. Então, são processos administrativos que correm em nível de Prefeitura ou Governo Estadual, multas, advertências, cassação de alvará, ela não está na legislação penal.

Bom, depois, então, das leis municipais, vieram as leis estaduais, e aí, nós temos, em 1995, o grande marco, que é o PL 1151/95 da nossa ex-Deputada, quiçá futura Prefeita, Marta Suplicy, que colocou a união civil entre pessoas do mesmo sexo e criou um debate nacional e, vejam, foi na mesma época em que a França debatia o assunto, que outros países debatiam que, até lá, só tinha legislação, salvo engano, na Holanda e Bélgica, e a Marta, então, foi pioneira nesse debate e mudou o patamar da discussão sobre os direitos GLBT, no Brasil, com o seu Projeto. Só que ela não conseguiu ser aprovada na legislatura, onde ela era Deputada, depois ela foi candidata à Governadora em São Paulo e nós, até hoje, estamos com o PL 1151 parado no Plenário. Cida pode ser colocado em pauta, muita gente critica que ele está desatualizado; ele está desatualizado, mas não é tanto quanto criticam; tem um ponto complicado só, nele, que é a questão da adoção porque, no substitutivo do Roberto Jefferson, faz uma vedação explícita à adoção, que não existia na legislação original do 1151, quando a Marta propôs, mas isso pode ser resolvido. Uma das propostas que a gente tem discutido, já há um substitutivo elaborado para atualizá-lo; nós já temos uma proposta de substitutivo. Mais para isso ele precisaria ser colocado em votação. E aí, o outro marco para nós, em termos de Congresso, vários Deputados apresentaram, mas, em 2003, foi fundada a frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, a partir de um seminário feito na Ouvidoria da Câmara, junto com a Comissão de Direitos Humanos, que fundou a Frente. Então, pela primeira vez, nós tivemos Deputados e Senadores organizados no Congresso para lutar pelos nossos direitos.

Tem vários Projetos, em nível nacional. Tem três que são as nossas grandes prioridades, três eixos: criminalização da homofobia, a união civil e a mudança do pré-nome das pessoas transexuais e travestis. São os três grandes eixos da nossa

Agenda Legislativa hoje. Todos são prioritários, não tem um que é mais prioritário do que o outro, mas nós, nos últimos dois anos, nos concentramos na criminalização da homofobia porque a gente tinha uma avaliação tática de que talvez fosse mais fácil, porque é uma questão de Direitos Humanos, e aí, não foi; tão difícil quanto a união civil, a Fátima, que está lá todo dia sabe disso, mais do que, talvez, todos nós aqui. É uma reação fundamentalista contra a criminalização da homofobia. Então, o Projeto está, há um ano, já no Senado. Foi aprovado na Câmara por acordo de liderança, não foi por votação nominal, foi um grande acordo entre Governo e oposição, diga-se de passagem. O Tony falou aqui, é importante que a gente discuta, não só os setores progressistas de centro e centro-esquerda, mas com os liberais, democráticos, porque essa é uma Agenda também dos liberais, não é só uma agenda dos fundamentalistas conservadores, mas é uma Agenda dos liberais, do PFL, do PSDB, setores do PFL e do PSDB, que são democráticos e liberais, apóiam e podem apoiar essa Agenda; nós não podemos desprezar esses setores, temos que tentar isolar outros fundamentalistas, que estão principalmente nos partidos de centro e, infelizmente, na nossa base aliada: PR, PTB, PMDB e outros.

Então, os Projetos são esses; a união civil tem dois Projetos novos, um deles apresentado pelo Deputado Sérgio Barradas, do PT da Bahia, que, na verdade, é um Projeto do IBDFAM, Instituto Brasileiro de Direito da Família, que nós conhecemos, ele muda toda a legislação de família no Brasil, é um Projeto super moderno, super progressista e, entre eles, têm a união civil. E outro é o Projeto do Deputado Vaccarezza, de São Paulo, 508... 674/2007, do ano passado, que ele atualiza a legislação de união estável e lá prevê também união estável de pessoas do mesmo sexo. Então, Projetos não nos faltam; nos falta força política e capacidade de articulação e compromisso do Congresso em votar as nossas demandas.

Sobre as travestis e as pessoas transexuais vou deixar para a Fernanda falar mais, dizer que hoje nós temos um foco nessa população, que é o PLC 72/07, que era o Projeto de Lei do Deputado Zica, que foi aprovado na Câmara e foi agora para o Senado, que autoriza a mudança de nome das pessoas trans, e o Projeto das travestis, apresentado esse ano pela Deputada Cida Diogo, que a Fernanda e a Cida podem falar mais depois.

Quais são os nossos desafios? O poder hoje, que atravança os nossos direitos, infelizmente, é o Legislativo; o Judiciário, mesmo com todo seu conservadorismo, todo o dia, ele pipoca uma decisão de primeira instância, uma decisão até de segunda instância favorável; o Executivo, nós estamos tendo essa Conferência, que fala por si; o Legislativo é complicado, os Projetos não andam, os aliados dão a cara para bater, mas a reação fundamentalista é muito forte, o setor que fica não é nem contra, mas também não se mobiliza a favor, faz com que o trâmite dos nossos Projetos seja muito lento. É o que está dito ali, os fundamentalistas são poucos, mas barulhentos, então, um dos eixos é o Estado laico. Então, eu quero dizer o nome de três fundamentalistas, para a gente não votar neles, não deixar ninguém votar neles, vocês vão me permitir. Um deles é candidato a Prefeito do Rio de Janeiro, não pode ir nem para o segundo turno, se chama Marcelo Crivella, esse é um dos chefes do fundamentalismo no Brasil, e nós vamos repudiá-lo nas urnas. Tem várias opções; podem votar, eu tenho candidato, tem a Jandira, tem o Molon, tem o Gabeira, tem muita opção no Rio para votar, mas, no Crivella não tem porque é fundamentalista, porque é contra os Direitos Humanos, não pode. No Espírito Santo, tem outro fundamentalista, chama Magno Malta, esse senhor não pode ser reeleito. Esse senhor, nos chamou de zoófilos e de pedófilos, comparou homossexualidade à pedofilia, à zoofilia e à necrofilia, no Senado Nacional, constrangeu a Casa, um discurso que constrangeu aquela Casa, os brasileiros não merecem isso. E um outro, aqui do Distrito Federal, que eu gostaria de citar, se chama Bispo Rodovalho, é outro chefe dos fundamentalistas, não deve ser reeleito, vocês me desculpem, tem mais um que vou falar, que é do Acre, não sei se o Germano está aqui, que infelizmente é do meu partido, Germano, mas nós já entramos com a Comissão de Ética contra ele, se chama Henrique Afonso, esse senhor é fundamentalista, ele incitou a população do Acre contra o companheiro Germano, que fez sua união civil lá, e ele foi dizer que isso estava errado, e é um Deputado, infelizmente, do nosso partido. Esses são fundamentalistas, têm que ser combatidos, e eles estão em vários partidos. Nossa aliança é pelo Estado laico, pela dignidade da pessoa humana, esses senhores são um atraso, e não só para o GLBT, ele são atraso para a luta das mulheres, descriminalização do aborto, eles são um atraso na luta cidadã. Então, para concluir, o Bassuma, na Bahia, muito bem lembrado, que é outro fundamentalista.

Queria deixar os meus dados, dizer para vocês que a nossa Agenda Legislativa está centrada, então, na união civil, na criminalização da homofobia e nos Projetos de lei das travestis e pessoas trans, que nós temos aliados e guerreiras e guerreiros no Congresso Nacional, duas delas estão aqui, mas que se nós não nos mobilizarmos em cada Estado, em cada grupo, em cada cidade, e agora tem eleição, vamos votar em candidatos e candidatas comprometidos com o nosso direito, em vários partidos. Vamos votar em candidatos e candidatas que sejam pela cidadania, contra o fundamentalismo. Esse é também o nosso dever de cidadão, porque ninguém está lá sem voto, quem está lá foi eleito, então, nós também temos a responsabilidade em fazer avançar os nossos direitos, não só votando bem, mas fazendo campanha para aqueles e para aquelas que têm compromisso com a agenda da cidadania LGBT. Eu acho que isso é muito importante para nós e eu queria encerrar dizendo isso: Vamos mudar, vamos andar com a nossa Agenda Legislativa, mas vamos fazer a nossa parte também. Obrigado.

Sra. Fernanda Benvenutty

Devemos nos ater a uma questão que é muito importante para o movimento GLBT. Para que tudo aconteça, para que os Projetos de lei sejam aprovados, para que esses 37 Projetos de lei que estão lá e que precisam sair das gavetas para as pautas, precisamos de uma mobilização muito forte, que busque parceiros e parceiras que contribuam para o Movimento.

Por que é que esses Projetos que estão nas gavetas, estão lá friamente? Porque não há interesse nem vontade política para que esses Projetos sejam aprovados. Porque esses Projetos, sendo aprovados, eles vão cair na real e nós vamos dar um tapa de luva de pelica, friamente, em todos esses fundamentalistas que estão aí pondo, toda hora, a cara e dizendo que o PLC não pode ser aprovada, que a união civil estável não pode ser aprovada, que o Projeto que muda o prenome das transexuais e das travestis também não pode ser aprovado, que tudo isso está errado. Não... Errada está é a consciência, é a mentalidade, a formulação preconceituosa que esses fundamentalistas têm.

Para avançarmos junto a esses segmentos religiosos, nós não temos que bater, nós não temos que jogar pedra em toda a comunidade religiosa; nós temos que escolher, nós temos que saber quem são os nossos aliados, para que esses nossos aliados sensibilizem esses que são nossos amigos, para nós trazermos para o nosso campo. Nós temos que usar a mesma estratégia que eles usam, quando eles querem converter as pessoas para as suas religiões. Então, nós temos que usar da mesma estratégia, seduzir. É pela sedução, é pelo diálogo, é pelo embate, é pelo debate que, inclusive, o PLC 122 nos favoreceu. Foi esse amplo debate com toda a sociedade; em todo o país hoje, o que se discute é a aprovação do PLC, a criminalização da homofobia.

Então, se a gente teve essa oportunidade de poder discutir, não só com a nossa comunidade, mas com toda a sociedade, isso é um passo, isso é um avanço. Precisamos avançar. Agora, para que tenhamos uma bancada forte, já que nós não temos, nas nossas casas, a comunidade GLBT assumidamente levantando a bandeira nessas casas, nós também precisamos empoderar, buscar, construir

nossos parceiros juntos aos heterossexuais, que são nossos aliados e que estão lá e que sofrem o mesmo preconceito que sofremos do lado de cá. Eles sofrem lá por estarem nos defendendo, por estarem defendendo a nossa causa e apresentando Projetos de Lei, que contrariam a vontade da maioria dessas pessoas que, me perdoem, uma grande maioria já nem devia estar mais na política, muito menos legislando em favor de uma sociedade, em favor de uma comunidade. Porque legislar em favor de uma sociedade, uma legislação, um mandato, que é pautado no preconceito, na discriminação e que não respeita os Direitos Humanos. Algumas pessoas nunca deveriam se candidatar a nada porque, eu não quero dizer aqui algum outro cargo, que todas as profissões são dignas, existem pessoas indignas de exercerem profissões, que é o caso de alguns políticos brasileiros.

Nós estamos vendo aí, todos os dias, como é que a mídia e uma parcela das políticas brasileiras enxergam, vêem e aplaudem a questão das travestis na sociedade. Pegar quem, ontem, viu a abertura dessa Conferência que, entre todas as 49 Conferências que já aconteceram nesse país, essa é a única que vai ficar na história, na história desse movimento, na história do nosso Presidente e na história da nação para o mundo. Essa Conferência provou, principalmente para o nosso Presidente, que nós somos cidadãos e cidadãs, seres inteligentes e capazes e com comportamentos dignos de estarmos na sociedade, foi isso que essa Conferência, essa abertura, ontem, fez.

E, entre todos os parabéns que vocês dirigiram a mim, eu devolvo para vocês, porque nós somos parte disso; essa Conferência não estaria acontecendo, ontem não teríamos o Presidente aqui se não fosse por todos nós que estamos aqui, homos e heteros, porque têm delegados e delegadas aqui, que são heterossexuais e que também dão sua cara a bater, quando estão junto conosco.

Essas questões, elas perpassam pelo empoderamento do sujeito político que nós somos; todos nós somos sujeitos políticos. E sujeitos políticos que precisam avançar e que nós precisamos fortalecer esses agentes políticos, que são nossos aliados, mas nós precisamos começar a olhar para o nosso próprio umbigo e começar a eleger candidatos e candidatas também militantes, também que dão a cara a bater, em todo o país, porque, se a gente não começa, onde que a gente vai

chegar? Nós, hoje, temos a Cida Diogo; nós, hoje, temos a Fátima Cleide, temos outros aliados no Congresso e na Câmara Federal e amanhã, quem poderá vir?

Poderão ter outros fundamentalistas se apropriando desse cenário para, cada vez mais, nos colocar no patamar de marginalidade e aí, colocando essa questão das travestis, gente, é aberrante você ver um caso como o caso do Ronaldinho, que deu mídia e ainda dá mídia, vai dar mídia por um ano, e esta Conferência, com a magnitude que ela teve ontem e que está tendo hoje com as palestras, com os debates que vão acontecer. Acho que a mídia ainda não fez a reparação desse mal que causou à comunidade de travestis e transexuais. É pouco... As matérias que saíram... São poucos os discursos que foram feitos, as falas que foram feitas aqui, que a mídia reproduziu. Mas avançamos e, o fato de chegarmos aqui, o fato de aqui termos um grande número de travestis e transexuais para aqui poder dizer que existem e que querem apenas pautar os seus direitos e garantir esses direitos nessa sociedade, é importante. É importante aqui mostrar para essa mesma sociedade, que põe a travesti à beira da marginalidade, porque nós todos fazemos parte dessa mesma sociedade.

Eu não vejo a sociedade em fatias, eu vejo essa sociedade como um conjunto. O que é uma sociedade? É um conjunto de pessoas, vivendo num mesmo espaço e cada um respeitando o direito do outro, porém, as pessoas ainda insistem em colocar as travestis no patamar de marginais, de coitadinhas, de vítimas e, quando uma travesti tem uma atitude, querem colocar nos nossos olhos e na nossa boca uma tarja escura, para não enxergarmos as travestis que são artistas, as travestis que são engenheiras, as travestis que são empregadas domésticas, as travestis que são advogadas, saudosamente, a nossa querida Janaina Dutra, que fazia esse papel muito bem e outras e outras travestis, porque as travestis, nesse país e no mundo, elas não estão apenas única e exclusivamente na prostituição; elas estão em todos os lugares.

Travestis, gays lésbicas e bissexuais, todos nós, da comunidade homo, precisamos nos empoderar dos partidos políticos, precisamos estar dentro dos partidos políticos. Porque toda essa construção, para a gente derrubar tudo isso que está aí, a gente precisa estar dentro dos partidos. Porque, dentro dos partidos nós

vamos vencer os homofóbicos... Nós somos petistas e sabemos que, dentro do PT, existem pessoas homofóbicas e nossa presença é necessária para que façamos com que eles entendam que a homofobia não está com nada e que eles estão ultrapassados; que a filosofia do seu partido não é mais a mesma da década de 1930 e que ele precisa evoluir para uma sociedade justa, igualitária, digna, que respeite os direitos do cidadão, de todas as pessoas porque, para mim, respeitar o direito dos cidadãos, eu não gosto desse chavão que as pessoas falam: “O meu direito começa onde o seu termina”. Mentira! O meu direito anda igualzinho ao seu! Eu não quero nem ir na frente e nem ficar atrás. Eu quero ir paralelamente com você. E é isso que a comunidade GLBT precisa.

Foi difícil fazer uma explanação depois que o Julian falou tudo... Como a gente já conhece todos os Projetos de lei, ficaria repetitivo eu falar. A minha fala é para que a gente tenha consciência de que travesti, gay, lésbica, bissexual, nós somos apenas seres humanos e cidadãos. A orientação sexual e a identidade de gênero são apenas um glamour, são apenas algo a mais na comunidade GLBT.

Sra. Deputada Cida Diogo

Bom-dia a todas e todos, bom-dia à Mesa. Eu quero, antes de mais nada, saudar a essa bela delegação, que realiza uma Conferência que é um marco histórico no nosso país e no mundo, como bem disseram, ontem, Tony Reis e nosso presidente Lula. Nós, aqui no Brasil, estamos dando um exemplo para o mundo de como a gente deve discutir uma questão que é tão cara para a sociedade, que é a defesa de direitos e, na minha avaliação, a comunidade GLBT é, hoje, a representação do que mais se avilta no nosso país, em relação a Direitos Humanos: Não reconhecer o direito das pessoas seguirem a sua orientação sexual, sem incomodar a ninguém, mas tendo direito de não serem incomodados. Esse é o grande desafio. Essa Conferência vai apontar ações, políticas públicas, para poder enfrentar essa realidade no nosso país.

E, quando a gente discute a questão do Legislativo nesse debate, aí a coisa fica mais séria ainda. E eu gostaria de pegar o final da fala da Fernanda, quando ela coloca a questão dos partidos políticos. Quando a gente vai discutir o Legislativo, a gente tem que, primeiro, refletir sobre quem esse legislativo está representando, essa sociedade que esse legislativo está representando. E esse Legislativo só é composto por conta da representação partidária que está ali dentro. E, se a sociedade, setores da sociedade não tomam a decisão de se apropriar desses partidos, de ir lá, para dentro desses partidos, fazer o debate, fazer a disputa, só aquele setor que vai para lá ganha e aí, tem um Legislativo como tem hoje no nosso país. O Congresso Nacional, hoje, ele representa, na minha avaliação, na sua maioria, o atraso em relação à questão comportamental no nosso país. E é por conta de esses setores terem clareza, clareza da importância que os partidos políticos têm nesse debate, é que hoje eles vão para dentro dos partidos; hoje, a gente vê os setores fundamentalistas tomando conta de partidos, dominando partidos, comprando partidos. É uma questão muito séria, no nosso país, porque isso tende, se continuar, inclusive, colocar em risco a característica da laicidade do nosso Estado brasileiro. Por isso é que os setores que têm compromisso efetivo com a democracia, compromisso efetivo com o Estado laico, têm que se atentar para isso e ir para dentro dos partidos disputar as direções partidárias e, principalmente, colocar

alternativas para a sociedade, de candidaturas comprometidas com a verdadeira democracia no nosso país.

Então, eu acho que é uma discussão que essa Conferência tem que fazer e que o movimento social tem que fazer como um todo. E aí, colocando, enquanto Presidente da Frente Parlamentar do Congresso Nacional, que hoje congrega 237 Parlamentares - Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas - nós temos acompanhado esse processo, desde o ano passado, quando cheguei na Câmara e, com muito orgulho, fui designada pelos pares da Frente, pelo Movimento GLBT, para assumir a coordenação da Frente Parlamentar, a gente tem acompanhado essa discussão no Congresso Nacional. E, para vocês terem uma idéia, como o Julian já colocou, são mais de 20 iniciativas de Projetos de lei, que buscam garantir direitos à comunidade GLBT. Alguns estão lá há mais de 10 anos e não evoluem; ficam na gaveta, não se permite avançar. Outros, na verdade, só dois, que conseguiram passar por esse crivo da Câmara Federal, que é o Projeto da criminalização da homofobia e o que estabelece o direito das nossas transexuais, após a cirurgia, terem o seu nome social assumido com a sua identidade, inclusive sem necessidade de cirurgias, as nossas trans poderem ter esse direito, está no Senado, só que esse das trans não anda; ele passou na Câmara, mas, no Senado, conseguiram arrancar uma forma de ele ficar meio que engavetado e não evoluir a discussão no Senado. E o outro, que é o da criminalização da homofobia, que a nossa Senadora Fátima Cleide, heroína, digo para vocês, uma heroína, porque o que Fátima tem enfrentado, no Senado Federal, de agressão, de provocação, de humilhação, inclusive com ações no seu Estado; é isso que eles fazem. Essa intolerância leva a isso, a expor uma companheira, uma Senadora da República, eleita legitimamente no seu Estado, por conta de ela estar lá defendendo um Projeto que busca a garantir que, no nosso país, se puna qualquer atitude que discrimina, que coloca o preconceito, que persiga qualquer pessoa de orientação sexual que não seja aquela que esses setores querem, que é a heterossexualidade. A homossexualidade, para eles, é uma ofensa, mas, na minha avaliação, eles, com essa atitude, ofendem a si mesmos, ofendem a sua origem porque eles não respeitam o que eles mesmos pregam; eles usam um livro histórico no nosso país, que é a Bíblia Sagrada, para defender o preconceito, para defender a perseguição. Isso é desumano.

Essa discussão nós temos que colocar no Congresso Nacional. E, infelizmente, eles estão muito organizados, eles são muito organizados. Assim como eu citei na questão dos partidos políticos, no Congresso Nacional, eles também têm se movimentado muito bem e, infelizmente, gente, existe. Eu costumo, hoje, avaliando todo esse processo, eu tenho dito que eles utilizam muito essas questões fundamentalistas para defender as suas ações, mas hoje eu digo a vocês: Não é só a questão fundamentalista que está por trás; o mais grave, para mim, é que tem interesse de negócio, negócio muito grande, envolvido nesse processo, que vai desde o interesse eleitoral, de número de votos, que eles querem disputar nas suas bases, para garantir uma maior representação, seja no Congresso ou em outros espaços legislativos, e também negócio financeiro.

Para vocês terem uma idéia, hoje existe iniciativa de Lei, que propõe que a pessoa que é homossexual, que resolva fazer tratamento para sua questão, porque eles consideram a homossexualidade como uma doença ainda, mesmo a Organização Mundial da Saúde tendo reconhecido que não é doença, eles continuam insistindo como sendo, e eles estão, hoje, com iniciativas legislativas que criam um auxílio, que o Estado deve fornecer uma bolsa para aquela pessoa que resolveu entrar em tratamento, recuperar a sua heterossexualidade. Olhem o abuso, o absurdo a que se chega. E isso, para mim, tem a ver com a ligação direta, com o fato de você estimular essas pessoas. Aquelas pessoas que quiserem receber esse recurso, elas vão estar ligadas a alguma instituição; elas vão estar diretamente ligadas à instituição que vai tratá-la.

Então, isso é óbvio que não tem nada só preocupado com a questão bíblica, fundamentalista, mas tem a ver com o dinheiro, que rola muito, nesses interesses escusos que estão apontados em iniciativas como essa. Então, esse cuidado nós temos que ter. Nós temos que discutir, com muita seriedade, mas, principalmente, com muita inteligência, como é que nós vamos nos organizar para barrar ações como essas e, ao mesmo tempo, para fazer avançar legislações que garantam direitos? E aí, eu acho que a Fátima vai aprofundar o debate específico do PLC 122, para vocês entenderem como é que essa movimentação se dá e aí, a gente tem que começar a discutir. Existe perspectiva, não só de ter iniciativas no Congresso Nacional; o Congresso Nacional é muito importante. É fundamental termos Leis

federais que façam reger o funcionamento da nossa sociedade. Mas, na minha avaliação, nós temos também que começar a provocar iniciativas locais, leis, nas Câmaras de Vereadores, leis nas Assembléias Legislativas, que possam ir acumulando no sentido de a gente se fortalecer nesta luta.

Eu me lembro muito, eu costumo fazer muita referência da luta de nós, mulheres, eu ainda era novinha na época, mas a gente, a partir do momento em que assume o movimento e a gente vai revendo a história, eu me lembro, em meados do século XX, a luta que as nossas mulheres enfrentavam quando elas tomavam a decisão de não manter mais o casamento. Eu me lembro, a minha irmã enfrentou isso várias vezes. Com certeza, várias pessoas que vocês conhecem enfrentaram situações, quando percebiam que não tinha mais condições de o casamento se manter, elas enfrentavam, se separaram e aí, elas eram chamadas de pervertidas, elas eram expulsas da família, até que a Lei do Divórcio foi aprovada, trouxe uma nova norma para o nosso país e conseguiu. Hoje, as mulheres, que tomam essa decisão, são reconhecidas como mulheres, mães, que têm aí a possibilidade de reconstruir a sua vida, sem precisar ser expulsa da família, sem precisar ser jogada para fora da sociedade.

Hoje, no início do Século XXI, eu digo a vocês: É a comunidade GLBT que vai mexer também com essas questões comportamentais. São vocês que vão, nesse momento, conseguir avançar, na nossa sociedade, o reconhecimento de que as pessoas têm direito, que os seres humanos têm que ser respeitados, independente da sua orientação sexual, independente do seu sexo, independente da sua raça, independente da sua opção religiosa, porque isso, para mim, representa intolerância religiosa, porque eles se acham, dentro da própria religião, um se acha superior ao outro; existe também, dentro das próprias denominações, esse tipo de intolerância. Nós temos que avançar muito firmes, e essa Conferência, eu tenho certeza que ela marca esse momento no nosso país, de nós revermos concepções, de nós aceitarmos as pessoas e convivermos com as pessoas, respeitando os seus direitos, independente da sua origem social, independente de qualquer coisa. Vocês, hoje, estão com a bola da vez. É o movimento GLBT que vai trazer para o nosso país a revisão dessa verdadeira democracia, dessa verdadeira laicidade do Estado e, principalmente, do respeito aos Direitos Humanos do nosso país.

Um grande beijo, muito sucesso na Conferência e contem conosco, no Congresso Nacional.

Sra. Senadora Fátima Cleide

Bom-dia, companheiros e companheiras de luta. Eu quero iniciar, saudando aqui a nossa Mesa, companheira Cida Diogo, companheiro Julian e companheira Fernanda. Quero fazer uma saudação especial a uma pessoa que, delegada desta Conferência, representa a dor de todas as mães que vêem os seus filhos sendo discriminados e sofrendo preconceitos, na pessoa da D. Rosângela, lá do Espírito Santo. Quero saudar também, carinhosamente, a todos os delegados e delegadas dessa Primeira Conferência, um marco histórico. Vocês estão fazendo história para o mundo. Nós estamos fazendo história para o mundo.

Quero aqui saudar, carinhosamente, todos, em nome dos nossos delegados e delegadas do Estado de Rondônia que estão, junto comigo, aqui. E quando a gente enfrenta, principalmente no Estado, toda a discriminação e o preconceito, junto com esses meninos e meninas, é porque a gente sabe que eles têm, muita força também para nos ajudar, estão e vão estar sempre junto conosco, nós não estamos sozinhas, por isso que a gente tem muita garra de seguir adiante, na defesa do que a gente acredita, e nós acreditamos que defender a cidadania GLBT é defender os Direitos Humanos, a ampliação e conquista dos Direitos Humanos no nosso país.

Portanto, companheirada, eu quero também parabenizar a todos e todas que fazem a Secretaria Especial de Direitos Humanos, na figura do nosso companheiro Perly, coordenador dessa Conferência e que também foi um guerreiro para que a gente chegasse até este momento.

Bom, como o Julian, a Fernanda e a Cida colocaram aqui, não vou repetir. Nós temos um marco dos Direitos Humanos GLBT, na nossa história legislativa, lá na Constituição de 88. Quem dera a Constituição fosse o bastante para que nós tivéssemos respeitados todos os direitos dos brasileiros e brasileiras e pudéssemos assegurar cidadania apenas com o texto constitucional, que já diz muito: todos e todas somos iguais perante a Lei.

No entanto, na realidade, no dia-a-dia, nós percebemos que a violência, o preconceito e a discriminação se manifestam com relação a todas as diferenças. Por isso foi necessário nós aperfeiçoarmos a legislação, aperfeiçoarmos a Constituição,

criando legislação específica para tratar e para cuidar as nossas crianças e adolescentes através do Estatuto da Criança e do Adolescente; para cuidar dos nossos idosos, através do Estatuto do Idoso. Estamos agora discutindo, a duras penas, no Congresso Nacional, o Estatuto da Igualdade Racial, e não temos espaço ainda para discutir porque o Congresso Nacional, da mesma forma como é preconceituoso com relação à legislação LGBT, também o é com relação ao direito dos povos indígenas. Não temos ainda essa discussão no Congresso Nacional e ainda sequer ousamos falar, no Congresso Nacional, num Estatuto GLBT.

E eu acredito, e espero, que essa Conferência Nacional traga como tarefa para nós, da Frente Parlamentar, a maioria de mulheres e homens de boa vontade, guerreiros daqueles espaços de defesa dos direitos da cidadania brasileira, que traga, para nós, a tarefa de construirmos também um Estatuto GLBT.

No Senado Federal, nesse momento, com relação a GLBT, nós temos duas proposições em tramitação: uma delas, citada aqui pelo companheiro Julian e companheira Cida, é o PLC nº. 72/2007, que dispõe sobre Registros Públicos e dá outras providências, possibilitando a substituição do prenome de pessoas transexuais. Essa proposição está tramitando na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Eu fui designada relatora, com muita honra, para esse relatório na CDH. E, por uma questão tática, nós temos mais guerreiros que podemos dividir, guerreiras para dividir as tarefas. É que a Fernanda falou: “Que todos os Projetos passem pela sua mão”. Nós temos que dividir também.

Então, companheirada, este Projeto, por uma questão tática, nós discutimos com o movimento que, aqui, quero, inclusive, em nome do Tony Reis, do Fábio, do Marcos, do Igor, da Dani, da Keila, da Fernanda, enfim, de todos os companheiros e companheiras do movimento, que estão diuturnamente conversando com a gente, eu quero agradecer pelo aprendizado que eu tenho tido, todos os dias, a partir de um ano e meio, depois que peguei a relatoria do PLC 122.

Então, por uma questão tática, nós discutimos que iríamos jogar todas as nossas energias, neste momento, para a aprovação do PLC 122, que é a outra matéria que tramita no Senado e que eu também sou relatora. Porém, em função

dos problemas e das polêmicas levantadas com relação à aprovação do PLC 122, nesta semana, nós fizemos uma discussão com representantes do Coletivo Nacional de Transexuais e decidimos que estamos aguardando pareceres e notas técnicas, tanto do coletivo quanto de setores do Governo Federal, para elaborarmos o nosso relatório, o nosso parecer sobre o Projeto de Lei nº. 72 e submetermos à aprovação na Comissão de Direitos Humanos. Eu espero que, ainda esse ano, a gente consiga aprovar esse Projeto na CDH.

E um outro Projeto que tramita no Senado Federal, que tem sido, inclusive, tanto fruto, aliás, que tem sido tão debatido pela nossa sociedade e que tem ganhado as ruas, através das paradas, como tema, que é o PLC 122, que pede a criminalização da homofobia. Este Projeto insere na lei 7716, que criminaliza o racismo. Que ficou conhecida essa lei como a lei anti-racismo e que, posteriormente, foi ampliada, e cuja ampliação deu-nos a oportunidade de chamá-la de Lei “Anti-discriminação”, e que nós estamos buscando aperfeiçoá-la para inserir o termo gênero, orientação sexual e identidade de gênero e, conseqüentemente, punir, criminalizar toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e violência gerada pela discriminação com relação à orientação sexual e identidade de gênero. Este Projeto é de autoria... Muita gente diz: “Ah, é o Projeto da Fátima Cleide”. Esse Projeto é de autoria da ex-Deputada Federal Iara Bernardes, do PT de São Paulo, e que foi, infelizmente, eu acredito que, por falta de um olhar mais criterioso nosso, coletivo, aquilo que Fernanda, Julian e Cida colocaram, há pouco, é muito importante que a gente observe, a partir de agora, para que não aconteçam... Que não aconteça com outros companheiros e companheiras o que aconteceu com Iara. Iara apresentou este Projeto, sofreu grande discriminação, a ponto de inviabilizar a sua reeleição para a Câmara Federal, e hoje nós não podemos contar com a companheira Iara, ao nosso lado, no Congresso Nacional, lutando pela aprovação do PLC 122, que é de sua autoria.

Então, companheirada, este Projeto foi apresentado pela Iara, em 2003; foi aprovado na Câmara Federal, em dezembro de 2006, por acordo de liderança, como aqui disse. Como aqui já citou o companheiro Julian; em seguida, foi para o Senado Federal, entrou... Começou sua tramitação na Comissão de Direitos Humanos do Senado. Naquela Comissão, nós seguimos todos os trâmites regimentais;

instituímos, inclusive, uma figura regimental que não existe, que é a do grupo de trabalho; fizemos várias reuniões de grupo de trabalho, juntando o movimento social, Governo Federal, aí eu quero agradecer a pessoa do nosso companheiro Dr. Ivair, da Secretaria de Direitos Humanos, que tem sido um parceiro, muito guerreiro, inclusive nessa discussão, e reunindo também os opositores à aprovação desse Projeto. Foram inúmeras as reuniões do grupo de trabalho. Fizemos Audiências Públicas no Congresso Nacional, no Senado e fizemos Audiências Públicas, inclusive, em Assembléias Legislativas, em Câmaras Municipais, discutindo, a todo o momento, esse Projeto de Lei nº. 122, buscando a criminalização da homofobia. Infelizmente, a resistência é muito grande e o Regimento do Senado Federal, do Congresso Nacional, também permite manobras que protelam a discussão, que protelam a aprovação do processo legislativo.

E aí, no final de 2007, depois de ampla discussão ocorrida na Comissão de Direitos Humanos, por uma manobra regimental, foi encaminhado ao Plenário um requerimento para que este Projeto fosse para a Comissão de Assuntos Sociais e, na Comissão de Assuntos Sociais, nós gritamos e, graças à presença, na Presidência desta Comissão, de uma companheira também guerreira, que é a Senadora Patrícia Saboya, nós... A Senadora Patrícia Saboya, Presidente da CAE, me nomeou, novamente, Relatora do PLC 122, na Comissão de Assuntos Sociais, de modo que nós estamos numa luta ferrenha para que este Projeto seja aprovado na CAE, depois, na CDH, e depois ele ainda vai tramitar na Comissão de Constituição e Justiça e nós estamos dizendo o seguinte: Na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Direitos Humanos, nós estamos analisando o mérito, isto é, esta população tem o direito a ter direito ou não? É isso que nós precisamos responder, nessas duas comissões. Se é constitucional, se tem problema de formulação legislativa, nós entendemos que é a Comissão de Constituição e Justiça quem deve analisar. Mas, de uma coisa eu tenho certeza, nós já detectamos que, na redação do Projeto, há algumas possibilidades de mudança, mas isso a gente já negociou com o Governo, o movimento social aceita, as mudanças devem ocorrer por veto presidencial.

E quero dizer aqui para vocês que nós entendemos isso porque nós não podemos deixar esse Projeto voltar para a Câmara Federal porque, se voltar para a

Câmara Federal, aí, minha gente, lá, por mais que nós tenhamos resistências fundamentalistas no Senado Federal, nós somos apenas 81; na Câmara, somos 513, portanto, vai dormir em berço esplêndido por um bom tempo e aí, a gente vai cair, podemos cair num grande problema, que é o número de três mortes, de uma morte a cada três dias, ele pode vir a ser três daqui a dois anos, se nós não dissermos que a sociedade brasileira não atura mais a violência, que é consequência, sim, do preconceito e da discriminação.

Portanto, aprovar a criminalização do PLC 122 é tarefa de todos nós e, para isso, atendendo àquilo que foi ontem colocado aqui pelo nosso Ministro Paulo Vannuchi, no sentido de que nós façamos um grande esforço para construir a unidade daquilo que é fundamental para esse movimento e para a nossa sociedade no que se refere à cidadania GLBT, neste momento, eu quero dar aqui uma humilde contribuição. Nesse aprendizado, ainda muito incipiente, de um ano e meio da minha convivência com vocês, eu tenho tido muita dificuldade e a dificuldade passa primeiro pela língua, pela linguagem. É muita coisa e não é, gente, por dificuldade, por ignorância apenas que a gente não consegue entender. É que a vivência de cada um, a vivência de cada um coloca limitações. Então, eu quero contribuir um pouco aqui, humildemente, começando pela linguagem. Já ouvi falar, nesse período, em homofobia, transfobia, lesbofobia, e a gente tem uma dificuldade danada. Eu já consigo entender, mas transmitir isso para a sociedade de uma forma que a sociedade entenda o que nos une é fundamental.

Portanto, “hétero” é um termo que eu aprendi que significa diferente e “homo” significa igual. Então, quando a gente fala de homo, nós estamos querendo privilegiar os homens que fazem sexo com outros homens apenas, nós estamos falando de toda a homossexualidade. E eu acho que, a partir da linguagem, a gente tem uma grande oportunidade de conseguir falar para toda a sociedade e ampliar... E ampliar o número de aliados que, lá no Congresso Nacional, hoje, são 236, mas pode vir a ser logo, logo, 60% do Congresso Nacional, eu acredito nisso, acredito que as pessoas podem mudar a partir do momento em que nós conseguimos conquistar suas mentes e os corações. E, pela linguagem, é uma facilidade.

Outro desafio que eu coloco aqui é a participação. Acredito que o movimento tem que se empenhar, junto com o Governo. A responsabilidade de todos nós, para ocupar espaços de formação política para que as pessoas possam participar, não apenas das paradas como momento de festa, mas também participar nesta luta pela criminalização da homofobia e pela aprovação de todos os Projetos que hoje estão no Congresso Nacional, que são cerca de 20. E aí, minha gente, só para concluir, que o meu tempo também se esgotou há tempo, eu queria informar vocês que o Alô Senado é um serviço, que existe no Senado Federal, de comunicação direta com a população brasileira, e esse serviço recebeu 36 mil ligações de pessoas que colocam a sua posição a respeito da aprovação, aliás, a respeito do PLC 122. Infelizmente, 90% das 36 mil ligações que chegaram ao Alô Senado são contrárias à aprovação do PLC 122. Portanto, fica aqui o desafio e uma tarefa: Liguem para o 08000612211 do Senado Federal, e façam um grande movimento para dizer que não apenas os evangélicos, os religiosos fundamentalistas, têm posição com relação ao PLC, mas a sociedade brasileira também o tem. Um grande abraço a todos vocês, muito obrigada pelo apoio e, com certeza, venceremos. Um grande beijo.

PAINEL 4

Poder Judiciário e Ministério Público – Contextualização e Perspectivas

COORDENAÇÃO

Simione Silva – Min. Saúde

EXPOSITORES

Dra. Luiza Frischein
Dr. Sérgio G. Suiama
Des. Maria Berenice Dias
Marinalva Santana
Paulo Mariante

Dra. Luiza Frischein

Boa tarde a todos e a todas. Fizemos a apresentação desse vídeo institucional porque nós somos do Ministério Público Federal e nós viemos aqui hoje falar pelo grupo Direitos Sexuais Reprodutivos, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Então, a gente fez um pouco um painel do que é o Ministério Público Federal. Dentro do Ministério Público Federal, vocês viram que existe a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que cuida justamente da defesa dos direitos das minorias, dos grupos minoritários. E aí, a questão do direito à diferença sexual, orientação sexual e, dentro da PFDC, existe um grupo de trabalho específico para a defesa dos direitos sexuais reprodutivos.

Então, dentro desse painel, é que se dá a nossa atuação. Nesse grupo, existem cinco Procuradores, três dos quais estão aqui hoje: Eu, o Sérgio e o Renato. Outros dois colegas, outros três colegas, um do Rio Grande do Norte, um do Rio Grande do Sul e um do Rio de Janeiro não puderam estar aqui conosco.

O Ministério Público Federal está presente no Brasil inteiro, nas capitais, mas, também em muitas cidades do interior. As grandes cidades do interior, as cidades médias têm presença de Ministério Público Federal, que tem atribuição sobre a sua cidade e aquele grupo de cidades. Por exemplo, os Procuradores da República em Campinas atuam em Campinas e 50 outros Municípios no entorno de Campinas.

O nosso grupo existe desde 2005 e ele tem como enfoque a discriminação de gênero e orientação sexual, tráfico interno e externo de pessoas para fins de exploração sexual, entre outras questões. O nosso grupo surgiu, principalmente num primeiro momento, para dialogar sobre esse tema para o público interno, ou seja, fazer com que os membros do Ministério Público Federal tivessem a consciência que, dentro das suas atribuições na defesa da cidadania, se encontra também a defesa dos direitos do grupo GLBT. Ou seja, discriminação contra integrantes do grupo GLBT, direitos à operação de mudança de sexo, a questão do reconhecimento da união estável, das parcerias civis, da adoção, tudo isso faz parte do trabalho do Ministério Público Federal, dos Procuradores que atuam na defesa da cidadania.

Então, quando o nosso grupo foi criado, em 2005, o primeiro trabalho que a gente fez, e eu e o Sérgio, por exemplo, estamos no grupo desde o início; foi divulgar o que nós estávamos fazendo e a importância desse tema internamente. Porque os Procuradores da República são acionados, têm processos, vários processos, várias áreas de atribuição e, muitas vezes, eles não se atentam para essa atribuição, que é a defesa do grupo GLBT, como atribuição, também, do Ministério Público Federal.

Então, a nossa primeira atuação foi sensibilizar os colegas nesse sentido. Eu acho que hoje, com quase... Com três anos de atuação, a gente já conseguiu sensibilizar bastante os colegas e a nossa atuação tem crescido porque o nosso grupo, ele é um grupo... Ele não é grupo executivo, ou seja, não somos nós que fazemos as ações. O que nós fazemos é auxiliar a PFDC em algumas demandas, em algumas consultorias, e passarmos isso para os colegas que estão na ponta, que estão nos Estados, que estão promovendo as ações, que estão fazendo as parcerias com os colegas das ONGs, com a Defensoria Pública, para que determinadas ações sejam implementadas.

Bom, uma das coisas que a gente tem feito, por exemplo, vocês vão ver aí que é a questão do procedimento de transgenitalização. O que é que existe sobre isso? E aí já falando pontualmente sobre uma das nossas ações. O Ministério Público Federal, no Rio Grande do Sul, propôs uma ação civil pública para que o atendimento fosse... Esse atendimento fosse feito pelo SUS. Nós ganhamos, em primeira instância, ganhamos no Tribunal. Mas, a Advocacia da União, que é quem defende, quem advoga para o Executivo, conseguiu suspender essa decisão no Supremo Tribunal Federal. E aí, é interessante que, vejam, o Ministério da Saúde é favorável à inclusão desse procedimento no SUS. Ontem mesmo, os colegas que estavam aqui, que estão aqui na Mesa, estiveram numa reunião no Ministério da Saúde, justamente para isso, para fazer com que o Ministério da Saúde assumira, através de uma Portaria, esse procedimento como um procedimento do SUS. Mas, ao mesmo tempo, a Advocacia da União atua para que uma decisão favorável do Judiciário, numa ação no Ministério Público Federal, seja suspensa.

Então, uma das atuações do Ministério Público Federal, por exemplo, como um dos integrantes do sistema de Justiça é, muitas vezes, tentar harmonizar o discurso do Executivo, que não é homogêneo, da parte técnica, com o discurso do Executivo daqueles que têm que implementar determinadas decisões ou defender determinadas decisões em ações judiciais.

Então, o nosso grupo está trabalhando fortemente para que o Ministério da Saúde adote esse procedimento da transgenitalização como um procedimento do SUS. Um dos argumentos que a gente combate, e o Ministério da Saúde reconhece, é que esse programa não implica em grandes despesas orçamentárias porque é possível fazer com a previsão orçamentária que existe. Estamos esperançosos que a gente consiga fazer isso.

No âmbito da defesa da população GLBT, encontramos situações muito interessantes. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, de novo, aconteceu essa questão que pessoas foram à Caixa Econômica Federal para obter um financiamento, um casal do mesmo sexo, e o que é que aconteceu? Foi dito que aquele casal não podia, como casal, obter o financiamento, a soma das rendas. Então, essa é uma questão que chega ao Ministério Público, você pensa: “É só de um determinado grupo?” Não. “Daquele casal?” Não. É de uma grande quantidade de pessoas que pode estar numa determinada situação. Então, é por isso, como foi feito no vídeo, que o Ministério Público não defende o interesse de uma, duas ou três pessoas. Mas, aquela situação, aquele problema que uma determinada pessoa identificou pode ser levado ao Ministério Público porque, na verdade, significa uma questão coletiva, porque, evidentemente, que a pessoa que vai à Caixa Econômica Federal pedir um financiamento imobiliário, que é um casal, com seu companheiro ou sua companheira, que o gerente diz que não é possível dar o financiamento para o casal, e, se fosse um casal de pessoas de sexos diferentes, poderia, em união estável, e do mesmo sexo não pode, essa questão é uma discriminação que atinge não só aquele casal, mas todas as pessoas que tiverem naquela mesma situação.

Então, de uma questão aparentemente individual, a atuação do Ministério Público vai se estender para uma atuação coletiva. Agora, se essas pessoas tiverem que entrar com uma ação judicial individualmente, não vai ser o Ministério Público

que vai fazer isso. Ou vai ser um advogado ou vai ser um defensor público, caso as pessoas não tenham condições de pagar advogado. Então, essa diferenciação entre a ação individual e a ação coletiva é que é importante ter. Não é que a pessoa individualmente não possa ir ao Ministério Público, mas ela vai para manifestar, para informar sobre uma situação pessoal que, na verdade, é uma questão coletiva. Obviamente, como toda a condição coletiva, ela atinge pessoas. Então, ela vai lá porque eu não posso saber de tudo o que acontece pelo mundo afora. O Ministério Público precisa que as pessoas cheguem e digam, até para identificar quais são as situações. Essa é uma situação que se alguém não chegasse e falasse para o Ministério Público, como é que eu ia saber? Fica muito difícil porque não existe uma norma específica. Esse foi um procedimento. Então essa é uma forma também de atuar.

Bom, outra questão é que nós atuamos internamente também, e isso é importante, nos planos de saúde. O que é que acontece no plano de saúde? O plano de saúde do Ministério Público Federal não permitia que companheiros e companheiras do mesmo sexo fossem declarados como dependentes. Então, a atuação do grupo, porque também não adianta falar só para fora, tem que falar para dentro, não é? Então, a atuação do grupo e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão conseguiu que, dentro do Ministério Público da União, o nosso plano médico assumira que o dependente pode ser o companheiro ou a companheira, independentemente de ser do mesmo sexo ou não.

Então, é importante porque são essas pequenas questões que afetam a vida da pessoa. Então, às vezes, gente, eu sei que é importante a gente ter uma legislação... Por exemplo, a questão da legislação. Eu sei que é importante ter uma legislação e a gente acompanhar a legislação. Mas, é importante também resolver os problemas das pessoas no dia-a-dia. E o problema do dia-a-dia das pessoas é a questão do plano de saúde, é a questão do financiamento, é a questão do reconhecimento da união estável. Então, o que é que acontece? Os projetos de lei, falando especificamente da união estável e que nós acreditamos, no nosso grupo, que um dos grandes pontos para a defesa dos direitos da população GLBT hoje é a defesa dos direitos civis dessa população. E o que é que a gente chama de defesa de direitos civis dessa população? É o reconhecimento, por exemplo, da união

estável. É o reconhecimento ao direito à adoção. É o reconhecimento do direito à sucessão. E por que é que são importantes? Por que é que a união estável é tão importante? Porque é da união estável que nós vamos resolver uma série de questões relativas à adoção, relativas à filiação, relativas à sucessão. Porque as pessoas vivem em família, vivem com seus companheiros, suas companheiras. E família aqui eu estou dizendo daquela com quem eu vivo, dentro da mesma casa, seja meu pai, minha mãe, meu tio. E ainda que eu viva sozinha, eu posso ter um companheiro que vive na outra casa. Posso viver sozinha e aqueles que me criaram foram um casal do mesmo sexo, tudo isso tem consequência na vida civil das pessoas.

Então, nós, do nosso grupo, fizemos uma representação ao Procurador Geral, para que o Procurador Geral fizesse uma ação que se chama Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, para que o Supremo Tribunal Federal reconhecesse a união estável, independentemente de ter o Projeto de Lei, que anda lá no Congresso Nacional a passos de tartaruga, para o reconhecimento da união estável.

O Congresso, às vezes, não consegue resolver porque o Congresso tem forças antagônicas, algumas progressistas, outras nem tanto. E o não resolver, às vezes, é uma opção política. “Não resolvo nada”. Mas eles resolvem não resolver nada porque essas questões vão estar no dia-a-dia no Judiciário. E o Judiciário vai começar a resolver no caso concreto. Então, vamos pensar um pouquinho, lá para trás. Eu gosto de citar sempre o exemplo que, antes de 1977, uma parte das pessoas aqui era bem criança, não era nem nascida, não existia divórcio no Brasil, certo? O divórcio existe a partir de 77 no Brasil. Mas as pessoas se separavam, tinham filhos fora do casamento, herdavam. Quer dizer, tinha uma série de situações. O que é que o Judiciário fez? As pessoas foram para o Judiciário. O que é que o Judiciário fez? Criou soluções para aquelas questões, que é o que o Judiciário está fazendo hoje para as pessoas nas uniões do mesmo sexo.

O Superior Tribunal de Justiça hoje está julgando uma série de processos, já em grau de recurso aqui em Brasília, aplicando o direito de família. Então, essas situações, elas existem. O Ministério Público vai atuar. A Defensoria Pública vai

atuar. Os advogados vão atuar. O Judiciário vai resolver, independente da legislação que tiver. Porque os problemas existem e a vida é muito mais dinâmica do que o Direito.

Agora, é importante lutar pela lei? Também é importante, por quê? Porque a lei vai fazer com que todos sejam tratados da mesma forma e seja reconhecido um direito que todas as pessoas têm porque, se existe união estável de pessoas de sexos diferentes, não há razão para que não seja reconhecida a das pessoas do mesmo sexo, por quê? Porque o que une as pessoas são os laços afetivos. Então, isso é importante. A luta hoje, do nosso ponto de vista, nós que somos o sistema de Justiça, em defesa da população GLBT, é a luta pelo reconhecimento dos direitos civis, do reconhecimento da união estável e da questão da adoção. Porque na adoção, hoje, pessoas solteiras podem adotar, mas, o casal do mesmo sexo não pode adotar. Isso gera consequências terríveis, principalmente em eventuais separações e, pior ainda, na sucessão.

Então, eu sou uma otimista pragmática. Eu acho que a gente tem muito para conquistar. Mas, é a atuação, no dia-a-dia, judicializando o máximo de demandas que for possível porque cria uma situação prática que o legislador vai ter que enfrentar. E, quando ele tiver que enfrentar, a situação prática já estará resolvida. Como ele vai resolver contrário a tantas decisões judiciais que já aconteceram?

Então, eu gostaria de deixar um recado para o movimento social, que o movimento tem uma atuação no campo político, que é o campo de atuar junto ao Legislativo para que venha uma legislação que reconheça os direitos civis da população GLBT. Mas, esse trabalho de judicialização de demandas, onde houver conflitos que podem ser judicializados: ir ao Banco e não me darem o empréstimo, não me deixarem adotar, não darem a adoção como solteira porque é uma travesti ou uma transexual, todas essas demandas a gente tem que saber que é possível judicializar e ter resultados. Isso é importante para a gente consiga, um dia, o caminho político, que é o reconhecimento através de uma lei da união estável.

É isso que eu queria falar para vocês, pelo Ministério Público Federal. Muito obrigada.

Dr. Sérgio Suiama

Boa tarde, gente. Tudo bem? Bem, eu me sinto muito à vontade aqui para estar com vocês hoje porque eu conheço muitas das caras que estão presentes e nós somos parceiros já históricos, não é? Nós, quando eu digo nós, não sou só eu, não é só Luiza e não é só o Renato, é o Ministério Público Federal que já é, há muito tempo, parceiro do movimento social e, mais especificamente, parceiro do movimento GLBTT, em relação à defesa da liberdade e da igualdade por orientação sexual.

A Luiza fez uma apresentação geral do nosso papel como Ministério Público. Eu só, então, queria lembrar algumas ações que a gente tem feito nesses últimos anos e mostrar um pouco o que nós estamos pensando para o futuro. A primeira ação que foi proposta, em matéria de defesa de direitos GLBT, no Brasil, foi uma ação do companheiro Paulo Leivas, Procurador da República, e foi ele quem ajuizou a ação do INSS, aquela ação da Previdência, para obrigar o INSS a pagar os benefícios previdenciários para o companheiro do mesmo sexo. Essa ação foi ajuizada em 90 e nós ganhamos, em primeira e em segunda instância. O INSS recorreu. E somente depois é que o INSS veio e deu aquela instrução normativa, dizendo que as pessoas, companheiros do mesmo sexo teriam direito à pensão por morte e àqueles benefícios previdenciários gerais. Então, essa foi a primeira ação.

Depois, também é do Ministério Público a ação das trans. A ação que obriga o SUS a dar cobertura integral para os procedimentos cirúrgicos envolvendo as transexuais. Essa ação também foi do colega Paulo Leivas e somente depois, e ontem nós tivemos o Ministério da Saúde; o Ministério da Saúde disse para nós, nesses termos: "Foi graças à ação do Ministério Público, que deu essa força, deu esse impulso para que o SUS pudesse, então, incorporar os procedimentos de transgenitalização no âmbito do próprio SUS". Então, é uma ação do Ministério Público Federal.

A ação do João Kleber, que nós entramos em São Paulo, contra o programa homofóbico "Tarde Quente", foi uma ação do Ministério Público Federal, ajuizada em litisconsórcio, ou seja, em parceria com sete instituições da organização civil. A

ABCDF, estou vendo aqui o Marcelo, o Paulo Mariante, o Grupo Identidade, a Associação da Parada e outras organizações da sociedade civil de São Paulo.

O acompanhamento do programa “Brasil Sem Homofobia”, no âmbito do MEC, também é um processo, um procedimento que está sendo acompanhado pelo Ministério Público Federal. O canal de denúncia, a criação de um canal de denúncias para que as pessoas possam denunciar a homofobia na Internet, que é o canal, é uma parceria do Ministério Público Federal com a ONG SaferNet Brasil. Quem não conhece ainda o canal de denúncias, é bom anotar lá: www.denunciar.org.br... www.denunciar.org.br. As denúncias de homofobia são repassadas ao Ministério Público Federal para que possamos tomar as providências cabíveis, não só quanto a homofobia, mas lesbofobia, transfobia, etc.

A ação, também foi noticiada no Piauí, para garantir que os homossexuais possam fazer a doação de sangue. Havia uma discriminação, no ato de doação de sangue, identificando o homossexual como um grupo de risco que, então, não poderia doar sangue, só pelo fato de ser homossexual. Essa ação foi também de um colega do Ministério Público Federal, o Tranvanvan, um colega do Piauí.

Enfim, nós temos muitas ações na área de defesa de direitos GLBT e de defesa da igualdade por orientação sexual. Nós fizemos um DVD, um CD-ROM, aliás, com todo o material que nós temos na nossa atuação: As decisões judiciais, pareceres, ações civis públicas ajuizadas. Então, o Ministério Público Federal é um parceiro de vocês na luta pela igualdade e na luta pela liberdade.

Eu já falei isso em um outro fórum, e acho importante que o movimento social não concentre sua atuação exclusivamente no Poder Legislativo. O Poder Legislativo tem suas restrições, tem suas limitações. Muitas vezes, um corpo colegiado como o Poder Legislativo não consegue aprovar leis favoráveis a grupos vulneráveis, a minorias. É importante que a gente tenha outras estratégias de atuação. E é esse o convite que a gente queria fazer. Procurem o Ministério Público Federal porque nós podemos defender o interesse do movimento de um ponto de vista coletivo. Não no ponto de vista individual, do direito do João ou da Maria, mas o

direito do ponto de vista coletivo, de todo um grupo de pessoas que estão sofrendo algum tipo de discriminação.

Então, é essa a nossa função: A garantia de direitos no âmbito judicial e, muitas vezes, o Poder Judiciário também é um lugar, um fórum, para a gente dar visibilidade a certas demandas. Quando a gente ajuíza uma ação, mesmo que essa ação demore para ser julgada, às vezes, o governo se move, o Legislativo ou o Governo... Os Governos locais ou o Governo Federal se movem porque há uma ação específica na justiça. Foi o que aconteceu no caso das trans. Foi o que aconteceu no caso da pensão previdenciária. Primeiro, houve a ação judicial e, depois, houve a ação governamental.

Então, pensem nessa possibilidade também de ter uma estratégia específica, uma *advocacy* específica voltada para o Poder Judiciário e para o Ministério Público. É lamentável, e eu acho que é sintomático, que nós não tenhamos aqui, nesse Plenário, nenhum representante do Ministério Público Estadual. Há companheiros ali, da Defensoria... Ah, bom! Então, de onde vocês são? Ministério Público de Santa Catarina e Espírito Santo. Obrigado. Desculpem pela injustiça ali, Ministério Público Estadual de Santa Catarina e Espírito Santo presentes. Defensores públicos Minas Gerais, Ceará presentes. E o Ministério Público Federal aqui presente. Então, considerem a possibilidade de dialogar com esses parceiros e vamos também tentar convencer os outros Ministérios Públicos Estaduais, que não estão aqui presentes. O Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual de São Paulo, o Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, o Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro e outros Ministérios Públicos Estaduais que não estão aqui presentes.

Eu queria anunciar também aqui que, em razão dessas notícias envolvendo discriminação e preconceito nas Forças Armadas, o Grupo de Direitos Sexuais Reprodutivos da PFDC vai apresentar um projeto à Escola do Ministério Público da União para que seja feito um levantamento, em um primeiro momento, de todos os processos e inquéritos policiais militares, envolvendo aquele crime, que é ainda uma aberração da ditadura militar, que é o crime de pederastia. Infelizmente, nós temos no Código Penal Militar um crime, que é o crime de pederastia. Então, nós queremos

saber quais pessoas foram processadas, quantos inquéritos foram instaurados, para a gente poder mostrar a discriminação na prática, a discriminação acontecendo, ali nos inquéritos policiais militares, ali nos processos penais militares por crime de pederastia. Nós queremos mostrar que os homossexuais são, de fato, discriminados nas Forças Armadas para, a partir dessa pesquisa, a gente poder, então, desenvolver, junto com o movimento social, uma medida concreta, buscando combater a discriminação também nas Forças Armadas.

Então, é esse o recado que eu queria passar. Eu não vou me alongar mais. E, por favor, procurem o Ministério Público Federal, porque nós somos um parceiro importante de vocês. Muito obrigado.

Dra. Maria Berenice Dias

Gente, essa manifestação de vocês me emocionam. Mas, nesta festa linda, eu tenho que confessar que eu estou com vergonha. Acabamos de ver um show do Ministério Público Federal, que vem aqui mostrar o que faz e dizer, como foi dito: “Nós estamos do lado de vocês”.

Eu integro a Magistratura Estadual e confesso que não posso dizer para vocês que o Poder Judiciário Estadual deste país está do lado de vocês.

E aqui foi muito bem posto. O que nós precisamos é buscar espaços. E este momento significativo é um marco. O que está acontecendo aqui, agora, tem que servir não só para nós vimos aqui nos alegrar com as vitórias já obtidas ou ficarmos chorando as derrotas que sofremos. Creio que este é um momento de articulação, é um momento de juntar forças para se proporem ações, arregaçarem as mangas e trabalhar.

Alguns fatos têm que ser impostos, e aqui também já foi dito: O legislador nosso continua com medo, não tem coragem de aprovar, de se comprometer, de integrar, sequer a Frente Parlamentar, e aprovar leis singelas, com direitos escassos, como é a da parceria registrada que, quando foi proposta pela então Deputada Marta Suplicy, tinha significado. Hoje em dia ela não serve, e mesmo assim, nunca foi votada. Nós não conseguimos aprovar sequer a inserção, na Constituição Federal, de uma expressão. Ninguém duvida que nós vivemos num país cuja Constituição consagra respeito à dignidade da pessoa humana, o direito à liberdade, o direito da igualdade, igualdade de cor, igualdade de raça, igualdade de sexo e não conseguimos inserir a palavra igualdade e não discriminação por orientação sexual. Nada passa no nosso homofóbico legislador. E onde estão os espaços que estão sendo obtidos? No âmbito federal, pelo Ministério Público Federal, vimos isso aqui. E as demandas individuais? E as buscas dos direitos de cada um? Têm que ser buscados na Justiça Estadual.

A omissão do legislador deixa um buraco, um vácuo, não há Lei. E, no momento em que os pedidos batem às portas do Poder Judiciário, há algumas vitórias, sim. Algumas coisas vêm sendo conquistadas, vêm sendo obtidas.

Migalhas. Uma decisão aqui, outra ali. Algumas do Rio Grande do Sul, que foi o pioneiro e começou a discutir. Mas, onde estão essas decisões? Quem as tem? O fato de a Justiça ser estadual e, por incrível que pareça, com toda essa evolução da Internet, dos meios de comunicações virtuais, não existe uma forma de comunicação e de leitura das decisões das Justiças do Brasil. A justiça se esconde. O que o Judiciário julga não aparece, porque não existem, nos Tribunais de Justiça do país, de todos os Estados, meios de se acessar as suas decisões. Os seus julgados. E, se fosse acessar os julgados, precisava ser em todos os estados.

Eu inclusive, agora, estou reeditando, fazendo a quinta edição da união homossexual, que agora vou trocar de novo, que vou botar união afetiva, que não botei quando eu editei a primeira vez, que foi quando eu criei esse neologismo, e aonde dizia “não existe bibliografia”. E agora eu estou escrevendo: “tem uma farta bibliografia”. Não existiam conquistas da jurisprudência. Agora, temos algumas. Aí, eu contratei uma secretária para ir buscar as jurisprudências, para trazer o que se tem de vitórias. Depois de 20 dias: “Olha, não consegui, a não ser essas conhecidas”. Botei ela para rua e contratei outra, “é incompetente”. A mesma coisa. Aí, pedi para o meu gabinete. Parem tudo e vão procurar! Não tem. Não há este acesso. Aí, eu achei. Inclusive fiz uma representação perante o Conselho Nacional de Justiça, ao menos que para isso sirva, de determinar, impor e criar um sistema de informação de decisões. Porque, no momento em que entra a ação no Poder Judiciário, o que faz o Juiz que já não tem a lei? É muito mais fácil negar porque não incomoda, não se compromete, não vai ficar com rótulo de homossexual. Até porque não sabe e não sabe onde ter. Aquelas notícias de vez em quando são veiculadas no jornal. Será que ele irá à uma biblioteca ou irá a uma livraria comprar a bibliografia que já existe sobre esse tema para julgar um processo? Gente, não vai. E Juiz gosta muito de jurisprudência. Gosta muito do antecedente, como é que os outros juízes julgam. Isso aí dá uma certa segurança. Por isso que as decisões têm que ser divulgadas, quer as de vanguarda, para serem copiadas, quer as discriminatórias, ao menos para serem criticadas. E isto não existe.

E o que eu venho aqui propor são medidas de duas ordens: Primeiro, um grande movimento para que se consiga ter acesso à jurisprudência, a tudo o que se decide neste país. E já que isso depende dos tribunais individualmente, acho que

cabe ao movimento ter este portal, disponibilizá-lo em todas as bibliotecas, ter livre acesso, de tudo o que está sendo julgado. Não existe este levantamento no país e ninguém sabe, ninguém tem suporte para isso. A outra proposta que eu trago é que ao invés de buscarmos minguadas mudanças pontuais, aqui e ali, sem nenhum sucesso, façamos um Estatuto da Diversidade Sexual.

Nós temos o Estatuto do Idoso. Nós temos o Estatuto da Criança e do Adolescente. Temos quase o Estatuto da Mulher, agora com a Lei Maria da Penha. E nós temos uma série de princípios próprios, diferenciados. Nós precisamos ter uma lei como o IBDFAM, o Instituto Brasileiro de Direito da Família, fez o estatuto das famílias, e lá dentro estão as famílias homoafetivas. Um projeto que há que ser apoiado. Se aprovado o Estatuto das famílias, tirando ele do Código Civil, teremos, sim, uma legislação neste passo. Nós teremos que fazer um Estatuto para se conseguir unir forças e se obter uma maior visibilidade, um maior respeito e se alcançar primeiro, e eu concordo com o que já foi dito. Primeiro pela via do Judiciário. Mas nós temos que capacitar o Judiciário para isso. Nós precisamos disponibilizar aos Juízes o que se tem, para que eles tenham o antecedente, quando se trata de avanços, porque essa é uma resposta positiva. Quando se avança, num determinado sentido, no momento em que a Justiça do Rio Grande do Sul reconheceu, pela primeira vez, a união estável, isso no ano de 2001, agora temos muitas decisões. No ano de 2006, também foi lá da Justiça do Rio Grande do Sul que se deferiu a adoção para um par formado por duas pessoas do mesmo sexo. Agora, temos várias decisões deste país. Por quê? Porque estas decisões eventualmente foram divulgadas. Mas, nós precisamos divulgar todas. Porque agora eu soube, ontem ou anteontem, que, no Acre, o Juiz decidiu.

E isto precisa ser julgado, mas não adianta o Juiz só ter acesso ao que tem na mídia; na hora de julgar, ele não vai atrás de jornal velho e guardado a que ele eventualmente tenha acesso. E esta visão de um direito, via Estatuto, há que se reconhecer, e é nesse sentido que eu estou trabalhando agora, que eu quero trazer, assim, em primeira mão para vocês, até por um dever de lealdade de que creio que devemos nos mobilizar, nos juntar, cabeças pensantes desse país, para o reconhecimento de que existe um ramo do Direito, de Direito Homoafetivo junto com

o Estatuto da Diversidade. Aí, não há como se negar visibilidade a estas questões, para serem subsidiadas e trazerem a público.

E eu, ao encerrar, por um absoluto amor que eu tenho a todos vocês, eu vou, de público, pela primeira vez, referir a um fato que eu tenho certeza que vocês vão entender, de que eu estou me afastando da Magistratura, estou me aposentando, mas, não estou abandonando vocês. Vou exatamente na busca de espaço. Vou fazer o que eu estou dizendo aqui, que há que ser feito: Buscar subsídios, buscar, no Judiciário, advogar a causa de quem a sociedade tem tanta dificuldade de ver e a Justiça de reconhecer. Estou pretendendo, no que sair a minha aposentadoria, abrir um escritório, em nível nacional, de Direito Homoafetivo, com este nome, e eu precisava muito dividir isso com vocês. Muito obrigada.

Sra. Marinalva Santana

Boa tarde. Primeiro, dizer do meu contentamento de estar aqui nessa Mesa, ao lado de três representantes do Ministério Público Federal, Desembargadora Maria Berenice, Paulo Marante, mas, embora reconhecendo o papel, lá no Piauí, foi o Grupo Matizes, o qual eu integro, que provocou o Ministério Público Federal que, de forma sensível, ajuizou aquela ação civil pública que questiona a proibição de doação de sangue, mas pedir licença para discordar um pouco da Dra. Luiza e do Dr. Sérgio e dizer que, na minha fala militante, eu não vou concordar que o Ministério Público está do nosso lado, que o Judiciário está do nosso lado.

Na verdade, vocês são exceções, são agentes públicos que cumprem o papel de vocês, na forma que nós julgamos a melhor, mas a cara do Judiciário, a cara do Ministério Público no Brasil é a cara do Ministério Público do Piauí, por exemplo, que recentemente, negou a cópia de um procedimento administrativo para nós, da Liga Brasileira de Lésbicas e de Católicas pelo Direito de Decidir, a cópia de um procedimento administrativo que reclama que o Piauí é o único Estado do Nordeste que não tem ainda o serviço de aborto legal e a cópia do procedimento nos foi negada. Está certo? É a prova de que, de um modo geral, enquanto instituição, o Ministério Público está do outro lado, do lado de quem discrimina, do lado de quem oprime.

Com relação ao Judiciário, infelizmente, também. A cara do Judiciário é a cara daquele Juiz que agora está processando quase 10 mil mulheres no Mato Grosso do Sul. Não é? Essa que é a cara, infelizmente, do Judiciário e do Ministério Público. Não é?

Dito isso, precisava dizer que é uma fala militante. Que, embora reconheça, tanto o Ministério Público e o Judiciário, nessa nossa sociedade, estão do outro lado, enquanto instituição, mas esta fala militante também vai fazer uma autocrítica e dizer que nós, do Movimento LBGT, também agimos muito mal perante o Judiciário, perante o Ministério Público porque a gente. Essas conquistas que a gente tem, esses avanços de questões GLBT, em nível de Judiciário, são, como a própria Desembargadora Maria Berenice Dias disse, são algumas vitórias isoladas. Nós

temos algumas vitórias que são mais, inclusive, por iniciativa solitária de intrépidos, de gays, lésbicas, travestis e transexuais, que batem às portas ou do Ministério Público ou do Judiciário, e que a gente já tem, por exemplo, várias sentenças favoráveis na área de adoção, de guarda, alteração do prenome de sexuais e de transexuais, e o reconhecimento das uniões estáveis. São algumas conquistas que, como estão elencadas ali, percebe-se que são em maior quantidade do que as ações que partem de grupos organizados. De nós, do movimento LGBT, são mais tímidas ainda. Eu só elenquei aquelas três, que já foram faladas aqui: O reconhecimento dos direitos previdenciários. Esta ação, lá do Rio Grande do Sul, que é a única que está transitada em julgado; a doação de sangue ainda não está e a cirurgia também não.

Então, isso me faz passar para um outro ponto, para refletir essa relação que nós, do Movimento LGBT, temos tanto com o Judiciário como com o Ministério Público. E aí eu digo que essa relação é uma relação de distanciamento. Que não pode continuar assim. Aí, eu acho que nós, enquanto Movimento LGBT, embora não possamos viver a ilusão de acreditar que a judicialização de nossas questões vai resolver os nossos problemas, vai barrar, cessar a discriminação, não podemos também continuar nessa relação de distanciamento, que se dá muito também em função de dois aspectos: Um é porque nós, enquanto militantes do Movimento LGBT, no Brasil, temos muita dificuldade de conhecer a estrutura e o funcionamento, tanto do Poder Judiciário, como do Ministério Público. Nós não nos apropriamos, tanto de questões ligadas ao Ministério Público como ligadas ao Poder Judiciário, e isso interfere, infelizmente, negativamente, na nossa atuação. Se nós não sabemos como funciona, obviamente desconhecemos que, em algumas questões, poderíamos ir bater à porta do Ministério Público - como foi mostrado aqui nesse vídeo, no início - poderia bater à porta do Judiciário. E a gente não faz; a gente secundariza.

Isso que foi dito pelos Procuradores aqui, de fato, é verdade. O Movimento LGBT, no Brasil, de forma entusiasta, faz ações de *advocacy* muito fortes no Legislativo e os resultados são pífios. Nós não temos nenhuma Lei aprovada no Congresso Nacional que nos reconheça como sujeitos de direito. A gente bate à porta do Executivo. E o Executivo também é lerdo. Muitas das ações afirmativas do

Executivo, realmente, são em consequência, são em razão, é pressionado por algumas tímidas e parcas decisões judiciais.

E outro aspecto que provoca esse distanciamento entre o Movimento LGBT e tanto o Judiciário como o Ministério Público é o perfil conservador, como eu já disse. Os debatedores e as debatedoras estão aqui, os painelistas que estão aqui são exceção, dentro dessas estruturas, dentro dessas instituições. Então, mesmo com todas essas ressalvas e esse certo ceticismo com relação à judicialização de nossas questões, eu acho que temos que fazer uma verdadeira cruzada perante o Ministério Público, perante o Poder Judiciário, por quê? Porque, vejam bem, que nós temos decisões bem limitadas, bem esparsas. Mas, quando uma decisão judicial nos favorável, a repercussão dela é enorme, é muito grande, e ela tem, talvez, um efeito didático-pedagógico e também coercitivo muito maior do que qualquer lei, às vezes, do que qualquer ação afirmativa vinda do Executivo. É só lembrarmos, em todos os casos, em que ocorreram decisões favoráveis, a repercussão recorrente e duradoura que isso gerou, tanto na sociedade como também na mídia. Está certo?

Eu acho que ficamos muito repetindo que nos são negados 37 direitos, 37 direitos, 37 direitos. Isso também não é educativo e isso é uma estratégia equivocada. Porque, na verdade, não nos são negados porque lá estão elencados direitos que não nos são mais negados. E também a gente fica colocando lá direitos que são negados, mas, que não encontram, por exemplo, guarida na Constituição Federal. O art. 5º da Constituição, que diz que todos são iguais perante a Lei e o artigo que consolidou a Constituição, o princípio da dignidade da pessoa humana e da não discriminação, essas disposições constitucionais já são suficientes, inclusive, para que nós, ao judicializarmos as nossas questões GLBT, invoquemos somente esses três princípios constitucionais; só eles já bastam. Não precisa mais ficarmos brigando pela aprovação da parceria civil registrada, pela criminalização da homofobia. Eu acho que é potencializar, dimensionar a importância da aprovação dessas coisas e esquecer que, quando a Constituição consagra isso, de certa forma, ela está dizendo que o Judiciário não pode julgar nenhuma questão que provocada por pessoas GLBT, que sentem discriminação, que não tenham o direito de adotar, que não tenham o direito de ver sua união estável reconhecida.

Então, eu acho que temos que mudar um pouco o foco, enquanto movimento social, deixar de ter esse vislumbre e essa ilusão de que as ações de *advocacy* no Executivo e no Legislativo, por si só, já bastam; que o Judiciário e o Ministério Público é um espaço onde a gente não vai mexer. Ontem vimos, aqui na abertura, a cobrança “Nós queremos que seja criminalizada a homofobia. Nós queremos que seja aprovado isso, isso, isso”. Eu acho que está na hora de nós, enquanto movimento LGBT, batermos às portas do STJ, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Estaduais, dos Ministérios Públicos Estaduais para dizer: “A Constituição Federal já nos traz dispositivos que obrigam que o Poder Judiciário não tenha posturas diferentes com relação às demandas GLBT e que o Ministério Público também não fique somente nos exemplos de exceção aqui dos Procuradores que integram esse grupo e que ele deixe de ser inerte, como é, na maioria dos Estados, com relação às nossas questões. Isso já foi até falado aqui da Mesa. E é... Não perder mais tempo, não perder mais tempo na busca da igualdade de direitos, está certo?”

E aí, eu terminaria a minha fala porque eu já estou no tempo, com essa frase aqui: “As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei”. O que vai garantir a nossa igualdade de direitos é exatamente a nossa capacidade de indignação, a nossa capacidade de organização e de luta. Muito obrigada.

Sr. Paulo Mariane

Boa tarde a todas e a todos. Quero, primeiramente, saudar a todas as pessoas participantes dessa Conferência e fazer aqui duas menções que eu considero necessárias. Se é verdade que essa Conferência acontece por uma disposição do atual Governo, de diálogo, de interlocução, ela só acontece porque há um movimento, nesse país, e que se constrói há muitos anos. Eu quero aqui mencionar algumas pessoas que já não estão mais entre nós, que deram uma contribuição. Quero mencionar, como homenagem a todas que não estão mais: João Antônio Mascarenhas, Roseli Roth, Janaína Dutra. Pessoas que deram a cara numa época em que era muito difícil fazer o que estamos fazendo hoje. Quero mencionar também aqui pessoas que, felizmente, ainda estão vivas e militam, algumas estão na Conferência, outras não: João Silvério Trevisan, Miriam Martinho, Janaína Lima.

Só há movimento quando há militante, e essas pessoas foram e são militantes e é por causa delas que estamos aqui. Esse debate sobre o Judiciário e o Ministério Público, no meu ponto de vista, passa necessariamente porque nos identificamos com o que nós estamos lidando. O que são Ministério Público e Judiciário? Porque foi citado agora também Legislativo e Executivo. São todos Poderes de Estado. Estruturam-se e organizam-se de formas diferentes, mas são todos Poderes do Estado. E, no sentido de Poderes de Estado, não são diferentes; resistem à transformações, resistem às mudanças. E, talvez, uma diferença perceptível entre, de um lado, Legislativo, Executivo e Judiciário, é que o judiciário não é composto pelo voto popular, embora, infelizmente, no nosso processo democrático, lamentavelmente, o voto popular nem sempre tem sido uma forma efetiva de construção de democracia. Agora, são todos os Poderes. E, no meu ponto de vista, é ilusório achar que, diante desses Poderes, um deles será melhor ou pior. O que tem que ser melhor ou pior é a nossa capacidade, como movimento social, de se organizar para pressionar esses poderes, para obter as reivindicações que nós queremos, para conquistar os nossos direitos. Essa é a essência do debate que, no meu ponto de vista, nós temos que fazer.

E, do ponto de vista do Judiciário, que muitas vezes, quando saem algumas decisões favoráveis àquilo que nós defendemos, e eu lembro e várias vezes, uma ou

outra decisão favorável, e algumas pessoas já saiam dizendo: “Não precisa mais lutar por Lei da união civil, por esse tipo de Lei.” É preciso lembrar, e aí eu quero fazer menção expressa a isso, porque é bom falarmos sobre algumas coisas, de maneira mais concreta. Vejam bem, a primeira decisão de nível de Tribunal superior, favorável aos direitos dos homossexuais, aquela famosa decisão de 1999, aliás, de 1998, do Superior Tribunal de Justiça, que reconheceu a união de dois homens como uma sociedade de fato. E foi importante. Nós comemoramos isso. Vejam o que disse o Ministro Relator, está no meio da decisão, e por isso que é preocupante a gente não ver as coisas com cuidado: “A negativa da incidência de regra, assim tão ampla e clara, que seria estender os direitos a todos, significaria, a meu juízo, fazer prevalecer princípio moral respeitável, que recrimina o desvio da preferência sexual”. A mesma decisão que reconheceu um direito e que nós comemoramos estava dizendo que era aceitável, não no efeito do direito, mas o reconhecimento de que a nossa condição é recriminável moralmente. Esse é o Judiciário. É dele que nós estamos falando. E é óbvio, quando nós falamos nesse Judiciário, nós não nos referimos à nossa companheira Maria Berenice e a outros juízes que hoje fazem a diferença no Brasil; não estamos nos referindo a eles. Mas estamos nos referindo ao Judiciário majoritário. Porque hoje, no STJ, há um processo que pode ser fundamental, que é a discussão, o debate de se as uniões entre as pessoas do mesmo sexo são sociedade de fato e exclusivamente de interesse patrimonial, ou se são uniões de natureza afetivo-familiar. Esse debate está empatado no STJ e ninguém sabe o que vai acontecer. Tem até uma expectativa favorável. Mas, recentemente, ninguém tem certeza.

Então, no nosso ponto de vista, estabelecer que uma estratégia é priorizar um dos Poderes, nos parece um equívoco. O que nós temos que saber é como dialogar e pressionar em relação a todos esses Poderes, reconhecendo as suas limitações e as suas contradições. E todos eles têm. Todos eles têm. Vejam bem, se nós sabemos que, em todos esses Poderes, nós temos aliados e adversários, quem de nós vai negar que é importante ter uma Lei Estadual anti-discriminatória? E ela foi obtida em Parlamento, não em nível federal, mas em nível estadual em vários Estados. É ou não é uma conquista? É ou não é importante? E é uma conquista em âmbito legislativo. Agora, é evidente que aquilo que depende do esforço maior nós

ainda não conquistamos. Mas somos só nós. Será que vamos ser incapazes de olhar a realidade à nossa volta e perceber, por exemplo, que um projeto que pretende descriminalizar o aborto, de 1991, recentemente foi rejeitado pela Comissão de Segurança e Família da Câmara? Mais antigo que a união civil; está demorando mais tempo que o nosso. O problema da resistência ao Parlamento não é exclusivo dos nossos direitos, dos direitos da população LGBT.

Então, primeiro, entender com o que nós estamos lidando. O Judiciário, só para a gente perceber, não é o fato apenas de que ele não é eleito pelo voto popular; nós podemos perguntar para a Dra. Berenice: Quantos juízes nesse país elegem o Presidente do Supremo? Alguém vai dizer: “Não, mas, isso é absurdo demais”. Então, no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, quantos Magistrados elegem o Presidente de Tribunal? Apenas os Desembargadores. É um dos poderes mais antidemocráticos na sua própria organização. É desse poder que nós estamos falando. Agora, isso significa que nós não vamos ficar em interlocução? Vamos. Nesse sentido é fundamental encontrar aliadas e aliados. Infelizmente, a notícia de que uma aliada agora vai deixar o Judiciário, vai para a advocacia. Bom para a advocacia, ruim para a magistratura, mas, com certeza, isso nós sabemos que o trabalho que a companheira Berenice vem fazendo está gerando outras pessoas. E essa é a grande garantia de continuidade, porque mais e mais Berenices vão surgir. Mais e mais Luizas e Sérgio Suiama vão surgir. E é isso que vai fazer a diferença.

Agora, é um processo longo. Não é um processo rápido. E, às vezes, a nossa indignação é porque as coisas não acontecem rápido. Mas, infelizmente, a caminhada é longa. Como militante, como advogado, infelizmente, eu tenho passado por alegrias e tristezas. Compartilhei com companheiros e companheiras de São Paulo, quando nós aprovamos a Lei Estadual antidiscriminatória. E foi importante. E estamos lutando, inclusive, para que ela não seja revogada por causa de um movimento dos evangélicos na Assembléia Legislativa de São Paulo. Mas também fui, muitas vezes, em situações bem diferentes, como, por exemplo, reconhecer o corpo de uma travesti assassinada. E acho que as pessoas que já fizeram isso aqui sabem o que isso aí significa. Isso é muito tristeza. Isso é muita dor. Todas e todos nós aqui passamos por isso. Exatamente por isso, nós sabemos que essa caminhada não é simples e não é fácil.

Eu quero, portanto, reforçar aqui que o fundamental, nessa estratégia, primeiro, é prestigiar os aliados. É muito ruim pegar os aliados e... Não considerar o trabalho deles. Nem no sentido de super estimar, mas também no sentido de não subestimar. Hoje o trabalho que tem esses Procuradores, o trabalho que tem tanto aqui a companheira Berenice como outros Magistrados no país nos ajuda muito. É um trabalho precioso. E nós temos que potencializar. Agora, o nosso movimento também pode fazer algumas coisas, que até hoje não fez. Concordo com o que já foi dito; nós temos que buscar mais o Judiciário, de forma mais qualificada, de forma mais organizada. Isso ajuda. Mas nós também temos que buscar outras interlocuções. Esse Instituto Brasileiro de Direito de Família, que produziu esse... Esse interessantíssimo projeto do Estatuto da Família, que contempla as uniões homossexuais como natureza familiar, ele é um projeto de um espaço onde nós praticamente não temos intervenção e podemos ter. Temos que buscar essas interlocuções. Temos que reforçar os laços com o movimento do Ministério Público Democrático, com a Associação dos Direitos para a Democracia, temos que construir essa interlocução. E isso é fundamental. Isso se faz de forma organizada, articulada. Para isso, nós temos entidades. Para isso, nós temos que ter ABGLT, LBL, ABL, ANTRA, CMT, todas elas, todas as entidades têm que cumprir esse papel. Não vai ser um grupo, não vai ser uma ONG sozinha que vai fazer isso. Ou o movimento se organiza para dar conta disso ou não vai conseguir.

Quero trazer mais alguns pontos para a reflexão em relação ao Judiciário. O Judiciário é um espaço importante e, por essas contradições que ele apresenta, ele é um espaço em disputa. E o que nós podemos fazer? Nós temos hoje, por exemplo, um processo importantíssimo para ser julgado no STJ. Talvez nem dê tempo do que estamos conversando aqui, de construir algo. Mas, se der tempo, será que não valeria a pena uma comitiva organizada dessas entidades nacionais ou das entidades em que for possível, que estiverem aqui em Brasília; procurar o Ministro, o quinto Ministro que vai dar o voto, que é o voto de desempate nesse processo, para dialogar, para dizer da importância de uma decisão favorável nesse processo, para todas e todos, para que não seja só o Tribunal do Rio Grande do Sul a julgar favorável a nós, mas outros tribunais pelo país? Nós podemos fazer isso. Nós temos condições de fazer isso. Mas, temos que ter vontade para fazer.

É isso que o movimento precisa fazer. Eu quero, ainda, acrescentar que hoje, no Judiciário, nós temos uma grande quantidade de decisões. Temos decisões de primeira instância sobre a adoção. Adoção, inclusive, para parceiras e parceiros conjuntamente. Temos decisões, inclusive, reconhecendo o direito à permanência de parceira ou parceiro estrangeiro. Decisões reconhecendo partilhas de bem, direito à herança, a inscrição de companheiro em seguro saúde privado. Mas, boa parte delas em primeira instância. A construção de uma jurisprudência, ou seja, subir para as instâncias superiores depende desse trabalho articulado, que nós podemos e devemos fazer, sabendo que não é apenas um discurso que resolve, é uma ação organizada e concreta, e é para isso que tem que existir o movimento social.

Quero, ainda, dizer, para concluir, o Ministério Público já é uma instituição, que desde 88, tem uma cara diferente, de uma forma e uma postura mais independente e tem sido aliado muito importante em muitas das nossas iniciativas. E nós temos que potencializar isso e trazer mais e mais Procuradores ao nosso lado.

Por fim, eu quero aqui mencionar o que me parece, e esse é o grande desafio, nós temos essa Conferência, nessa Conferência, a possibilidade de aprovar algumas questões. Primeira preocupação aqui de um militante: É muito bom aprovar propostas, mas propostas que não tenham metas objetivas, prazos definidos, muitas vezes, são meras proclamações de boas intenções, mas, quando a gente volta no momento posterior de avaliação, a gente vê que não avançou nada. Portanto, um apelo a essa Conferência: Que nós consigamos aprovar coisas que possam ser monitoradas de verdade porque, de proclamações de boas intenções, nós já estamos fartos. Já vimos muitas e, infelizmente, na maioria das vezes, serviram muito pouco para a nossa luta, para a nossa causa.

E quero, aqui, dizer, aproveitando aqui o que a Marinalva lembrou, de um grande poeta, o Carlos Drummond de Andrade, eu quero lembrar aqui de um personagem que, aliás, desculpe, preciso mencionar uma questão antes, que apesar de não ser o tema desse painel, não dá para fugir. Me parece, que pode ser um equívoco, e aí eu quero dialogar de forma muito fraterna e respeitosa com a companheira Berenice, nós podemos fazer uma série de discussões aqui sobre estratégias legais e podemos, inclusive, indicar o início de um debate sobre um

Estatuto GLBT. Mas, eu penso que, como o movimento, o que deve nortear o movimento não é a escolha de um instrumento legislativo, são as várias possibilidades que nós temos de alterações legais em favor dos nossos direitos, seja com Estatuto, seja com o Estatuto da Família, seja com a lei que for. O que nós precisamos são direitos, da forma que puder se construir, e isso nós vamos conquistar na luta cotidiana. É o que me parece que é essencial.

E é isso que o movimento tem que fazer. Por último, em homenagem a alguém que talvez nem imaginasse que um dia a gente fosse fazer uma Conferência ou que fosse acontecer, em qualquer lugar do mundo, uma Conferência, quero lembrar de um personagem que foi condenado à prisão, trabalhos forçados, exatamente porque se negou a recusar a assumir a sua homossexualidade, chamado Oscar Wilde, e uma frase dele, que diz: "É através da desobediência que se faz o progresso, através da desobediência e da rebelião". Nós temos que ser sempre desobedientes, rebeldes porque é assim que a gente muda. Não é sendo conformado, é lutando, lutando e lutando. Obrigado.

PAINEL 5
Poder Público Federal

COORDENAÇÃO

Marden Marques – Min. Saúde

EXPOSITORES

Dra. Anne Cruz
Léo Mendes
Des. José Ivo Pedrosa
Carlos Magno
Dr. Perly Cipriano
Marisa Fernandes
Dr. André Lásaro
Tatiane Araújo
Dr. Helmut
Dra. Sueli Mascarenhas

Dra Anne Cruz

Boa noite a todas e a todos. Eu quero, primeiramente, pedir desculpas porque eu vou ter que sair correndo, após a nossa fala, e lamentar pelo atraso que aconteceu; era às 16 horas. E eu, inevitavelmente, tenho que... Que assistir, felizmente, uma apresentação, que é da minha filha, que dança hoje no Teatro Nacional, com a sua namorada. E eu não podia deixar de estar lá com elas, não é? Ainda mais hoje, Conferência, e a nossa fala da SPM.

Bom, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres já organizou duas Conferências Nacionais de Política para as Mulheres. A primeira Conferência teve uma participação já significativa da representação do segmento lésbico e de todos os segmentos de mulheres organizadas na sociedade civil. Já na segunda Conferência, no ano passado, a representatividade do segmento lésbico já foi muito maior, muito mais significativa e, por conta disso, nós crescemos, então, no Plano Nacional de Política para as Mulheres, um capítulo específico para essa população.

Então, eu quero colocar para vocês, o pessoal não conseguiu abrir aqui para vocês visualizarem. Mas, eu vou colocando, então, essa questão do Plano Nacional, do que é que ele significa para nós. O Plano Nacional de Política para as Mulheres, ele é um condicionado de demandas que a sociedade civil, assim como nós estamos fazendo aqui nessa Conferência, discutindo as políticas públicas para a população GLBT e, da mesma forma, nós da Secretaria Especial fizemos, e essas demandas se traduzem, então, através de um plano. E é isso que eu quero, então, estar colocando para vocês, fundamentalmente, essa questão de que o Plano, ele se orienta pelos princípios da igualdade e respeito à diversidade, da equidade, da autonomia das mulheres, da laicidade do Estado, da universalidade das políticas, da justiça social, da transparência dos atos públicos e da participação e controle social. Ou seja, todas nós e todos nós, que estamos aqui, temos essa condição também de estar fazendo esse controle, o papel da sociedade.

Então, os princípios estão aqui elencados, bom, também não está muito fácil de ler. Mas, eu não vou me detalhar em estar aqui dizendo todos esses princípios,

assim como eu já citei esses oito princípios. E eu vou ler, fundamentalmente, então, os capítulos que norteiam esse Plano Nacional de Política para as Mulheres.

O capítulo I, ele trata da autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho como inclusão social. O capítulo II é a educação inclusiva, não sexista, não homofóbica e não lesbofóbica. Vocês percebiam que tudo o que a SPM vem fazendo em relação à sua atividade principal no Governo Federal, que é a transversalidade do problema de gênero, nós incluímos a questão de não ser sexista, de não ser homofóbico, de trabalhar a questão da orientação sexual na sua transversalidade também, como tema de gênero.

O capítulo nº. 3 é a saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos. O capítulo IV trata fundamentalmente do enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres. O quinto trata da participação das mulheres nos espaços de poder e de decisão. Capítulo VI: O desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com a garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar. O capítulo VII trata do direito à terra, moradia digna, infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais. O VIII trata da cultura, comunicação e mídias igualitárias, democráticas e não discriminatórias. O IX é o enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia. E o décimo é o enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e às idosas.

Então, vocês percebiam que estes capítulos, alguns se repetiram em relação à primeira Conferência Nacional e outros se ampliaram. E, fundamentalmente, esses que falam dos temas específicos, não discriminatórios, não homofóbicos, não lesbofóbicos, esses são novos, e a partir desses capítulos novos, é que a gente vai começar, então, a traçar os nossos planos de ações em relação àquilo que essa população já demandou na nossa Conferência.

Então, eu quero aqui estar dizendo que a Secretaria Especial de Política para as Mulheres da Presidência da República tem, no seu plano de ações, de fato, ações como a transversalidade da questão do enfrentamento à homofobia, lesbofobia.

Bem, eu quero também trazer aqui para vocês uma questão específica, que é da onde eu trabalho, na Secretaria da Mulher, que é o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. O plano, ele é bem maior que o pacto. E o pacto é específico na questão do enfrentamento à violência contra a mulher.

Aqui a gente tem falado muito da questão dos nossos índices, dos nossos dados, quantos e quantas morrem em tanto tempo. Nós bem sabemos que, a cada 15 segundos, uma mulher é vítima de violência doméstica nesse país. Então, é por conta disso que nós temos, dentro da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, um pacto que vem trazer, então, a proposta de enfrentar essa violência contra as mulheres. E o objetivo principal é prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, a partir de uma visão integral desse fenômeno. Os objetivos específicos são: Reduzir esses índices de violência contra as mulheres, promover uma cultura... Promover uma mudança cultural, a partir da destinação de atitudes igualitárias e valores éticos, de irrestrito respeito às diversidades de gênero e da valorização da paz; garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência, considerando as questões raciais, as questões étnicas, geracionais, de orientação sexual, de deficiência, de inserção social, econômica e regional.

Vejam bem como a gente garante isto aqui no objetivo do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. E os territórios, né? Seriam especificamente, assim, os estados que nós estamos trabalhando já com esse pacto. O pacto tem esse objetivo. Vai ser trabalhado prioritariamente em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Ceará, Pernambuco, Pará, Amazonas, Rio Grande do Sul, o Distrito Federal e o Maranhão. E isso é previsão de recurso orçamentário para esses estados, para executarem as ações de políticas públicas para o enfrentamento à violência nesses estados que eu estou colocando aqui para vocês. Isso já está em execução. Nós queremos, agora, até o final desse semestre, estar repassando recursos para os municípios e estados em relação a esta ação que estamos aqui colocando.

Especificamente, eu quero estar colocando aqui os eixos, que são os eixos que nos colocam como fundamentais para desenvolver esse trabalho do pacto que eu estou colocando aqui para vocês, que é a consolidação dessa política nacional

de enfrentamento da violência contra as mulheres e a implementação da Lei Maria da Penha, que aqui também já foi citada como uma garantia dos direitos das mulheres e também como a garantia da questão da orientação sexual.

O eixo nº. 02 deste pacto é a proteção dos direitos sexuais e reprodutivos e a implementação do plano integrado de enfrentamento da feminilização da AIDS. O eixo nº. 03, ele é o combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres. E o nº. 04 é a promoção dos Direitos Humanos das mulheres em situação de prisão. Que muitas e muitas de nós aqui sabemos que as mulheres, quando estão nessa situação de prisão, vários dos seus direitos são negados e, por isso que a gente colocou também como um eixo fundamental para ser trabalhado enquanto política pública nesse eixo.

Eu quero dizer que a SPM está aqui nessa Conferência, em três delegadas, portanto, mais uma vez, peço a consideração e a desculpa de eu não estar aqui para o debate, mas, nós três, eu, a Beth Sahar(F) e a Cátia Guimarães somos as delegadas da Secretaria e estaremos aqui amanhã, discutindo nos grupos. Portanto, também, quaisquer questionamentos e dúvidas a gente vai estar aqui durante toda a Conferência, até domingo, para também estar ajudando nesse debate, junto com os companheiros e companheiras que queiram estar fazendo algum questionamento para nós. Quero agradecer a compreensão. Obrigada. E vamos estar à disposição, com certeza.

Sr. Léo Mendes

Bom, primeiro, o companheiro Germano, que é nosso pré-candidato a Vereador, lá em Rio Branco, no Acre, cadê o Germano? Ele passou uma lista às pessoas da sociedade civil GLBT, que são candidatas a Vereadores, por favor, procurar o Germano. Até agora, tem a Andréa Rosatti, do Ceará; a Fernanda Benvenutty, Germano, eu, a Cris Stéfani e o Alex Geneachi(F), de Santa Catarina. Eu sei que tem mais. Aí, procura o Germano ali, naquele canto. Ele é do Acre, tá? Vai fazer uma lista aí de pré-candidatos e pré-candidatas.

Bom, para falar sobre poder público, nós resolvemos, enquanto sociedade civil, pegamos, no Programa Brasil Sem Homofobia, porque é o que há de real, até agora, no Governo Federal. Está certo? Então, é em cima dele que nós nos pautamos. E nós chegamos a um entendimento de que o Programa do Brasil Sem Homofobia não saiu do papel. E não saiu do papel, segundo o nosso diagnóstico de sociedade civil, primeiro, porque falta a institucionalização política. Não tem nenhum decreto, nenhuma norma, nenhuma portaria em cima daquelas ações que estão previstas dentro do Programa Brasil Sem Homofobia. Acabou virando um cartilhão, uma grande cartilha, cheia de ações.

Segundo, não tem recursos. Se você vai lá no Ministério do Planejamento, não há absolutamente nenhum recurso para o Programa Brasil Sem Homofobia. Todo ano é aquele corre-corre dentro do Congresso Nacional para incluir recursos, dentro do orçamento, para que as ações do Programa Brasil Sem Homofobia sejam desenvolvidas no outro ano porque o Ministério do Planejamento não estabeleceu nenhum recurso para esse programa, que é um programa do Governo brasileiro.

Terceiro, não há espaços de controle social e monitoramento. Não existe, especificamente, nenhum espaço aonde a sociedade civil e Governo sentem todos os meses e peguem aquelas ações do Programa Brasil Sem Homofobia e comecem a dizer o que está andando, o que não está andando, por que é que está andando diferente do que é feito, por exemplo, com o PAC. Diariamente, a gente vê, na televisão, a Ministra Dilma sentada lá, com o PAC, e falando assim: “Está andando tanto”. “Está gastando X”. “Não está andando isso”. Não é, Perly? “Está vermelho”.

“Está verde”. “Está amarelo”. Aqui está tudo vermelho. Nem anda para frente nem para trás. Então, nós já entendemos que falta um espaço de controle. Alguns espaços de controle existem, diga-se de passagem, de forma bem capenga mesmo, bem capenga. Aí, chega lá no MEC, tem lá um GT, que reúne uma vez na vida outra na morte. A primeira vez para anunciar que as pessoas foram escolhidas e já saiu o Decreto com o nome delas. Aí, no outro ano, para dizer que elas... “Oh, vocês continuam no GT”. E, assim, de forma capenga o GT vai funcionando, mas não senta para analisar o programa.

E a mesma coisa na saúde, na igualdade racial e na SENASP. Não há nada efetivo que diga: “Todos os meses, tem reunião, GT está reunindo, está pegando as ações, está desenvolvendo”. Isso, em qualquer rede que você entra, a discussão é a mesma. “O Programa Brasil Sem Homofobia é belíssimo, mas não sai do papel”.

Falta uma estrutura na Secretaria de Direitos Humanos com organização para conduzir a política contra a homofobia e a política de afirmação dos nossos direitos. Você liga na Secretaria Especial de Direitos Humanos, nem gente para emitir passagem aérea para as pessoas participarem de reunião tem. Nem gente para isso

Esses dias, estava me contando um companheiro que ligou lá para falar de um centro de referência, de uma capital, da segunda capital do país, que é Belo Horizonte, disse que a pessoa da Secretaria desligou o telefone na cara da liderança, na cara da liderança. Então, para ver em que nível que nós estamos de relacionamento, entre a sociedade civil e governo, na execução de Programas Brasil Sem Homofobia.

Quinto, não há, por parte da Secretaria Especial de Direitos Humanos e do Ministério, um balanço dos valores que foram gastos até agora, com o Programa Brasil Sem Homofobia e o impacto dessas ações junto à sociedade civil. Diminuiu a violência? Aumentou a política de Direitos Humanos na área de... De GLBTs no Brasil?

Sexto, boa parte das ações governamentais são ações governamentais; elas não são políticas públicas. Então, instala-se um centro de referência, lá em Belo Horizonte; acabou o dinheiro, fica seis, sete, 10 meses, 12 meses, 15 meses sem o

centro de referência como se fosse algo natural. Então, acaba não sendo uma política pública; apenas uma ação de um projeto esporádico de um ano.

Sétimo: Nenhuma ação de cooperação técnica com outros países. Nós não sabemos o que é que é feito para a política GLBT na França, na Inglaterra, em São Francisco, em Nova Iorque. A gente não consegue dialogar com o mundo, no mundo globalizado. E fica a gente tentando criar a roda aqui no Brasil, sendo que outros países estão mais desenvolvidos, têm mais tecnologia para lidar com isso, né, Oswaldo Braga? Você que viajou muito aí pelo mundo...

A outra questão de que o programa precisa ser revisado, e nele precisa ter meta, orçamento, prazo, resposta, monitoramento, responsável e avaliação. Sem isso, é... Não há, não há programa.

Eu fiquei de falar entre duas áreas, restam cinco minutos, falarei sobre elas. A primeira é a área do direito à cultura. Por incrível que pareça, o Ministério, com pouca gente, com pouco dinheiro, é o que mais tem feito, das ações do Programa Brasil Sem Homofobia, para a luta de combate à homofobia. Por incrível que pareça. É um dos Ministérios que tem menos dinheiro, menos gente e que tem feito mais ações. Apoio à criação do GT já foi feito. Apoio às paradas... Os editais estão sendo feitos aí, estão sendo tocados, mudou o prazo para o dia 22. O museu virtual GLBT, que está para sair aí agora. A capacitação de 150 ativistas do movimento para as leis de incentivos fiscais, para poder aprender a lidar com ela e receber recursos. Então, é um Ministério que o pessoal está dando o sangue para que o Programa Brasil Sem Homofobia saia do papel e seja executado na prática, por incrível que pareça.

E a área que eu fiquei... A única ação em que nós constatamos que não foi desenvolvida dentro do Programa Brasil Sem Homofobia, no Ministério da Cultura, foi a articulação com os órgãos estaduais e municipais de cultura, da promoção de ações voltadas ao combate à homofobia. Existe aqui alguma cidade, alguma capital, alguém aí pode levantar a mão, de município ou estado onde tenha uma ligação entre o Minc e a Secretaria Estadual ou Secretaria Municipal de ação voltada à área cultural de combate à homofobia? Alguém aí pode levantar a mão e me dizer? Não

existe. Então, essa ação, que é importantíssima, a Secretaria Estadual e Municipal tocar a ação de combate à homofobia, ação cultural, ela não saiu do papel e a gente acha que ela é importante.

Na área de saúde, que é um Ministério rico, cheio de gente e de recursos humanos, foi aonde nós detectamos que aqui não saiu do papel mesmo. Aqui está tudo no papel. Atenção especial à saúde da mulher lésbica em todas as fases da vida, em todas as fases da vida. Consultei hoje as redes de mulheres lésbicas. Está sendo dada a atenção às mulheres lésbicas no Brasil em todas as fases da vida? Não, não está. Na área de saúde, não está. Aqui está dizendo que era para fazer isso, há dois anos atrás. Aí, vem ali um rol de ações que estão sendo feitas, que ninguém entende. Mas, quando chega a perguntar para a lésbica, aqui na base, se a lésbica de 16 anos, de 50 anos, de 70 anos, está tendo a sua saúde, a atenção dela voltada lá no SUS, ela diz que não.

Apoio, implementação de condições para a produção e acesso a conhecimentos científicos sobre saúde e outros aspectos à população GLBT. Só o programa de AIDS é que faz isso. Constantemente, é edital para ver lá quantas travestis estão com AIDS, quantos negros estão com AIDS, quantos não sei o quê. Parou ali. Aí hoje eu conversando com a rede de travestis, elas falaram, por exemplo, uma pesquisa para saber sobre o uso de hormônio no corpo das travestis, o que é que isso provoca? Qual o impacto disso na vida delas? Não é feito. Não é feito porque está aqui no papel que é para ser feito, mas alguém não quer fazer ou não tem alguém para fazer. Porque dinheiro tem. Vem o Ministro aqui ontem, fala que vai fazer operação de mudança de sexo. Sai, vai embora. Não anuncia se é para segunda-feira ir ao Hospital das Clínicas e começar a ser operada. Fica nas intenções, em carta de intenção. Isso dá uma dimensão enorme.

Então, assim, são várias ações que estão previstas aqui no Programa Brasil Sem Homofobia e nenhuma, lvo, que vai me falar depois de mim, nenhuma das que estão previstas aqui, a 24, 25, 26, aliás, são uma, duas, três ações para o Ministério da Saúde; nenhuma delas, por incrível que pareça, saiu do papel até agora. Mais ou menos, a que saiu do papel foi uma parceria da participação dos usuários GLBT e do movimento organizado na definição de políticas de saúde específicas para essa

população. Montou-se o GT, está conversando e tal. Mas também fica muito na troca de experiência.

E, quando a gente fala de saúde nós falamos de questões sérias. Estamos aqui com uma companheira, que é do Rio Grande do Sul, que é servidora, que levou um murro na cara dentro do centro de saúde no SUS porque é travesti. Isso acontece no Brasil, com uma liderança do movimento GLBT. Imagina com uma que não é liderança do movimento GLBT. Como uma travesti, que não é liderança está sendo tratada num centro de saúde, numa cidade do interior, quer seja numa cidade aonde não tem um desenvolvimento tão grande das relações humanas. Então, assim, quando a gente fala da humanização do SUS, o SUS precisa ser humanizado para todos e para todas.

Para concluir, como disse ontem o nosso Presidente, quando vai cobrar imposto, não pergunta se é travesti. Mas, quando vai entrar dentro de um posto de saúde, leva um murro na cara porque era uma travesti. Infelizmente, a nossa avaliação sobre a saúde e sobre a cultura é que, na cultura, está andando, mas que, na saúde, ainda está no papel para serem desenvolvidas ações do Programa Brasil Sem Homofobia. Muito obrigado.

Dr. José Ivo Pedrosa

Bom, boa noite a todos e a todas. É com muita alegria que eu me coloco aqui nessa Mesa e muito importante poder falar depois das críticas sobre a saúde porque, realmente, é uma área onde estamos começando a trabalhar agora. E aí, antes de entrar no assunto, eu gostaria de lembrar um pouco, assim, como é que se formula uma política. Eu acho que é preciso a gente pensar um pouco nisso para poder saber quais as estratégias, tanto do governo quanto dos movimentos sociais vão ter nesse percurso.

Em primeiro lugar, de uma forma bem esquemática, uma política para ser feita, para sair da intenção e se transformar em gesto, precisa da vontade política. Essa vontade não cai do céu. Ela tem que ser construída. E é construída por isso que estamos fazendo: Conferência, debate, conceitos, discussões etc.

A segunda fase de uma política, ela precisa de um arcabouço jurídico, que seja aquilo que a gente decidiu na vontade tenha a expressão na lei, tenha uma expressão jurídica porque, senão, a nossa vontade fica como a água do mar e a... Na areia, né? Vai embora.

O terceiro ponto para que uma política possa sair do papel e acontecer de fato é que a gente tenha organizações e instituições capazes de transformar em ações aquilo que a lei está garantindo e que a vontade política definiu. E, por fim, é preciso que a gente tenha, numa política pública um aparelho, um aparato, uma organização de controle social e de avaliação dessa política para que novas necessidades, novas demandas possam orientar a vontade política de ir avançando.

Nessa perspectiva, ontem, foi anunciado pelo Ministro o processo transexualizador e eu gostaria de mudar um pouco o papel do processo transexualizador, porque, hoje, na imprensa, apagou a Conferência e só tinha nas manchetes: "Ministro anuncia o processo transexualizador". Quer dizer, não se falava na Conferência. E aí eu quero colocar de que o processo transexualizador, ele faz parte de uma política mais ampla, que estamos chamando "política nacional de saúde integral de gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e travestis". Ontem, o

Ministro falou *en passant* dessa política. Essa política, dentro de um mês vai estar em consulta pública, onde toda a sociedade pode opinar.

E aí, uma coisa que eu quero colocar é assim, o Brasil Sem Homofobia, embora com todas essas críticas que foram levantadas, serve, ele é um instrumento, é um instrumento legal, jurídico, que apontou e cobrou do Ministério da Saúde a necessidade da formulação de uma política específica. Aí, é hora de a gente lembrar um pouco a história e lembrar assim: O SUS, na verdade, foi o que sobrou da reforma sanitária. A reforma sanitária, aquele movimento que englobou intelectuais, populares etc., que teve início desde a década de 70, quero para o país uma reforma urbana, a reforma jurídica, a reforma na saúde, reforma na previdência, reforma tributária. Ou seja, nós queríamos, naquela época, um país que fosse de direito e que fosse uma democracia cada vez mais participativa.

Gente, o SUS, a saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde, é tratada como um direito. E a gente briga porque a saúde, no mundo da vida, é tratada como mercadoria. Então, o SUS foi resultado dessa briga do rochedo com o mar. Ou seja, nós, o país, vivendo uma invasão de políticas neoliberais, onde a saúde é uma mercadoria e nós, os militantes, os que... Os que sofreram as agruras da ditadura, lutando para transformar a saúde num direito, num país democrático. O que sobrou desse ideal revolucionário, vamos dizer assim, foi um Sistema Único de Saúde que, a duras penas, manteve os seus princípios de universalidade, equidade e integralidade, descentralizada e com a participação da população.

Desses princípios, a integralidade... A equidade foi o que menos avançou. Nesta perspectiva da integralidade e reconhecendo que, por exemplo, a saúde tem seus determinantes sociais e que a exclusão, a discriminação, o preconceito, a homofobia agem como determinantes causadores de sofrimento, é que coloca para o Ministério da Saúde a responsabilidade de responder a essa demanda que a sociedade vem colocando.

Nesse sentido, embora a política que vai entrar em consulta pública tenha sua base no Brasil Sem Homofobia, ela tem sua condição de garantia no Programa "Mais Saúde", que foi lançado no fim do ano passado, que garante recursos e metas

para o combate à iniquidade de populações GLBT, ciganos, negros, em situação de rua, no campo e da floresta, profissionais do sexo etc.

Então, a perspectiva dessa política é que, primeiro, o referencial teórico é a determinação social da saúde e doença, sendo a exclusão e a discriminação como fatores de sofrimento. A segunda característica dessa política é uma transversalidade que exige, por si só, uma intersetorialidade entre todas as áreas do Ministério e os outros órgãos que não são do Ministério da Saúde, se a gente recupera o conceito de saúde que está escrito na Constituição.

Na perspectiva de construir uma política participativa, que extrapolasse somente a questão das doenças sexualmente transmissíveis, foi constituído um Comitê Técnico de Saúde da População GLBTT. Esse comitê elaborou, no ano passado, um seminário de saúde que deu os subsídios para que a gente pudesse formular as bases dessa política que vai estar disponível para vocês.

Para vocês terem, rapidinho, que o meu tempo já está acabando, a marca dessa política é o reconhecimento dos efeitos sobre a saúde da discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero. E isso determina formas de adoecimento e sofrimento, em decorrência do preconceito e do estigma social de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

As diretrizes dessa política, eu vou ler rapidamente. Primeiro, respeito aos direitos humanos da população GLBT, combatendo qualquer prática de estigma e discriminação, principalmente nos serviços do SUS. Casos como o do tapa que a travesti levou vão ser, espera-se, que a gente tenha um trabalho, porque a discriminação existe no âmbito do SUS, e que isso seja resolvido por um processo de formação política.

Consideração das categorias e aspectos da orientação sexual de gênero, étnico-raciais e de ciclo de vida, em todo o processo de planejamento e organização da atenção e do cuidado no âmbito do SUS; inclusão da temática orientação sexual e identidade de gênero nos processos de educação permanente para os trabalhos da saúde, para conselheiros e lideranças sociais voltadas ao controle social; ampliação e fortalecimento da participação do movimento de gays, lésbicas,

bissexuais, travestis e transexuais nos conselhos de saúde, Conferências e outras instâncias de gestão participativa; incentivo à produção e sistematização de conhecimentos científicos e tecnológicos na saúde dessa população; articulação com as áreas técnicas do Ministério e as secretarias estaduais e municipais, que serão as responsáveis para a execução dessas ações no âmbito dos estados e dos municípios. E implementação e fortalecimento do processo de avaliação e monitoramento, inclusive transformando o monitoramento e a avaliação em instrumentos para o controle social.

E aí, meu tempo já acabou. Eu só quero colocar que, na verdade, o processo de formulação e implementação de uma política não é um processo que cai do céu. Os grupos de interesse existem até a construção dessa vontade política. E parece que, quando a política é formulada, eu dou toda a razão a ele, que muitas coisas do que a gente faz não saem do papel, é porque também existem, tanto por parte do governo e por parte dos movimentos, um certo conformismo, ou seja, parece que quando a política é formulada e é expressa no discurso, a gente: “Ah, então já vencemos”. E todo mundo se calma. Gente, o processo de formulação de uma política é tão político quanto à formulação da mesma. Existem disputas, existem debates, existem disputas de espaço, disputas de poder. De modo que eu gostei muito de uma fala que aconteceu na Mesa anterior e eu vou repetir: Eu acho que as políticas só vão responder às nossas necessidades e às nossas demandas quando a gente começar a formular políticas, não somente pautados nas necessidades, mas a gente formular políticas pautadas no desejo do que a gente quer, no desejo de construir uma vida melhor. Aí, a gente deixa de ter essa política rasteira, que acaba só respondendo o básico das nossas vidas e jamais vamos ter uma política que possamos dizer: “Eu contribuí para que, daqui a 10 anos, esse país seja o país que a gente tenha orgulho de morar”. Muito obrigado.

Sr. Carlos Magno

Boa noite, companheiras e companheiros. Primeiramente, eu quero dar um abraço especial a toda delegação de Minas Gerais, que está presente nessa Conferência, que participou de um processo de grande mobilização popular, que foi a nossa Conferência estadual. E é nisso que eu quero iniciar a minha fala. Eu acho que não é tornar repetitivo falar sobre o momento histórico que estamos vivendo. Ontem, muitas pessoas se emocionaram, muitas pessoas se arrepiaram com a abertura. Eu acho que esse início demarca uma questão fundamental, que é a quebra de uma propaganda que foi colocada, principalmente em outros movimentos sociais, que movimento GLBT é um movimento despolitizado, que só pensa em parada.

O processo de mobilização popular e de discussão e de proposição que foi construído nesse país, de Norte a Sul, demonstra que o movimento GLBT também discute política e sabe muito bem que rumo nós queremos para o movimento. Eu acho que isso é fundamental a gente falar. Mas, eu quero dizer que o Presidente falou, veio aqui, segurou a bandeira. Estamos vivendo essa Conferência, mas a gente tem que ter clareza que, segunda-feira, quando a gente voltar para os nossos locais, a luta vai continuar.

Eu acho que é fundamental a gente ter clareza desse momento porque, como nós estamos, e uma das funções dessa Conferência é fazer uma avaliação do Programa Brasil Sem Homofobia, e aí o companheiro Léo Mendes pontuou muito bem de como é que a situação que está o nosso programa, a gente quero dizer que não vão existir políticas públicas efetivas, concretas, nesse país, se o movimento social não estiver mobilizado, com toda a força e com uma autonomia frente a qualquer tipo de governo, fazendo o seu papel, que é pressionar os governos para que, realmente, se implemente a política.

E temos que ser independentes porque muitos anos, nós, através das ONGs, fizemos o papel do Estado. Nós fomos fazendo um serviço do Estado por muitos anos. E agora eu acho que nós temos que dizer: "Ou nos incluam, de fato, os homossexuais, como cidadãos, ou a gente vai ter que denunciar esse governo".

Esse governo é o governo que temos, mas não é o governo que queremos porque ele ainda não avançou de fato e ainda não incluiu, de fato, os homossexuais. E aí eu quero me deter a duas questões, que eu fiquei para discutir, a questão dos direitos humanos. Uma é sobre os centros de referência. Um dos tópicos do Brasil Sem Homofobia, que é o nº. 03, era criar centros de referência nesse país e dar apoio para que esse centro de referência, ele possa estar... Exercer... Prestando esse serviço. Eu quero saber quantos centros de referência estão funcionando? Eu quero que os companheiros das cidades em que foram implementados os centros de referência, levantassem a mão aí, e eu quero saber quantos centros de referências estão funcionando... Um, dois, três, quatro. Eu acho que mais de 10. Quantos? 18.

Agora, nós queremos dizer o seguinte, é preciso que esses centros de referência realmente funcionem com qualidade. Não dá mais para jogar para as costas do movimento social esse serviço de prestar esse atendimento. É preciso que os centros de referência se tornem, de fato, política pública, que tenha orçamento, que seja na estrutura do governo, para que a gente realmente tenha o serviço de qualidade porque... Quem é de ONG sabe muito bem o desespero quando chega alguma... Alguma travesti, algum gay ou uma lésbica agredida e, às vezes, a gente, sem dinheiro, tem que estar prestando esse serviço e nós prestamos por muitos anos.

A outra questão é sobre a questão... Campanhas publicitárias, campanhas institucionais contra a homofobia. Eu acho que o PL 122, ele ainda não foi aprovado, não é somente porque o movimento social não pressionou. Eu acho que o papel do movimento social, ele tem feito muito bem o seu papel. Mas também não é um comprometimento realmente de todos os atores sociais. Existe campanha contra a exploração infantil. Existem várias outras campanhas institucionais e eu ainda não vi nenhuma campanha governamental, institucional, contra a homofobia. Isso está no Programa Brasil Sem Homofobia.

Então, a gente precisa uma posição clara dos outros Ministérios, não somente escrever o manifesto, mas é preciso que esses Ministérios se posicionem publicamente, com campanhas, com denúncias, porque não dá para ser somente os nossos amigos. E também é preciso dizer que esse governo, ele... Ele tem suas

contradições. Quando eu faço essa crítica, eu faço uma crítica a uma questão geral. Mas, eu não posso negar também algumas pessoas, alguns atores, alguns agentes públicos que estão implicados com essa questão. Mas, o nosso papel de movimento social é... É ser... Tornar-se independente ou ser independente e exigir desse Governo: Somos parceiros, sentamos juntos. Mas o nosso papel é pressionar o governo para que, realmente, não passe de cartas de boa intenção, que a gente saia dessa Conferência com um conjunto de resoluções, com um conjunto de política pública, mas, o próximo período é preciso que o movimento esteja com toda a força para exigir realmente que essas políticas saiam do papel e sejam concretas, e possamos construir um país sem homofobia. Obrigado.

Dr. Perly Cipriano

Boa noite a todos e a todas, lésbicas, gays, travestis, bissexuais, transexuais, travestis, heterossexuais, do poder público e da sociedade civil, brasileiros e estrangeiros.

O Presidente Lula falou de 40 Conferências Nacionais, na realidade, já mais de 40 Conferências Nacionais realizadas no Brasil nos últimos seis anos. Essa é a mais profunda, a mais radical e a mais revolucionária de todas as Conferências Nacionais realizadas nesse país.

Esta Conferência enfrenta não apenas a homofobia, lesbofobia, transfobia; ela enfrenta o machismo, o racismo, a xenofobia, a intolerância religiosa. Portanto, ela é mais profunda do que todas as outras. E nós precisamos aprender com a vida, celebrando as pequenas e as grandes vitórias.

Eu sei que o italiano Antonio Gramsci nos ensinava que os humanos devem ser pessimistas no diagnóstico e otimistas na ação. Esta é a primeira Conferência do gênero no mundo, realizada aqui no Brasil, convocada pelo Presidente Lula, é uma ação importante de otimismo, de coragem e de luta de todos nós.

Considerar que não tem conquista nesse país é um equívoco. Procure as pessoas de Rondônia, de Roraima, dos Municípios mais distantes, mais entranhados, sofrendo lá isolados, quando puderam participar de uma Conferência. Isso é fundamental se a gente quer acreditar na luta de transformação. É fundamental que eu, ontem, estava aqui observando, quando o Presidente Lula falava, quando o Ministro falava, eu vi muitas lágrimas e eu também chorei porque sei da importância dessa Conferência.

Nós precisamos aprender a ver que política pública não é só amontoado de dinheiro. Essa ação é política pública. Essa é construção, onde os centros de referência tiveram um papel importante de convocação dessa Conferência. 47 centros de referência, núcleos de estudo das universidades. Subestimar isso é esquecer o que está acontecendo nesse país. E todos os Ministérios estão trabalhando intensamente, melhor terá que ser. Mas, para isso, precisamos, cada

vez mais, mobilizar a sociedade. A ditadura resolvia muita coisa rápido porque ela não tinha a necessidade de dialogar e nem encontrar alternativas.

O A.I. 5 foi do dia para a noite, a lei de segurança também. Mas, BRASIL Sem Homofobia, pequeno, que a gente até critica, levou um ano de discussão porque tinha que discutir com a sociedade civil, com o poder público, enfrentar as contradições que tem no próprio movimento e no governo. É assim que a gente constrói.

E nós estamos construindo política no país federado, que tem União, estado e município. O governo precisa dialogar com os estados, com todos os partidos. Precisa dialogar com os municípios. E é preciso ter política pública em todas as áreas. Não é fácil que possamos... Quando o Presidente convocou esta Conferência, quantos acreditavam que era possível realizar a Conferência em todos os estados, com tais Governadores e Governadoras que nós temos? Muita gente temia que não realizássemos a Conferência. E todos os Governadores e Governadoras convocaram as Conferências Porque havia mobilização social. E, em especial, da população GLBT.

Nós precisamos perceber o avanço que está havendo no país. Reconhecer que tem falhas, tem insuficiência. O Ministério da Justiça vai capacitar 450 mil policiais, pelo menos com noções de Direitos Humanos, para que eles possam abordar a população; não é defender os Direitos Humanos, é promover os Direitos Humanos que nós queremos. Mas, precisamos valorizar aqueles que avançam. No MEC tem avanço, no MIC, tem avanço, na Secretaria da Mulher, tem avanço, na Secretaria de Direitos Humanos, tem avanço, na SEPPIR, tem avanço. Nós precisamos trabalhar com todos esses elementos e compreender, compreender que a luta é uma construção permanente. Essa não é uma luta de um dia para a noite. Na Idade Média, a população seria, no caso os homossexuais, mas a população inteira era exterminada, era queimada na fogueira. O Hitler queimava, destruía, quero destruir judeus, ciganos, homossexuais e testemunhas de Jeová.

Portanto, nós temos que entender que nós estamos em vários lugares, com várias pessoas junto com a gente, no mesmo sofrimento e na mesma luta. Mas

também o socialismo real também discriminava essa população. Então, não é apenas uma questão ideológica. Ela é mais profunda. O pai e a mãe discriminam o filho e a filha porque é mais profunda a questão. E nós temos que ter a capacidade de diálogo, de discussão, de convencimento, de não ter medo de discutir com as pessoas. Hoje à noite, vai haver uma reunião aqui, de lideranças religiosas, para discutirem essa temática. Nós temos que saudar esses avanços e não reprimi-los.

E não tratar intolerância com intolerância. É fundamental... Crivella, é preciso discutir com a base que ele tem. Tem que discutir com a base que ele tem. Não pense que todos os religiosos sejam homofóbicos ou que todos os partidos sejam homofóbicos. Nós temos que aprender a conviver com as diferenças. E política pública significa trabalhar para que não haja a discriminação de gênero, raça, etnia, orientação sexual ou religiosa, nas instituições e na sociedade.

A violação dos Direitos Humanos, ela se dá em todas as frentes: Na família, na comunidade, na cidade, na escola e no nosso meio também. Será que não tem contradição entre nós? A contradição – é essencial que o ser humano tenha. Tem que aprender a conviver com ela. Para isso, é resolver no diálogo, na discussão, na compreensão e na convivência. Nós precisamos do mundo sem machismo, sem racismo, sem xenofobia, sem intolerância religiosa e sem homofobia. Mas, essa é uma construção difícil, trabalhosa. Quem ouviu o Tony, ontem, falando aqui que mãe dele estava assustada, quando ele se declarou homossexual. Essa mesma mãe casou com o companheiro de Tony, para que ele viesse para o Brasil. É entender a capacidade da mudança e é entender pequenas mudanças que as pessoas conseguem e não entendem que são tão grandes. Mesmo a cirurgia. Mesmo que a imprensa noticie mais a cirurgia, mas está anunciando muita coisa.

Mas, ontem, eu ouvi o depoimento... Só aquele depoimento talvez valesse por tudo o que foi falado aqui. Uma pessoa com mais de 50 anos, dizendo que não tinha condição, poder econômico para fazer uma cirurgia. E, graças a essa decisão do Ministério da Saúde, ela ia poder fazer com que o seu corpo se encontrasse com a sua alma. Isso é importante. Isso é profundo. Isso é radical.

Radical não são palavras, é conhecer as coisas pela raiz. É saber que é difícil. Toda a mudança é difícil. E mudança de conceitos, de enfrentar essas questões. O Mandella, já que tem um moçambicano aqui, representando o continente africano, Mandella dizia que ninguém nasce racista, odiando o outro pelo sexo, raça, cor, religião, e nós podíamos dizer também homofobia, não nasce assim; aprende a ser assim. Somos nós, inclusive, que ensinamos de maneira incorreta. Precisamos, agora, ensinar a amar e não ser sectário. É difícil, mas nós precisamos ter essa paciência. É ter humildade para aprender com os outros, primeiro, pequenos avanços são importantes que ajudem essas pessoas a avançarem. E ter também a audácia de exigir muito.

Então, eu quero, já encerrando, dizer que eu sinto uma alegria imensa em estar aqui nessa Conferência. Eu tenho... Comecei a militar politicamente em 1960; já passei de Conferência, de movimentos radicais, mas nenhum movimento é mais radical do que esse, mais profundo e mais... Exige dedicação de nós, de mobilização.

Eu quero encerrar. Então, eu quero encerrar, primeiro agradecer muito em encontrar essas pessoas; estive em 15 estados, discutindo, porque é importante estar lá. Eu vi pessoas dizendo que, pela primeira vez, eu vi, em Alagoas, uma pessoa dizendo... Ela disse: "Por causa dessa Conferência, eu descobri o que é que eu sou". A pessoa tinha dúvida do que ela era. "Descobri o que eu sou". Nós temos que entender o que há de radical e profundo nessa questão. Então, eu quero encerrar só agradecendo a presença da minha companheira Regina Cezana, que aqui está e fazer um agradecimento também, eu sei que talvez não pudesse ser assim, mas eu nunca entendi muito do cerimonial. Quero agradecer a presença, ter aqui ao meu lado o André Lázaro, eu fui preso, e ele me visitava numa época em que visitar um preso político era correr risco de vida. Ele fazia, juntamente com a sua companheira. Eu quero agradecer a todos.

É necessário radicalizar o movimento, mobilizar. A maior manifestação cívica nesse país são as paradas. Mas, é preciso que, numa parada dessas, de três milhões, a gente consiga três milhões de assinaturas para pressionar o congresso.

Nós precisamos dos estados. Nós precisamos ir à Câmara. Nós precisamos ir à Câmara de Vereadores. Precisamos divulgar as leis, valorizar o que fizemos. E ter radicalidade. Radicalidade é mobilizar gente e cobrar política. Eu quero, então, saudar a todos. Estou numa alegria imensa, vocês não imaginam. Ontem, eu chorei; hoje, se eu chorar, vai ser de alegria de ver essa disposição e essa coragem de tanta gente, do mais simples ao mais ilustre, embora eu considere que os mais simples são mais radicais porque eles falam o que sentem. O outro pode falar até de discurso mais bem preparado. Parabéns, sucesso! Estaremos aqui até o último dia.

Sra. Marisa Fernandes

Boa noite a todos e todas. Depois da fala do Perly, eu estou tremendo. Estou tremendo porque eu não sei... Essa Mesa está muito atrasada, fiquei com medo de perder o almoço, estou com fome e estou morrendo de sede. Pediria para, por favor, alguém me arrumar um pouco d'água. É... Eu sei que tem uma expectativa muito grande em cima dessa Mesa. Eu ouvi comentários de que as falas estavam muito repetitivas. Eu não sei se a gente consegue trazer, porque a preocupação é a mesma, o objetivo é o mesmo da Conferência... Se a gente consegue trazer coisas novas. Mas, o histórico da minha vida, dentro do movimento, é um histórico de ativista lésbica e feminista. E eu quero trazer um pouco disso, dentro do tema desta Mesa, contextualização e perspectivas. E, como nós combinamos em dividir os temas do Brasil Sem Homofobia, a mim coube educação, porque sou educadora e políticas para as mulheres.

Eu quero, na minha fala, fazer uma fusão entre política para as mulheres e o processo de educação, dentro do Brasil Sem Homofobia, dentro do meu país, dentro dos programas educacionais. Eu quero dizer, antes de iniciar a fala propriamente dita, que são alguns dados, alguma contextualização, eu quero também dizer da minha alegria profunda de estar fazendo, participando dessa Conferência e dela ter participado como Comissão organizadora nacional, junto com todas e todos estão aqui na Mesa. E isso é uma política pública. Isso é uma ação do governo. Isso é fantástico. Isso mostra o nível de democracia que tem no nosso país.

Quando nós olhamos a democracia norte-americana, eu acho que o que a gente viu ontem à noite aqui, o que estamos vendo, eu acho que não se vê em todos os países, nem naquela democracia.

A nossa democracia é extremamente aperfeiçoada. Mas, nós, para estarmos fazendo essa Conferência, que hoje se traduz numa política pública grandiosa e aplaudidíssima, levamos 30 anos para isso. O Brasil Sem Homofobia levou tantos outros anos para ser construído, foi construído, sim, dessa maneira que o Dr. Perly falou, numa ação conjunta entre governo e sociedade civil, bem como essa Conferência. E é um instrumento que muito nos dá orgulho, o Programa Brasil Sem

Homofobia, porque muitos Presidentes passaram por aqui. E o Presidente Lula teve essa coragem de fazer este programa, de ouvir a sociedade civil.

Ele tem críticas, ele tem problemas? Tem. As nossas companheiras aqui, que me antecederam, já falaram dos problemas que o programa tem. Tem avanços? Tem também. Então, como é que eu vou fazer essa intersecção, em cinco minutos, agora, da educação com as mulheres? Quem são as mulheres brasileiras? Primeiro, somos a maioria da população, que vive nas cidades. Eu acredito que aqui nós tenhamos um número grande de mulheres e que bem poucas estão vivendo em áreas rurais. Nós temos uma expectativa de vida maior.

Eu estou falando quem são as mulheres brasileiras porque eu tenho um aspecto da minha vida que me faz específica, que me traz a especificidade. A minha orientação sexual, que é lésbica, o meu desejo sexual pelas mulheres e a minha afetividade, o meu amor pelas mulheres. Fora isso, eu sou uma mulher. Eu sou a maioria da população, como lésbica, eu sou... Estou dentro da população, eu vou viver mais. E... De uma maneira geral, as mulheres avançaram no controle da natalidade. Porém, de 15 a 19 anos de idade, não se registra nenhuma queda, nenhuma, na fecundidade. 20% dos bebês que são nascidos hoje no Brasil são frutos de mães adolescentes. Ora, cadê a nossa política? Quando nós olhamos, aqui, o direito à educação, à transversalidade da questão da orientação sexual, identidade de gênero, política para as mulheres, se eu sou uma jovem que me descubro lésbica aos 15 anos, e o temor do que isso vai me dar. Se eu tiver um filho, quem sabe eu me safo disso? Quem sabe eu não sou isso? Aonde eu vou ouvir isso? Eu não posso chegar e dizer: "Mamãe, acho que eu sou lésbica, então, eu vou engravidar porque aí eu não sou". Na escola eu posso ouvir. Nas políticas para as mulheres eu posso ouvir isso. É... As mulheres... Nós somos as mulheres que mais têm se infectado pelo HIV, as lésbicas também. Nós temos problemas com DST, nós não temos insumos específicos para fazer prevenção. E nós temos um problema enorme dessa invisibilidade de lésbicas para o HIV. "Ah, não transam com homem". Não transamos com homem. Meu grupo fez uma pesquisa em São Paulo com 100 mulheres lésbicas, profissionais de sexo, e se encontra em outras capitais também.

A morte por complicações em parto é elevadíssima. 92% dessas mortes poderiam ser evitadas. E o que é que as lésbicas têm a ver com o parto? As lésbicas são mães, as lésbicas querem ser mães. Nós já fomos mães e sobrevivemos a esta catástrofe dos 92%. E por que é que nós morremos? Porque as precárias condições socioeconômicas das mulheres, o baixo grau de informação e as dificuldades de acesso a serviços de qualidade. Só para as mulheres? Nós, mulheres, estamos lá, nós, mulheres lésbicas, estamos lá. Isso é verdade para nós. Então, 30% de nós são chefes de família. E... Quem são as mais escolarizadas? Homens ou mulheres? As mulheres. Somos mais escolarizadas. Isso se reflete no mercado de trabalho? De forma nenhuma. Exatamente no mercado de trabalho, aonde as nossas desigualdades são as que mais aparecem. Nós, seja na entrada, seja na permanência. Se você é lésbica, se você é lésbica negra, se você é travesti, se você é uma mulher transexual, é ali que aparece a nossa dificuldade de ingresso e de permanência nesse mercado.

Meu tempo está encerrado, eu vou só falar um minutinho a mais, tá? Persiste uma divisão sexual do trabalho, ainda muito, muito grande, entre os afazeres domésticos, entre o que fazem as mulheres, entre o que fazem os homens dentro de casa, caracterizando a nossa jornada de trabalho como mais difícil. Nós gastamos 25 horas semanais com isso. Os homens gastam em torno de 10. Ora, os homens são os nossos companheiros gays, são os nossos companheiros bissexuais, são os nossos companheiros heterossexuais. Essas coisas devem ser passadas na escola. É lá que se fala sobre isso. É lá que, se eu tenho política para as mulheres, transversal, eu vou ter que falar dessas desigualdades.

Então, a mim, me parece, além de nós sermos as maiores vítimas da violência doméstica, e aí nós sabemos o que é ser mulher, travesti, transexual e gay dentro da família, física e psicológica, quanto abuso sexual nós temos. “Porque o que falta para a mulher lésbica é um pênis”. “É porque ela ainda não conheceu o meu”. E o estupro, a violência sexual a que somos acometidas. Essas coisas têm e devem passar pela escola. Têm e devem passar para as políticas para as mulheres nessa transversalidade.

Nenhuma sugestão de perspectiva? Pode? Tá? Premiação para o MEC e para a... Gente, eu estudei muito para vir aqui fazer essa fala. Eu estou pegando aqui a Conferência da mulher. A segunda, que analisava a primeira. Eu peguei todas essas coisas. Existe uma política aqui, que é de premiação. Quem é que se premia? Nós vamos premiar monografias sobre... Premia-se também escola. Não estou dizendo que premiar monografias é ruim, não. É excelente. Mas, nós temos que premiar as escolas que, de fato, executam os projetos de tema transversal porque eu estou dentro da escola, gente, dentro da escola, o tema transversal é nada. Não se faz. Faz-se muito pouco. As escolas que fizerem isso devem ser premiadas.

Quero dar um recado aqui ao SECAD. É muito importante que a direção do SECAD assuma, de fato, os compromissos e a pauta a que se propôs, que chame os grupos de trabalho, todos os Ministérios que os têm, tá? Porque só isso é que vai garantir a participação e controle social nosso, dentro dos Ministérios, que assim... Isso que se propõe a fazer o Brasil Sem Homofobia.

E quero dizer que os editais do Ministério da Cultura são apertadíssimos, por favor, revejam isso, senhores e senhoras. Eles exigem, às vezes, exigências são muitas vezes inalcançáveis para nós, para as ONGs. Nós temos uma intersecção entre vídeos produzidos pela sociedade civil, que falam das lésbicas, das lésbicas negras, dos homens transexuais, das travestis e das transgêneros, isso tem que ser linkado com a educação. Alguém tem que fazer isso. Pegar esse instrumento que a sociedade civil produziu e levar para dentro da escola. Não é o MEC que tem que inventar nada. Isso a cultura já fez. A cultura tem uma produção hoje para se fazer documentário sobre essa questão. Exigência que seja em película; película custa mil reais o minuto. Isso não cabe para nós. Isso é dar 80 mil reais. Ninguém faz cinema com 80 mil reais. Essas críticas, Perly, elas são necessárias. Elas têm que ser repensadas. Eu acho que o momento é esse. E esse diálogo é fundamental. Então, entre os... O fórum aqui, composto pelos Ministérios, porque é só assim que nós vamos poder avançar de verdade. Obrigada.

Dr. André Lázaro

Muito obrigado. Boa noite a todos e a todas. Boa noite, Marisa, obrigado pelas suas ponderações. Boa noite, meu querido Perly, obrigado pelo seu entusiasmo. Eu acho que estamos vivendo um momento muito particular. Eu quero destacar esse momento porque eu acho que, até bem recentemente, temas como o que tratamos aqui, mas não apenas este, também temas relativos a outras dimensões da liberdade, eram temas tratados na dimensão da resistência.

A resistência e, quem viveu a ditadura, sabe como se faz essa resistência, ela reúne um grupo pequeno de pessoas que partilham do mesmo conjunto de valores. E esse pequeno grupo procura enfrentar uma grande maioria, que contesta esses valores ou não os aceita. E eu acho que nós estamos vivendo um momento completamente diferente da resistência. É o movimento da disputa de uma hegemonia por uma nova compreensão de sociedade, uma nova compreensão de ser humano, uma nova compreensão da educação. Na resistência, você só aprova quem concorda integralmente com o seu ponto de vista; na disputa de hegemonia, você precisa buscar aliados, construir parcerias, divergir, mas, ao mesmo tempo, aprender com a divergência. E eu creio que essa disputa de hegemonia é uma mudança de longa duração; não é a mudança simples ou rápida. Ela é de longa duração.

Quando a gente olha para a educação, eu, às vezes, tenho a impressão de que as pessoas que não convivem com a educação diretamente crêem que basta colocar um conjunto de conteúdos num livro, um conjunto de conteúdos num curso e dizer: “Professores, aprendam!” “Alunos, copiem, respondam, comportem-se!” Nós não estamos falando disso. Nós estamos falando no sentido que o Perly apontou, de mudanças muito profundas, muito profundas. O Brasil é um país de grandes paradoxos, grandes paradoxos. Nós apregoamos, desde 1500, que não há pecados abaixo do Equador. No entanto, somos campeões mundiais de violência homofóbica, somos campeões mundiais em violência contra as mulheres, mas num país de liberdade. Como é que convive esse discurso público, que ostenta no carnaval a nudez e, ao mesmo tempo, violenta as mulheres? Essa violência se reproduz dentro das casas e dentro da escola. Grande maioria dos professores não

quer ter um vizinho homossexual. Grande maioria dos professores não quer ter alunos homossexuais. Como é que eu faço? Eu tiro os professores da sala de aula? Digo: “Saíam! Vocês não são professores”. Então, o desafio é bastante complexo.

E, meu querido e admirável Perly, à medida que eu ouvi algumas falas aqui, eu me lembrava de uma fala de um político mineiro, boa, que diz que falar mal do governo é tão bom, que não pode ser um privilégio da oposição. Então, eu vou aceitar que nós estamos falando mal do nosso governo. O governo que a gente ajudou a colocar aqui e que a gente quer mais desse governo.

Então, nessa perspectiva, eu acho que tem razão; nós temos que avançar. Mas, avançar a partir da onde? Destruindo o que a gente tem feito e dizendo que não se fez nada ou avaliando o que está feito e perceber aonde e como avançar? Porque, para quem está fora do jogo, é fácil jogar tudo ou nada. Para quem está dentro do jogo, cada casinha conquistada é uma casinha importante. E nós estamos conquistando muita coisa.

Eu acho, e alguém fez esse diagnóstico, eu acho que é muito correto, nós estamos com uma política pública desenhada, mas com ações construídas. Há uma distância e um espaço entre a política e a ação. Mas, não é uma distância entre discurso e gesto porque há muitos gestos acontecendo; há muitos avanços. Reparem bem uma coisa em educação, nós temos dois milhões de funções docentes na educação brasileira... Dois milhões. A escola é o equipamento público mais... Mais difundido no país, melhor difundido no país. E hoje nós brigamos, sem a aprovação da Câmara ainda, por um salário, piso salarial de 950 reais para 40 horas de trabalho, isso é maior do que a maioria dos professores recebe. E são esses professores que nós precisamos torná-los os grandes pregoeiros da liberdade. Com esse salário. É isso. Essa é a luta política da categoria educacional hoje. É a categoria que mais adocece pelo estresse porque toda a sociedade diz: “Educação, resolva a violência, resolva as drogas, resolva a saúde, resolva o trânsito, resolva a educação fiscal! Educação, resolva! Resolva!” E nós, professores: “Tá, eu estou até a fim. Eu até acho legal resolver, como?”

A escola não é o ambiente em que o professor viva. Ele é o ambiente onde o professor vai. Nós não temos ainda, e está no Congresso para ser votado, uma diretriz de carreira, que prevê que o professor seja professor de uma escola, que tenha relações com pessoas e não com o nome na chamada. O professor hoje, e eu sou professor, eu tinha três empregos. Corria de um para o outro. É esse cara, essa... Em geral, a mulher, em geral a mulher, mais de 80% são mulheres. É delas que a gente precisa... É com elas que tem que construir essa aliança.

Eu não quero que a minha fala fosse defensiva porque eu tiraria a razão das críticas. E eu não quero tirar a razão das críticas. As críticas são corretas. Para o país que a gente precisa construir, as críticas são corretas. Agora, eu não quero que essa crítica destrua o que nós, com esforço, construímos. Não pode. Não pode. Porque senão, nós vamos começar do zero, de novo? De novo, começar do zero? Não. Não quero também ficar dando satisfação porque vocês merecem mais do que satisfação. Vocês merecem ver, na cidade de vocês, os fatos acontecendo. Então, não vou encher vocês de número e de explicações. Porque, se vocês não... Que são os mais interessados, não encontrarem na sua cidade um reflexo da nossa ação é porque estamos errado e tem que ser criticado. Mas estamos fazendo muita coisa. A gente lançou um programa de gênero diversidade na escola. Não é fácil, num governo, sentar a SPM, aqui representada pela Anne, que precisou sair; sentar o MEC, sentar SEPPIR, sentar o Centro de Estudo da Sexualidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; montarmos um programa que hoje conta com a adesão de 11 universidades de todo o país, com a previsão de 15 mil professores em formação, ao longo de 2008. Isso está acontecendo.

Nós temos publicações distribuídas para todas as redes de ensino sobre a questão da diversidade sexual. Este assunto nunca tinha entrado na sala de aula. Como diz o nosso Presidente, “nunca antes na história desse país”, se falou desse assunto. E eu dizia, eu dizia, quando comecei essa conversa, há dois anos, com vários companheiros que estão aqui, e me alegra muito vê-los, dizia: “Olha, para a saúde entrar na discussão da homofobia, da lesbofobia, é mais fácil, sabe por quê?” Todo mundo diz: “A saúde vai entrar para prevenir”. Então, a saúde vai é prevenir para que ninguém seja homossexual ou lésbica. “Agora, se a educação entrar, ela vai entrar para fazer as pessoas se tornarem. Então, não pode”. Estão entendendo

do que estamos falando? Não é uma coisa simples. Trabalhar com dois milhões de funções docentes e, olha só, amigo, a liberdade é a melhor coisa do mundo. Vamos ajudar as pessoas a serem livres. Essa é a missão da educação: Ajudar a criar pessoas autônomas e livres. Esse é o nosso compromisso. Esse é o nosso trabalho. E acho que, num ambiente de crítica cidadã como essa, a gente vai avançar. Mas, por favor, não vamos destruir o que a gente fez porque deu muito trabalho fazer.

Sra. Tatiane Araújo

Boa noite. Eu quero falar, e a gente só tem 10 minutos, eu preciso falar muita coisa. Quero dizer que a gente estava prevendo falar aqui 15 minutos. Mas, vamos lá! Para a minha parte, além de estar falando nas questões específicas e que tanto afligem a nossa comunidade de travestis e transexuais no Brasil, ficou para mim, remeter a questão do trabalho e segurança pública, duas questões que afligem muito a nossa comunidade, mas, que, assim, acabam sendo visualizadas como toda uma problemática da população GLBT, mas, que, assim, vem de outros pilares, eu acho, na construção, principalmente, na questão do gay, da lésbica e, muito cruelmente, com a travesti transexual, que é na questão do trabalho.

Hoje em dia, nós vemos que, para a pessoa chegar ao mecanismo de trabalho, é preciso que essa pessoa seja capacitada. A pessoa que está capacitada, o primeiro pilar que ela precisa, além de ter uma estrutura familiar, é estar vinda da estrutura da educação, vinda de escolas com uma boa base. E o que nós mais vemos hoje, nas instituições de base, é a população GLBT sendo excluída da escola e desistindo do âmbito escolar e, cruelmente, as travestis e transexuais não tendo como continuar os seus estudos, num momento crucial da sua vida, na descoberta que sua sexualidade, além de não ser a esperada por sua família, a sua identidade, que ela precisa assumir, não é também a que a sociedade vai aceitar, a que a família vai querer e que a escola vai compreender e estar capacitada para continuar.

Esse pilar principal de um ser, para adentrar na sociedade, que é mais ou menos na idade de 14, 15 anos, quando precisamos construir nossa identidade de gênero, somos cruelmente ceifadas de escola, entendeu? E aí, não temos nenhuma oportunidade de nos capacitar e adentrar ao mercado de trabalho. O mercado, que já é preconceituoso para gay, para lésbica, para bissexual, mas, principalmente, para travesti transexual, que externam, na sua... No seu dia-a-dia, na sua imagem física, na sua vestimenta, o que ela é, o que ela pretende para ser feliz e o que, na verdade, ela é afastada de tudo, de todas as oportunidades, justamente por precisar viver feliz e viver feliz com sua identidade de gênero, que vai lhe fazer bem.

No Programa Brasil Sem Homofobia, olhando na parte de trabalho, a gente se... Vê muito a questão da capacitação para o mercado de trabalho. Eu vi muita coisa ligada à Delegacia Regional do Trabalho. Mas, que a gente analisou e não viu quase nada implementado. Virgem, meu Deus, cinco minutos! Que a gente não viu quase nada implementado do que está ali para a questão do trabalho. Imagine do que a gente identifica ainda mais de travesti e transexuais, que têm muito pouca coisa do que pode ser reparado para a gente, do que socialmente pode ser reparado, do quanto estamos aquém, do quanto estamos excluído e de quanto precisamos de mecanismos para adentrar esse mercado de trabalho.

Na questão de segurança pública, o que mais nos aflige ainda porque, antes, assim, a gente que trabalha com travesti e transexuais, a gente escutava travesti dizer: “Eu tenho medo de tudo. Eu estou com medo de adentrar a minha vida. Eu tenho medo de morrer de AIDS”. Mas, parece que a coisa piorou. Hoje em dia, a gente conseguiu trabalhar com elas. A gente conseguiu, assim... Isso é um mérito do governo, de uma parceria muito estreita que a gente tem com o programa de AIDS de fazer com que a travesti se sinta mais responsável por si, que tenha a sua auto-estima mais elevada. Mas, a gente descobriu que agora ela diz: “Eu tenho medo de morrer na esquina. Eu não sinto mais segurança de sair e de voltar, na madrugada, porque eu preciso trabalhar, eu preciso sobreviver”, e a única oportunidade de trabalho, que volta para a questão do trabalho, é a esquina. 90% da nossa comunidade vive da prostituição, porque não é só prostituição é natural, é algo que deve ser valorizado como trabalho, mas não temos que ter, no Brasil, como única alternativa para uma comunidade. Uma comunidade visível, uma comunidade que paga impostos, igual a qualquer outra. E que para tudo, tudo é ceifado, assim, e ainda mais o mercado de trabalho, é o mercado mais perigoso para, principalmente ela, porque ali, às vezes, a própria pessoa que sai com ela à noite, pelo dia, para viver numa sociedade injusta, hipócrita, precisa apedrejar essa travesti, precisa vulnerabilizar ela, mais do que tudo vem... Vem sendo, pelo preconceito, pela discriminação e pela cultura machista que a gente vive.

A capacitação de Delegados, policiais militares, a gente já ouviu muito. A gente participou de um Seminário Nacional de Segurança Pública lá no Rio de Janeiro. Foi muito proveitoso. A gente dialogou com diversos atores da Segurança

Pública, Delegados, Secretários. Mas, a gente, gente, para travesti, a gente precisa de algo mais incisivo. A travesti, ela está à noite na rua. Ela está num ambiente totalmente vulnerável, desprovido de... De, até que a Delegacia que esteja aberta, seja, em muitas cidades, uma Delegacia plantonista. E que, nessa Delegacia, muitas das vezes, a gente não encontra nem um ambiente favorável de relatar o que a gente passou porque, no momento que a gente aborda o policial da rua, ele olha para a gente e vê como... Reflete aquilo que ele viu na imprensa durante todo o tempo: Que a travesti quer extorquir, que a travesti quer roubar. Ninguém quer saber que a travesti quer sobreviver, que a travesti precisa daquele mecanismo. Porque a imprensa não colocou, no caso da travesti que saiu com o Ronaldinho, qual é a vida dela, que eu conheço, que é excluída da família, que o irmão quero matar porque ela era travesti, que ela saiu numa boléia de um caminhão para ir morar no Rio de Janeiro para se prostituir. As pessoas só querem mostrar o grande ídolo saindo com o expurgo da sociedade, que era a travesti.

Na verdade, o que mais aflige a gente é olhar, assim, que aí nós temos o Programa Brasil Sem Homofobia, precisamos rever tudo mesmo, porque, assim, a travesti, naquele momento ali, ela não é discriminada porque ela é homossexual, e ela não se reconhece como homossexual, porque nós não somos homossexuais. Mas, a pior discriminação é justamente por isso... Eles não entendem, eles até não acham mesmo que a gente talvez seja homossexual. Mas, que a gente é total aberração que possa existir, que possa ser para afrontar mesmo todo o paradigma e todo o “arrumadinho” bonito, que toda a sociedade implementou, do homem e da mulher. E o que é isso? Que ET é esse que está na rua e que você foi sair, Ronaldinho? Como uma apresentadora da maior emissora do país, a quarta maior emissora do mundo, olhou e disse: “Você foi sair com esse tipo de gente, logo com esse tipo de gente?” E aí, cadê a nossa política de governo para, nessa hora, uma emissora como essa ser punida e ter esse horário dessa mulher tirado do ar?

Então, eu acredito que não dá para me remeter aqui e falar de tudo, talvez, que a gente precisa, dentro de um Programa Brasil Sem Homofobia, para travesti e transexual. Não estou dizendo que a gente tem que criar, talvez, o programa Brasil Sem Transfobia porque, na verdade, homofobia não é o caso que vem para a gente. A homofobia é para os iguais e para a gente que, na visão das pessoas, estamos

vestidos, estamos modificando a nossa... Nossa identidade física, simplesmente para agredir e para se transformar numa aberração e que o seu lugar é na esquina, depois das 10 horas da noite, e vamos observar quem consome esse povo porque deve ser...

Agora, o pessoal está ligando, da imprensa, para a instituição, para saber qual é o perfil do homem que sai com a travesti. Qual é o perfil do homem que sai com a travesti, será, na cabeça desse pessoal? São todos: É advogado, é jogador de futebol, é político. Mas, as pessoas querem colocar isso debaixo do tapete porque é muito mais bonito só ver lá expurgado da sociedade, sem direitos justamente à educação, sem... Sem trabalho, porque é aquele único lugar. Sendo estigmatizada no ambiente de saúde, quando vai ao posto, porque não pode nem ser chamada como ela quer ser chamada. Sendo afastada da escola porque nenhum professor... Acredita que, “como eu vou chamar? Mas, o nome que está aqui é esse”. Eu acho que o colega, ele está certo, porque... Sabe por quê? Numa pesquisa que a gente tem do CLAM, do Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos, foi realizado em três paradas, em três Estados, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, população mais vitimizada é a população do travesti. O único item da pesquisa que a travesti não aparecia à frente do ranking foi a questão da discriminação da família porque a maioria, com certeza, mora com a família porque, depois que ela volta da Europa rica, a família aceita.

Depois que ela é expulsa do país porque aqui nada a oportuniza e ela precisa dizer: “Não. E a... Gente, o que é que eu faço?” Eu fico lá na instituição, dizendo: “Pelo amor de Deus, não sai da escola não! Trabalha! Agüenta a porrada lá na escola! Agüenta a pedrada de noite! A cobra que jogam em você, o ácido que passam no carro e jogam você na esquina. Aí, fica aqui, sabe por quê? Porque a gente vai estar... Estar aqui na instituição. Qual é, gente? Eu já me sinto aprisionado, eu não tenho mais de dizer... Eu estava pensando em dizer mesmo: “Vai para a Europa porque, no Brasil, a gente não consegue mesmo. Vai para lá ganhar dinheiro e voltar rica porque aí o povo tem que te suportar porque você tem dinheiro”. Será que é isso que eu tenho que dizer? Não é isso que eu quero dizer porque a gente não pode viver num país em que a travesti só seja lixo, só seja colocada na imprensa para ser motivo de dar pico de audiência, colocada como marginal,

entendeu? Eu não tenho mais tempo para falar. Eu não quero aqui estar recebendo bilhetezinho. Quero dizer uma coisa para vocês assim... Dizer que, assim, a gente precisa mesmo colocar aqui. O discurso é muito bonito. A gente quer que o governo venha, que o governo venha aqui e faça o discurso. Mas, gente, tem 53 itens, nesse Brasil Sem Homofobia. A gente quer, na próxima Conferência, que tenha uma Mesa em que o poder público venha aqui e preste contas do que está sendo feito dos 53 itens do Brasil Sem Homofobia.

E quero mais. E quero que isso seja, se for continuar a palavra homofobia, que seja visualizado que a nossa transfobia, gente, é algo que precisa de muito mais que 53 itens. Obrigada.

Dr. Helmut

Muito boa noite, senhoras e senhores, amigas e amigos. Quero saudar a Mesa e, em primeiro lugar, eu quero parabenizar o movimento, os movimentos que estão aqui presentes, toda a comunidade, o esforço dos organizadores da Conferência, certamente foi uma luta muito longa, muito difícil para conseguir realizar, chegar até esse ponto no qual se chegou. E eu acho que é uma Conferência muito bonita, muito importante; dá seqüência a um esforço de democratização das discussões como, por exemplo, a Conferência da Igualdade Racial, que também aconteceu. A Conferência dos Direitos da Mulher, as duas Conferências dos Direitos da Mulher e tantas outras. Quer dizer, eu, pessoalmente, estive envolvido muito mais diretamente na Conferência Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador, pelo lado do Ministério da Previdência Social, porque a questão da saúde e segurança do trabalhador também faz parte das atribuições previdenciárias. Mas, o exercício, o exercício democrático, o exercício do diálogo social, para fortalecer as políticas, é um exercício extremamente salutar. E eu acho que a Conferência que está sendo realizada aqui, nesse momento, é... É extremamente importante para que o tema se fortaleça, enquanto um tema objeto de políticas públicas, em todos os segmentos da Administração Pública.

Além disso, também quero dizer aqui que, ontem à noite, participei da... Estive aqui na cerimônia de abertura. Eu achei muito bonito, diversos depoimentos, as falas que foram feitas. E eu gostaria de dizer que nós, o Ministério da Previdência Social, a Secretaria de Políticas de Previdência Social, nós nos aliamos completamente com o discurso que foi aqui proferido pelo Sr. Ministro dos Direitos Humanos. Foi muito bonito. Foi... Algumas pessoas, que também fizeram a intervenção, logo em seguida, disseram que foi um discurso quase antológico. Dada, tal a... Acho que a sensibilidade e a profundidade, e a questão, a possibilidade de recuperar também a trajetória histórica das lutas, não só da comunidade GLBT, mas das lutas pelos direitos sociais, de uma forma geral.

Então, dito isso, eu quero, muito objetivamente, passar para a parte que foram colocada, quer dizer, as conclusões, as reivindicações, as demandas que vieram das Conferências estaduais e municipais. Eu tive acesso ao documento. E eu

também quero dizer aqui que, bom, apesar de ter um ou outro item que, talvez, tenha sido aqui colocado como sendo tema previdenciário, na verdade, não é exatamente. Mas, por exemplo, tem questões aqui de assistência social, que teriam que ser discutidas com outros Ministérios. Mas, as partes que tratam da política previdenciária não nos trazem absolutamente nenhum desconforto discutir essa... Essa pauta aqui. Há necessidade de mais informações, há necessidade de diálogo entre a Previdência Social e o movimento, o desejo de ter mais informações sobre os planos, a forma de participação do sistema previdenciário, a Agenda de trabalho decente, enfim, o envolvimento do Ministério da Previdência, do INSS, todo o sistema de previdência social, na expansão de direitos sociais, isso tudo faz parte dos nossos objetivos, desde o primeiro dia, de... Do governo do Presidente Lula.

E um dos pontos importantes que estão colocados aqui, formulados em diversas formas, três, quatro vezes está formulado aqui, é a questão do direito à pensão para o dependente, no caso do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Isso também não nos traz nenhuma dificuldade de discutir. Nós sabemos que, hoje, entre os benefícios da Previdência Social, que a Previdência Social oferece, esse benefício da pensão por morte ou da... O auxílio-reclusão, que é devido para o parceiro, para a pessoa dependente de quem é condenado a... Obrigado. De quem é condenado em função de algum crime, e o salário-família são os três benefícios para o dependente. Todos os demais benefícios que existem no Regime Geral de Previdência Social, todas as demais prestações monetárias são devidas diretamente ao contribuinte e, enquanto contribuintes, as pessoas da comunidade GLBT, o próprio Presidente da República disse ontem, enquanto contribuintes, a Previdência Social e a Receita Federal do Brasil estão sempre, quer dizer, não fazem discriminação.

Então, o que existe hoje é a concessão dessa pensão por morte, baseado a partir de uma decisão judicial. Essa decisão judicial, ela já tem até uma regulamentação, no âmbito da... Do decreto, o decreto que coloca os critérios de como operacionalizar as instruções normativas que existem no INSS. Mas, obviamente, que a concessão da pensão por morte, com base numa decisão judicial, é... Não é uma situação, digamos assim, confortável ou digna para ficar no longo prazo. Acho que o correto seria nós trabalharmos para inscrevermos, na

legislação, o direito das pessoas que são casadas ou que são companheiros de pessoas do mesmo sexo à pensão por morte, no caso do falecimento do segurado do sistema previdenciário.

E, nesse sentido, acho que foi muito feliz a fala de alguns dos meus antecessores. É preciso a gente construir as condições políticas para isso. Existem... Existem diversos Deputados, Senadores, no Congresso Nacional, que são simpáticos à causa da expansão dos... Da cobertura do sistema previdenciário, são simpáticos à causa da expansão dos direitos sociais. Um dos projetos que estão tramitando no Congresso Nacional é o projeto que... Digamos assim, do qual eu tomei conhecimento mais próximo, é o projeto do Deputado Maurício Rands. Ele poderia servir de base para nós construirmos um texto e procurarmos, então, fazer a tramitação para, digamos assim, substituir a situação menos confortável, mais confortável, que hoje existe no âmbito da Previdência Social, da concessão da pensão por morte para o parceiro homossexual, baseado numa decisão judicial, por uma situação na qual nós tivéssemos uma fundamentação legal igual à dos casais heterossexuais.

Então, eu acho que essa seria, digamos assim, a contribuição, seria a... A minha fala, no sentido de que nós, Ministério da Previdência Social, INSS, nós queremos estar alinhados com o objetivo de eliminar a discriminação, reduzir as desigualdades e um passo, nesse sentido, pode ser muito importante para nós atingirmos esses objetivos. Muito obrigado.

Sra. Sueli Mascarenhas

Obrigada. Boa noite a todos e a todas. Eu quero dizer para vocês aqui, trazer a nossa contribuição simples, humilde, mas, acima de tudo, de uma forma que nos honra muito fazer, que é compartilhar com vocês um outro aspecto da natureza de respostas que as empresas podem dar para o movimento, para um segmento como esse, que hoje passa a ter visibilidade internacional, já com outros movimentos havidos, mas que, por meio de uma atitude corajosa, como nós vimos ontem, cheios de dúvidas até, reconhecidamente cheio de dúvidas, de medos, mas ousada, firme, que foi feita, trazida inclusive na fala do nosso Presidente Lula, quando se decidiu fazer essa Conferência.

E aí eu quero dizer para vocês que a força do segmento GLBT, LGBT, também ela tem um outro lado estratégico para as empresas, no que diz respeito à sobrevivência das empresas no mercado hoje, do qual todos vocês fazem parte. Essa é uma força e um lado do movimento que, às vezes, pede visibilidade. Não é só uma questão de discutir políticas públicas, que é algo dado e que precisa, sim, ser cobrado e exigido. Mas, muitas vezes, é uma questão estratégica, inclusive, de mercados. E isso precisa ser reconhecido, fomentado e exigido também pelos clientes consumidores de todos os produtos.

Por que é que a Caixa decidiu investir num programa hoje instituído, institucional chamado "Programa Caixa da Diversidade"? Por que é que Caixa resolveu investir num patrocínio, por dois anos já consecutivos, com muito sucesso, da Parada do Orgulho GLBT, de São Paulo, e a Conferência... Essa Conferência Nacional GLBT? Por quê? Ela é uma empresa pública, 100% pública, mas exigida, para se manter no mercado, que dê lucro, que apresente resultados, que apresente prestação de serviços que atendam à necessidade de todo o seu mercado consumidor, digamos assim. E que, no caso, hoje, a Caixa reconhece, não só aquele que paga pelos seus serviços, na condição de ser cliente, mas reconhece também como clientes todas as pessoas que, de alguma maneira, enxergam na Caixa uma possibilidade de se emancipar, de obter um produto que responda à sua necessidade, seja pela casa, seja pelo bolsa-família, seja pelo FIES, seja pelo

FGTS, o que for, e todos os outros serviços e produtos que serão criados, já respondendo a essa expectativa que o mercado tem.

Então, se da mesma forma a Caixa, como uma empresa hoje estatal e outras empresas estatais engajadas, está fazendo parte desse processo, a Caixa busca ser socialmente responsável... Eu vejo aqui também, há o patrocínio do NIETUS(F), que engajada no movimento de participação e de resposta, de responsabilidade social de todo o empresariado, tem aí uma força que precisa ser encarada, precisa ser trabalhada e exigida estrategicamente, trazendo resultados para todo esse público. Então, dar visibilidade para a Caixa, em primeiro lugar, foi uma questão estratégica, uma questão de decisão empresarial.

Em segundo, de responsabilidade social, responsabilidade que tem, na sua origem, na sua missão empresarial, responder de forma adequada. Em terceiro, eu quero compartilhar com vocês também, que é algo que nos traz muito orgulho. É o fato de reconhecer a sua origem, a sua história. Nascida da junção das três raças, das três etnias, do índio, o nativo, que estava aqui; o negro africano e o branco português. Então, nós temos essa coisa, essa miscigenação, como algo colocado no nosso DNA. Então, não dá para negar isso se a gente quer viver e sobreviver não, viver e ser útil para a sociedade, para os próximos 147 anos, porque 147 nós já temos.

Até eu estava fazendo a reflexão. Que a escravidão, a abolição da escravidão, completando 120, a Caixa é mais antiga que a libertação. E nós fazemos uma reflexão hoje, na Caixa, porque temos esse espaço para fazer, e isso é muito importante a gente registrar. E aí eu quero até, minha homenagem ao Dr. Perly, que é o nosso líder na construção de todo o entendimento. E essa construção de políticas empresariais, na linha de reconhecer a reflexão que a gente tem espaço para fazer hoje e corresponder, em termos de oferta de produtos, política interna de pessoas e de visibilidade, associando a marca da Caixa, com muito orgulho, ao movimento GLBT, é porque a gente identifica que a Caixa existe para contribuir com o processo de libertação.

A gente descobriu que todos os produtos, até a loteria, que vem a ser um sonho de liberdade, do dia para a noite, se ele tem uma sorte grande, ela tem, na sua origem, no conteúdo, o sonho de liberdade, que nasceu lá naquele processo abolicionista. Estamos trabalhando isso. Estamos querendo reconhecer isso. E é por isso que a gente... Que faz todo o sentido a Caixa estar aqui. Por todos esses motivos. E por isso a gente quer ter a honra de dizer: Venham todos vocês para a Caixa também! Vem!

TRABALHOS DOS GRUPOS TEMÁTICOS E RESULTADOS

A Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT realizada em Brasília/DF, nos dias 05 a 08 de junho de 2008, foi convocada pelo Decreto de 28 de novembro de 2007 da Presidência da República e instalada às 19 horas do dia 05 de junho de 2008, no auditório do Centro de Convenções Brasil 21, em solenidade de abertura da qual participaram: o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; o Secretário Especial dos Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannucchi; o Ministro de Estado da Saúde, José Gomes Temporão; o Ministro de Estado Interino da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas; o Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral, Luiz Dulci; o Ministro de Estado Interino da Secretaria Especial da Igualdade Racial, Eloy Ferreira de Araújo; a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire; o Advogado Geral da União, José Antônio Dias Toffoli; a Presidenta da Frente Parlamentar da Cidadania LGBT, Deputada Cida Diogo; o Presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, Toni Reis; a representante do movimento LGBT, Fernanda Benvenutty; e a representante da Rede Afro LGBT, Negra Cris.

A realização da referida Conferência, considerada um marco na história da luta pela Cidadania e pelos Direitos Humanos da População LGBT, contou, desde os seus preparativos até a sua realização, com a coordenação da Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – SPDDH, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, em parceria com o Ministério das Cidades, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, Ministério do Turismo, Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Previdência Social, Ministério da Educação, Ministério dos Esportes, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Política para Mulheres e o Movimento GLBT.

A Conferência, cujo objetivo geral consistiu na concepção do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, teve como tema DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS

PÚBLICAS: o caminho para garantir a cidadania GLBT. O Texto Base, elaborado por especialistas para subsidiar os debates as Conferências Estaduais, foi desdobrado nos seguintes eixos:

1. Direitos Humanos;
2. Saúde;
3. Educação;
4. Justiça e Segurança Pública;
5. Cultura;
6. Trabalho e Emprego;
7. Previdência Social;
8. Turismo;
9. Cidades;
10. Comunicação.

Precedendo os trabalhos dos grupos temáticos, cada eixo foi tratado de forma concisa por palestrantes especialmente convidados, durante o dia 06 de junho, com o intuito de também subsidiar as discussões grupais do dia seguinte.

No dia 07 de junho, dez grupos temáticos, divididos de acordo com os eixos da Conferência, reuniram-se durante todo o dia para analisar as 510 propostas consolidadas, originárias das Conferências Estaduais, deliberar sobre a manutenção, modificação e exclusão das mesmas, ou fazer acréscimos propositivos pertinentes.

Finalmente, no dia 08 de junho todas as propostas apreciadas pelos delegados nos grupos temáticos foram submetidas à votação do(a)s delegado(a)s, assim como as moções elaboradas por ocasião da Conferência.

A realização da etapa nacional da Conferência após, entre março e maio de 2008, de sua etapa estadual e do Distrito Federal - que congregou cerca de 10 mil participantes – pôs em evidência a pertinência de sua convocação e a sua importância como processo de participação democrática e de difusão dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Os trabalhos seguiram a dinâmica prevista, contando, cada grupo, com coordenador(a) e relator(a), indicados pela Comissão Organizadora da Conferência, seguindo o previsto no Regimento Interno aprovado em Plenária.

| Temática | Coordenador(a) | Relator(a) |
|-----------------------------|------------------------|-------------------------------------|
| Direitos Humanos | Pedro H Pontual | Maria Cleide Eufrausino |
| Saúde | Eduardo Barbosa | Maria José do Nascimento |
| Educação | Roberto de Jesus | Marcos Roberto F Silva |
| Justiça e Segurança Pública | Liorcino Mendes Filho | Thiago Batista Rocha |
| Cultura | Theo Verneck | Frederico Lacerda Couto de Oliveira |
| Trabalho e Emprego | Paulo Mariante | Marivanda Sales Carvalho |
| Previdência Social | Fernanda Benvenutty | Renata Rodrigues Lima |
| Turismo | Franco Reinaudo | Rachel Milhome de Castro |
| Cidades | Henrique de Souza | Lislaine Lelia Silva |
| Comunicação | Ivair Augusto A Santos | Fernanda Caroline C Viana |

Para a realização de seus trabalhos, os grupos temáticos orientaram-se no Relatório Consolidado das Conferências Estaduais e seu produto foi enviado para a Plenária Final para a apreciação desta.

DELIBERAÇÕES FINAIS DISTRIBUIDAS POR EIXO TEMÁTICO

Os representantes da Sociedade Civil e do Estado, em suas três esferas, eleitos democraticamente em Conferências Estaduais e Distrital, reunidos em Brasília, no período de 05 a 08 de junho de 2008, aprovaram as seguintes deliberações, que comporão a base para o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT:

EIXO 1 – DIREITOS HUMANOS

1. Fomentar, apoiar e garantir a produção de conhecimento em orientação sexual e identidade de gênero, com recorte de raça-etnia em pesquisas municipais, estaduais e federais, a ser realizada por instâncias governamentais da administração pública direta e indireta, núcleos LGBT das universidades e terceiro setor, mediante edital público e para a sociedade civil organizada, a partir de convênio com o Programa Brasil sem Homofobia.
2. Implantar e implementar o Programa Brasil sem Homofobia nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal) garantindo que se torne uma Política de Estado, ampliando sua divulgação no âmbito internacional.
3. Garantir a implementação de programas de educação e sensibilização para promover e aprimorar o gozo pleno de todos os direitos humanos por todas as pessoas, considerando a orientação sexual e identidade de gênero, raça e etnia, incluindo esta temática no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.
4. Assegurar a abordagem pluralista que reconheça e garanta a universalidade e indivisibilidade, interdependência e inter-relacionalidade de todos os aspectos da pessoa humana, incluindo a orientação sexual e identidade de gênero,

pessoas com deficiência, raça e etnia nos espaços de pactuação com os demais setores de governo e da sociedade civil.

5. Assegurar que os defensores de direitos humanos – independente de sua orientação sexual ou identidade de gênero e de quais temas de direitos humanos defendam – desfrutem de acesso não-discriminatório às organizações e órgãos nacionais e internacionais tendo assegurada sua proteção no seu exercício profissional.
6. Reconhecer e incentivar com selo de reconhecimento, no âmbito das três esferas de governo, as organizações da sociedade civil e instituições públicas que promovam, protejam e desenvolvam trabalhos voltados para a defesa dos Direitos Humanos da população LGBT no âmbito nacional e internacional.
7. Apoiar iniciativas legislativas que tramitam no Congresso Nacional que dispõem sobre os direitos da população LGBT, buscando equiparação dos direitos já garantidos aos heterossexuais.
8. Fortalecer a articulação em defesa dos direitos humanos da população LGBT no Mercosul e na ONU.
9. Garantir, criar e fortalecer os Conselhos Municipais, Estaduais e Federais da população LGBT, apoiando a participação desta população nos conselhos existentes no combate à homofobia nas políticas públicas.
10. Definir recursos financeiros específicos para a sustentabilidade das ações, projetos e propostas definidos como prioritários na I Conferência Nacional LGBT.
11. Realizar editais públicos para seminários de Direitos Humanos LGBT alusivos às datas comemorativas da população LGBT: como o dia 28 de junho, dia 29 de agosto, 29 de janeiro, 17 de maio.
12. Desenvolver, elaborar e divulgar materiais informativos sobre as fobias relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero e a relação com os

direitos humanos e de combate à intolerância religiosa frente à população LGBT.

13. Incentivar, por meios de financiamentos específicos, a produção de materiais sobre a população LGBT produzidos pelas organizações que defendem os direitos humanos dos LGBT.
14. Assegurar, nas políticas públicas, a inserção da defesa dos direitos da população LGBT na luta dos demais grupos historicamente estigmatizados em função de sua origem geográfica, etnia, raça, condição física e idade.
15. Promover a articulação e a parceria entre o poder público, sociedade civil organizada, institutos de pesquisa e universidades visando estabelecer estratégias específicas e instrumentos técnicos que possam mapear a condição socioeconômica da população LGBT, com o objetivo de monitorar o combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero com indicadores de resultados a serem estabelecidos.
16. Articular uma rede nacional de combate à homofobia, lesbofobia e transfobia formada pela administração direta ou indireta pública nos três níveis de poder em parceria com a sociedade civil organizada, garantindo a transversalidade da temática de Direitos Humanos.
17. Ampliar o diálogo com a população LGBT através da sociedade civil organizada LGBT.
18. Garantir o direito de ir e vir das(os) profissionais do sexo feminino e masculino em todos os espaços públicos
19. Viabilizar estratégias de ação para implementar o Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos, em âmbito municipal, estadual e federal.
20. Desenvolver processos de informação, comunicação e educação, que desconstruam estigmas e preconceitos que contribuam para a redução de vulnerabilidades da população LGBT.

21. Tornar obrigatória, nos concursos públicos, a existência de questões com a temática de direitos humanos, incluindo a população LGBT, assim como a adoção da disciplina Direitos Humanos nos cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento dos servidores públicos, de todas as carreiras da administração pública direta e indireta das três esferas da Federação.
22. Criar núcleos de direitos humanos nas Defensorias Públicas e Ministério Público, dotando-os com pessoal qualificado em políticas voltadas à população LGBT.
23. Fortalecer a sociedade civil organizada e ONGs por meio de uma ação de parceria direta com o poder executivo em âmbito federal, estadual e municipal, em áreas de Direitos Humanos, Segurança Pública, Saúde, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e demais Secretarias, para promover a dignidade humana da população LGBT por conta da discriminação e minimizar os impactos negativos que existem em torno da representação social que incide nesta população.
24. Garantir apoio ao PL n 2976/2008 referente à troca do pré-nome das travestis.
25. Criar e implementar, por meio de Lei, o Fundo Nacional de Combate à Discriminação Homofóbica, garantindo os recortes de racismo, identidade de gênero e xenofobia.
26. Promover, a cada dois anos, a Conferência Nacional de LGBT com a perspectiva de avaliar a execução das ações do Plano Nacional e propor as políticas de enfrentamento à homofobia e de promoção da cidadania e direitos humanos de LGBT.
27. Promover, apoiar e fomentar campanhas de combate à discriminação homofóbica e à violência institucional contra a população LGBT.
28. Promover ações afirmativas em todas as esferas públicas que atendam a população LGBT, com recorte de gênero e étnico-racial.

29. Apoiar, no âmbito do Ministério Público Federal, um departamento e/ou mecanismo para acolhimento de denúncia sobre discriminação em decorrência da orientação sexual e identidade de gênero, bem como produção de banco de dados.
30. Assegurar que o Governo Brasileiro nos fóruns internacionais, tais como a ONU, apóie iniciativas de defesa dos direitos humanos que denunciem as práticas de prisão, tortura e pena de morte contra a população LGBT em vários países, respeitando a soberania e dialogando com esforços comuns para a proteção desta população.
31. Fazer diagnóstico dos atendimentos dos programas e políticas públicas da interseccionalidade de gênero, raça e etnia.
32. Criar estruturas nos âmbitos Estaduais e Municipais, como braços da administração direta de grau mais alto, com vistas à possibilidade concreta e efetiva de se estabelecer políticas integradas, eficazes e contínuas para o tratamento dos direitos e questões da população LGBT.
33. Estabelecer acordo de cooperação internacional visando trocar experiências entre a população LGBT.
34. Estabelecer campanhas regionais sobre união civil.
35. Reconhecer, no plano nacional e defender nos fóruns internacionais, o direito à livre orientação sexual e identidade de gênero como direitos humanos.
36. Criar o Plano Nacional de combate à homofobia, lesbofobia e transfobia e de Promoção da Cidadania LGBT, com recursos garantidos por dotações orçamentárias (LOA/LDO/PPA).
37. Estimular a adesão pelos Estados por meio de políticas pontuais e articular programas e políticas com os Governos Federal, Estadual e Municipal referentes à população LGBT.
38. Apoiar e financiar, de acordo com a legislação vigente, Paradas e Marchas do Orgulho LGBT com temas referentes aos direitos humanos e cidadania.

39. Mobilizar, sensibilizar e capacitar gestores (as) e sociedade civil para criar uma rede de proteção social para criança, adolescente, jovem e idoso LGBT, primando pela garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, à convivência familiar, à inserção escolar, ao trabalho e ao direito da religiosidade, divulgando, defendendo e garantindo a implementação do ECA e Estatuto do Idoso em todo o território nacional.
40. Apoiar e realizar estudos e pesquisas sobre a discriminação múltipla ocasionada pelo racismo, homofobia, sexismo, preconceito de gênero, geração, orientação sexual e identidade de gênero, raça e etnia, pessoas com deficiência ou de diversas crenças religiosas.
41. Garantir e monitorar o cumprimento dos Acordos, Convenções, Conferências e Protocolos Internacionais de eliminação da discriminação racial, garantindo o recorte de orientação sexual e identidade de gênero.
42. Estimular a implementação de ações no âmbito da administração pública municipal, estadual, federal e da sociedade civil de combate ao preconceito, homofobia e sexismo, que incluam o recorte de raça e etnia, gênero, classe social e pessoas com deficiência, considerando a dimensão geracional.
43. Apoiar a elaboração de uma agenda comum entre os movimentos LGBT, indígena e étnico-raciais, de mulheres, juventude, deficientes LGBT com realização de seminários, reuniões, oficinas de trabalho sobre o racismo e a homofobia, machismo, sexismo, preconceito de gênero, de classe, raça e etnia, pessoas com deficiência e com recorte geracional.
44. Garantir e promover políticas que viabilizem a democratização do conhecimento, por meio da construção de currículos que contemplem a diversidade étnico-racial, de orientação sexual e identidade de gênero, em consonância com as diretrizes curriculares para educação em direitos humanos.
45. Intensificar, no serviço público, políticas para o combate da discriminação por orientação sexual, identidade de gênero e raça.

46. Produzir e sistematizar dados e indicadores relativos à realidade e a diversidade da população negra, indígena, cigana e ribeirinha LGBT com ênfase nas mulheres, travestis e transexuais.
47. Estimular a participação de representantes da população LGBT no CNDI e no CONADE, e a perspectiva de orientação sexual e identidade de gênero nas políticas voltadas aos idosos.
48. Estimular a sociedade civil de LGBT a formar redes de proteção à pessoa idosa LGBT quando os vínculos familiares e institucionais forem comprometidos.
49. Incluir a perspectiva de orientação sexual e de identidade de gênero nas ações da política Nacional da Pessoa Idosa.
50. Recomendar aos Conselhos de Direitos e Cidadania a discussão sobre a problemática da população LGBT com especial destaque para idosos e militares, através de câmaras temáticas e comissões.
51. Incluir a perspectiva da orientação sexual e identidade de gênero, garantindo o recorte étnico-racial nas políticas voltadas à pessoa com deficiência.
52. Criar programas que promovam e fortaleçam a capacitação de conselheiros, gestores, trabalhadores e sociedade civil para o direito à sexualidade da população LGBT com deficiência, combatendo toda forma de exploração e abuso sexual que sejam decorrentes de sua vulnerabilidade social, orientação sexual e identidade de gênero.
53. Assegurar recursos para investir em campanhas educativas e informativas voltadas para a população LGBT e portadora de deficiência ou idoso, observando cada especificidade.
54. Cumprir a legislação existente que garante a acessibilidade em todos os ambientes, inclusive os que prestam serviços públicos e privados.
55. Denunciar toda e qualquer atitude de discriminação à população LGBT.

56. Fortalecer o protagonismo e a presença das pessoas LGBT com deficiência em espaços de construção de opinião pública sobre o tema sexualidade.
57. Garantir intérpretes de libras em atividades e serviços públicos para LGBT.
58. Fornecer materiais impressos relacionados ao público LGBT em versão braile.
59. Revisar o Programa Federal Brasil sem Homofobia, estabelecendo metas, recursos, prazos, responsáveis por cada ministério e/ou órgão envolvido, por meio de comissão bipartite entre poder público e organizações.
60. Constituir grupo de trabalho entre sociedade civil e poder público e fim de estudar proposta de Projeto de lei de estatuto dos direitos LGBT.
61. Criar o Conselho Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, garantida a paridade entre o governo e sociedade civil, assegurando na representação da sociedade civil a paridade dos segmentos LGBT e o recorte de gênero, étnico-racial e considerando as dimensões geracionais, regionais e deficiências, prevendo a possibilidade de constituição de câmaras técnicas, GT, etc.
62. Promover, nacionalmente, campanha contra a testagem compulsória do HIV/AIDS sem que haja consentimento e esclarecimento prévio, principalmente, envolvendo situações de alistamento militar, exame admissional e sistema prisional.
63. Garantir a representatividade das/dos jovens LGBT nos espaços que elaboram e implementam políticas públicas no âmbito dos governos federal, estadual e municipal.
64. Criar, no âmbito da SEDH, um observatório de crimes homofóbicos.
65. Estabelecer políticas de inclusão da população LGBT nos programas de ação e desenvolvimento social, combatendo o estigma e a discriminação a essa população e que o cadastro do Programa Bolsa Família passe a observar os parceiros do mesmo sexo e orientação sexual.

66. Revogar artigo 234 do Código Penal Militar que criminaliza e persegue os militares homossexuais.
67. Capacitar os serviços de disque-mulher e as delegacias especializadas de atendimento à mulher, garantindo a acolhida não discriminatória para mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais na aplicação da Lei Maria da Penha, por meio da SEDH, SENASP e SPM.
68. Elaborar o Primeiro Plano Nacional de Políticas Públicas LGBT que deverá partir das propostas aprovadas na Conferência, a serem desenhadas a posteriori com a equipe composta pelo poder público e sociedade civil prevendo um marco lógico com as ações, metas, prazos, monitoramento e avaliação e com a dotação orçamentária específica.
69. Garantir que a Secretaria da Juventude execute ações afirmativas no tocante aos direitos humanos da cidadania da juventude LGBT, podendo estas ações ser realizadas em parceria com SEDH.
70. Estabelecer estratégias de inclusão da população LGBT com algum tipo de deficiência ou necessidade especial nas políticas definidas pela CORDE/SEDH e CONADE.
71. Articular, desenvolver e manter os Centros de Referências em Direitos Humanos e Combate à Homofobia, concedendo-os como política pública de Estado com dotação orçamentária própria, profissionais qualificados, com capacidade de defender, promover e garantir a cidadania LGBT, observando as questões regionais, bem como, instigar a mobilização da sociedade civil, prevendo atenção específica geracional, étnico-racial, gênero e deficiências.
72. Criar, por meio de Lei, a Secretaria Nacional de Políticas Públicas para a população LGBT, visando o enfrentamento da homofobia, com as atribuições de elaborar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas para LGBT tendo como referência a execução do Programa Brasil sem Homofobia e do Plano Nacional de Cidadania e Direitos Humanos de LGBT.

73. Aprovar imediatamente o Projeto de Lei 122/06 que criminaliza a homofobia, o PL 1151/96 que garante o direito de parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, o PLC 72/2007 que autoriza a mudança de nome para as pessoas transexuais e apoio ao PL denominado Estatuto da Família.

EIXO 2 – SAÚDE

1. Incluir nas campanhas de saúde sexual e reprodutiva, prevenção de AIDS e outras doenças de transmissão sexual, imagens não estigmatizantes de pessoas com deficiência (PCD), pessoas vivendo com AIDS (PVA) e da população LGBT.
2. Criar mecanismo de mobilidade das pessoas de baixa renda para o direito ao tratamento do HIV/AIDS.
3. Distribuição ampla do preservativo feminino, bem como a orientação para o seu uso.
4. Implementar programas e ações de diagnóstico, e tratamento para a anemia falciforme.
5. Sensibilizar, Capacitar e qualificar gestores, gerentes, servidores públicos, colaboradores e profissionais de saúde, por meio de oficinas, grupos de trabalho, palestras, teatros, campanhas educativas, seminários e workshops, com os temas: sexualidade , corporalidade, gênero, questão étnico-racial para que reconheçam os efeitos da homofobia, lesbofobia e transfobia como elemento da vulnerabilidade que dificulta o diagnóstico, o acesso e a promoção da equidade da saúde da população LGBT.
6. Defesa do SUS, para a efetivação das Políticas de Saúde em todas as esferas. Apoiar as resoluções do Conselho Nacional de Saúde e da décima terceira Conferência Nacional de Saúde que se contrapõe às terceirizações e privatizações (fundações) da Saúde.

7. Fortalecer, garantir e assegurar a participação da população LGBT nas instâncias dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal, bem como nas conferências de saúde, por meio de criação de assentos para esta população, objetivando interferir na formulação de políticas públicas e atuar na defesa e no controle social do SUS.
8. Incluir os conteúdos relacionados à população LGBT nos programas de Educação Permanente voltados aos profissionais do SUS, bem como incorporar os temas pertinentes na formação dos profissionais da saúde de nível técnico, de graduação e pós-graduação, garantindo a formação ética, levando em conta as especificidades geracionais, de raça e etnia, sexualidade, combatendo a homofobia, lesbofobia e transfobia institucional, obedecendo a política nacional de humanização do SUS.
9. Incluir e garantir a implantação/implementação dos quesitos cor, etnia e raça, portador de deficiência, orientação sexual e identidade de gênero, bem como o uso do nome social em todos os formulários e sistemas de informação do SUS, capacitando os profissionais para o correto preenchimento.
10. Apoiar, Garantir e Assegurar apoio técnico e institucional aos movimentos sociais LGBT para fortalecimento da consciência do direito à saúde e em defesa do SUS.
11. Criar, implantar e implementar redes integradas de atenção à população LGBT em situação de vulnerabilidade, violência doméstica, sexual, social, entre outras, garantindo recursos para parcerias com os Centro de Referência da Mulher, a Sociedade Civil Organizada e os Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate a homofobia, lesbofobia e transfobia, nos três níveis de poder, implementando a notificação compulsória.
12. Garantir a implantação e implementação de instâncias de Promoção da Equidade na Saúde da População LGBT no âmbito das gestões estaduais e municipais.

13. Implantar e implementar como rotina de serviços, garantindo a inclusão do nome social nos prontuários de atendimento, no cartão SUS conforme portaria GM 675/06, e ficha de ESF dos serviços de saúde, assim como reconhecimento das famílias LGBT.
14. Combater o racismo, machismo, homofobia, lesbofobia e transfobia através da ampliação do atendimento, intensificando as ações do Programa HUMANIZASUS, da participação e do controle social em defesa dos princípios do SUS.
15. Fomentar através de linhas de pesquisas financiadas, realização de pesquisas e produção de conhecimento em saúde da população LGBT, inclusive em situação de violência doméstica e na vigilância epidemiológica.
16. Criar mecanismos para fortalecer a atenção básica ampliando e garantindo o acesso à população LGBT, promovendo a integralidade e a equidade da atenção integral à saúde, contemplando, inclusive, a medicina preventiva e possibilitando a capacitação dos profissionais de Saúde nesta área.
17. Reconhecer e incluir nos sistemas de informação do SUS, todas as configurações familiares, com base na desconstrução a heteronormatividade, considerando de forma efetiva as famílias protagonizadas por gays, lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais, no planejamento familiar.
18. Garantir e qualificar os profissionais da atenção básica no cuidado aos idosos LGBT, dando continuidade ao processo de implantação e implementação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa e a atenção domiciliar humanizada ao idoso LGBT.
19. Garantir a assistência ginecológica e/ou urológica de qualidade e atenção à saúde integral em todas as fases de vida respeitando as especificidades das mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (masculinos e femininas).
20. Garantir a implementação e o aperfeiçoamento das ações de prevenção e enfrentamento da epidemia de AIDS e outras DSTs, incentivando o teste precoce ao HIV, desvinculando a epidemia de HIV/AIDS da população LGBT,

implantando o Plano de Enfrentamento da Feminização da AIDS e o Plano de Enfrentamento da AIDS entre gays HSH e travestis.

21. Estimular a implantação e implementação da assistência em urologia, proctologia e ações para homens gays, bissexuais, transexuais e travestis nas três esferas de gestão, dentro da perspectiva da Política de Saúde Integral do Homem.
22. Implantar Assistência Interdisciplinar a Transexuais nos Ambulatórios Especializados e Centros de Referências garantindo a assistência endocrinológica integral para travestis e transexuais e a execução dos Protocolos do Processo Transexualizador no SUS.
23. Elaborar e regulamentar os Protocolos do Processo Transexualizador no SUS, bem como viabilizar campanhas educativas com a equipe multidisciplinar: assistentes sociais, psicólogos, urologista, cirurgião plástico, sendo este procedimento já autorizado pelo Conselho Federal de Medicina, conforme resolução 1652/02.
24. Fomentar a realização de pesquisas científicas e estudos para produção de protocolos e diretrizes a respeito da hormonioterapia, implante de próteses de silicone e retirada de silicone industrial para travestis e transexuais, bem com estudos sobre mastectomia e histerectomia em transexuais.
25. Qualificar a atenção à saúde mental em todas as fases de vida da população LGBT, prevenindo agravos decorrentes dos efeitos da homofobia, lesbofobia e transfobia e garantir uma política de redução de danos decorrentes dos efeitos da discriminação, do uso de álcool e outras drogas e da exclusão social, no tratamento qualificado à população LGBT na saúde mental.
26. Implantar e promover a humanização da atenção à saúde da população LGBT em situação de carcerária, implantando uma política de redução de danos nas unidades prisionais.

27. Desenvolver, implantar e implementar ações e práticas de Educação em Saúde nos serviços do SUS, incluindo as temáticas de orientação sexual, identidade de gênero, pessoas com deficiência, e étnico-racial.
28. Garantir a extensão do direito à saúde suplementar as parceiras e aos parceiros, e seus dependentes entre os casais LGBT.
29. Garantir o acesso universal e integral às terapias de reprodução assistida às mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais masculinos em idade reprodutiva.
30. Implantar e Implementar, em consonância com os programas nacionais contra a violência, ações de vigilância, prevenção e atenção a violência contra os a população LGBT e a devida notificação.
31. Promover, incentivar e articular com sociedade civil, fóruns e seminários de discussão permanentes sobre a situação de saúde da população LGBT.
32. Fortalecer junto com a sociedade civil organizada o trabalho e controle as DST/HIV/Aids e HEPATITES, na população LGBT.
33. Apoiar os movimentos populares, organizados pela sociedade civil, como a Semana da Diversidade, Parada do Orgulho LGBT e outros eventos que promovam a luta contra homofobia, lesbofobia e transfobia e o respeito à diversidade.
34. Articular junto as Universidades e Instituições de formação, a necessidade de inclusão da política contra homofobia nos currículos de profissionais na área da saúde.
35. Disponibilizar recursos financeiros na área de prevenção, associados às atividades com LGBT aos movimentos sociais que trabalham com estes eixos temáticos na Educação, Saúde e Ação Social.
36. Garantir que todas as estratégias e projetos de prevenção, desenvolvidas por programas governamentais e pela sociedade civil, estejam articuladas com a rede pública do Sistema Único de Saúde (SUS), referenciar e promover os

serviços de aconselhamento, testagem, tratamento em HIV/Aids/Hepatites Virais e outras patologias.

37. Incorporar nas ações, materiais e campanhas de prevenção, os conhecimentos acumulados e resultados de estudos sobre orientação sexual e identidade de gênero, vulnerabilidades e redução de danos. Os conteúdos dos materiais educativos devem ser atraentes, marcados pela criatividade e adequação de linguagem, além de garantir sua continuidade, periodicidade e capilaridade.
38. Implementar políticas específicas de prevenção em DST/HIV/Aids e Hepatites Virais para mulheres lésbicas e bissexuais, na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos, e em Redução de Danos em parceria com a sociedade civil organizada que trabalha com esta população.
39. Garantir através do Governo Federal, financiamento de projetos, bem como a formulação, implementação e avaliação dos programas e das ações em redução de danos sociais e à saúde, considerando as peculiaridades locais e regionais, e da periferia.
40. Promover Fórum Nacional Anual sobre a população LGBT e Aids, Hepatites, Tuberculose e uso de Drogas, com foco na troca de experiências em prevenção.
41. Implementar políticas públicas específicas de prevenção as DST/HIV/Aids, Hepatites e de uso de Drogas para a população LGBT nas fronteiras do Brasil e de baixa renda, em parceria com a sociedade civil organizada.
42. Estabelecer estratégias de redução de Danos e Saúde Mental à profissionais do sexo LGBT, como medida preventiva voltada para minimizar as conseqüências do uso de drogas, das doenças e violência sofrida no trabalho.
43. Disponibilizar recursos financeiros na área de prevenção, associados às atividades com LGBT para movimentos sociais que trabalham com estes eixos temáticos na Educação, Saúde e Ação Social.

44. Diminuir por meio de ações e projetos preventivos a incidência da infecção pelo HIV, Aids, DSTs, inclusive as hepatites virais entre a população LGBT.
45. Promover a humanização da atenção à saúde da população de adolescentes e jovens LGBT cumprindo medidas sócio-educativas.
46. Garantir o atendimento com qualidade nos serviços de saúde ao adolescente, sem a obrigatoriedade da presença dos pais ou responsáveis, respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente.
47. Apoiar a revisão, pelo Ministério da Saúde, da restrição da doação de sangue por parte da população LGBT e capacitar os profissionais de saúde dos hemocentros para abordagem mais qualificada dos doadores.
48. Disponibilizar materiais informativos acerca das questões relacionadas ao processo transexualizador do SUS para as pessoas transexuais e a toda população, incluindo os profissionais de saúde.
49. Sugerir aos Conselhos de Profissionais de Saúde, a inclusão da temática de orientação sexual e identidade de gênero.
50. Contribuir para retirar transexualismo e travestismo do CID (Código Internacional de Doenças) e DSM-IV (Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais).
51. Promover a capacitação de todas/os as/os Conselheiras/os, sejam gestores, federal, estadual ou municipal.
52. Qualificar as Ouvidorias de Saúde do SUS para a temática de orientação sexual e identidade de gênero.
53. Retirar todas as informações dos carros oficiais que possam estigmatizar a população, como especificar carros da DST/Aids, Tuberculose, entre outras.
54. Estabelecer como política emergencial de acesso e assistência à saúde as pessoas vivendo com HIV/AIDS, pelo menos 5% (cinco por cento) dos leitos

nos hospitais públicos e conveniados com SUS, e ampliação do número de leitos nos hospitais de referência.

55. Criar uma interface entre a ouvidoria do SUS, o Centro de Referência pelos Direitos Humanos LGBT -CRLGBT e/ou Coordenadoria Municipal quando houver, pelos Direitos LGBT e a Corregedoria do Município, visando a ampliação da parceria nos casos de denúncia de violência, agressão e discriminação nos serviços de saúde.
56. Facultar aos usuários, identificação nos prontuários de atendimento quanto à orientação sexual e identidade de gênero, para melhorar o atendimento e as orientações.
57. Instituir mecanismos de denúncia, investigação e punição de atitudes e comportamentos de discriminação contra a população LGBT, através de normas explícitas nos regimentos e estatutos dos órgãos de prestação de serviços de saúde pública.
58. Criar comitê técnico multidisciplinar da saúde LGBT com enfoque na saúde mental, proctologia, endocrinologia, urologia, ginecologia, infectologia e cirurgia plástica, visando à construção de uma agenda integral da saúde LGBT.
59. Criar campanha nacional de divulgação da Ouvidoria Geral do SUS.
60. Implantar, implementar e divulgar ouvidorias do SUS nos estados e municípios.
61. Incluir e qualificar profissionais de saúde mental, dentro das unidades básicas, de saúde para a população LGBT.
62. Promover nas três esferas de gestão do SUS através dos meios de comunicação, campanhas de sensibilização para a população LGBT para procurar a atenção à saúde integral.
63. Garantir a construção de uma política de produção de insumos adequados para mulheres lésbicas, bissexuais ou mulheres que fazem sexo com mulheres, com objetivo de prevenção das DST/HIV/AIDS e principalmente das hepatites.

64. Aprovar na Câmara Federal, a exemplo do Senado, a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, garantindo recursos para a saúde.
65. Garantir recursos financeiros nas três esferas de governo para o fomento de políticas públicas de promoção à saúde junto à população LGBT.
66. Garantir que todos os formulários de identificação/notificação e investigação contemplem a identidade de gênero e orientação sexual.
67. Adotar em todo o texto da nomenclatura de homens e mulheres transexuais, quando referente à população transexual e separadamente homens e mulheres, onde for específico.
68. Incluir, nas políticas de prevenção de DST/HIV/AIDS, os povos e comunidades tradicionais, em especial os povos de terreiro.
69. Garantir, às pessoas que vivem com HIV/Aids, o direito à consulta com cirurgião plástico para reparos de lipodistrofia.
70. Desenvolver, através dos serviços de saúde, um programa específico de prevenção nas academias e demais locais de frequência LGBT quanto ao uso de anabolizantes masculinos e femininos, e a aplicação de silicone a fim de evitar prejuízos ocasionados pela alteração do corpo.
71. Divulgar através do poder público a lei que garante a mudança de sexo na rede pública.
72. Garantir a distribuição de gel lubrificante na rede pública.
73. Descentralizar o atendimento da população LGBT em relação à saúde sexual.
74. Estabelecer cotas a profissionais da população LGBT e/ou portadores de DST/AIDS, exclusivamente para trabalharem, bem como concursos direcionados a área da saúde.
75. Estimular a elaboração e cadastramento de projetos voltados para atenção à saúde da população LGBT ao Fundo Nacional de Saúde.

76. Implantar, nas escolas, o ensino de educação sexual com enfoque na livre orientação sexual e distribuição de preservativos.
77. Implementação de um núcleo de gênero e sexualidade das pessoas com deficiência, visando a sensibilização e capacitação para a diminuição da discriminação em razão da orientação sexual e a diminuição da homofobia com esta população.
78. Garantir que o Ministério da Saúde, em consonância com as três esferas de governo, capacite os profissionais de saúde para o trabalho junto à população LGBT para: a) melhor acolhimento pelos profissionais da rede. b) resolutividade das demandas de saúde mental específica. c) prevenção de agravos por meio de implementação do programa de redução de danos no uso de silicone industrial.
79. Promover a legalização do aborto com atendimento integral pelo SUS.
80. Assegurar a continuidade no fornecimento de medicamentos para AIDS, Hepatites e doenças oportunistas. Atualmente há descontinuidade no fornecimento de medicamentos devido a problemas administrativos como dificuldades em realizar licitações e defesa do SUS contra a privatização e sucateamento da saúde pública.
81. Garantir a internação na ala feminina para travestis e transexuais femininas em toda a rede de saúde.
82. Assegurar que os gestores garantam a sustentabilidade das ações e políticas públicas de DST/AIDS e cumprir as pactuações feitas para os três níveis de governo.
83. Assegurar que os gestores municipais, estadual e federal garantam o repasse de preservativos masculinos, preservativos femininos e sachês de gel, importantes insumos de prevenção às DST/HIV/AIDS, aos postos municipais de saúde e as ONGs que desenvolvem trabalhos de prevenção e controle de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, bem como àquelas que lutam por direitos humanos, cidadania e pela redução do preconceito.

84. Assegurar que a articulação entre as políticas de assistência social e saúde, em especial às pessoas que vivem com HIV/AIDS, possam criar estratégias conjuntas de cooperação para qualificação de ONGs que atuam como Casas de Apoio para que essas possam acessar as políticas e recursos da Assistência Social e do Trabalho.
85. Fomentar a realização de estudos e pesquisas sobre lesbianidade, racismo e saúde da população negra.
86. Promover o reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde, incluindo aqueles preservados pelas religiões de matrizes africanas.
87. Incluir nos protocolos previstos no Processo Transsexualizador do SUS procedimentos e intervenções que auxiliam na alteração dos marcadores identitários secundários do sexo biológico ao corpo, como tratamento estético e dermatológico.
88. Garantir apoio projetos de formação de ativistas LGBT, levando em consideração quesitos como raça e etnia para o exercício do controle social para que também possam estar presentes nos comitês técnicos de saúde da população negra, já implantados, e que serão implementados nos estados e municípios.
89. Promover a articulação com as demais políticas de saúde, nas questões pertinentes às condições, características e especificidades da população LGBT, incentivando técnica e financeiramente a organização de redes integradas de atenção às lésbicas negras em situação de violência sexual, homofobia, doméstica e intrafamiliar.
90. Investir na elaboração de materiais de informação, comunicação e educação sobre o tema da promoção e saúde da população LGBT, respeitando o recorte étnico/racial, geracional e de classe social e que seja levado em consideração os diversos saberes e valores, inclusive preservado pelas religiões de matrizes africanas.

91. Garantir apoio intersetorial para os projetos de saúde da população LGBT, levando em consideração o recorte étnico/racial e geracional.
92. Combater a homofobia institucional com ampliação do atendimento humanizado no SUS e SUAS.
93. Disponibilizar vacina e tratamento contra o HPV para homens e mulheres na rede de saúde pública, principalmente para travestis, transexuais, homossexuais masculinos e homens que fazem sexo com outros homens sem que estes sejam submetidos a qualquer tipo de constrangimento.
94. Incluir a temática dos jovens LGBT que vivem com HIV e Aids, no Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis, respeitando-se suas especificidades.
95. Promover a implantação de atenção integral à Saúde da população LGBT vivendo com HIV e Aids.
96. Garantir à população LGBT o direito de escolha, no caso de internação hospitalar, entre as alas feminina e masculina.
97. Financiar no âmbito da política nacional de saúde, a capacitação dos/as agentes de saúde para atendimento e identificação das famílias com a presença ou de formação LGBT para promover a saúde dessa população de acordo com as suas especificidades.
98. Garantir ampla distribuição do preservativo feminino, bem como a orientação para o seu uso.
99. Criar um serviço de saúde total especializado para a mulher desde a infância até a 3ª. Idade, incluindo as especificidades das mulheres homo-afetivas e também as especificidades da saúde da mulher negra.
100. Promover campanhas de vacinação contra hepatite B entre travestis e transexuais e profissionais do sexo e nos centro multidisciplinares de atendimento à Transexuais.

101. Incluir a temática da diversidade sexual e identidade de gênero, raça e etnia como conteúdos curriculares obrigatórios, numa perspectiva interdisciplinar para todos os cursos de formação de profissionais em saúde autorizados pelo MEC (Ministério da Educação) em todos os níveis de formação (fundamental, médio e superior), com prazo de um ano concedido pelo MEC para a adaptação dos cursos e aprovação dos novos, segundo tal proposta, às mudanças das práticas do SUS (Sistema Único de Saúde) na mudança de formação profissional.
102. Construir, no âmbito interamericano, acordo que vise garantir programas nacionais e regionais de políticas públicas para a população LGBT, ações, convênios e projetos comuns nas áreas de saúde entre outros programas nos diversos acordos tais como o MERCOSUL, a Comunidade Sul Americana e ALBA, para capacitar, trocar experiências entre governos e entidades destes países.
103. Incluir nos níveis de atenção de saúde integral da mulher as especificidades: lésbicas, mulheres bissexuais, mulheres transexuais e homens transexuais, MSM, com recorte de gênero, raça/etnia, desde a infância à terceira idade.
104. Elaborar e executar campanha de prevenção positiva em DST/AIDS especificamente direcionada para Travestis e Transexuais assim como criação e distribuição de material informativo.
105. Ampliar os cursos de formação para profissionais envolvidos em atendimento psicológico de transexuais em hospitais da rede pública e privada, instituindo parcerias para encaminhamento à equipe multidisciplinar do Centro de Atendimento.
106. Inserir travestis e transexuais nas campanhas sobre câncer de próstata, assim como elaboração de material informativo específico direcionado para Travestis e Transexuais.

107. Promover estudos e pesquisas de cunho endocrinológico, que garantam a profilaxia adequada no uso de hormônios, hormonioterapia, riscos e impactos da automedicação por homens e mulheres transexuais e outros.
108. Sensibilizar as equipes profissionais do Programa de Saúde da Mulher para a atenção as particularidades apresentadas no atendimento às lésbicas, bissexuais e transexuais.
109. Promover estudos e pesquisas de cunho endocrinológico, que garantam a profilaxia adequada no uso de hormônios, hormonioterapia, riscos e impactos da automedicação por homens e mulheres transexuais e outros.
110. Colaborar na criação e divulgação de material educativo direcionado aos profissionais de saúde e grupos LGBT, esclarecendo sobre a disponibilidade e incentivando a vacinação contra hepatite deste grupo.
111. Incluir as diretrizes de saúde do Programa Brasil sem Homofobia e do Plano Nacional de promoção da cidadania e direitos humanos para gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no conteúdo pedagógico de formação dos gestores públicos e profissionais de saúde.
112. Capacitação de profissionais (cirurgiões e outros) e criação de uma Central de Regulação para cirurgia de transgenitalização.
113. Garantir a criação e divulgação de um Guia de Saúde LGBT com informações de toda rede de saúde do SUS.
114. Garantir a privacidade nas consultas e exames durante o atendimento nas Unidades de Saúde.
115. Resolver o problema da fila de espera de cirurgia de transgenitalização e maior respeito e atenção à saúde de transexuais e travestis.
116. Criar um núcleo de atendimento, pesquisas sobre possíveis formas de modificações corporais seguras, contemplando as temáticas da utilização do uso de silicone industrial e hormonioterapia para Travestis.

117. Garantir o fornecimento, a partir das pesquisas e estudos de risco e impacto, da profilaxia atual existente (17b estradiol e acetado de ciproterona), gratuitamente, e medicamentos usados na hormonioterapia destinados a pessoas que vivenciam a transexualidade e outros.
118. Criar campanhas de impacto, informação e sensibilização para a promoção de mudanças de atitude dos profissionais em face ao atendimento de pessoas transexuais no sistema público de saúde.
119. Estimular a divulgação dos programas do processo transexualizador e outros serviços existentes de atendimento especialmente, para homens transexuais.
120. Elaborar os novos dispositivos materiais para a prevenção de DST destinados a funcionar como barreira no sexo oral ativo entre mulheres.
121. Divulgar, de forma regular e ampla, as atividades do Conselho Nacional de Saúde da população LGBT.
122. Incluir crianças e adolescentes LGBT nas campanhas de prevenção às DST/AIDS, de humanização do SUS, de combate a homofobia, lesbofobia e transfobia e contra a exploração sexual.
123. Estimular, na rede de atendimento à saúde mental, produção de indicadores da saúde mental do público LGBT, especialmente dos/as usuários/as de álcool e drogas.
124. Promover, nacionalmente, campanha contra a testagem compulsória do HIV sem que haja consentimento e esclarecimento prévio, principalmente envolvendo situações de alistamento militar, exame admissional e sistema prisional.
125. Garantir a criação de comissões intersetoriais de saúde mental nos Conselhos de Saúde.
126. Retirada dos grupos de riscos para doação de sangue da população LGBT, profissionais do sexo, usuários/as de drogas, pessoas com tatuagens e piercings.

127. Capacitar os/as profissionais das casas de abrigo e apoio à pessoa idosa, no que diz respeito às questões relacionadas a orientação sexual e identidade de gênero.
128. Criar, no âmbito do Ministério de Saúde, departamento especializado em política de saúde voltado para a população LGBT.
129. Implementar programas e ações de diagnóstico e tratamento para a anemia falciforme.
130. Assegurar que o Programa Nacional DST/AIDS promova uma campanha nacional de testagem de HIV para mulheres lésbicas e bissexuais, concomitante a uma campanha de conscientização de sexo seguro para mulheres lésbicas, bissexuais e outras mulheres que fazem sexo com mulheres.
131. Assegurar que o Programa Nacional DST/AIDS promova uma campanha nacional de testagem de HIV para travestis e transexuais, concomitante a uma campanha de conscientização de sexo seguro para travestis e transexuais.
132. Realizar campanhas voltadas para mulheres lésbicas, bissexuais e mulheres que fazem sexo com mulheres para prevenção do câncer de mama e de colo de útero, incentivando a frequência aos/às profissionais de ginecologia.
133. Realizar campanhas voltadas para gays, travestis e transexuais, homens bissexuais para prevenção do câncer de mama, reto e próstata, incentivando a frequência aos/às profissionais de mastologia, proctologia e urologia.
134. Garantir o acesso aos insumos de prevenção (barreiras de proteção, gel, preservativos femininos e masculinos) como política pública para a população LGBT nas Unidades Básicas de Saúde.
135. Garantir e ampliar o acesso aos medicamentos de tratamento para pessoas vivendo com HIV/AIDS.
136. Garantir a atenção à saúde mental da população LGBT em decorrência dos efeitos colaterais frente ao uso dos anti-retrovirais.

137. Ampliar e efetivar as ações educativas e preventivas para adolescentes sobre DST/Aids e Hepatites, na gravidez na adolescência, planejamento familiar, envolvendo as entidades não-governamentais.
138. Oferecer livre escolha às usuárias do serviço de saúde de realizarem o exame de PCCU (prevenção do câncer do colo do útero) com profissionais de saúde com qualificação, ética e respeito à população LGBT.
139. Criar as ações estratégicas para conscientizar a mulher lésbica de que ela precisa fazer todos os exames preventivos, assegurando-se as condições necessárias para os exames através de materiais educativos.
140. Orientar profissionais das unidades de saúde a fornecer e orientar a forma correta de utilização de insumos de prevenção as DST/AIDS/HIV e outras doenças.
141. Garantir apoio psicossocial à população LGBT idosa.
142. Criar residências terapêuticas para população LGBT idosa.
143. Assegurar a criação e implantação de equipes de cuidadores de idosos.
144. Assegurar a universalidade, integralidade e acessibilidade na atenção básica á população idosa LGBT.
145. Criação de uma rede de proteção básica de Políticas Públicas visando melhor atendimento na rede de saúde e abrigos.
146. Gerar indicadores unificados sobre deficiência que possam ser utilizados em níveis regional e nacional dentro dos sistemas existentes de monitoração de programas de prevenção de DST e HIV/AIDS.
147. Engajar centros de recursos em deficiência e sexualidades gerando neles capacidade para abordar o tema promoção de saúde sexual e reprodutiva, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e HIV-AIDS.
148. Promover e apoiar a inclusão do tema direitos sexuais e reprodutivos, doenças sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS em oficinas e atividades de

informação, formação, mobilização de instituições e espaços de atuação com os setores que trabalham com pessoas com deficiência e a população LGBT.

149. Promover a discussão e buscar apoio para cooperação técnica em Monitoramento, Avaliação e Pesquisa sobre sexualidades, deficiências, DST e HIV/AIDS por organismos nacionais, regionais e internacionais.
150. Criar programas de saúde geriátrica para os LGBT, em particular para as travestis e transexuais, assegurando as suas peculiaridades.
151. Monitorar os dados de DST e HIV/AIDS na população LGBT com deficiência.
152. Garantir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres considerando o recorte de raça-etnia, geracional, orientação sexual e identidade de gênero.
153. Capacitar, monitorar, avaliar e divulgar regularmente a atuação das DEAMs no que diz respeito ao atendimento das lésbicas, bissexuais, negras, travestis e transexuais.
154. Sistematizar e divulgar amplamente os dados sobre a situação da mulher, garantindo o recorte de orientação sexual e de identidade de gênero, geracional, étnico-racial através do sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG).
155. Criar programas de assistência psicossocial para lésbicas e bissexuais discriminadas nas escolas e em seus locais de trabalho.
156. Capacitar os profissionais de saúde e agentes comunitários de saúde sobre violência de gênero, para que possam agir preventivamente assim que perceberem a violência sexual e doméstica, assegurando o sigilo.
157. Ampliar o número de DEAMs (Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher).
158. Garantir a participação LGBT nos comitês do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

159. Implantar políticas públicas nas áreas de saúde, educação, justiça, trabalho e emprego e geração de renda para lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.
160. Realizar seminários e palestras para que lésbicas, bissexuais e transexuais conheçam e resgatem os seus direitos, inclusive o direito à formação de família, priorizando a Lei Maria da Penha.
161. Assegurar, na capacitação dos profissionais da saúde, as temáticas de orientação sexual e identidade de gênero, do idoso LGBT no sistema do SUS em âmbito nacional, estadual e municipal.
162. Adotar em todo o texto a nomenclatura de homens e mulheres transexuais, quando referente à população transexual e separadamente homens e mulheres, onde for específico.
163. Capacitar os/as profissionais de saúde, educação para trabalhar com pessoas com deficiência garantindo a inclusão e acessibilidade.
164. Efetivar as políticas de saúde nos três níveis de poder por meio da defesa do SUS.
165. Apoiar as resoluções do Conselho Nacional de Saúde e da 13ª Conferência Nacional de Saúde que são contrárias às terceirizações e privatizações (pelas Fundações) da Saúde.
166. Fomentar a capacitação para Procuradores Federais do INSS sobre a temática de HIV/Aids, Direitos Humanos em relação à diversidade sexual.
167. Assegurar a efetivação do Estado Laico como pressuposto para a implementação do SUS, garantindo os Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, bem como o atendimento de qualidade e não discriminatório por orientação sexual e identidade de gênero, raça e etnia.

EIXO 3 – EDUCAÇÃO

1. Elaborar diretrizes curriculares que orientem os sistemas de ensino na formulação e na implementação de ações (criação e/ou reelaboração de resoluções em universidades, reformas curriculares, PPP – projeto político pedagógico das escolas) que promovam o respeito e o reconhecimento da diversidade da orientação sexual e identidade de gênero e que colaborem para a prevenção e a eliminação da violência sexista e homofóbica na educação básica e superior.
2. Fomentar, apoiar, realizar e divulgar pesquisas que analisem concepções pedagógicas, currículos, rotinas, atitudes e práticas adotadas no ambiente escolar diante da orientação sexual e da identidade de gênero para garantir e realizar cursos interdisciplinares de formação inicial e continuada de profissionais da educação, nessas temáticas, bem como sobre a diversidade de arranjos familiares, para promoção, nas escolas e na educação em todos os níveis, do respeito à população LGBT e para a prevenção e enfrentamento, do sexismo, da homofobia, lesbofobia e transfobia, da heteronormatividade e da exploração sexual de crianças e adolescentes, considerando ainda as questões étnico-raciais, religiosas e de vulnerabilidade física ou psicológica.
3. Promover e apoiar articulação permanente entre as diversas instâncias do Estado, os sistemas de ensino e a sociedade civil organizada, para a formulação, a implementação e a avaliação de ações e programas de inclusão sócio-educacional voltados a promover o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero.
4. Propor e adotar medidas legislativas, administrativas e organizacionais necessárias para garantir a estudantes o acesso e a permanência em todos os níveis e modalidades de ensino, sem qualquer discriminação por motivos de orientação sexual e identidade de gênero.
5. Propor que o Ministério da Educação, com o envolvimento das universidades e da sociedade civil, promova, apóie e fomenta a adoção de políticas e programas educacionais, curriculares, recursos pedagógicos - com plano de

ação continuada nas escolas - e outras medidas voltados para criar um ambiente escolar, seguro e educativo nos princípios da eqüidade, sem qualquer discriminação, inclusive por orientação sexual e identidade de gênero.

6. Garantir a formação de equipes multidisciplinares para verificar se os conteúdos sobre orientação sexual e identidade de gêneros estão contemplados nos livros didáticos, numa perspectiva que inclua os Direitos Humanos, bem como avaliação dos livros e materiais didáticos, e eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e por identidade de gênero, raça, etnia e deficiência física nesses materiais, em todos os níveis da educação, incorporando os novos arranjos familiares.
7. Propor ao MEC produzir e estimular a confecção e a divulgação de materiais didáticos e paradidáticos além de materiais específicos para a formação de profissionais da educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), com vistas à promoção do reconhecimento e do respeito à diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, garantindo-se que a elaboração dos distintos materiais atenda, inclusive em linguagens e tecnologias, às necessidades das pessoas com deficiências ou necessidades educativas especiais, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, entre outras.
8. Incluir, nos programas de constituição e ampliação de acervos de instituições de ensino e de bibliotecas escolares, comunitárias e universitárias - públicas e privadas – e demais instituições, obras científicas e literárias, softwares, obras sobre linguagens artísticas e mídia eletrônica, filmes e outros materiais que contribuam para a promoção do respeito, da não discriminação e do reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero pelos públicos infanto-juvenis e adultos, inclusive em linguagens e tecnologias que contemplem as pessoas com deficiências ou necessidades especiais.
9. Estimular e incluir as temáticas relativas à orientação sexual, identidade de gênero e raça/etnia nos currículos universitários, nas atividades de ensino, pesquisas de extensão, sem excluir nenhum campo do saber ou limitar a cursos da área da saúde.

10. Estimular e fomentar a criação e o fortalecimento de instituições, grupos e núcleos de estudos acadêmicos, sistematizando o conhecimento existente e dialogando com os movimentos sociais, bem como a realização de eventos de divulgação científica, sobre gênero, sexualidade e educação, como objetivo de promover a produção e a difusão de conhecimentos que contribuam para a superação da violência, do preconceito e da discriminação em razão de orientação sexual, identidade de gênero e raça/etnia.
11. Propor que o MEC produza, apóie e divulgue, por meio de bolsas de estudos, pesquisas quantitativas e qualitativas que analisem concepções pedagógicas, currículos, rotinas, atitudes e práticas adotadas no ambiente escolar diante da diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero, de modo a contribuir para a implementação de políticas educacionais voltadas para a superação das muitas formas de violência, do preconceito, da discriminação e da violência sexista e homofóbica/lesbofóbica/transfóbica.
12. Propor, estimular e garantir medidas legislativas, administrativas e organizacionais, para que em todo sistema de ensino seja assegurado a estudantes e profissionais da educação travestis e transexuais o direito de terem seus nomes sociais, nos documentos oficiais das instituições de ensino, assim como nas carteiras estudantis, sem qualquer constrangimento para seu/sua requerente, e de usufruírem as estruturas dos espaços escolares em igualdade de condições e em conformidade com suas identidades de gênero, podendo ser integradas ao Programa de inclusão educacional.
13. Promover e apoiar, junto ao MEC, a elaboração e a realização de concursos de monografias, dissertações, teses, redações e produções literárias, artísticas e de mídia contemporânea nas temáticas relativas à diversidade de orientação sexual e a de identidade de gênero (garantindo sua publicação por meio de órgãos financiadores oficiais) e a implementação de educação de jovens e adultos (EJA) em horários alternativos em vista do atendimento de travestis, transexuais e outros profissionais que trabalhem em horário noturno. Proporcionando nas escolas o reconhecimento às pessoas LGBT, incluindo a divulgação de suas produções artísticas, culturais, intelectuais e políticas.

14. Regular o art. 33 da LDB, no sentido de garantir que o ensino religioso, de caráter facultativo, contemple a multiplicidade de visões religiosas, a história das várias religiões e a natureza laica do estado brasileiro.
15. Incluir a “legislação e jurisprudência LGBT” temática na grade curricular de forma transversal nas disciplinas do curso de direito nas universidades (civil, criminal, de família, etc).
16. Realizar cursos de especialização em parceria com as universidades públicas sobre Diversidade Sexual para professores (as), gestores (as) e profissionais que atuam nas diferentes áreas da gestão pública.
17. Inserir, no currículo escolar, questões de diversidade/diferença, de igualdade/eqüidade, com destaque para as problemáticas de gênero, raça e etnia, em interface com as questões de idade/geração e deficiências, nos diferentes segmentos escolares e contextos educacionais.
18. Inserir, nos livros didáticos, a temática das famílias compostas por lésbicas, gays , bissexuais, travestis e transexuais, considerando recortes de raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero e socioeconômica, os novos modelos de famílias homoafetivas, com ênfase nos recortes de raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero.
19. Garantir a intersetorialidade da política LGBT com as demais políticas de Educação, Assistência Social, dentre outras.
20. Propor e adotar medidas legislativas, administrativas, organizacionais e sócio-educativas para a promoção do reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, com vistas ao enfrentamento do sexismo e da homofobia, lesbofobia e transfobia do ambiente escolar.
21. Criar, dentro do Ministério da Educação, bem como nos órgãos afins nas instâncias estaduais e municipais, uma Coordenadoria específica de políticas para LGBT.

22. Implantar, como ação do governo, banco de dados sobre diversidade sexual, que também produza e publique materiais didáticos específicos garantindo distribuição na rede pública de ensino.
23. Incentivar e apoiar entidades sociais que desenvolvam ações culturais e educativas para jovens e adultos nas comunidades de baixa renda, especialmente as de inclusão social e qualificação profissional, e que respeitem a livre orientação sexual e identidade de gênero.
24. Realizar trabalhos educativos nos espaços públicos, privados e religiosos, sobre o respeito da diversidade sexual e a livre orientação sexual, com recortes étnico-racial e de relações de gênero, abrangendo também a mídia e a sociedade em geral.
25. Assegurar à educação pública: gratuidade, laicidade e integralidade no ensino.
26. Criar uma comissão composta pela sociedade civil organizada, universidade e MEC para a reformulação dos PCNs no que se refere ao tópico orientação sexual, dando destaque às questões das diversidades de orientações sexuais, identidades de gênero e enfrentamento da homofobia, lesbofobia e transfobia, bem como estimular a sua efetiva aplicação nos espaços escolares.
27. Realizar sensibilização junto às famílias dos alunos, nas reuniões de pais e mestres, acerca das temáticas relacionadas com a população LGBT e do combate ao preconceito e discriminação (homofobia, lesbofobia e transfobia).
28. Criar programa ou ações de incentivo das travestis e transexuais excluídas do sistema educacional.
29. Propor ao MEC e aos governos estaduais e municipais criar e apoiar Fóruns (nos respectivos âmbitos) de Educação para a Diversidade Sexual, com a participação de dirigentes, gestores e profissionais de educação, movimentos sindicais e sociais bem como outros setores institucionais (p. ex. Conselhos Tutelares, Conselhos Profissionais, etc.).

30. Apoiar e fomentar a participação dos professores de educação infantil em cursos com temática relacionada com a população LGBT – compreendendo a importância da infância na formação do ser humano - de modo a assegurar que, desde o ensino infantil, o processo educacional seja livre de discriminação e preconceito quanto à orientação sexual e identidade de gênero, tanto em brinquedos quanto brincadeiras e materiais escolares e educacionais.
31. Realizar atividades sócio-culturais e políticas nas datas de referência para a população LGBT.
32. Promover ações afirmativas, para garantir o acesso para travestis e transexuais ao ensino superior.
33. Revisar os conteúdos dos livros didáticos ao que tange a diversidade sexual dando visibilidade positiva aos LGBT nos textos e imagens.
34. Incluir a população LGBT em programas de alfabetização, instituir e ampliar programas e projetos na área de saúde e educação nas escolas públicas do país.
35. Estimular e oportunizar a participação dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação, em cursos de formação continuada e em direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos e no enfrentamento à violência contra as mulheres (Lei Maria da Penha, nº. 1340/06).
36. Fomentar, apoiar e realizar cursos interdisciplinares, de formação inicial e continuada de profissionais da educação e de gestores públicos e da educação nas temáticas relativas a orientação sexual, identidade de gênero e diversidade familiar para promover, nas escolas, o respeito e o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero, prevenir e enfrentar o sexismo e racismo e a homofobia, lesbofobia e transfobia na educação básica e superior, na rede pública de ensino.
37. Disponibilizar e enviar materiais referentes a população LGBT, referentes a diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, produzidos pela Secretária Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

(SEDH/PR), assim como pela Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e de Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC), para todas as escolas do Brasil.

38. Criar um programa de apoio psico-social e educativo para pais e mães e responsáveis pela população LGBT.
39. Adicionar à temática, recorte étnico-racial a todas as Propostas.
40. Formar um Comitê no âmbito dos sistemas de ensino com a participação do movimento LGBT para acompanhar o processo de elaboração e implementação de diretrizes que orientem os sistemas de ensino na formulação e na implementação de ações que promovam o respeito e o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero e colaborem para a prevenção e a eliminação da violência sexista, racista e homofóbica.
41. Incluir as categorias que contemplem a orientação sexual e identidade de gênero, no sistema de coletas de dados educacionais (Inep, Unesco, IBGE) no acompanhamento e na avaliação das políticas de expansão de matrícula e do desempenho escolar, para produzir mapas de diagnósticos quanto a evasão e reprovação da população LGBT, incluindo indicadores de violência por motivo de orientação sexual e de identidade de gênero.
42. Propor para a esfera federal que seja instituída no calendário das escolas públicas o dia 29 de janeiro (Dia da Visibilidade Trans), o dia 29 de agosto (dia da Visibilidade Lésbica) e o dia 28 de junho (Dia do Orgulho LGBT), e o dia 17 de maio (Dia mundial de luta contra Homofobia).
43. Divulgar o Programa Brasil Sem Homofobia, lesbofobia e transfobia nas escolas, nas instâncias de gestão da educação, Universidades Públicas e Privadas, após revisão e adequação às diferentes realidades.
44. Fiscalizar a aplicação da Lei 11.646/2008, que prevê nos currículos escolares o resgate e inclusão da história África e da população negra, de modo a incluir a discussão sobre a população negra LGBT.

45. Propor a inclusão de temas e disciplinas relativas à orientação sexual, diversidade sexual e cultural e identidade de gênero nos currículos dos cursos de formação de militares e de policiais civis e militares, extensivo às Guardas Municipais.
46. Estimular o respeito à população LGBT nos esportes, dentro das Escolas, desenvolvendo ações e divulgando informações sobre esse público direcionados à comunidade escolar que promovam a valorização das pessoas LGBT.
47. Garantir a inclusão dos temas de direitos sexuais, saúde sexual e reprodutiva, prevenção de doenças de transmissão sexual e HIV/AIDS nos currículos de educação formal/regular e especial.
48. Democratizar o acesso ao esporte e desporto educacional de qualidade, como forma de inclusão social, criando oportunidade de participação da população LGBT.
49. Realizar, apoiar e fomentar estudos e pesquisas sobre as relações de gênero e a situação das mulheres lésbicas, mulheres bissexuais e transexuais e travestis em situação de violência, garantindo os recortes geracionais, de raça/etnia e de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
50. Elaborar material educativo e informativo sobre mulheres lésbicas e mulheres bissexuais.
51. Criar, por Decreto ou por resolução, nas três esferas de governo, um conselho de acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas de educação para a população LGBT, composto por 75% de representações de movimentos sociais e que tenham encontros trimestrais.
52. Criar, por decreto ou por resolução, nas três esferas, um Conselho de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de avaliação para a população LGBT, composto por 75% de representação de movimentos sociais e que tenha encontros trimestrais.

53. Garantir dotação orçamentária a ações e programas voltados à promoção dos direitos da população LGBT na educação.
54. Em toda as propostas, onde aparecer homofobia, incluir com as demais especificidades, lesbofobia e transfobia.
55. Garantir a representação da população LGBT no Conselho Federais e nos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação.
56. Criar um banco de dados no qual sejam depositadas pesquisas produzidas em nível de graduação, pós-graduação e por grupos certificados por CAPES/CNPQ que abordem temáticas as causas LGBT, bem como estudos clássicos sobre gênero e generalidade.
57. Implementar e ampliar as ações voltadas a garantir o reconhecimento e o respeito da diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero no Plano Nacional de Direitos Humanos.
58. Criar um programa nacional de incentivo da literatura infanto-juvenil que retratem as relações afetivas entre Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, bem como garantir a distribuição para a escola e sociedade civil.
59. Desenvolver programas de capacitação dos(as) funcionários (as) terceirizados(as) e efetivos(as) em segurança e outras áreas das instituições federais de ensino superior (IFES), visando o respeito à diversidade de gênero no exercício de suas funções, tendo em vista a autonomia dessas instituições, quanto aos sistemas de segurança e patrulhamento, entre outros.
60. Elaborar material educativo orientando sobre homens bissexuais.

EIXO 4 – JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

1. Ampliar e criar cursos de direitos Humanos, com obrigatoriedade de inserção de temas relacionados à população LGBT e preconceitos correlatos voltados à formação dos(as) operadores (as) de direito e de segurança pública e agentes

penitenciários, através de encontros, seminários e oficinas, de forma permanente e confecção de material didático-pedagógico, com a participação da sociedade civil organizada LGBT reforçando as campanhas de combate à homofobia.

2. Reforçar a implantação e garantir o funcionamento dos centros de referência contra a discriminação e violência contra a população LGBT, sendo de responsabilidade estadual a sua manutenção, reforçando a implantação de apoio, abrigo e combate à discriminação, por meio de monitoramento e consolidação de dados sobre atendimento e encaminhamentos às vítimas de homofobia.
3. Pactuar, elaborar e consolidar pesquisas, informações e estatísticas, com recorte de orientação sexual e identidade de gênero e as especificidades quanto aos tipos de crimes de homofobia praticados, no âmbito do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal; bem como estabelecer a identificação de gênero e agressão sofrida pela vítima regulamentada em lei para ocorrência nas delegacias, criando mecanismos que possibilitem identificar com maior precisão os crimes homofóbicos, através da qualificação dos peritos e operadores da Segurança Pública.
4. Convidar membros qualificados da sociedade civil organizada LGBT para palestrar nas academias, escolas e centros de formação de policiais, bombeiros, guardas municipais e agentes penitenciários, com o objetivo de promover o diálogo entre os dois setores e sensibilizar os(as) profissionais de segurança para as demandas desta população.
5. Capacitar, sensibilizar e fortalecer a Defensoria Pública para garantir assistência jurídica à população LGBT e a criação de novas instâncias nas unidades federativas que não as possuem.
6. Criar mecanismos de prevenção, proteção e coibição ao Tráfico de Seres Humanos que envolvam a população LGBT, atendendo as especificidades e implementando políticas de enfrentamento, observando as vulnerabilidades principalmente nas áreas de fronteiras com outros países.

7. Revisar, capacitar e reformular o atendimento da população LGBT no sistema penitenciário, desde a detenção até o encarceramento, considerando a orientação sexual e identidade de gênero, criando estratégias de combate à violência, à tortura e aos tratamentos degradantes, assegurando a(o) parceira(o) o direito ao auxílio-reclusão e a regulamentação da visita íntima para esta população.
8. Instituir mecanismos e estruturas para monitorar, reclassificar e multar a veiculação de programas de rádio e TV que ferem os princípios de direitos humanos e propagam a homofobia, racismo, o machismo e a misoginia nos meios de comunicação.
9. Instituir mecanismos e estruturas para monitorar, advertir, investigar e encaminhar à delegacia especializada todos os tipos de discriminação contra a população LGBT veiculada nos meios de internet.
10. Sensibilizar o atendimento nas delegacias quando relacionado à população LGBT.
11. Incentivar a criação, fortalecer e interiorizar as delegacias de combate a crimes discriminatórios em todo o território nacional.
12. Capacitar e instrumentalizar todas as delegacias para acolher denúncias de violação de direitos da população LGBT.
13. Instrumentalizar as delegacias de polícia para acolher denúncias de violação dos direitos da população LGBT.
14. Assegurar que a população LGBT seja atendida em qualquer delegacia de forma qualificada, inclusive a da mulher, tendo respeitada a sua identidade de gênero e seu nome social e que, ao lado do nome de registro, seja criado campo para inserção do nome social.
15. Propor que Governo Federal, através da SENASP, oriente os Estados para a criação da Delegacia de Direitos Humanos, ficando esta responsável por

delegar vítimas de crimes contra a população LGBT, de negros e negras, idosas e idosos, mulheres e outras populações vulnerabilizadas.

16. Garantir a efetivação das Leis vigentes, cujos dispositivos contenham previsão legal para indiciar/multar as saunas, academias e os locais de lazer, como restaurantes, boates, casas noturnas que discriminam no atendimento e/ou preços/valores de acordo com a orientação sexual e identidade de gênero que desconsideram os LGBT em promoções, sorteios, concursos ou descontos.
17. Realizar campanhas de enfrentamento à homofobia através de mídias diversas, voltadas às e aos operadores de segurança pública e profissionais do sistema penitenciário, da justiça, da saúde, da educação e centros de atendimentos a crianças e adolescentes em medida sócio-educativas, bem como toda a sociedade civil.
18. Revisar o plano de carreira, normas e regimento, suprimindo todo e qualquer dispositivo discriminatório dos profissionais de segurança LGBT, garantindo o pleno desenvolvimento da carreira destas e destes profissionais.
19. Garantir segurança preventiva em áreas de frequência LGBT (bares, boates, bosques, praias, praças) em decorrência de sua vulnerabilidade social.
20. Garantir a segurança em áreas frequentadas pela população LGBT, com grupos de policiais especializados, sobretudo nas quais há grande incidência de discriminação e violência, em decorrência de orientação sexual e identidade de gênero, raça e etnia, entre outras, garantindo o policiamento proporcional ao número de pessoas nos eventos.
21. Assegurar a inclusão do nome social em documentação de identidades.
22. Propor a inclusão da identidade de gênero e nome social nos registros de ocorrência policial em delegacias.
23. Garantir, à pessoa com laudo médico de transexualidade, a qual tenha cumprido todos os quesitos e normas exigidos pelo Conselho Federal de Medicina e indicação cirúrgica de transgenitalização, modificação automática

do seu registro civil (nome e sexo) sem a necessidade de entrar com ação na esfera judicial.

24. Criar leis que assegurem aos(as) travestis e transexuais o reconhecimento de seus nomes de acordo a identidade de gênero e social nos documentos.
25. Criar documento de Identidade Social das (os) travestis e transexuais como alternativa de identidade civil, contando com os dados destes.
26. Promover encontros, palestras, seminários e capacitações com todos os movimentos sociais e poder público, promovendo conhecimento sobre da população LGBT e o combate à violência desta população.
27. Propor a criação de um núcleo nas promotorias sobre as temáticas relacionadas à população LGBT.
28. Garantir a igualdade no acesso e no tratamento entre cidadãs e cidadãos heterossexuais e a população LGBT nos assuntos relacionados às Instituições de Defesa Social, reconhecendo e respeitando a diversidade, em consonância com as diferenças individuais e coletivas.
29. Incluir efetivamente a população LGBT nas ações das instituições governamentais que amparam, protegem e concedem direitos, apoiando projetos e estabelecendo termos de ajustes para a inclusão efetiva desta população.
30. Assegurar que as organizações de direitos humanos e LGBT, por meio de suas e seus representantes, possam acompanhar os processos administrativos disciplinares contra agentes públicos, motivados por homofobia.
31. Assegurar o respeito à orientação sexual e identidade de gênero do acusado LGBT no processo judicial.
32. Implantar ouvidorias que atuem como centros de referência contra a discriminação na estrutura das instituições de defesa social, objetivando o acolhimento, orientação, apoio e encaminhamento de denúncias de crimes contra a população LGBT.

33. Estimular a denúncia de crimes de homofobia por meio de campanhas.
34. Propor mudanças no código civil, na legislação processual penal e de execução penal, que atendam às políticas públicas direcionadas à população LGBT.
35. Construir instrumentos técnicos pertinentes e capazes de se integrar à rede nacional de apoio social e jurídico à população LGBT.
36. Editar e publicar, em parcerias com organizações LGBT, compêndios e publicações referentes às decisões judiciais e instrumentos normativos já em vigor no Estado Brasileiro, voltados à população LGBT.
37. Criar na Polícia Civil, o núcleo de investigação especializada e o disque denúncia para crimes envolvendo a violência por discriminação de gênero, raça /etnia, orientação sexual e identidade de gênero.
38. Assegurar a independência das corregedorias da Polícia Militar e Civil, Defensoria Pública e Judiciária.
39. Instituir um Projeto de Lei no qual a aplicação das penas alternativas, de crimes de menor potencial ofensivo que envolvam homofobia, sejam frequentar cursos de direitos humanos e fóruns de discussão LGBT além de prestar serviços às instituições públicas e privadas de defesa dos direitos LGBT.
40. Garantir a inserção dos direitos e cidadania LGBT nos concursos para: analista e procurador da Previdência; membros dos ministérios públicos da União e estados; magistrados dos judiciários estaduais, da Justiça Federal, da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho; capelão militar; professor de Direito das universidades públicas; delegados de polícia estadual e federal; auditor fiscal do trabalho; defensor público; cargos técnicos exclusivos de bacharéis em Direito e socioeducadores.
41. Criar um órgão específico dentro da SEDH/PR, com orçamento próprio, para tratar especificamente das políticas da população LGBT.

42. Aplicar questionário, sobre direitos humanos, aos funcionários públicos para conhecer seus perfis e sensibilizar quanto às temáticas relacionadas à população LGBT.
43. Aplicar nos concursos públicos, questionário sobre direitos humanos, para ter o perfil dos novos servidores aprovados e a sensibilização quanto a temáticas relacionadas à população LGBT.
44. Criar Vara Criminal Especifica para julgar os crimes contra a população LGBT.
45. Criar uma Comissão Intersetorial, em âmbito nacional, de controle social junto às redes de TV, programas de auditório e humorísticos com fins de coibir as discriminações por gênero, orientação sexual, identidade de gênero, sexo, etnia, geracional e deficiência.
46. Recomendar à Conferência Nacional, debater a ampliação jurídica e a aplicabilidade da Lei Maria da Penha para crimes praticados contra lésbicas, travestis e transexuais.
47. Capacitar as Delegacias da Mulher no atendimento às mulheres lésbicas e bissexuais, no que tange a Lei Maria da Penha.
48. Garantir a aplicabilidade da Lei Maria da Penha para crimes de violência doméstica e familiar contra lésbicas, mulheres bissexuais, travestis e transexuais.
49. Propor ao CONANDA e ao CONDECA a realização de debate nacional quanto ao Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e os direitos da população LGBT.
50. Tornar obrigatória a identificação, em local visível, dos profissionais de segurança pública e privada com nome, patente ou cargo bordados à roupa.
51. Inserir no currículo das academias de segurança pública, capacitação, formação inicial e continuada em direitos humanos e princípios internacionais de igualdade e não discriminação derivada de homofobia, inclusive em relação à orientação sexual e identidade de gênero com participação da sociedade civil

organizada e movimento sindical, assim como para servidores de todos os órgãos públicos estaduais e secretarias municipais de segurança.

52. Encaminhar para o presídio feminino, mulheres transexuais, readequadas ou não, e travestis, que estejam em regime de reclusão.
53. Assegurar que, nas questões das execuções penais, Estado e União criem estratégias de enfrentamento da homofobia nas penitenciárias, garantindo a opção de celas distintas para LGBT, e que estas não tenham caráter administrativo punitivo.
54. Garantir o direito à visita íntima aos LGBT encarcerados.
55. Incluir o quesito orientação sexual, identidade de gênero e identidade étnico-racial nas ações do plano nacional de segurança pública e demais planos nas três instâncias de poder.
56. Criar grupo de trabalho paritário entre sociedade civil e representantes do executivo, legislativo, judiciário, MP, Defensoria Pública para elaborar um estatuto da cidadania LGBT a ser encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional.
57. Criar grupos especiais de segurança para os locais, atividades e espaços LGBT, bem como a parceria com os serviços de investigação contra crimes que atinjam a população LGBT.
58. Estabelecer estratégias de qualificação permanente do Poder Judiciário, a fim de sensibilizá-lo no trato das demandas judiciais apresentadas pela população LGBT, à luz do que já preconiza a Constituição Federal.
59. Criar estratégias de enfrentamento da homofobia nas penitenciárias, garantindo a opção de celas distintas para a população LGBT.
60. Aprovar o projeto de lei que garanta mudança de sexo para transexuais.
61. Promover seminários e fóruns de discussão sobre reconhecimento dos direitos da população LGBT com a participação de membros das Escolas de

Magistratura e do Poder Judiciário, objetivando subsidiar as novas gerações de magistrados e membros do Ministério Público, com elementos conceituais e empíricos sobre a realidade da população LGBT.

62. Implantar a reformulação do sistema de revista dos visitantes nos presídios com a utilização de equipamentos eletrônicos.
63. Prevenir a violência através de campanhas informativas anuais, próximas ao período da Parada de Orgulho LGBT, com cartilhas e cartazes para orientar policiais quanto aos direitos da população LGBT.
64. Incluir as temáticas travestilidade e transexualidade na grade de formação de polícias.
65. Mudar a metodologia de atendimento pedagógico em carceragens, visando proporcionar melhor adaptação da população LGBT.
66. Elaborar materiais educativos, a ser veiculado por diversas mídias, informando para os agentes de defesa social, os instrumentos legais e formas de atendimento pelas instituições de Defesa Social sobre a população LGBT, em situação de ameaça e risco.
67. Garantir a participação da população LGBT nos conselhos de justiça e de segurança pública, no âmbito municipal, estadual e nacional.
68. Mobilizar parlamentares para assegurar a votação do PEC 70/2003 e do P.L., 122/2006 que tramita no Congresso Nacional, que dispõe sobre a criminalização da homofobia.
69. Confeccionar cartilhas para a população LGBT com o tema segurança, de maneira a criar mecanismos de prevenção e defesa.
70. Criar dispositivos legais e jurídicos que garantam o direito do casal homossexual de adotar filhos, garantindo inclusive que o registro civil seja feito em nome do casal, bem como garantir o pleno direito de adoção aos LGBT, individualmente ou em parceria homoafetiva.

71. Regular a inseminação artificial em mulheres lésbicas e o reconhecimento da dupla maternidade.
72. Criar, nos documentos de registros policiais, espaços para declaração facultativa de orientação sexual e identidade de gênero.
73. Garantir a aprovação do projeto de união civil entre pessoas do mesmo sexo.
74. Apoiar iniciativas legais e jurídicas que reconheçam a união civil entre pessoas do mesmo sexo.
75. Promover a revisão do Código Penal Militar, excluindo-se dele o tipo penal pederastia, bem como o item que considera crime a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo.
76. Promover a alteração do Estatuto dos Militares, no sentido de que se reconheça a companheira ou companheiro de militares do mesmo sexo como dependentes, passando estes a ter direitos comuns, tais como os heterossexuais.
77. Criar e implementar um observatório de crimes homofóbicos na co-relação com o nazi-facismo, fundamentalismo religioso e os reflexos na mídia.
78. Exigir o cumprimento de uma política de educação anti-racista, anti-lesbofóbica, anti-sexista e anti-discriminatória nas distintas esferas de poder que inclua a implementação da Lei 10.639/2003 nos currículos escolares para tratar da história da África e da população negra, bem como, a discussão das mulheres lésbicas negras.
79. Promover e garantir ações voltadas para a segurança pública da juventude negra, indígena, cigana e quilombola LGBT.
80. Incluir o quesito orientação sexual e identidade de gênero, tipo de deficiência e identidade étnico-racial nas ações do Plano Nacional de Segurança Pública e demais Planos Nacionais de governo.

81. Capacitar e sensibilizar gestores, operadores de direito e agentes sociais na área de segurança pública com ênfase nas relações de raça, religião de matriz africana, etnia, gêneros, orientação sexual, identidade de gênero e direitos humanos.
82. Criar indicadores para o monitoramento de políticas públicas voltadas à população negra, de matriz africana, quilombola e indígena, fazendo o recorte de orientação sexual e identidade de gênero e geracional.
83. Implementar, em matéria de execução penal estadual e federal, política de enfrentamento da homofobia em todas as unidades de custódia (casas de custódia e penitenciária), assegurando aos(às) custodiados(as) o direito de optarem por celas distintas ou serem encaminhados para unidades condizentes com seu gênero social.
84. Criar grupo de trabalho de monitoramento de projetos que prevêem a obrigatoriedade de conteúdos programáticos, enfatizando o tema das políticas e práticas de segurança pública em relação à violência de gênero, a liberdade de orientação sexual e identidade de gênero, primando pelo combate à homofobia, pela igualdade racial, pela criança e o adolescente e pelos(as) idosos(as).
85. Fortalecer, fomentar e implementar o programa federal “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”, veiculando-o em todos os meios de comunicação.
86. Criar mecanismos que assegurem a não-discriminação e o pleno desenvolvimento na carreira dos(as) profissionais de segurança LGBT.

EIXO 5 – CULTURA

1. Capacitar, através do Ministério da Cultura, as organizações LGBT para elaboração e gestão de projetos culturais, captação de recursos e prestação de contas, juntos às leis de incentivo à cultura e editais de cultura, por meio de um

programa de capacitação em todos os municípios, além disso, capacitar também servidores públicos da área da cultura como secretarias e fundações culturais estaduais e municipais e demais órgãos públicos que trabalham com a população LGBT.

2. Ampliar, no Ministério da Cultura (Minc), os recursos destinados a editais de apoio das paradas de orgulho LGBT e demais eventos como caminhadas e semanas de visibilidade LGBT, sem recorte populacional.
3. Garantir que o Minc reconheça o movimento social LGBT, as suas ONG's e as diversas redes que o compõem, apoiando suas demandas de execução de projetos sociais nos convênios junto aos ministérios e seus programas.
4. Criar, no Minc, uma assessoria específica e/ou um Fórum Permanente para trabalhar temas relacionados à população LGBT, e incentive as instituições públicas e privadas de cultura de todas as unidades federativas.
5. Financiar, através do MinC, projetos que resgatem a memória cultural da população LGBT crie museus com bens materiais e imateriais desta população e promova a circulação do acervo em exposições itinerantes, em parceria com a sociedade civil organizada.
6. Promover, através do Ministério da Cultura em parceria com os demais ministérios, como o ministério da educação, saúde e previdência social, campanhas educativas de respeito e cidadania LGBT, em espaços públicos e privados de todo país, visando a divulgação da cultura LGBT, a discussão e difusão dos direitos humanos e o combate da homofobia.
7. Acrescentar, através do Ministério da Cultura, dados relativos a obras de artistas LGBT ao mapeamento que está já sendo realizado.
8. Promover e manter, através do Ministério da Cultura os Centros de Documentação e Referência de temas relacionados a população LGBT no Brasil, com o acesso de seu conteúdo através de plataforma virtual.

9. Criar um site que concentre um acervo digitalizado de documentos sobre a história LGBT no Brasil e contenha links para sites especializados em notícias, divulgação de eventos culturais e de arte, possibilitando o acesso aos pesquisadores e à população em geral.
10. Garantir, incluir e apoiar, através do Ministério da Cultura, no calendário cultural nacional, datas comemorativas oficiais: Dia do Orgulho LGBT, 28 de junho; Dia da Visibilidade Lésbica, 29 de agosto; Dia de Combate a Homofobia (17 de maio) e Dia da Visibilidade Travesti, 29 de janeiro.
11. Apoiar a publicação de livros, inclusive em braile, a gravação e edição de CDs e DVDs (com legendas) que contemplem produções artístico-culturais e/ou científicas dando visibilidade e sustentabilidade a projetos de organizações LGBT.
12. Criar um selo nacional que identifique as empresas que apóiam todas as manifestações culturais e educativas da população LGBT, estimulando o apoio de empresas públicas e privadas.
13. Incentivar, estimular e garantir a produção cultural, com livros, inclusive em braile, teatro e produções audiovisuais, com tradução em libras e eventos ligados à juventude LGBT, bem como dança, música e outros que falem a linguagem do jovem, principalmente os criados e produzidos pelos próprios adolescentes e jovens.
14. Estimular, capacitar e estabelecer parcerias com a sociedade civil organizada que trabalham com adolescentes e jovens LGBT a investir na área de cultura.
15. Fortalecer o grupo de trabalho pela promoção da cidadania LGBT já existente no Minc com ampliação da representação, contemplando recorte étnico-racial, geracional e pessoas com deficiência.
16. Desenvolver projetos que capacitem a população LGBT, tornando-se multiplicadores em suas comunidades, envolvendo cultura e geração de emprego.

17. Promover ações de publicidade e marketing das mais diversas expressões LGBT, através de órgãos de comunicação, colaborando para ações contra o preconceito, violência e contra a intolerância, inclusive famílias LGBT.
18. Criar festival inter-regional no sentido de divulgar as especificidades da cultura LGBT.
19. Oferecer cursos de formação a gestores públicos sobre os valores culturais, sociais e econômicos da população LGBT, em parceria com os movimentos sociais.
20. Realizar um seminário de discussão e capacitação a respeito da Lei de Incentivo a Cultura.
21. Propor, através do Ministério da Cultura, às secretarias e fundações de cultura dos Estados, políticas de editais, para concorrência de projetos específicos ao apoio à cultura LGBT.
22. Propor, ao MinC e às Secretarias Estaduais de Cultura, editais de pesquisa em Cultura e Arte LGBT, visando a catalogação e valorização dos movimentos culturais LGBT de caráter regional e nacional.
23. Garantir nos editais da FUNARTE o apoio às manifestações artísticas LGBT.
24. Fortalecer as ações da Secretaria da Identidade e Diversidade no MinC.
25. Garantir recursos e apoiar a produção de bens culturais e de eventos de visibilidade massiva de afirmação de orientação sexual, identidade de gênero e de uma cultura de paz, através da Lei Rouanet e da Lei de Incentivo à Cultura, visando apoiar a produção de estudos, seminários, livros, memória cultural LGBT, espaços culturais; centros de acervo e exposições artísticas.
26. Articular a promoção de ações voltadas à promoção da cidadania LGBT e ao combate à homofobia com os Programas e Projetos Estaduais e Municipais através do Programa Mais Cultura.

27. Garantir que o Minc estimule as organizações da sociedade civil que trabalham a temática LGBT com adolescentes, jovens e idosos, no âmbito territorial, sobre questões voltadas à orientação sexual e identidade de gênero, raça e etnia.
28. Criar um projeto de cooperação público-governamental de extensão nas escolas públicas, utilizando produções artístico-culturais com temática de sexualidade, diversidade sexual e identidade de gênero, com recorte de raça e etnia, como forma de educar para a cidadania e inclusão.
29. Garantir o fortalecimento orçamentário junto ao Ministério da Cultura, para as pessoas físicas, entidades governamentais e não governamentais, objetivando formação cultural das expressões sexuais LGBT.
30. Garantir que o Minc inclua os quesitos “orientação sexual” e “identidade de gênero” nos formulários de pesquisa e de visitação (ex. pesquisa de público), para a formulação de um banco de dados, bem como nos cadastros de ações afirmativas.
31. Incluir ações de políticas públicas voltadas para LGBT nos materiais informativos do Minc.
32. Garantir, através do Minc, a participação LGBT no conselho nacional de cultura e orientar a participação LGBT nos conselhos estaduais e municipais de cultura.
33. Garantir que o Minc oriente as secretarias distrital, estaduais e municipais a destinar, nos editais e fundos de cultura, recortes orçamentários para promoção da cidadania LGBT, devendo tais editais contemplar mais de uma ação e não se limitando a apenas um projeto, tampouco às paradas do orgulho. Também assegurar que o Minc, através do fundo nacional de incentivo à cultura, garanta a execução da proposta que sugeriu às secretarias estaduais, municipais e distrital.

34. Realizar campanhas em âmbito nacional para dar visibilidade às diversas formas de viver e amar, como: dias das mães, dia dos namorados, dia dos pais em parceria com a sociedade civil, com ênfase na população LGBT.
35. Realizar campanhas de comunicação com o objetivo de sensibilizar a sociedade civil em geral, para a conscientização e desconstrução de modelo machista e patriarcal, visando o dia das mães lésbicas e bissexuais, dia das/os namoradas/os, como também o dia dos pais.

EIXO 6 – TRABALHO E EMPREGO

1. Realizar, através das Comissões de Igualdade de Oportunidade de Gênero, de Raça e Etnia, de Pessoas com Deficiência e de Combate à Discriminação do MTE, em conjunto com as organizações do movimento LGBT, seminários, palestras e sensibilizações de âmbito municipal, estadual e nacional, para avaliação e aprimoramento das ações desenvolvidas, com participação da iniciativa privada nas discussões, voltadas para as questões relacionadas à população LGBT, num prazo de 02 (dois) anos.
2. Articular, garantir e realizar por meio da Comissão de Igualdade de Oportunidade de Gênero, de Raça e Etnia, de Pessoas com Deficiência e de Combate à Discriminação do TEM, no prazo de 01 (um) ano um processo contínuo de sensibilização dos gestores do MTE e de sua estrutura descentralizada sobre ações afirmativas para a população LGBT.
3. Realizar, através do MTE, campanhas de mídia nacional, no prazo de 01 (um) ano, para divulgação dos órgãos de defesa contra a discriminação no trabalho da população LGBT, a exemplo, SRTE, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública do Estado, Juizados Especiais, Centros de Referência LGBT de Combate à Homofobia e Justiça do Trabalho e para educação pró-respeito à população LGBT no ambiente de trabalho.
4. Adotar critérios para a transferência de recursos do FAT a entidades públicas e privadas visando a profissionalização da população LGBT, principalmente

as/os travestis e as/os transexuais. Estabelecer parcerias com entidades LGBT para compor equipes técnicas e outras profissionais para promoção da capacitação.

5. Criar leis e outros instrumentos normativos que visem a promoção de ações afirmativas com relação a população LGBT na contratação de aprendizes por empresas.
6. Garantir reserva de cotas nas universidades, centros de qualificação, escolas técnicas, CEPROTEC, CEFAPRO, PROUNI e demais órgãos públicos para as/os Travestis e Transexuais.
7. Criar mecanismos de incentivo à formação de grupos empreendedores LGBT junto ao Programa de Economia Solidária.
8. Garantir a participação da população LGBT nos órgãos responsáveis pelo combate ao trabalho escravo ou degradante.
9. Capacitar os/as atendentes do disque-denúncia nacional para lidar com as demandas da população LGBT no trabalho.
10. Promover, junto com as Secretarias de Trabalho nos Estados, num prazo de 2 (dois) anos, parcerias de formação profissional envolvendo entidades desta área (SENAC, SENAI, SEBRAE, SENAT, SESCOOP etc) visando a profissionalização da população LGBT, principalmente as/os travestis, bem como campanha de sensibilização do empresariado para a inserção desta população, garantindo o selo de empregabilidade social junto a essas empresas.
11. Criar legislação com a finalidade de proibir a participação, em concorrências e licitações nas esferas federal, estadual e municipal, de empresas condenadas pela prática de discriminação à população LGBT.
12. Garantir, através da Presidência da República, o uso do nome social de travestis e transexuais no serviço público federal, tanto na administração direta quanto nas autarquias, fundações e empresas públicas. Criar legislação para

garantir o uso do nome social de travestis e transexuais nas empresas privadas.

13. Garantir, através do Ministério do Desenvolvimento Social e o Conselho Nacional de Assistência Social, a inserção do recorte de orientação sexual e identidade de gênero na Política Nacional de Assistência Social a partir das ações de monitoramento e avaliação.
14. Garantir, através do MTE, a inserção nas políticas públicas de combate à discriminação no ambiente de trabalho, em consonância com as políticas afirmativas existentes, como GRPE (Gênero, Raça, Pobreza e Emprego) e da fiscalização do trabalho, o combate à discriminação de LGBT bem como de políticas de acesso ao emprego, trabalho e renda.
15. Garantir, através do MTE, a inserção na relação do público-alvo do Programa Nacional de Qualificação Profissional (PNQ/MTE) a população LGBT.
16. Acrescentar a Norma Reguladora nº 5, do Ministério do Trabalho, para contextualizar o viver com HIV/Aids na capacitação dos profissionais da CIPA e não só a prevenção.
17. Criar, através do Ministério do Trabalho, mecanismos para implantação das orientações do Repertório de Recomendações Práticas da OIT sobre HIV/Aids e não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no mundo do trabalho.
18. Recomendar que conste nos termos de ajustamento de conduta – TAC do Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Estadual cláusulas referentes à utilização dos recursos provenientes das multas decorrentes do descumprimento destes Termos para a publicação de cartilhas educativas aos Direitos Humanos da população LGBT.
19. Incluir no Programa da Sócio-Economia Solidária a população LGBT, e divulgar amplamente.

20. Promover, através do Ministério do Trabalho, campanhas destinadas a conscientizar as empresas e os departamentos encarregados de seleção de funcionários para a não discriminação no momento da contratação ou da dispensa da juventude LGBT, criando mecanismos de proteção por sindicatos e pelo Ministério Público do Trabalho.
21. Promover cursos de capacitação profissional para as/os travestis e transexuais com vistas à autonomia econômica.
22. Apoiar o projeto de lei nº 98 de 2003, em andamento, que regulamenta a profissão de trabalhadores(as) do sexo, de autoria do Deputado Fernando Gabeira.
23. Garantir a inclusão da juventude LGBT nos programas de escolarização e capacitação de jovens aprendizes.
24. Garantir que as instituições públicas nas esferas federal, estadual e municipal ofereçam estágios remunerados de pelo menos um ano para a população de jovens LGBT de baixa renda.
25. Criar um programa de bolsas de estudo que incentive a qualificação ou educação profissional de Travestis e Transexuais em diversas áreas.
26. Criar Grupo de Trabalho para elaboração e aplicação de uma pesquisa/diagnóstico junto a população LGBT sobre o mercado de trabalho formal e informal, com a participação da sociedade civil. Que o MTE garanta a inserção nos dados da RAIS e CAGED o item orientação sexual e identidade de gênero, para mapear o mercado de trabalho formal e nos formulários existentes para o mercado informal.
27. Garantir a inclusão nos currículos dos cursos de formação de conselheiros de trabalho, emprego e geração de renda em que conste a necessidade de criação de políticas afirmativas para inclusão da população LGBT no âmbito do trabalho, emprego e geração de renda.

28. Alterar, no MTE, a “Comissão de Igualdade de Oportunidades de Gênero, de Raça e Etnia, de Pessoas com Deficiência e de Combate à Discriminação”, para “Comissão de Igualdade de Oportunidades de Gênero, de Raça e Etnia, de Pessoas com Deficiência, da população LGBT e de Combate à Discriminação”.
29. Modificar a legislação do imposto de renda, de modo que os/as parceiros/as do mesmo sexo em coabitação possam incluir os/as parceiros/as como dependentes sem diferença das uniões estáveis heterossexuais.
30. Realizar estudos e pesquisas na área dos direitos e da situação socioeconômica e psicossocial dos adolescentes, jovens e idosos LGBT, em situação de rua, em parceria com agências internacionais de cooperação, universidades e com a sociedade civil organizada.
31. Discutir e enfrentar a homofobia, a discriminação de gênero e a racial nos programas educativos desenvolvidos pelos órgãos municipais, estadual e distrital de assistência social, através da sensibilização dos educadores sociais e demais profissionais atuantes em programas da assistência social.
32. Incluir o quesito orientação sexual e identidade de gênero nos atendimentos realizados pelas secretarias estaduais e municipais de assistência social à população adulta em situação de rua.
33. Realizar o monitoramento das crianças e jovens, que vivem nas ruas, manifestando atributos de gênero dissociados do seu sexo biológico, favorecendo sua proteção especial nos abrigos mantidos pelas secretarias municipais de assistência social.
34. Promover capacitação contínua, para combater o estigma e a discriminação de gênero, orientação sexual e racial, junto às equipes técnicas e gestoras que atuam especialmente no cotidiano das instituições onde a política nacional de assistência social é implementada: centros municipais, estaduais e distrital de atendimento social, abrigos públicos e não-governamentais para crianças, adolescentes, adultos e idosos, conselhos tutelares, instituições de

cumprimento de medidas socioeducativas, escolas, ONGs e entidades filantrópicas.

35. Estimular a participação de instituições ligadas ao movimento LBGT nos conselhos e conferências municipais, estaduais e nacionais de assistência social e promover, entre os critérios de medição da responsabilidade social das empresas públicas e privadas o desenvolvimento, a inclusão de projetos de combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.
36. Incluir, por parte do Ministério do Desenvolvimento Social, as famílias homoparentais e os pares homoafetivos, ampliando-se assim a concepção de família vigente, na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).
37. Garantir, nos Conselhos Tutelares e na rede municipal de proteção à criança e ao adolescente, a aplicação e efetivação da medida de proteção prevista no artigo 101, inciso VII, da Lei Federal nº 8.069 (ECA), além do respeito a identidade de gênero e nome social da criança e adolescente travesti.

EIXO 7 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Promover ações de educação previdenciária junto aos Centros de Referência LBGT, estimulando, através de campanhas educativas, que os planos de previdência públicos e privados ampliem a cobertura aos companheiros/as homoafetivos/as, de travestis e transexuais.
2. Reconhecer a união civil homo-afetiva, assegurando as mesmas condições de casais heterossexuais para fins previdenciários.
3. Divulgar, amplamente, o Plano Simplificado de Previdência Social junto à população LBGT.
4. Implementar as políticas de proteção social preconizadas pela Agenda Hemisférica do trabalho Decente, especialmente no que se refere à população LBGT.

5. Incluir o tema Previdência Social nas ações de formação e capacitação de ativistas LGBT nas três esferas de gestão pública.
6. Capacitar os profissionais da Previdência Social para o atendimento digno para a população LGBT.
7. Garantir aos servidores públicos dos três entes da federação e aos militares, bem como aos integrantes da previdência complementar, o reconhecimento da união homoafetiva para fins previdenciários.
8. Garantir a assistência Social Integral para pessoas vivendo com HIV/AIDS.
9. Garantir aos Servidores Públicos LGBT em união estável, dotados de Regime Próprio de Previdência Social os mesmos direitos dos servidores de união estável (heterossexual), principalmente a pensão por morte.
10. Propor a criação de Lei que inclua parceiro(a) homossexual como dependente, para fins previdenciários de servidores públicos nos três entes federativos.
11. Implantar políticas para a população LGBT no Ministério da Previdência Social.
12. Promover palestras em órgãos públicos (Escolas, Universidades, e Unidade de Saúde) e privados sobre os direitos previdenciários da população LGBT, em parceria com o INSS.
13. Garantir o reconhecimento, pela Previdência Social, no código das/os profissionais do sexo do código brasileiro de ocupações no ato da inserção do regime geral da previdência social.
14. Incluir o tema Previdência Social nas ações de formação e capacitação de lideranças LGBT nas três esferas de gestão pública e promover ações de educação previdenciária junto aos Centros de Referência LGBT, assim como capacitar lideranças e voluntários em geral destes mesmos centros.
15. Capacitar os procuradores Federais do INSS sobre legislação e direitos LGBT.

EIXO 8 – TURISMO

1. Apoiar Paradas e eventos do Orgulho LGBT, de forma que as mesmas promovam os direitos humanos e a cidadania, envolvendo poder público, iniciativa privada e organizações da sociedade civil.
2. Criar e publicar financiamento das Paradas e eventos do Orgulho LGBT no Brasil.
3. Fomentar o turismo LGBT potencializando a economia e a inclusão social, de forma sustentável, em todo território nacional, de acordo com o perfil turístico de cada região.
4. Fomentar o sucesso do projeto "Brasil: Destino Diversidade" será realizado o treinamento "Sensibilizando para a Diversidade" que visa capacitar profissionais para o atendimento de LGBT em setores como hotelaria, envolvendo áreas de gerência, reservas, recepção, governança, eventos, alimentos e bebidas; agências e receptivos, abrangendo a gerência e o atendimento e, ainda, o campo dos serviços, comércio, restaurantes, bares, segurança, ente outros.
5. Promover medidas para que o Brasil se torne um destino acolhedor para turistas LGBT, e difundir informações que promovam o respeito à diversidade cultural, orientação sexual e identidade de gênero.
6. Participar de eventos e feiras nacionais e internacionais de turismo e do segmento LGBT com materiais focados no recorte LGBT.
7. Promover os potenciais turísticos dos Estados por meio de propaganda e mídia divulgando calendário de eventos e circuitos LGBT.
8. Captar eventos LGBT internacionais para o Brasil.
9. Utilizar os Escritórios Brasileiros Embratur para promover produtos, destinos e serviços LGBT.

10. Apoiar as ações de prevenção e enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil.
11. Financiar, por meio de convênios, recursos para o mapeamento da cadeia turística LGBT do Brasil para a criação de um banco de dados eletrônico.
12. Elaborar peças publicitárias pontuais destinadas ao público LGBT, divulgando o projeto "Brasil: Destino Diversidade."
13. Garantir que o Programa "Brasil Destino e Diversidade" ressalte a importância do respeito ao nome social.
14. Assegurar assento de representação da sociedade civil organizada LGBT, com conhecimento específico na área de turismo, nos conselhos de turismo municipal, estadual e federal.
15. Credenciar os empreendimentos de turismo que respeitem a orientação sexual e identidade de gênero LGBT, criando um selo que identifique essas empresas.
16. Garantir recursos para promover campanhas para sensibilizar a sociedade para bem receber o turista LGBT.
17. Garantir que as políticas relacionadas ao turismo LGBT tenham como preocupação a empregabilidade e a geração de oportunidades para a população LGBT.
18. Criar, no âmbito do Ministério do Turismo, órgão específico para o turismo LGBT.
19. Incluir, nos próximos Planos Nacionais de Turismo, políticas públicas que visem a promoção do turismo LGBT.
20. Assegurar investimentos com a finalidade de incentivar o turismo sustentável voltado à população LGBT.
21. Apoiar a produção de pesquisas acadêmicas sobre o turismo LGBT, com o objetivo de apoiar políticas públicas de turismo e de direitos humanos.

22. Garantir que todas as ações e atividades elencadas para compor as políticas públicas para o turismo LGBT tenham previsão e rubrica orçamentária.
23. Elaborar o Programa “Viaja Mais Diversidade”.

EIXO 9 – CIDADES

1. Coibir a execução de ações judiciais de despejos que não estejam de acordo com as normas brasileiras e internacionais de direitos humanos, assegurando medidas legais, adequadas e eficazes, ou outros recursos jurídicos apropriados para proteger a população LGBT, pessoas vivendo com HIV/AIDS e outras patologias, que sejam vítimas de despejo em razão da orientação sexual e identidade de gênero ou status conjugal da população LGBT e seus parceiros/as e suas famílias.
2. Assegurar ações integradas entre os governos federal, estadual e municipal e agentes financeiros, para promover o saneamento básico e o direito à moradia em ambientes saudáveis, ao assentamento, bem como criar políticas habitacionais (rurais e urbanas) que visem a garantia da casa própria para a população LGBT, pessoas vivendo com HIV/Aids e afro-descendentes, sem discriminação por motivo de orientação sexual, identidade de gênero ou status conjugal da população LGBT e seus parceiros/as e suas famílias.
3. Garantir, no Programa “Território da Cidadania do Ministério da Integração Nacional” e programas sociais de acesso à terra e à habitação, a inserção da população LGBT, assim como o direito de herança, sem discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero, e status conjugal da população LGBT e seus parceiros/as e suas famílias.
4. Assegurar, nos financiamentos habitacionais de bancos públicos e privados, o reconhecimento da população LGBT em seu status conjugal, como grupo familiar.

5. Estabelecer, especialmente para crianças e jovens, programas sociais de apoio para o enfrentamento à vulnerabilidade oriunda na falta de moradia, da exclusão social, da violência doméstica e outras formas de violência em razão da orientação sexual e identidade de gênero, e implementar planos de apoio e segurança em redes sociais, que fortaleçam a participação das organizações LGBT como protagonistas, abrindo espaços para debates sobre políticas urbanas e rurais que incorporem o recorte de orientação sexual e identidade de gênero, dando ênfase às políticas voltadas para a transformação da realidade das travestis.
6. Estabelecer política pública para assegurar o respeito à orientação sexual e identidade de gênero nas casas estudantis mantidas pelo poder público e iniciativa privada, garantindo a hospedagem de travestis, transexuais de acordo com sua identidade de gênero.
7. Garantir e ampliar a participação de organizações LGBT nos debates sobre políticas urbanas e rurais em conselhos gestores.
8. Incluir, no temário nacional, a temática sobre meio ambiente e recursos hídricos, com vistas à população LGBT.
9. Assegurar que a política de assistência social estabeleça interface para a população LGBT, sobretudo em programas de combate à fome e à pobreza.
10. Fortalecer e incentivar a criação de entidades LGBT no meio rural, além de abrir espaço para o debate sobre políticas públicas de inclusão e visibilidade do LGBT que residem no campo.
11. Incentivar estudos e pesquisas que abordem a questão da população LGBT que reside no meio rural incluindo comunidades indígenas e quilombolas.
12. Implementar políticas de crédito e de reforma agrária voltada ao segmento LGBT do meio rural, garantindo sua permanência com respeito a sua orientação sexual ou identidade de gênero.

13. Implantar e implementar as ações previstas na Agenda 21 Brasileira, buscando sua articulação com o movimento social em defesa dos direitos LGBT.
14. Assegurar a implantação e implementação da Agenda 21 Brasileira, questões que inter-relacionem a diversidade afetivo-sexual com a diversidade sócio-ambiental.
15. Apoiar a criação de indicadores de processo e avaliação de políticas públicas que interrelacionem questões LGBT e meio ambiente por meio de parcerias com a Universidade e instituição de pesquisas.
16. Apoiar a criação de campanhas informativas sobre direitos LGBT, meio ambiente e prevenção à agressão ambiental e à violência, através de cartilhas e outros informativos, voltadas para estes segmentos.
17. Criar um Selo que identifique entre as empresas com responsabilidade socioambiental aquelas que contemplem direitos LGBT, estimulando o apoio de empresas públicas e privadas.
18. Garantir que o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e os Governos Estaduais, através das Secretarias Estaduais de Assistência e Desenvolvimento Social, estabeleçam a discussão quanto aos direitos dos/das LGBT, junto à construção e implantação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social.
19. Ampliar os conceitos de família de modo a contemplar os arranjos familiares LGBT e assegurar a inclusão do recorte de orientação sexual e identidade de gênero, observando a questão étnico-racial, nos programas sociais do governo federal.
20. Assegurar e estimular uma maior participação das organizações negras e de matriz africana, indígenas e ciganas e de áreas de assentamento rurais e de quilombos nos conselhos da sociedade civil e do Estado.
21. Identificar o Índice de Desenvolvimento Humano da população negra, indígena, ribeirinha, quilombola, de assentamentos rurais e LGBT.

22. Criar projetos de inclusão social na defesa das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais jovens.
23. Incentivar cursos oficiais de arbitragem desportiva para as mulheres, independente de orientação sexual.
24. Criar e implantar, através do Ministério dos Esportes em parceria com o Ministério da Educação, políticas de incentivo às práticas desportivas e de lazer, em todas as modalidades, incluindo modalidades populares e não-populares voltadas para os jovens, adultos, idosos e portadores de deficiências para a população LGBT como forma de inclusão social e promoção da auto-estima.
25. Promover ações de combate à discriminação em virtude de orientação sexual, identidade de gênero e étnico-raciais sejam elas internalizadas ou não, em todas as instâncias do esporte enfatizando as discriminações e violentas agressões sofridas pelas pessoas envolvidas.
26. Promover, através de editais específicos, o esporte Cidadão LGBT, dentre este, campeonatos Nacional, Regionais e Estaduais em diversas modalidades desportivas, observando os recortes geracionais e de identidade sexual.
27. Incluir dispositivos contra a prática de discriminação com base na orientação sexual e identidade de gêneros nas legislações e normas desportivas.
28. Qualificar, por meio da educação ambiental, a perspectiva de gênero a ser trabalhada como macrodiretriz na implementação dos subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos e do Programa Nacional de Educação Ambiental para que não seja heteronormativa nem naturalizante da condição da mulher, buscando promover o empoderamento da condição feminina, independentemente da identidade de gênero ou orientação sexual.
29. Implementar a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9.795 - na perspectiva da complexidade e da diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero.

30. Promover a formação permanente e continuada da sociedade civil organizada LGBT em educação ambiental para que esta participe na concepção e no planejamento de projetos em EA.
31. Assegurar o acesso igualitário à educação ambiental no tratamento não diferenciado dos estudantes, funcionários e professores no sistema educacional e nas comunidades de aprendizagem, sem discriminação por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero.
32. Promover estudos, pesquisas e enquetes às comunidades LGBT acerca dos padrões de consumo específicos dessa comunidade, considerando o impacto socioambiental de hábitos insustentáveis.
33. Ampliar as ações do Programa Brasil sem Homofobia para a área de meio ambiente.
34. Propor mecanismos para reconhecimento das áreas naturais protegidas em ambientes urbanos como ambientes públicos para a livre expressão do afeto, inclusive entre casais do mesmo sexo.
35. Promover pesquisas sobre homofobia ambiental.
36. Criar e/ou estabelecer parcerias, entre as instituições públicas (saúde, Assistência Social, Justiça, Educação e Segurança), para adequar o atendimento, nas casas de abrigo, para a comunidade LGBT.
37. Prever mecanismo de compensação da emissão de CO2 nas Paradas do Orgulho LGBT com público estimado em mais de 1 milhão de pessoas.
38. Fomentar a adequação da linguagem, na comunicação sócio-ambiental, para que não sejam de cunho discriminatório, respeitando as identidades de gênero, orientação sexual, raça e etnia, religião, ideologia, idosos e pessoas com deficiência.
39. Qualificar a comunidade LGBT por meio da educomunicação socioambiental, em especial travestis e transexuais, para uma maior compreensão crítica do meio ambiente na qual está inserida.

40. Propor, ao Congresso Nacional, alteração do Estatuto das cidades, de forma a tornar obrigatória em todos os municípios, independente da densidade demográfica, a publicização de informações sobre as populações LGBT, afro-descendentes, quilombolas, ribeirinhas e assentamentos em seu material de divulgações turísticas.
41. Incluir o item Gênero e o subitem Diversidade Sexual no macrotema 12 - MEIO AMBIENTE na Lista de Assuntos do Governo (LAG: Taxonomia para Navegação e-PING - Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico).
42. Produzir e divulgar publicações com recorte de orientação sexual e identidade de gênero no âmbito das Secretarias e Departamentos da pasta ambiental, adotando procedimentos que visem eliminar os aspectos discriminatórios nesses materiais.
43. Apoiar a participação de representantes da comunidade LGBT nos órgãos colegiados (comitês, conselhos, grupos de trabalhos, etc.) da área ambiental, bem como disseminar informações acerca do acesso e importância dessa participação.
44. Promover Oficinas para sensibilizar dirigentes e gestores públicos da área de meio ambiente sobre os efeitos da homofobia, transfobia e lesbofobia como geradores da invisibilidade social da comunidade LGBT e para o enfrentamento da problemática socioambiental, que gera obstáculos ao acesso à promoção da equidade deste segmento.
45. Apoiar e estimular a participação do segmento LGBT nas conferências nacionais, estaduais, municipais e distrital de meio ambiente, visando a garantia de seus direitos, legitimidade e controle social na formulação de políticas públicas de meio ambiente.
46. Extinguir a separação de gêneros na prática de educação física no estabelecimento de ensino.
47. Instituir, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, um Comitê Intersetorial com representantes das suas diversas Secretarias, Departamentos e entidades

vinculadas, para trabalhar a incorporação da perspectiva LGBT nas ações, programas e projetos ambientais de forma transversal.

48. Estimular e fomentar a criação de editais conjuntos entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente, para o fortalecimento de instituições, grupos e núcleos de estudos acadêmicos que pesquisem as questões de gênero, sexualidade e meio ambiente, com vistas à produção e difusão de conhecimentos que contribuam para a superação da violência, do preconceito e da discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero.
49. Capacitar e fomentar, por meio do Fundo Nacional de Meio Ambiente e demais fundos socioambientais, os grupos LGBT para a elaboração e gestão de projetos em meio ambiente.
50. Promover campanhas educativas sobre os 5 Rs - recusar, repensar, reduzir, reutilizar e reciclar - junto aos espaços de socialização LGBT (boates, Paradas do Orgulho LGBT, parques, etc.) visando a preservação do meio ambiente.
51. Fomentar, por meio de parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Turismo, a participação da comunidade LGBT nas rotas e destinos ecoturísticos, inclusive apoiando ações de promoção do Brasil como destino acolhedor a LGBT em áreas naturais protegidas, como os Parques Nacionais, Estaduais e Municipais.

EIXO 10 – COMUNICAÇÃO

1. Desenvolver nas três esferas de poder, políticas públicas focadas na utilização dos meios de comunicação de massa como instrumentos de promoção da cidadania LGBT.
2. Criar, na SECOM/PR, uma portaria para garantir o reconhecimento do segmento LGBT (com recortes de identidade de gênero, étnico-racial e geracional) da população brasileira.

3. Promover campanhas publicitárias de combate à discriminação e de valorização da população LGBT, bem como de suas uniões afetivas em diversas mídias, públicas e privadas, garantido acessibilidade em libras, braile, letras ampliadas, bem como em formato digitalizado e audiovisual.
4. Estimular, através de editais públicos, produções audiovisual com temas relacionados à população LGBT, privilegiando a livre orientação sexual e identidade de gênero.
5. Fortalecer o movimento pela democratização da comunicação, especialmente no tocante à reativação no conselho nacional de comunicação, garantindo-a como direito humano.
6. Reconhecer, como oficiais, as datas comemorativas da comunidade LGBT e as visibilizar, promovendo campanhas publicitárias de utilidade pública a serem veiculadas nos espaços de publicidade paga do governo e nos veículos de comunicação governamentais, estaduais, a saber: 29 de janeiro (visibilidade das travestis), 17 de maio (Luta contra a homofobia), 28 de junho (orgulho LGBT), 29 de agosto (visibilidade lésbica).
7. Classificar como inadequadas, para crianças e adolescentes, obras audiovisuais que apresentem conteúdos homofóbicos, racistas ou degradantes à população LGBT, em atenção à Portaria 264/07, que regula a classificação indicativa para a programação de filmes, espetáculos e programas de televisão no Brasil.
8. Garantir que todos os meios e veículos de comunicação pública tenham em sua grade ou programação assuntos relacionados as temática LGBT com objetivo de promover, garantir, realizar e das visibilidade ao direitos humanos e cultura desta população.
9. Criar, no Ministério da Justiça, uma comissão permanente em comunicação e orientação sexual/ identidade civil LGBT, a fim de combater a discriminação e a homofobia.

10. Garantir a laicidade nos processos de outorgas das concessões públicas de rádio e TV.
11. Revogar o caráter consultivo do Conselho Nacional de Comunicação o tornando normativo e deliberativo e assegurar representatividade para a população LGBT.
12. Criar mecanismos de profissionalização, no âmbito dos Conselhos Nacionais e outros espaços de controle social, no intuito de inibir a utilização dos corpos como mercadoria em campanhas publicitárias, especialmente os corpos das mulheres.

MOÇÕES APROVADAS

Quanto às Moções, estas foram elaboradas durante a Conferência – em conformidade com o art. 27 do seu Regimento Interno – totalizando 36 (trinta e seis), distribuídas de acordo com a seguinte especificação: Moções de Repúdio: 14 (quatorze); Moções de Apoio: 11 (onze); Moções de Louvor: 09 (nove); Moções de Reivindicação: 02 (duas). Apenas as Moções de Repúdio foram submetidas à votação, sendo as demais aprovadas por aclamação. Outras Moções e Denúncias, de caráter localizado (municipal e estadual) ou pessoal, não foram encaminhadas à Plenária Final por fugirem do escopo deliberativo dessa instância.

MOÇÕES DE APOIO

MOÇÃO Nº 01

Nós delegado(a)s participantes da Conferência Nacional GLBT, apoiamos Revogação do Art. nº 235 do Código Penal Militar (Dec. 1001/69) que criminaliza a “pederastia” ou outro ato de libidinagem homossexual se praticados dentro de instalações militares punida com pena de 6 meses a 1 ano de reclusão. O Art. Não pune os atos heterossexuais.

MOÇÃO Nº 02

Nós delegado(a)s participantes da Conferência Nacional GLBT, homenageamos a Desembargadora Maria Berenice Dias por todo o conjunto de obra e trabalho destinado a emancipação de comunidade GLBT.

MOÇÃO Nº 03

Em defesa dos Hospitais Federais e Estaduais Universitários a I Conferência Nacional GLBT apóia a luta dos servidores, alunos e usuários dos Hospitais Universitários que têm enfrentado crise financeira, sucateamento e falta de concursos para o melhor atendimento da população.

MOÇÃO Nº 04

Em defesa dos Hospitais Universitários, contra a privatização, que o Ministério da Educação assuma plenamente os orçamentos destas unidades, que os Estados também assumam a manutenção dos hospitais das universidades estaduais.

MOÇÃO Nº 05

O Brasil deve, no âmbito internacional e respeitando a soberania dos países, apoiar as ações que visam à proteção de pessoas GLBT condenadas a pena de morte e que eles possam ser recebidos em outros países como refugiados. O Brasil pode ter um papel importante em salvar milhares de vítimas da perseguição por sua opção sexual. Não à prisão, à pena de morte e à tortura.

MOÇÃO Nº 06

Nós, delegados e delegadas da I Conferência Nacional GLBT, reunidos(as) em Brasília nos dias 05 a 08 de junho de 2008, somos favoráveis à aprovação do PLC Nº 122/2006 que transita no Senado Federal que “ define os crimes resultantes de discriminação de raça, cor, etnia, religião, procedência regional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero”. Reivindicamos a aprovação do Projeto de Lei Complementar Nº 122 /2006 pelos seguintes motivos, entre outros:

- Ainda não há proteção específica na legislação federal contra a discriminação pro orientação sexual e identidade de gênero;
- 10% da população brasileira (dados estimados) continuam a sofrer discriminação de forma impune (assassinatos, violência física, agressão verbal, discriminação na seleção para empregos e no próprio local de trabalho etc.)

FONTES: Relatório Kinsey e Grupo Gay da Bahia: diversos e numerosos países no mundo, inclusive a própria união Européia já reconheceram a necessidade de adotar legislação desta natureza; a aprovação do Projeto de Lei contribuirá para colocar o Brasil na vanguarda na região da América Latina e do Caribe como um país que prega pela plenitude dos direitos de todos os cidadãos e cidadãs, rumo a uma sociedade que respeite a diversidade e promova a paz.

MOÇÃO Nº 07

Nós, delegados e delegadas da I Conferência Nacional GLBT, reunidos(as) em Brasília nos dias 05 a 08 de junho de 2008, somos favoráveis e reivindicamos a descriminalização do aborto pelos seguintes motivos:

- Nenhum método anticoncepcional é 100% seguro;
- A ilegalidade condena as mulheres à morte e a maus tratos, tendo em vista que tanto as mulheres que abortam espontaneamente ente quanto as que provocam o aborto são tratadas como criminosas, maltratadas, humilhadas, massacradas e até presas injustamente quando procuram um serviço público de saúde.
- A legalização garante a autonomia das mulheres, respeitando sua capacidade de pensar, decidir e agir de acordo com seus próprios valores e concepções, agindo de forma responsável e ético.
- O Estado Brasileiro é laico.

MOÇÃO Nº 08

Pelo Reconhecimento dos diplomas dos Brasileiros(as) graduadas na ELANI (Escola Lazino Americana de Medicina) em Cuba. Diante da enorme necessidade de profissionais no Brasil, a I Conferência nacional GLBT apóia os esforços da Comissão no Congresso nacional, dos Acordos Brasil e Cuba para a validação dos diplomas destes médicos (as) o direito do exercício profissional no atendimento de saúde no Brasil.

MOÇÃO Nº 09

Apoiamos Marcellly Malta, que foi até um posto de saúde negociar uma palestra com uma servidora para travestis que freqüentam o Igualdade. Marcellly recebeu um soco de um segurança, de forma gratuita, que estava no local, sendo depois levada para uma sala próxima onde passou a ser agredida fisicamente por outros servidores, até desmaiar. A sessão de tortura apenas teve fim quando um auxiliar de enfermagem pediu para que cessassem as agressões. Depois de se recuperar, Marcellly foi à delegacia de polícia onde registrar a ocorrência e fez exame de corpo de delito. Ela teve luxação em três costelas e lesão na laringe. Ela foi a

primeira Travesti homenageada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre e desenvolve trabalho de prevenção às DST AIDS e redução de danos à mais de 20 anos.

MOÇÃO Nº 10

Nós, participantes da I Conferência Nacional GLBT, apoiamos a união civil entre pessoas do mesmo sexo e a aprovação do PL 1151/95, que tramita há 13 anos na Câmara dos Deputados, e garante o reconhecimento de dezenas e direitos civis, trabalhistas, sucessórios e previdenciários que são negados à população GLBT.

Garantir a união civil entre pessoas do mesmo sexo é permitir que a população GLBT deixe de ser composta de cidadãos de segunda classe que passem a ter o direito de exercer a sua cidadania plena, através da igualdade dos direitos civis do reconhecimento aos diversos tipos de família.

A Conferência GLBT apóia também a aprovação do PL 508/2007 do deputado Sérgio Barradas (PT- BA), que foi formulado pelo Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM), que reformula e moderniza o direito da família brasileiro e também reconhece a união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Na mesma direção, a Conferência apóia a aprovação do PL 674/2007 do deputado Cândido Vaccreza (PT-SP), que moderniza a legislação sobre união estável e também reconhece a união entre duas pessoas do mesmo sexo.

MOÇÃO Nº 11

Nós, participantes da I Conferência Nacional GLBT, apoiamos a união civil entre pessoas do mesmo sexo e a aprovação imediata do PL 1115/95, que tramita há 13 anos na Câmara dos Deputados, e garante o reconhecimento de dezenas de direitos civis, trabalhistas, sucessórios e previdenciários que são negados à população GLBT.

Garantir a união civil entre pessoas do mesmo sexo é permitir que a população GLBT deixe de ser composta de cidadãos de segunda classe que

passem a ter o direito de exercer a sua cidadania plena, através da igualdade dos direitos civis e do reconhecimento aos diversos tipos de família.

A Conferência GLBT apóia também a aprovação do PL 508/2007 do deputado Sérgio Barradas (PT-BA), que foi formulado pelo Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM), que reformula e moderniza o direito da família brasileiro e também reconhece a união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Na mesma direção, a Conferência apóia a aprovação do PL 674/2007, do deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), que moderniza a legislação sobre união estável e também reconhece a união entre duas pessoas do mesmo sexo.

MOÇÕES DE LOUVOR

MOÇÃO Nº 01

Nós delegado(a)s participantes da Conferência Nacional GLBT, louvamos os CFESS pela realização da campanha “O Amor Fala todas as línguas - Assistente Social na Luta Contra o Preconceito”.

MOÇÃO Nº 02

Nós delegado(a)s participantes da Conferência Nacional GLBT, homenageamos a Desembargadora Maria Berenice Dias por todo o conjunto de obra e trabalho destinado a emancipação de comunidade GLBT.

MOÇÃO Nº 03

Nós delegado(a)s participantes da Conferência Nacional GLBT, louvamos a Agência de Desenvolvimento habitacional do Piauí (ADH) pela efetivação da política pública de acesso a moradia própria e digna, com o parcelamento adequado às condições sócio econômica das (os) mutuários que intrepidamente incorporar em seus processos habitacionais a comunidade GLBT em Teresina – PI, política essa que está sendo estendida para outras cidades do Estado.

MOÇÃO Nº 04

Nós delegado(a)s participantes da Conferência Nacional GLBT, realizada na cidade de Brasília-DF nos dias 05 a 08 de junho de 2008, louvam o jornalista Eduardo Gregori pela autoria da matéria jornalística pública da revista metrópole de Campinas-SP no dia 06 de Abril de 2008, Intitulada “Vestindo a camisa”. Diante de tantas referências preconceituosamente estereotipadas sobre travestis vinculadas na mídia, este texto jornalístico se sobressai por respeitar a sua identidade de gênero e a apresentá-las como protagonistas na luta por sua própria cidadania.

MOÇÃO Nº 05

Nós delegado(a)s participantes da Conferência Nacional GLBT reconhecemos e louvamos a iniciativa da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, pela publicação do livro “Adoção” um Direito de Todos e Todas. O livro é resultado de uma parceria entre o movimento GLBT e o CFP. Os argumentos usados pelos membros da referida Comissão são de importância essencial na luta pelo reconhecimento e concretização dos direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais.

MOÇÃO Nº 06

Os (as) delegados(as) da primeira Conferência Nacional GLBT vem por meio desta louvar a iniciativa da ISP-Brasil, Confederações e Federações pelo desenvolvimento da campanha “Diversas que somam!”, sendo discutida a igualdade de oportunidades no setor público para diversos segmentos da classe trabalhadora em todo o Brasil, para o público GLBT.

Louvamos o trabalho do mandato de Senadora Fátima Cleide, pela atuação na defesa dos Direitos Humanos GLBT no Senado Federal. Especialmente pelo Apoio ao PLC 122/2006.

MOÇÃO Nº 07

Nós delegado(a)s participantes da Conferência Nacional GLBT louvamos às(os) Transexuais que assumem e/ou defendem sua transexualidade, que “lutam” sim, pelo reconhecimento e respeito do “Ser Homem ou Mulher”, porém não esquece ou ignoram sua origem de Homem e Mulher Transexual. Pois se fossemos apenas homens e Mulheres não vivenciaríamos a Transfobia e as demais dificuldades que enfrentamos em nosso dia a dia.

MOÇÃO Nº 08

Louvamos os CFESS pela realização da campanha “O Amor Fala todas as línguas - Assistente Social na Luta Contra o Preconceito”.

MOÇÃO Nº 09

Nós delegado(a)s participantes da Conferência Nacional GLBT vimos reconhecer o trabalho histórico e valioso da deputada federal Fátima Bezerra (PT-RN), em prol dos direitos da população GLBT e no combate cotidiano à homofobia.

A deputada Fátima Bezerra é uma das fundadoras da frente Parlamentar que depende e promove os direitos dos GLBT nacional. Além a deputada é proponente do projeto de lei institui o dia nacional de combate a homofobia e um foi uma das articuladoras da audiência com o Ministro da Educação.

Em toda essa trajetória, a parlamentar sempre se pautou pelo respeito a autonomia do movimento social, dialogando com transparência e espírito democrático com as diversas redes e organizações do movimento em nível nacional.

MOÇÕES DE REIVINDICAÇÃO

MOÇÃO Nº 01

Solicitamos ao mandato do deputado federal Walter Brito Neto, que retire o projeto de Lei que veta a adoção de crianças por casais homossexuais a adoção de crianças por casais GLBT é tão legítima quanto a adoção por casais heterossexuais e contribuiria na qualidade de vida de milhares de órfãos e órfãs do Brasil.

Nós, delegadas e delegados da I Conferência Nacional GLBT, reunidas(os) Brasília nos dias 05 a 08 de junho de 2008, manifestamos nosso desapontamento com a forma de composição das delegações para esta Conferência, posto que a paridade de gênero, somente não atende as demandas específicas de cada segmento, tão diversas entre si. Lamentamos o fato da proposta de paridade de gênero e paridade de segmento apresentado pela Liga Brasileira de Lésbicas não ter sido aprovada, pois esta proposta poderia ter dado real visibilidade ao sujeitos políticos e respectivas demandas de cada segmento, valorizando a diversidade sexual. Acreditamos que essa experiência possa nos trazer possibilidades de mudanças e autocrítica no movimento GLBT. Recomendamos, portanto, que a II Conferência nacional GLBT construa seus critérios para representação da delegação nas Conferências municipais, estaduais e nacional, com base na paridade de gênero e paridade de segmentos de gays, lésbicas, travestis, transexuais, e bissexual, bem como de raça/etnia.

MOÇÃO Nº 02

A laicidade do Estado é condição fundamental para a instituição de uma democracia verdadeira, portanto, garantir que ela seja estabelecida com plenitude e em todos os seus aspectos é um imperativo para todos os cidadãos e cidadãs de todos os credos (ou nenhum), mas que prezam pelos valores fundamentais dessa democracia. Em particular, a separação entre Igreja e Estado deve garantir a independência e neutralidade completas entre eles, o que foi instituído desde a proclamação da República.

No entanto, se, por um lado, o Brasil garante a plenitude da liberdade de credo, e as religiões estão livres da ingerência do Estado, a recíproca ainda não é verdadeira. A oposição dos setores fundamentalistas (apoiados em textos religiosos) aos direitos civis e aos projetos que garantem a cidadania GLBT confronta o princípio da laicidade e deve ser denunciada.

De outra forma, a presença de símbolos religiosos em repartições públicas, notadamente Tribunais e casas legislativas, fere importantes dispositivos constitucionais e por isso não pode ser aceita, pois se confronta com o princípio da laicidade, do pluralismo e da diversidade e liberdade de credo.

Neste sentido, nós, participantes da I Conferência de cidadania conclamamos as autoridades competentes a realizar sua remoção com mais de um século de atraso. Conclamamos também o Ministério Público e demais instituições que zelam pelo cumprimento da lei e dos direitos humanos, a tomar todas as medidas necessárias para cessar essa violação flagrante de nossa Constituição.

MOÇÕES DE REPÚDIO

MOÇÃO Nº 01

Os delegados da primeira Conferência Nacional GLBT, reunidos em Brasília, Distrito Federal, nos dias 05 a 08 de junho de 2008, vêm, por meio desta, repudiar a Prefeitura Municipal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul que, por homofobia, preconceito e discriminação, puniu as professoras Noir Onora Marques e Carmem Silva Geraldo, sob alegação de que a orientação das mesmas influenciaria negativamente seus alunos, sendo as mesmas demitidas e colocadas à exposição respectivamente”.

MOÇÃO Nº 02

Moção de repúdio aos órgãos da imprensa, da grande imprensa brasileira. Moção: “Por inviabilizar pessoas GLBTs, especialmente no caso Ronaldinho, em que foi garantida a ampla defesa e direito de resposta, enquanto às travestis foi reservado o tratamento extremamente discriminatório e machista, desrespeitando os Direitos Humanos que garantem a livre expressão de orientação sexual e identidade de gênero. Foi desrespeitado ainda o direito à autodeterminação da identidade de gênero, quando se referiram às travestis, aplicando o artigo “o” para designá-las”.

MOÇÃO Nº 03

Moção de repúdio contra o Governo do Estado de Roraima que, por falta de respeito ao acordado para a realização da etapa estadual, e, conseqüentemente participação de delegados da Conferência Nacional GLBT, não adquiriu em tempo hábil passagens aéreas e, posteriormente, alegou que não havia dinheiro para a sua aquisição, prejudicando a participação de todos os componentes da delegação roraimense

MOÇÃO Nº 04

As delegadas e os delegados, reunidos na 1ª Conferência Nacional GLBT vêm, por meio desta, repudiar veementemente as ações parlamentares, absolutamente homofóbicas do Senador Magno Malta – PR/Espírito Santo, ao

querer impor suas convicções privadas e religiosas. No âmbito do parlamento brasileiro, o Senador confunde os espaços públicos e privado; fere frontalmente o princípio constitucional do Estado laico; discrimina, de modo abominável, seres humanos por sua orientação sexual e, sobretudo, incentiva, de maneira odiosa, a violência e todas as demais formas de violação dos Direitos Humanos da população GLBT.

MOÇÃO Nº 05

Moção de repúdio aos seguintes sujeitos... Entidades e sujeitos: 1) Juiz Manoel Maximiliano Junqueira Filho, da 9ª Vara Criminal de São Paulo, pela sentença mais homofóbica do Judiciário brasileiro, contra o jogador futebol Richarlyson, alegando que futebol não é jogo de homossexuais; 2) A Visão Nacional para a Consciência Cristã, de Campina Grande, Paraíba, pela divulgação de outdoors agressivos aos Direitos Humanos homossexuais. 3) Ao Promotor Cláudio Santos de Moraes, do Tribunal de Justiça de São José do Rio Preto, por apreensão do bebê de nove meses, criado por uma transexual e seu companheiro; Juiz de São José do Rio Preto, Osni Assis Pereira, pela proibição de adolescentes de 12 a 17 anos participarem desacompanhados da parada gay; Juiz Márcio Teixeira Laranjo, da 2ª Vara Cível por negar pedido de reparação por danos morais causados pelo apresentador Ratinho e SBT e a Igreja Cristã Gay Acalanto; Comando da 11ª Região Militar do Rio Grande do Norte pela exoneração do sargento Laci Marinho de Araújo, por dublar Cássia Eller; Ao Senador Marcelo Crivella, por declarar que a homossexualidade é antinatural e liderar a oposição à lei que equipara homofobia a racismo PLC 122/2006; ao pastor Silas Malafaia, da Assembléia de Deus, pela campanha de ódio e intolerância contra os homossexuais em seus programas de TV; Deputado Robson Rodovalho, Democratas do Distrito Federal, da Igreja Sara Nossa Terra, por declarar que homossexuais são antinaturais e frutos de família deformadas; Pastor Mauro Martins França, de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, pela publicação do livro "A maldição de Deus sobre o homossexual", retirado de circulação; 6) Dom Aldo Pagotto, de João Pessoa Paraíba, e Dom Robson Cavalcanti, bispo anglicano de Recife, por seu apoio a outdoor homofóbico de Campina Grande, Paraíba; Padre Paulo Ricardo, do programa Canção Nova, de Cuiabá, por acusar a existência de uma AIDS espiritual, que não condena

homossexualismo como intrinsecamente mau; 7) Prefeito em exercício de Sorocaba, São Paulo, Geraldo de Moura, pelo veto à lei que garantia a casais homossexuais a inclusão como dependente no plano de saúde da FUNCEF; Câmara de Vereadores de Macapá, Amapá, particularmente à bancada evangélica pelo veto [interrupção no áudio] municipal de combate à homofobia; Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, pela oposição à inclusão de parceiro homossexual aos quadros associativos da entidade; 8) Corpo de Bombeiros de Belo Horizonte, por exigências descabidas e discriminatórias contra a X Parada do Orgulho GLBT. 9) Jornalista Olavo de Carvalho e evangélico Júlio Severo, Jael Saveli, Rosângela Justino e Eliezer de Melo Silveira, pelas calúnias e difamações divulgadas na Internet contra lideranças do Movimento Homossexual.

MOÇÃO Nº 06

Nós, participantes da 1ª Conferência Nacional GLBT, repudiamos o PL 1068/2007 do Deputado Estadual de São Paulo, Waldir Agnello, PTB, que propõe a revogação da lei 10.948/2001, que institui sanções às práticas discriminatórias em virtude da orientação de gênero

MOÇÃO Nº 07

Tendo em vista o modo sensacionalista, antiético e oportunista, como o tema da orientação sexual e identidade de gênero são tratados no programa Super Pop da Rede TV, a 1ª Conferência Nacional GLBT vem repudiar a apresentadora Luciana Gimenes e a direção do programa. O mercantilismo irresponsável com gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais são visibilizados em seu programa televisivo, ao invés de ser instrumento de informação positiva, contribui para reforço de estereótipos, estigmas e preconceitos da sociedade brasileira.

MOÇÃO Nº 08

Nós, participantes da 1ª Conferência Nacional GLBT, repudiamos, veementemente, a atuação dos Deputados Federais Bispo Rodovalho, Democratas-DF; Henrique Afonso, PT do Acre; Luiz Bassuma, PP da Bahia e os Senadores Marcelo Crivella e Magno Malta. Estes parlamentares estão entre os principais líderes da reação fundamentalista religiosa no Congresso Nacional, trabalhando, dia

e noite, contra os projetos de lei que garantem os direitos dos GLBT e os direitos das mulheres. Esses Deputados e Senadores dedicam boa parte de sua atividade a trabalhar contra os Direitos Humanos e os direitos civis de milhões de brasileiros e brasileiras. Ao não respeitar o princípio da laicidade do Estado, tais parlamentares, eleitos para representar o conjunto da população, atuam como líderes religiosos, confundindo propositadamente, o parlamento brasileiro com Igreja. Ao denunciar e repudiar a posição desses parlamentares, reafirmamos a luta pelas garantias de um Estado laico e, de fato, pela prolação da criminalização da homofobia e união civil entre as pessoas do mesmo sexo.

MOÇÃO Nº 09

Moção de repúdio ao Poder Executivo, nas três esferas de governo: A política de privatização, terceirização, concessões de hospitais e serviços públicos de saúde e das fundações de direitos privados, que ameaçam o atendimento da população GLBT e precarizam as relações, sucateando a saúde.

MOÇÃO Nº 10

Repudiamos o Governador José Roberto Arruda por todas as ações homofóbicas empreendidas pelo seu governo, tais como explosão de bombas próximas a travestis, recolhimento de travestis profissionais do sexo em ônibus da Polícia Militar, fechamento de saunas e outros espaços de entretenimento e cultura GLBT no DF. Repudiamos ainda a falta de compromisso do Governador Arruda pela realização da Conferência Distrital GLBT.

MOÇÃO Nº 11

Moção de Repúdio Subsecretaria de Cidadania e Relações Sociais: “Pela forma irresponsável e descomprometida com que conduziu a realização da Conferência Distrital GLBT, antes, durante e depois; o repúdio estende-se a toda equipe envolvida e à Comissão Organizadora Distrital, que desrespeitaram praticamente todas as decisões tomadas coletivamente entre sociedade civil e governo do Distrito Federal. Tomaram decisões arbitrárias e desrespeitosas, culminando com o abandono dos procedimentos de encaminhamento de relatórios,

propostas e moções e cadastro de delegados e delegadas, após a realização do evento”.

MOÇÃO Nº 12

Conclamamos a mobilização da sociedade civil, no acompanhamento e cobrança na apuração do assassinato do ativista gay professor, Dr. Vice-diretor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Ceará, Luiz Palhano Loiola, ocorrido na cidade de Crateús, em 01 do 05 de 2008. Exigimos a apuração e investigação conclusiva de mais esse crime homofóbico, por parte da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, incluindo a possibilidade de federalização do crime e da correspondente investigação”.

MOÇÃO Nº 13

Os Delegados da 1ª Conferência Nacional GLBT, realizada na cidade de Brasília, nos dias 05 a 08 de junho de 2008, repudiam a extinção na rede de projetos na orientação sexual. Este programa constitui-se historicamente e, há mais de 10 anos, em um importante espaço de intervenção do movimento GLBT para garantir a inclusão das temáticas relativas às orientações sexuais e identidade de gênero e também do Centro de Referência GLBT e de outros movimentos sociais ligados aos direitos da criança e do adolescente.

MOÇÃO Nº 14

Os delegados e delegadas reunidos, reunidas, na 1ª Conferência Nacional GLBT, repudiam a atitude do Governo do Estado do Maranhão, que dificultou enormemente a vinda da delegação daquele Estado, sociedade civil.

CARTA DE BRASÍLIA

Os delegados da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais aprovaram, na madrugada do dia 9, a Carta de Brasília. A Carta expressa a esperança de um futuro sem preconceito e discriminação.

Carta de Brasília

Nós delegadas e delegados, participantes da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT), reunidos em Brasília, entre os dias 5 e 8 de junho de 2008, com o intuito de avaliar e propor estratégias de promoção da cidadania e de combate à violência e a discriminação contra a população GLBT, manifestamos nossa esperança e confiança de conquistarmos um Brasil e um mundo sem nenhum tipo de preconceito e segregação;

Consideramos que o processo de mobilização social e a consolidação de políticas públicas em todas as esferas do Estado são fatores determinantes para a construção de uma sociedade plenamente democrática, justa, libertária e inclusiva;

Para tanto, assumimos o compromisso de nos empenharmos cada vez mais na luta pela erradicação da homofobia, transfobia, lesbofobia, machismo e racismo do cotidiano de nossas instituições e sociedade, e por um Estado laico de fato;

A humanidade conhece os horrores causados pelas diferentes formas e manifestações de intolerância, preconceito e discriminações praticadas contra idosos, crianças, pessoas com deficiência, bem como por motivações de gênero, raça, etnia, religião, orientação sexual e identidade de gênero;

Contra o segmento GLBT tem recaído, durante séculos, uma das maiores cargas de preconceito e discriminações. Na idade média foram queimados em fogueiras. Durante o reino da barbárie nazista foram marcados com o triângulo rosa e assassinados em campos de concentração e fornos crematórios, juntamente com Judeus, Ciganos e Testemunhas de Jeová. Também nos países ditos do “socialismo real”, Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais foram vítimas de discriminações, preconceito, e condenações, o que mostra

que a intolerância e a discriminação extrapolam as barreiras ideológicas e os regimes políticos;

Assim, como os preconceitos foram gerados e alimentados por determinadas condições históricas, é chegado o momento de introduzir no âmago dos valores essenciais da sociedade: a consciência, o respeito e o reconhecimento da dignidade da pessoa humana, em sua absoluta integridade, em superação a comportamentos, atitudes e ações impeditivas ao avanço de conquistas civilizatórias, as quais dedicamos nossos melhores esforços;

No mundo de hoje ainda existem países onde uma pessoa pode ser presa, condenada e morta por sua orientação sexual e identidade de gênero. A ONU reconhece a condição de refugiado político às pessoas que estejam ameaçadas em sua segurança ou integridade em virtude de sua raça, religião, nacionalidade, opinião política ou identificação a certos grupos sociais – onde se incide a orientação sexual e a identidade de gênero, quando expostas a situações de ameaça, discriminação ou violência – circunstâncias características de grave violação de direitos humanos;

Cumpra ao Poder Público (Executivo, Legislativo e Judiciário), o dever do diálogo, entre seus órgãos, e com a sociedade civil, com vistas à convalidação de direitos e à promoção da cidadania GLBT; seja pela ampliação, transversalidade e capilaridade de políticas públicas; pelo aprimoramento legislativo e pelo avanço jurisprudencial que reconheça, no ordenamento constitucional, a legitimidade de direitos e garantias legais reivindicadas pelo público GLBT em suas especificidades;

Nem menos, nem mais: direitos iguais!

É oportuno que o governo brasileiro busque apoio na comunidade internacional para a retomada, junto ao conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), das discussões para a aprovação de uma nova resolução dedicada aos Direitos Humanos e a Orientação Sexual e Identidade de Gênero, a exemplo da Resolução já aprovada na OEA, também apresentada pelo Brasil.

A prática afetivo-sexual consentida entre pessoas do mesmo sexo integra os direitos fundamentais à privacidade e à liberdade. Por isso, o avanço da cidadania GLBT requer o reconhecimento das relações homoafetivas como geradora de direitos, sem discriminação quanto àqueles observados nos vínculos heterossexuais;

Repudiamos toda e qualquer associação entre a promoção de direitos da população GLBT com a criminosa prática da pedofilia e da violência sexual presente na sociedade brasileira, que devem ser tratadas, rigorosamente na forma de lei;

Consideramos que a luta pelo direito à livre orientação sexual e identidade de gênero constitui legítima reivindicação para o avanço dos direitos humanos em nossa sociedade e para o aprimoramento do Estado Democrático de Direito;

Para tanto, solicitamos urgência na criação do Plano Nacional de Direitos Humanos e Cidadania GLBT; o cumprimento dos objetivos do Programa Brasil sem Homofobia e a aprovação dos projetos de lei que criminaliza a homofobia; que reconhece a união civil de pessoas do mesmo sexo e que autoriza a mudança do nome civil das travestis e transexuais pelo seu nome social;

Por isso, nós, participantes da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais reivindicamos ao Poder Público (nos três níveis) que se aprofunde esforços, reflexões e ações em prol da consolidação de direitos de toda a comunidade GLBT, a fim de que as futuras gerações possam viver num mundo onde toda modalidade de preconceito e discriminação, motivadas por questões raciais, religiosas, políticas e de orientação sexual e identidade de gênero, estejam definitivamente suprimida do convívio humano.

Brasília 08 de junho de 2008.

**Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais,
Travestis e Transexuais – GLBT**

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT

Centro de Convenções – Brasília-DF, 05 de junho de 2008

Meu caro companheiro Paulo Vannuchi, secretário especial dos Direitos Humanos,

Meu caro companheiro José Gomes Temporão, ministro da Saúde,

Meu caro Carlos Eduardo Gabas, ministro interino da Previdência Social,

Meu querido companheiro Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Meu querido companheiro José Antonio Toffoli, advogado-geral da União,

Meu querido companheiro Elói Ferreira de Araújo, ministro-chefe interino da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial,

Nossa querida companheira Nilcéa Freire, secretária especial de Política para as Mulheres,

Minha companheira Marisa,

Minha querida companheira Cida Diogo, presidente da Frente Parlamentar da Cidadania GLBT, em nome de quem cumprimento todos os companheiros parlamentares aqui presentes,

Meu querido companheiro Tony Reis, Fernanda Benvenutty e Negra Cris, por meio de quem quero cumprimentar todas as delegadas e delegados presentes a esta I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais,

Companheiros convidados,

Meu querido companheiro Sérgio Mamberti,

Minha querida companheira Arlete,

Meus queridos companheiros representantes de delegações estrangeiras aqui presentes – eu sei que são 14 países participando desta I Conferência,

Companheiros e companheiras da imprensa,

Meus amigos,

Minhas amigas,

Companheiros e companheiras,

Primeiro, Paulinho, eu quero te agradecer por este momento. O Paulinho, no ano passado, me procurou para dizer que, de todas as conferências, de tantas que nós já fizemos... Já foram 49 conferências nacionais que nós fizemos. Certamente já envolvemos, ao todo, mais de 3 milhões e meio de brasileiros e brasileiras, de todo o território nacional. Neste ano que se inicia, nós estamos fazendo a I Conferência, e o Paulinho falou: “Lula, é importante” – ele não me chama de Lula, me chama de Presidente, apesar dos 40 anos de amizade –, “nós precisamos fazer essa Conferência. E eu quero saber se o Presidente a convocará por decreto”. Eu disse: “Paulinho, prepara o decreto, que nós a convocaremos por decreto”.

E por que eu comecei elogiando o Paulinho? Paulinho, eu penso que o Temporão disse uma coisa aqui que, se alguém não gravou, é importante gravar, porque eu acho que o seu discurso é antológico. Quem faz muito discurso, tem dia que acerta, tem dia que não acerta.

Você que grava novela, Serginho, não é assim? Tem dia que você vai lá, grava um texto em 30 segundos e vai embora; e tem dia que aquele texto de 30 segundos leva 3 horas para gravar. Eu me lembro de que uma vez nós ficamos com o Suplicy das 9 da noite às 3 da manhã para gravar um texto, acho que de 35 segundos.

Bem, meus companheiros, eu quero agradecer a vocês por estar vivendo este dia. Não é fácil para um presidente da República, nem aqui no Brasil e nem em outro

país do mundo, participar de eventos que envolvam um segmento tão grande, tão heterogêneo e tão motivo de preconceitos com vocês. Não é fácil.

Então, quando o Tony Reis fala que nunca antes na história do Planeta um presidente convocou uma conferência como esta, eu fico orgulhoso porque nós estamos vivendo no Brasil um momento de reparação.

Eu tenho dito, Paulinho, quando vou inaugurar obras do PAC nas favelas, que o que nós estamos fazendo é uma reparação de governantes irresponsáveis que, durante 50 ou 60 anos, deixaram os pobres se amontoarem em lugares que não deveriam se amontoar. Na verdade, se quando aparecessem os primeiros grupos de pobres, o prefeito e os vereadores fossem lá e cuidassem deles, os colocassem num lugar mais adequado, não permitiriam que virassem cidades, não permitiriam a quantidade de gente morando de forma degradante neste País. Houve momentos de irresponsabilidade. Então, eu tenho dito que nós estamos fazendo um processo de reparação. E o Brasil precisa de um processo de reparação.

Quando eu recebi, no Palácio do Planalto, os nossos queridos companheiros e companheiras catadores de papel, o companheiro lá de São Paulo fez um discurso, e dizia: “Presidente, se a gente não conquistar mais nada na vida, só o fato de a gente estar colocando o pé dentro do Palácio do Planalto, já terá valido a pena, porque nós nunca imaginamos passar nem perto do Palácio do Planalto”.

Eu participei com a companheira Nilcéa, no Rio de Janeiro, há dois anos, acho que foi do Dia do Combate à Aids, se não me falha a memória, e eu dizia para a Nilcéa: nós precisamos criar no Brasil o Dia do Combate à Hipocrisia. Eu sei que isso fere pessoas, deixa outras angustiadas, mas o dado concreto é que, se eu não conseguir criar, alguém vai criar, Nilcéa. Sabem por que é preciso criar o Dia do Combate à Hipocrisia? Porque quando se trata de preconceitos, eu o conheço nas minhas entranhas, eu sei o que é preconceito. Talvez seja a doença mais perversa impregnada na cabeça do ser humano. É uma doença que a gente não combate apenas com leis. A lei ajuda, a Constituição ajuda, montar conselhos ajuda, Tony, tudo ajuda, mas é um processo cultural. É um processo que passa por uma revolução cultural de as pessoas irem compreendendo que precisamos nos gostar

do jeito que somos, que não precisamos querer que ninguém seja igual. Mesmo nesta platéia, é bem possível que tenha diferenças, que tenha preconceitos, uns achando “eu posso isso, mas aquele não pode aquilo”. Se nós não arejarmos a cabeça, a despoluirmos de preconceitos, não cumprimos o que o Paulinho pediu aqui, que é a unidade em torno das coisas votadas no Congresso Nacional.

Eu vou dizer a vocês o mesmo o que eu disse no encontro que nós fizemos da Conferência da Igualdade Racial. Nós temos um grande projeto para fazer o Estatuto da Igualdade Racial dentro do Congresso Nacional. Eu fui muito claro aos companheiros delegados: se vocês não se colocarem de acordo, por mínimo que seja, alguém terá que abrir mão de alguma coisa para construir o consenso para o Congresso Nacional votar. Se vocês estiverem divididos dentro do Congresso, não haverá Estatuto da Igualdade Racial nem hoje e nem nunca.

Vocês vão ter três dias de Conferência e, livremente, irão discutir, discursar, escrever, retratar e apresentar uma proposta para o governo. Posso dizer a vocês: o tratamento que vocês terão, com o documento que apresentarem, será igual ao tratamento que nós demos às 49 conferências que aconteceram antes da de vocês. Se não for assim, nós estaremos fazendo apenas uma meia democracia, aquela democracia que pode aparecer na hora que eu quero, quando eu preciso, mas que não é plena, não paira 24 horas em cima das nossas cabeças, em cima da cabeça daqueles que, por preconceito, não querem entender o jeito de ser de cada um.

Obviamente que nós também seremos honestos, como fomos honestos com as outras conferências. Aquilo que não puder ser feito, a gente vai dizer com o mesmo companheirismo: companheiros, isso aqui não dá, isso aqui não passa, isso aqui não vai. Se não estabelecermos essa relação companheira entre nós, terminaremos a Conferência e voltaremos a ter as desconfianças que tínhamos antes de entrar aqui.

Eu disse que agradecia o fato de estar aqui hoje, porque uma vez eu disse que todo político é cheio de certezas, todo político é cheio de convicções muito precisas. As pessoas se assustavam quando eu dizia: “Olha, eu sou a metamorfose ambulante”. Na minha vida, eu penso que tenho tudo definido. No dia seguinte eu

aprendo que tem uma coisa que ainda não estou definido, e que eu preciso me definir; que tem uma coisa que eu era contra, agora sou a favor; que tem uma coisa que eu não concordava, agora eu concordo. É esse o jeito de governar uma família que tem 190 milhões de filhos. Não é filho único, não temos apenas uma religião, não temos apenas uma opção sexual. Disseram bem, todos os que falaram aqui, do Paulinho ao companheiro Temporão: ninguém pergunta a opção sexual de vocês quando vão pagar Imposto de Renda, ninguém pergunta quando vai pagar qualquer tributo neste País. Por que discriminar na hora em que vocês, livremente, escolhem o que querem fazer com o seu corpo? É mais fácil falar do que transformar as palavras em coisas concretas, porque aí é preciso medir a correlação de forças na sociedade. Mas uma coisa sagrada vocês fizeram: conseguiram quebrar a casca do ovo, conseguiram gritar para o Brasil que vocês existem e que não querem nada a mais, nem nada a menos do que ninguém. Vocês querem ser brasileiros, trabalhar e viver respeitados, como todos querem ser respeitados no mundo.

Por isso eu quero dizer a vocês que, quando nós assinamos o Decreto, as pessoas começaram: “Mas você vai, Presidente?” Você sabe o que eu senti quando coloquei o boné na cabeça, Tony? O mesmo preconceito que tinha contra mim quando, pela primeira vez, eu coloquei o boné do Movimento dos Sem-Terra na minha cabeça. Eu nunca apanhei tanto. Eu era recém-presidente da República, recém-empossado, e coloquei o chapéu dos Sem-Terra na cabeça. Eu apanhei acho que mais de um mês na imprensa. Eu poderia colocar chapéu do Banco do Brasil, do Banco Real, do Bradesco, da Vale do Rio Doce, da Petrobras, do Corinthians, do Flamengo, do Vasco, eu poderia falar qualquer... Agora, eu não poderia colocar dos Sem-Terra, e me veio uma luz: eu vou colocar todos, porque somente assim vou quebrar o preconceito que as pessoas têm, de achar que você pode ou não pode fazer as coisas.

É gratificante vir aqui porque a gente sai aprendendo uma lição, a lição da maturidade política do Movimento, a lição da compreensão de que só existe um jeito de, cada vez mais, a sociedade reconhecer o Movimento: é cada vez mais brigar, é cada vez mais andar de cabeça erguida, é cada vez mais brigar contra o preconceito, é cada vez mais denunciar as arbitrariedades. Somente assim a gente vai conquistar a cidadania plena e poder, todo mundo, andar de cabeça erguida nas

ruas, sem ninguém querer saber o que nós somos, apenas que somos brasileiros e brasileiras e que queremos construir este País sem preconceitos.

Eu conheço líderes importantes. Ao longo da minha vida, eu conheci figuras muito importantes no Planeta, que não têm coragem de assumir o homossexualismo no seu país. Dá a impressão de que não existe, porque as pessoas sempre pensam: “no meu país não tem isso, na minha casa não tem aquilo, eu nunca vou pegar isso, eu nunca vou pegar aquilo”. Nós estamos sempre transferindo para os outros quando, na verdade, seria tão mais simples e o mundo seria tão mais alegre, se nós fôssemos menos rígidos com os tabus que foram colocados no nosso caminho ao longo da nossa história.

Quero dizer a todos vocês, companheiros e companheiras: Deus ilumine vocês, e apresentem aqui a proposta que vocês entenderem seja a melhor e que possa garantir... Eu posso dizer a vocês: no que depender do apoio do governo, no que depender do apoio do Poder Executivo e dos Ministros, nós iremos trabalhar para que o Congresso Nacional aprove o que precisar aprovar neste País.

Eu me lembro, Paulinho... Acho que não te contei, porque isso ainda não é do seu tempo. Você sabe que uma vez eu descobri que aqui, em Brasília – o Paulinho já era ministro –, tinha o problema de uma lei que não permitia que o portador de deficiência física – sobretudo a pessoa que tinha um problema de visão – andasse no transporte com seu cão-guia, pegasse o metrô, entrasse no supermercado, entrasse na igreja. Aí eu falei: “Paulinho, nós vamos convocar uma reunião dentro do Palácio do Planalto, com os cachorros lá. Os cães vão entrar dentro do Palácio do Planalto porque, na verdade, os cães são uma extensão daquele companheiro que é portador de deficiência visual”.

Eu acho que são exemplos assim que a gente vai tendo que fazer, cada vez mais, até que um dia consiga andar na rua sem perceber ninguém olhando meio de esguelha para a gente, aquele olhar de lado, aquele olhar desconfiado.

Então, eu acho que este dia é, realmente, histórico. Eu penso que vocês não têm ainda a dimensão do que este dia pode causar, como efeito multiplicador de quebra de preconceitos e de conquista de direitos.

É uma pena, meus queridos deputados – quero agradecer a presença de vocês –, que mais deputados e senadores não tenham vindo. É uma pena porque, ao ver vocês, eles iriam tomar um susto, e iam fazer uma exclamação: “São iguais a mim” Quem sabe voltassem para suas atividades com menos ranço e com menos preconceito.

Boa sorte, boa Conferência. Que Deus abençoe a todos vocês.

PRONUNCIAMENTOS NA SOLENIDADE DE ABERTURA

Paulo de Tarso Vannuchi

Secretário Especial dos Direitos Humanos

Negra Cris

Rede Afro GLBT

Fernanda Benvenutty

Movimento GLBT

Antônio Luiz Martins dos Reis

Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais

José Gomes Temporão

Ministro de Estado da Saúde

Carlos Minc Baunfeld¹

Ministro de Estado do Meio Ambiente

Brasília, 05 de junho de 2008

¹ Por ocasião de sua visita à Conferência, no dia 06.06.2008, no painel **Introdução à Orientação Sexual e Identidade de Gênero**.

PRONUNCIAMENTO DO SECRETÁRIO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

Paulo de Tarso Vannuchi

Boa noite, Excelentíssimo Senhor Presidente da República e querido companheiro, Luiz Inácio Lula da Silva,

Querida companheira dona Marisa Letícia,

Ministro companheiro Luiz Dulci,

Ministro José Antônio Toffoli, advogado-geral da União,

Ministro José Gomes Temporão,

Ministra Nilcéia Freire,

Deputada Cida Diogo,

Ministro Interino da Previdência, Carlos Gabas,

Senhor Eloy Ferreira de Araújo,

Ministro de estado chefe-interino da SEPPIR,

Companheiros Tony Reis, presidente da ABGLT, companheira Fernanda Benvenutti, representante do Movimento de Gays Lésbicas, Bissexuais e Travestis, senhora Negra Cris, companheira,

Representantes de organismos internacionais, delegações estrangeiras, colegas jornalistas, parlamentares, representantes de ministérios articulados com a organização dessa Conferência, delegadas, delegados, convidadas, convidados, observadores.

Presidente, a primeira palavra que trago da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, em nome de uma militância que trabalhou ali dentro durante meses, em interligação com vários ministérios, em ação intersetorial

e numa parceria, numa interação com os movimentos da sociedade civil, com as autoridades dos três poderes, dos três entes federados, é que nós vivemos aqui, hoje, a emoção de uma noite histórica sob vários títulos.

O nosso enorme agradecimento, presidente, a todo o apoio, a toda força que nos deu em momentos de hesitação, de dificuldade, de objeções que, numa sociedade democrática, naturalmente, aparecem quando se trata de um evento histórico tão inovador, no sentido de que o Brasil sai na frente na construção de um processo em que a autoridade pública convoca, por meio de um decreto presidencial, um processo em que os governadores estaduais, as assembleias legislativas, o Ministério Público dos estados se deram as mãos para assegurar, com 600 delegados representando mais de 10 mil participantes dessa jornada, representando, ninguém sabe quantos milhões de brasileiros e brasileiras que integram o segmento GLBT.

Um movimento que hoje é capaz de realizar as maiores e mais importantes mobilizações de rua dessa cidade, ultrapassando já em muito todos os números de participantes dos memoráveis comícios da campanha Diretas Já. Agora, em São Paulo, dia 25, de novo três milhões de pessoas participando.

São 300 paradas do orgulho gay no Brasil. E esta abertura, se dá em um clima de grande emoção. Isso porque, além do Brasil, de novo, comprovar que está efetivamente transitando essa mudança de patamar, uma nação que, Presidente, finalmente consegue trilhar o caminho da sua vocação de uma democracia que completamos 20 anos de estado democrático de direito agora, no seu governo. Ela parte decididamente para enfrentar os principais desafios dos direitos humanos no Brasil, o primeiro deles é o desafio da comida.

Havia 40 milhões, 50 milhões de brasileiros que não tinham asseguradas três refeições por dia e, em cinco anos e meio de ação decidida, isso se não está assegurado está à vista, é possível já prever o momento em que os números assegurarão. A pobreza demorará mais tempo, mas, a miséria absoluta, ela já enfrenta hoje uma República democrática organizada e decidida a não tolerar, como durante décadas, a miséria extrema, absoluta, foi tolerada.

Emoção porque é um dos marcos do Calendário de Comemoração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Aquele momento, em Paris, as Nações Unidas recém fundadas, ainda assustadas com os horrores da guerra, do holocausto. Holocausto que eliminou talvez 60 milhões de vidas humanas, 6 milhões de judeus. Estigmatizou, massacrou comunistas, socialistas, cristãos, ciganos, homossexuais em quem cravavam um triângulo rosa como uma espécie de marca na pele para firmar o ódio nazista que ainda tem seguidores esporádicos no planeta e até mesmo em nosso país.

Essa Declaração, 160 anos depois, reeditava a Carta dos Direitos Humanos de 1789, que nós conhecemos pelo triângulo: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Eu me perguntava hoje, presidente, se este encontro, celebra mais a liberdade ou mais a igualdade? E poderiam objetar que a liberdade e a igualdade são indissociáveis, sim. Mas, durante décadas e séculos foram dissociadas ou com o argumento de que queremos a igualdade e sacrificamos a liberdade, a história das ditaduras. Ou a idéia cínica de que a liberdade significa o meu direito de explorar o trabalho de outros, explorar a fragilidade dos mais fracos. E o terceiro termo do triângulo, que é a fraternidade, palavra atualizada hoje para solidariedade.

Solidariedade é a capacidade de sentirmos a ofensa, o problema, a dificuldade de cada ser humano como se fosse vivida por nós mesmos. Este encontro, como raros, conjuga: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Solidariedade sim, porque na composição dos delegados, no formato dois terços de sociedade civil, um terço de poderes públicos, nós temos aqui militantes da causa que podem não ser integrantes do segmento, mas, vêm a luta da causa como se nossa fosse. Que é a posição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A emoção é também tristeza junto com alegria. E tristeza por que, senhor presidente? Tristeza porque o nosso país, nesse 20º ano do estado democrático de direito, ainda é um país em que o ódio, o preconceito, a discriminação produzem violências como essa que se abate, em especial, sobre o segmento GLBT, estima-se que uma pessoa no Brasil seja assassinada a cada três dias. Nessa média de mais

de 100 pessoas por ano, nós temos quase três mil computados só no noticiário de jornal, de 1980 para cá.

Casos que vão do Edson Nery, aqueles adestrador de cachorro da praça da República, em São Paulo, que o senhor se lembra da época, nós conversamos sobre isso. Travestis que são mortas no Brasil ou em países da Europa, travestis brasileiras. Recentemente, no momento em que fazíamos anúncio de imprensa dessa conferência, era assassinado, em Crateús, o professor Luis Palhano Loiola, a quem homenageamos, com 21 facadas e todas as características tradicionais de crime homofóbico.

Este encontro, presidente, é o momento que o senhor propiciou, que os três poderes interligados e a sociedade civil propiciaram em que o Brasil avançará a definição de que não queremos mais essa reedição de violência, de preconceito, de discriminações e aqui construiremos propostas de políticas públicas que disciplinadamente levaremos em cada uma de nossas instâncias do Senado, à Câmara dos Deputados, ao Ministério Público Federal, ao Judiciário ou Ministério Público estadual e no âmbito de todos os Ministérios do Governo Federal.

Também, a conferência é parte da revisão do Programa Nacional de Direitos Humanos que o Brasil tem desde 1996, com uma segunda edição em 2002. Em 2008 queremos e estamos promovendo um debate de alcance inédito para mobilizar setores como a Imprensa, o Judiciário, todos os legislativos estaduais, as empresas privadas, como acontecerá em São Paulo, no próximo dia 24 de junho, com a sua presença, presidente.

O movimento histórico que sustentou essa causa e fez chegá-la até essa grande e emocionante noite de vitória, de conquista. A atualização fará com que o tema GLBT deixe de estar na página, página e meia e se torne o conjunto das resoluções e indicações aqui aprovadas.

Porque, presidente, no cômputo das muitas conferências já realizadas ao longo deste momento inovador de democracia participativa na história do país, o Programa Nacional dos Direitos Humanos não viria a ser mais do que a junção da Conferência da Mulher, da Conferência da Igualdade Racial, da Conferência de

Saúde, da conferência de cada um dos segmentos aqui representados para o esforço de síntese e aglutinação.

É emoção também, presidente, porque aqui, nesse contexto do tabu, do proibido, do que não pode ser declarado, da palavra que não pode ser dita, nós estamos herdando tradições milenares, onde historiadores, nas suas contradições, vão situar figuras como um dos maiores pensadores da antiguidade clássica, Sócrates, pai da filosofia grega. Vão situar como precursores desse movimento figuras como Leonardo da Vinci. Grandes e muitíssimas figuras da literatura mundial, de Prost a Oscar Wilde. De Frederico Garcia Lorca, assassinado pelas tropas Franquistas por ser republicano, por ser poeta, por ser homossexual.

Nós estamos colhendo a luta de mártires anônimos, de militantes que estão aqui presentes que não são mártires. Atores políticos que estão presentes fisicamente ou em espírito, na construção dessa história. Gente de todos os partidos, mas, dos nossos queridos amigos, Marta Suplicy, inovadora, pioneira, desbravadora. Sérgio Mamberti, o nosso deputado João Batista Breda, o meu antecessor Nilmário Miranda, que organizou o Programa Brasil sem Homofobia. Deputados autores e sustentadores de projetos fundamentais, Iara Bernardi, Luciano Zica, Cida Diogo a senadora Fátima, tantos hoje aqui presentes que compuseram a agenda do Legislativo.

E neste encontro, presidente, o Brasil cresce mais um pouco como exemplo de democracia. Democracia que consegue avançar em Direitos Humanos a cada mês, a cada ano mesmo sob a base de quatro séculos de escravidão. A escravidão que instituía nas capitais desse país um bairro central chamado Pelourinho. O lugar, em Salvador, está lá intacto ainda, é famoso, é o instrumento de suplício do Estado.

Nós tivemos duas ditaduras no século 20. O processo da escravidão com a abolição, 13 de maio, Lei Áurea, que neste ano completas 120 anos é, ainda, um processo inconcluso. Que a criação da Seppir, as políticas de cotas representam a sustentação da equidade, que não é mero fenômeno, não é mero substantivo. Sinônimo de igualdade.

Eqüidade é mais preciso do que igualdade, eqüidade é a justiça do caso concreto. É tratar desigualmente desiguais para produzir Justiça.

Assim como Celso Amorim, presidente, e na sua viagem que tive a honra de acompanhar ao Haiti na semana passada, um desafio dos Direitos Humanos que devemos colocar em primeira grandeza para o Brasil e cada nação da América do Sul. Não podemos permitir que o drama do Haiti siga desamparado, solto como atualmente. É preciso que o Brasil e o presidente Lula, liderando esse processo, chame a uma nova mobilização brasileira, uma nova mobilização sul americana para trazer o Haiti para aquilo que ele merece. A primeira revolução popular do continente, revolução de escravos. A primeira República derrotou o exército de Napoleão.

O ministro Celso Amorim contava como foi o momento na ONU em que ele conseguiu passar a proposta de uma resolução, que ele quero que tivesse uma linha só, e acabou virando uma página. Mas, a linha que ele quero era a declaração do racismo como incompatível com a democracia. O que nós queremos hoje é declarar a homofobia como incompatível com a democracia. E fazer o debate em torno da construção democrática.

Presidente, nosso planeta ainda tem países onde a homossexualidade é punida com a pena de morte, tem ditadores. Um ditador africano que está muito presente na imprensa recentemente, que declarou: “Se querem ser gays que sejam na Holanda, que seja na Bélgica, na Suécia, não aqui!”. O Brasil hoje declara que aqui é o lugar sim de convivência na diferença de todos os seus filhos, de todas as suas filhas.

O Brasil não aceita o triângulo rosa. Não pode haver estigmatização no trabalho, na educação, na saúde. Há o compromisso de todos os ministérios aqui presentes e nós levamos às instâncias internacionais, levamos a Genebra, à Conferência das Nações Unidas na assembléia, em Nova York, ao Mercosul.

Está acontecendo hoje o segundo dia da 12^a Conferência de Direitos Humanos do Mercosul. Eu fiquei só ontem em Buenos Aires e voltei para este

encontro. Em que já é uma pauta, um grupo de trabalho, um seminário realizado criando a articulação de todos os nossos países.

O Brasil já é um país em que empresas públicas como a Petrobras, como a Caixa Econômica Federal, muitas outras, já saem na frente assegurando para os seus funcionários direitos que a lei brasileira ainda não conseguiu assegurar no tema da igualdade de direitos previdenciários, a união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Nosso país tem estados, como o Rio de Janeiro, em que o governador acaba de mandar à Assembléia uma proposta na mesma direção. Tem estados, como Alagoas, Mato Grosso, Pará, Sergipe e o Distrito Federal com leis estaduais. Têm cidades como São Paulo, Porto Alegre, Aracaju, Florianópolis, Teresina, Goiânia, a nossa São Bernardo do Campo, com legislação municipal. O Brasil que já tem atitudes positivas do Judiciário, que começa a tomar medidas de reconhecimento constitucional dos direitos.

E eu termino a minha fala pedindo licença para três pequenas, discretas e moderadas intervenções, numa esfera que não me compete. A Conferência é soberana para decidir as políticas e as estratégias que bem quiser pela regra da maioria, pelo voto democrático.

Se me permitem, como uma pessoa que tem dois anos e meio de governo e 40 anos de militância na sociedade civil, no movimento sindical, as três observações que peço licença para fazer são: primeiro, não subestimem em nenhum momento a idéia da unidade do movimento. A unidade para agir junto. E nós sabemos que a unidade, na democracia, não é a de um pensamento só. São muitos que se compõem, que se articulam, se comprometem para agir juntos, para não permitir que o movimento seja enfrentado ou, eventualmente, sofra revezes por conta de disputas internas.

Segunda recomendação: aqui, a plataforma aprovada terá um conteúdo político que é evidentemente superior ao de qualquer resolução já tomada nesses 30 anos de história, 40, ninguém sabe de quais as origens. Todos lembram do Somos, lembram do Lampião, de Agnaldo Silva, lembram das primeiras publicações,

certamente são décadas. Figuras como Luiz Mott, na Bahia. Figuras importantes que são precursores e, nesse sentido, esta de hoje tem uma dimensão política mais séria porque é uma conferência oficial do Estado Brasileiro. E sendo uma conferência oficial do Estado Brasileiro é preciso pensá-la também sob a ótica dos velhos temas da estratégia política que todo o mundo sabe, desde o seu fundador, Niccolò Machiavelli, lá em Florença – outro discriminado que é tido no senso comum como um manipulador, é o fundador do pensamento político –, a idéia de analisar sempre friamente a correlação de forças.

Quem são aliados na luta? E os neutros, se existem? E quem são os adversários? E não entender que os adversários sejam um bloco unido, formado apenas por nazistas, por homofóbicos que certamente existem, mas pode haver contingente de adversários que são pessoas presas a tabus, a processos que envolvendo a nossa sexualidade, e aqui todo o mundo sabe que desde os estudos de Freud, de Reich, a sexualidade é a ambivalência, a convivência de pólos do feminino e do masculino em cada um de nós.

Isso é ciência, não é ideologia, não é palpite. Com isso, a estratégia tem de ser também de enfrentamento porque o presidente Lula, mais do que ninguém, sabe que o enfrentamento produz vitórias democráticas. Nós comemoramos, também, 30 anos das lutas de vila Euclides neste 2008. Mas, além do enfrentamento, este movimento tem um enorme espaço para estratégias de convencimento.

Os Ministérios da Educação, da Saúde, as Secretarias Especiais da Mulher, da Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria Geral da Presidência, as várias instâncias, presidente, a frente parlamentar, Senado e Câmara presentes aqui. O convencimento que já leva a dizer que também quando se realiza uma parada gay, como a de 25 de maio, não há hostilidade das pessoas no trajeto, há um acolhimento.

Esse país muda, ele é vocacionado à idéia de conviver na divergência.

E eu termino dizendo, sobretudo, um último palpite, o pedido, apelo, a conclamação é para além da formulação da estratégia e do programa para o próximo período do movimento, do segmento compromissando, autoridades

públicas, que são também delegados eleitos oficialmente nas etapas estaduais dos 27 estados. A dignidade desta nossa luta será tanto maior quanto mais nós nos vermos como parte integrante da mesma luta em defesa dos direitos da criança, da igualdade de gênero, homem e mulher, da igualdade racial. É a mesma luta dos índios e das pessoas portadoras de deficiência.

Além da idéia de sair daqui com uma bem definida estratégia e programa de ação, que saíamos daqui mais sensíveis à idéia de nos unirmos às demais lutas pelos Direitos Humanos para garantir, sim, a construção de mais Brasil para mais brasileiros e mais brasileiras. Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO DA REPRESENTANTE DA REDE AFRO GLBT

Negra Cris

Boa noite a todas e todos!

Gostaria de cumprimentar à mesa, na pessoa do Excelentíssimo Presidente da República, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva,

Do Ministro Sr. Paulo Vannuchi e da Ministra, a senhora Nilcéia Freire.

Neste ano em que se comemoram os 60 anos da declaração universal dos direitos humanos e os 30 anos do movimento homossexual brasileiro nós, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, pela primeira vez, temos oportunizado a discussão em torno de políticas públicas que nos garantam a cidadania. Inúmeras vidas foram ceifadas em períodos políticos como a ditadura e na luta trabalhista. Até que temos um operário na presidência.

Nossa luta também, com vidas ceifadas, onde não disputamos capital nem trabalho somente, lutamos para garantir o direito de amar e de sermos seres humanos na sua plenitude. O movimento homossexual brasileiro luta também contra o machismo, sexismo e racismo que permeia a nossa sociedade. Evidenciamos que o movimento homossexual tem especificidades que devem ser consideradas na implementação de políticas públicas. Especificidades como: étnico racial, geracional, pessoas com deficiência, orientação sexual e identidade de gênero. Nós, lésbicas brasileiras, enfrentamos também a luta contra a lesbofobia que tem no patriarcado e na misoginia seus maiores alicerces.

Difícil superá-los, pois não cumprimos com os papéis que tradicionalmente eles nos impingem. Mas, estamos aqui. Agradeço a todas as mulheres que iniciaram esta caminhada guerreira rumo às conquistas nos direitos civis e a transformação da sociedade. Obrigada.

PRONUNCIAMENTO DA REPRESENTANTE DO MOVIMENTO GLBT

Fernanda Benvenutty

Boa noite! Boa noite a todas as pessoas presentes.

Em nome desse público, que é o público alvo desta Conferência, eu saúdo ao Excelentíssimo Presidente da República, o senhor Luiz Inácio Lula da Silva e, em nome do Senhor Presidente, eu saúdo também toda a mesa.

E, neste ano que também se comemoram 120 anos da abolição, nós, do movimento GLBT, que começamos essa caminhada apenas há 30 anos, estamos dando o primeiro passo na luta, na busca da garantia dos nossos direitos com esta primeira conferência GLBT.

Quero aqui lembrar que esta conferência não acontece por acaso. Ela é fruto do sangue derramado por muitos e muitas companheiras. Companheiras e companheiros que também passaram pela guerrilha e passaram pelo sofrimento da ditadura militar e que hoje nós temos o orgulho, Senhor Presidente, de estar diante de Vossa Excelência para podermos traçar, nesses três dias que virão pela frente, políticas públicas afirmativas para este movimento, para este segmento que tantas vidas, mas tantas vidas que poucas pessoas têm noção, que foram milhares e milhares de vidas ceifadas, decapitadas, degoladas, estranguladas, humilhadas em praça pública.

Porque hoje nós temos, através do GGB, uma pesquisa que mostra que a cada três dias um homossexual é assassinado neste país. Mas, a cada três dias é assassinado um homossexual que nós, militantes, temos conhecimento. E os casos que ficam escondidos, que não aparecem, os casos que a imprensa não noticia? Precisamos sim, através desta conferência, trabalharmos para que esta escravidão homofóbica que está posta neste país tenha um fim, assim como teve fim a escravidão neste país. Não podemos mais continuar escravos desta homofobia. Não podemos mais continuar à mercê desta mesma sociedade que nos agride, que nos violenta e que também é a mesma sociedade que nos leva para a cama.

Temos que ter a consciência. Precisamos, Senhor Presidente, precisamos mudar a realidade deste país. Precisamos mostrar um outro lado que a sociedade insiste em não conhecer, insiste em não enxergar porque o pior cego é aquele que não quer ver. Mas, nós precisamos mostrar a esta mesma sociedade que coloca travestis como marginais na mídia, que publiciza todos os dias violações dos direitos dos travestis neste país. Como nós tivemos há pouco tempo o caso das travestis que foram achincalhadas, humilhadas por essa mídia brasileira no caso Ronaldinho. Onde as travestis foram mais uma vez humilhadas perante a sociedade brasileira. Precisamos mostrar que nesta luta, que nessa caminhada, temos parceiros e parceiras, temos companheiros e companheiras heterossexuais que aqui estão e que lá fora estão também para lutar em prol, em busca dessa cidadania, dessa luta do combate à homofobia.

Citando nomes, temos aqui a nossa querida Fátima Cleide, temos aqui a Salette, temos aqui o Cláudio Nascimento, Luiz Mott e muitos e outros militantes que aqui estão. Agora, esta realidade precisa mudar. Em nome da minha Presidente, da ANTRA, da articulação nacional das travestis, Keila Simpson, que aqui está presente, eu quero dizer, Senhor Presidente, chega de homofobia nesse país! Chega de lesbofobia, de transfobia, de todas as fobias!

Porque nós não queremos mais... Nós não queremos mais ser seres de segunda, de terceira classe e sim, queremos ser atores e construtores desta cidadania, porque nós somos cidadãos e cidadãs. Porque na hora de votar o nosso voto não tem sexualidade. Ele sim, faz a diferença!

Não quero me alongar, Senhor Presidente e todos vocês. Mas, é lamentável que daqui eu veja rostos traçados, humilhados nessa luta. Rostos, caras que são colocadas a tapa todos os dias por estarem à frente desse movimento. E cada um de nós que está à frente desse movimento todos os dias, Senhor Presidente, nós temos sempre uma bala mirando a nossa cara. Uma bala mirando a nossa testa. E eu vejo daqui rostos que as lágrimas insistem em não cair como a minha nesse momento. Mas, infelizmente, não dá para segurar. Desculpem. Obrigada.

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Antônio Luiz Martins dos Reis

“São tantas emoções!” - diria Roberto Carlos. É interessante, Presidente Lula! Queremos saudar o senhor, saudar a nossa querida Marisa. Isso, para a gente, é histórico! O senhor costuma falar: “Nunca antes nesse país”. Agora o senhor pode falar: “Nunca antes nesse planeta teve uma conferência como essa”.

Presidente Lula, esse passo que o senhor deu, no dia 28 de novembro de 2007, convocando essa Conferência, é um fato histórico. É um fato maravilhoso. Eu gostaria de ter a minha mãe aqui vendo isso, que aos 14 anos, quando disse: Mãe, eu sou gay. E a minha mãe, D. Marisa, falou o seguinte: Meu filho, você não pode ser gay. Você não pode. Você vai ter que procurar um hospital. Você é um doente. Sério! Mandaram-me para um hospital - policlínica Pato Branco - para me curar porque eu era um doente. E aos 27 anos, a minha mãe se propôs a casar com o meu companheiro, o David Harold, com quem eu convivo há 18 anos.

As questões mudam. A minha mãe mudou. E eu acredito que a sociedade brasileira pode mudar, Presidente Lula. E vai mudar. E, esse passo da conferência é, para a gente, maravilhoso e é um exemplo para os nossos catorze países que estão aqui. Isso é importante. O Brasil vai tomar a liderança. Aqui nesse país, se respeitam os direitos humanos de todos e de todas. E é isso o que nós queremos.

Eu quero, Presidente Lula, fazer os pedidos. Coube-me dizer o que é que nós queremos dessa conferência.

Primeiro, o Judiciário. Como foi essa belíssima decisão das células-tronco que vai salvar muitas vidas, nós precisamos que o Judiciário também julgue favorável a união civil.

A questão... Precisamos, pessoal, é de direitos humanos. A questão da adoção, a doação do sangue, ao serviço militar, inclusive. A mudança do nome para as travestis e transexuais, entre outras demandas.

Precisamos que o Judiciário pegue a Constituição Federal no artigo quinto e no artigo terceiro que fala: Todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza. Judiciário, é esse o nosso recado: Queremos igualdade na interpretação. Estado laico, pessoal. Nós vivemos num país multi, de múltiplas religiões, mas, tem uma Constituição que é muito maior nesse sentido para o Judiciário.

Executivo. Quem tem Paulo Vannuchi como Ministro, não precisa falar aqui. Nossa, estão muito humildes as nossas demandas! Isso que é, pessoal. A sociedade civil aqui tem que fazer pedidos menores do que o que foi oferecido pelo Ministro. Paulo Vannuchi, você mora no nosso coração e na nossa mente. Paulo Vannuchi, você realmente, companheiro, como diz no vocabulário GLBT: você arrasou, companheiro!

Nós vamos às demandas. Eu gosto de ver, pessoal, nos deram a discriminação, nos deram o preconceito e o estigma. Mas, nós pegamos o limão, fizemos a limonada e nos organizamos. Em 78, Presidente Lula, nós tivemos o grupo Somos que temos aqui, pessoal, e me desculpe, vou ter que fazer homenagem aos nossos quatro pioneiros que estão nesse momento. Por favor, James Green, esse senhor aqui. A minha querida Marisa Fernandes. Maria Alice Oliveira e o nosso querido Luiz Mott. Esses são os pioneiros que estavam lá em 1980, Presidente Lula, para que hoje nós estivéssemos aqui. Obrigado por vocês existirem e obrigado a todos que não estão nesse momento, nessa grande luta.

Então, como nosso querido Paulo Vannuchi já falou tudo, mas eu vou cumprir o meu script aqui, nós precisamos, Presidente Lula, de um plano nacional de combate à homofobia. O Programa Brasil Sem Somofobia foi um sucesso em 2004. Temos que implementá-lo e nós queremos o seguinte, olhe as palavras que nós queremos. Nós queremos que tenha ações, metas, prazos, monitoramento, avaliação e dotação orçamentária. Nós queremos todas essas palavrinhas, porque sem dinheiro não se faz políticas. Não se faz política.

A nossa frente parlamentar tem colocado orçamento. Eu vou fazer as quatro demandas. Nós fizemos um Conselho Nacional GLBT aonde a gente congregue e faça o controle social. Conselho Nacional de políticas GLBT. Nós queremos que

essa conferência, assim como tem a conferência da mulher, Ministra Nilcéia, que seja bienal, que tenha nos municípios, nos estados e na União. Isso foi muito bonito. E queríamos, nesse momento, agradecer todos as Governadoras e Governadores que chamaram a conferência. Isso é importante, Dr. Perly Cipriano, o nosso grande herói que foi o coordenador da nossa conferência e que deu o sangue. Esse menino aqui, ele tem futuro! E aí, nós não queremos cargos, viu? Nós somos da sociedade civil, não queremos cargos. Nós queremos uma subsecretaria, uma coordenaria ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos para que seja garantida a prioridade real, criada uma estrutura funcional. Isso que nós precisamos. E agora, pessoal, é o grande pedido, Presidente Lula. Isso, para a gente, pediram de diversas formas que esse fosse o tom. Legislativo. E eu faço questão de citar nossos queridos guerreiros e guerreiras. Cida Diogo, maravilhosa! Cadê a Cida Diogo?!

Essa. E ela é a mulher mais bonita do Brasil, olha aqui... ela é a Cida Diogo, nossa Presidente. Nossa generala na luta contra a homofobia no Congresso Nacional. Fátima Cleide, que está enfrentando a homofobia religiosa de forma maravilhosa.

A Serys, maravilhosa, que colocou lá na LDO os nossos recursos. O Paulo Teixeira, maravilhoso! Lá de... São Paulo. Janete Pietá, querida, que enfrenta lá, defendendo as nossas questões. E a Raquel Teixeira, aqui, maravilhosa, que vai conseguir todos os votos da oposição para a gente passar os nossos projetos no Senado. Nós queremos os votos da oposição, da situação. Direitos humanos não têm partido, são de todos, Raquel Teixeira!

E aí é o nosso pedido. Presidente Lula, a sua postura na vinda do Papa foi magnífica. Nós temos que respeitar as religiões A, B, C e D. Mas, o nosso estado é laico. Nós não podemos nos deixar por pessoas que são fundamentalistas, pessoal. Ninguém quer destruir a família de ninguém. Nós queremos construir a nossa!

Nesse sentido é fundamental que a igreja tenha o seu papel, sabe? Como disse o Ministro uma vez no lançamento do plano de enfrentamento do HIV/AIDS, nós não podemos voltar ao obscurantismo. Sabemos que teve pressão para o nosso

Presidente não estar aqui, ele enfrentou e falou: Eu vou porque são cidadãos e cidadãs. Então, parabéns mais uma vez, Presidente Lula!

E aí? O que é que nós queremos? Gostaríamos muito de ter o apoio desse governo, que nós já temos 10 ministros e ministras já assinaram que eles estão do nosso lado. Esperamos que os outros ministros também se somem a esse manifesto nosso. Queremos a união civil garantida. Se não for pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Congresso Nacional. Vai ser difícil, Fátima Cleide, mas, nós vamos conseguir. Queremos estabelecer uma Comissão, Presidente, assim como tem o Estatuto da Criança e do Adolescente, do idoso, nós queremos o estatuto GLBT, isso é importante. Nós estamos comparando, nosso advogado da união, Toffoli, 37 direitos. Tem um heterossexual e um homossexual: nós temos 37 direitos negados à gente, que o heterossexual tem. Isso não pode acontecer num país democrático como o nosso. Então, é nesse momento, Lula, que nós precisamos do estatuto. E para finalizar, o que nós queremos? Presidente Lula, nós precisamos da sua forma carinhosa, sentimental, emocional que você nos ajude a aprovar a criminalização da homofobia. É isso que nós queremos. É a melhor coisa que vai ser.

O senhor já entrou na história. Mas, se não for o senhor não vai ser ninguém. O senhor sofreu na pele o preconceito, a discriminação, que olha, 98% dos GLBT dessa platéia já sofreram. Nós precisamos do senhor ajudar com a base aliada a votar a criminalização da homofobia. Nós fazemos acordo com todo mundo. Conversamos com evangélico, católico, pessoal das religiões africanas. A gente faz qualquer negócio. Mas, nós queremos a aprovação da lei que criminaliza a homofobia. Esse é o nosso pedido, Presidente Lula!

E agora, eu gostaria de uma forma muito bonita, pedir para esse auditório, de pé, repetir uma frase, que eu gostaria, fosse o nosso tom dessa conferência. Repetir: Nem menos, nem mais, direitos iguais! Por favor! Nem menos, nem mais, direitos iguais!

Muito bem. Essa é a nossa galera! E aí, pessoal, concluindo. Martin Luther King: Eu tenho um sonho. Eu tenho um sonho que um dia nós Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais tenhamos direitos iguais e não sejamos

discriminados. Que um dia não haja homofobia, lesbofobia e transfobia, aonde possamos simplesmente, como diz o Aristóteles, a finalidade da vida é ser feliz. É isso que nós queremos, Presidente Lula. E nós colocamos nas suas mãos o nosso futuro para a questão da discriminação. Estão aqui os nossos observadores internacionais, todos muito famosos na luta. E eles estão esperando isso do nosso país. Vamos tomar essa liderança. E nesse momento, pessoal, nós queremos, de uma forma muito bonita, fazer uma foto que vai ficar para a história. O nosso Presidente vai receber a bandeira do arco-íris que significa: Todos diferentes convivendo de forma legal. E o Lula tem lá no planalto, que eu vi, uma coleção de todos os movimentos. Movimento sem terra, movimento, afro. E nós trouxemos dois, o branco vai ser para a D. Marisa e o preto para o nosso Presidente Lula.

Chamo a Negra Cris e a Fernanda, de um jeito muito legal, para entregar ao Presidente a bandeira!

PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

José Gomes Temporão

Boa noite!

Eu quero cumprimentar nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

A senhora Marisa Letícia da Silva, primeira-dama,

O Paulo Vannuchi, que fez aqui um discurso que eu acho que vai entrar para os anais da história dos direitos humanos desse país. Foi brilhante, fantástico, parabéns, Paulo!

O Carlos Gabas, Ministro de estado interino da previdência social,

O companheiro Luiz Dulci Ministro de estado chefe da Secretaria Geral da Presidência,

O José Antônio Toffoli, Advogado Geral da União,

O Eloy Ferreira de Araújo, Ministro-Chefe interino da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial,

A Nilcéa Freire, nossa companheira Secretária Especial de Política para as Mulheres da Presidência da República,

A Deputada Cida Diogo, coordenadora da frente parlamentar pela cidadania GLBT, na pessoa de quem eu cumprimento os demais parlamentares,

O Tony Reis, Presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

A Negra Cris, representante da Rede Afro GLBT.

A Fernanda Benvenutty, representante do movimento de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

Os representantes de organismos internacionais,

Os representantes de outros países, participantes, delegados, autoridades presentes,

Minhas senhoras e meus senhores.

Eu quero começar lembrando o Betinho. O Betinho, em 1993, ele cunhou uma frase que é muito cara para nós do movimento da reforma sanitária brasileira, que nos últimos 20 anos vemos construindo, junto com o povo brasileiro, o Sistema Único de Saúde. Uma das maiores políticas de inclusão desse país e do mundo. Pois, o Betinho disse o seguinte: “em resposta a uma ética da exclusão, estamos todos desafiados a praticar uma ética da solidariedade”.

O Ministério da Saúde vem empreendendo várias iniciativas relativas à promoção da saúde da população GLBT. Ano passado nós realizamos o seminário nacional específico para a discussão desse tema onde governo e os movimentos sociais avaliaram as iniciativas que vêm sendo adotadas. Entre eles, vale citar a inclusão de demandas das lésbicas nas políticas de saúde da mulher.

Quero também destacar a inclusão da identidade de gênero na carta dos direitos dos usuários do SUS, o que vem ao encontro de histórica reivindicação do movimento com o direito ao uso do nome social nos cadastros do Sistema Único de Saúde.

No início deste ano, nós apresentamos às instituições parceiras que atuam no campo da promoção da saúde, dos direitos humanos, dos direitos sexuais e reprodutivos, um plano específico para enfrentamento da epidemia de Aids e outras DST, entre gays, outros homens que fazem sexo com homens e travestis. Esse plano atendeu a reivindicações das transexuais, mulheres que vivenciam a transexualidade, para a criação de uma agenda específica para atendimento das especificidades de saúde deste grupo dentro das agendas da saúde da mulher.

Tais iniciativas expressam o compromisso do Ministério da Saúde para a efetivação das diretrizes estabelecidas no Programa Brasil Sem Homofobia. É um grande desafio implementar uma política pública de saúde com tais objetivos.

No caso da resposta brasileira à epidemia da Aids, é reconhecido que o intenso ativismo e a atuação do movimento GLBT possibilitou associar o enfrentamento da epidemia à defesa dos direitos humanos. Isto criou um ambiente favorável para que a política pública nacional nessa área se configurasse a partir da redução dos contextos de vulnerabilidade. A opção por esse caminho consolidou, portanto, a resposta nacional em torno de uma política integrada com participação do movimento social se distanciando, rompendo assim com abordagens restritas a concepções de grupo ou comportamento de risco.

O Ministério da Saúde, de forma democrática e participativa, parte da perspectiva de que somente serão efetivas respostas que enfrentem os fatores que estruturam, produzem ou reforçam as diferentes dimensões das vulnerabilidades individual, programática e social que afetam gays, outros homens que fazem sexo com homens, lésbicas, travestis e transexuais.

Já foi dito aqui que esta conferência é a primeira do Brasil, na realidade é a primeira do planeta. Mas, eu quero chamar a atenção para dois pontos importantes. A partir dos resultados desta conferência, o Ministério da Saúde iniciará um processo de consulta pública para a elaboração de uma política específica para esta população. E até o final deste mês, o Ministério da Saúde, eu assinarei, nós lançaremos uma Portaria que inclui no Sistema Único de Saúde a cirurgia para mudança de sexo dentro de um processo transexualizador.

Para finalizar, lembro a todos que são muitos os desafios que temos nesta conferência que ocorre no ano em que o Sistema Único de Saúde completa 20 anos. E como diz um velho e sábio ditado caribenho: Quando estiver tudo dito e feito, que tenhamos mais feitos do que ditos. Boa conferência a todos e a todas! Um abraço!

PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Carlos Minc Baunfeld

Bom-dia a todas e a todos, não pude estar ontem aqui, mas vim hoje aqui para fazer uma saudação bem libertária, bem afetiva e bem combativa a todos os participantes da conferência nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

Bem eu sou do Rio de Janeiro, muitos anos deputado, militante das causas libertárias e há uma semana Ministro de Estado do meio ambiente, cuidando do ecossistema, da biodiversidade. Acho que a biodiversidade humana também tem que ser respeitada e preservada. Aliás é da biodiversidade das diferenças que se constrói uma sociedade mais fraterna, mais justa, mais libertária. Eu quero dizer para vocês que eu tive a honra como deputado estadual, junto com os nossos companheiros do Rio, Cláudio nascimento e vários outros, fazermos a primeira Lei Estadual que pune os estabelecimentos que discriminem as pessoas por suas opções sexuais, por sua orientação sexual, por sua sexualidade e mais, define o que é discriminação. É tratamento diferente. Não adianta entrar num restaurante pedir para sentar atrás ou que não pode dar um beijo. Se esse comportamento não é exigido dos heterossexuais, isso é qualificado sim como discriminação.

Outra coisa interessante dessa Lei, que já tem muitos anos, é o seguinte: Pune as autoridades que se omitam. Muitas vezes, um gay, uma lésbica, um travesti vai reclamar, para uma, autoridade que foi humilhado, que foi agredido e aí o policial, o agente fala: “Minha filha, mas vestida desse jeito o que é que você esperava?” Fazendo a famosa inversão, quase criminalizando a vítima de um ato de agressão, de um ato de prepotência. Então essa Lei pune esse tipo de agente ao que invés de prevenir a violência aumenta ainda o estigma de quem for agredido dessa forma vil, anti-democrática e anti-constitucional, depois nós fizemos a Lei Federal que garante benefícios previdenciários para os parceiros e parceiras civis do mesmo sexo. E junto com o Governador Sérgio Cabral, que é um companheiro nosso, co-autor de algumas dessas leis, lá no Palácio Guanabara chamamos os

primeiros casais, as primeiras pessoas para receberem o benefício previdenciário de parceiros civis do mesmo sexo. O Rio de Janeiro foi pioneiro disso, e eu tenho muito orgulho junto com os nossos companheiros do Arco-Íris, de todos os movimentos, de gays, lésbicas, travestis do Rio de Janeiro e aqui em Brasília eu não vou ficar trancado só cuidando da Amazônia. É claro que eu tenho que cuidar da Amazônia, do pantanal, da baía de Guanabara, mas eu vou continuar participando junto com vocês das lutas libertárias, pela criminalização da homofobia vocês podem estar certos, vocês podem estar certos que eu como Ministro de Estado, estarei acompanhando as delegações de vocês para o Senado Federal onde essa Lei dorme em berço esplêndido há tantos anos para tirá-la da gaveta e fazê-la na trincheira dos direitos de cidadania do nosso país. E para concluir, já que me deram breve espaço para uma saudação, eu estou com latifúndio de histórias. Para concluir eu quero dizer o seguinte: O Brasil está vivendo um momento de desenvolvimento, PAC, investimentos, empreendimentos. Nós da área ambiental temos que cuidar para que isso não estrague, o pulmão, a baía, as florestas. Como compatibilizar o desenvolvimento com o meio ambiente? Acho que há uma outra coisa interessante: O PAC gera milhões de empregos no Brasil, acho que é bom momento de dizer emprego para todos, emprego sem discriminação, emprego para todas as orientações, para todas as pessoas independente de qualquer outra situação. Porque se nós, sim, estamos num lindo momento de desenvolvimento do país, esperemos desenvolvimento sem destruir, sem poluir também acho que é o momento de dizer, desenvolvimento e emprego sem discriminar. Uma boa meta: emprego para todos, cidadania para todos. Vamos aprovar a lei no Senado, vamos mostrar para o país que está na hora desse país reconhecer todas as diferenças com o respeito, o carinho e a dignidade que as pessoas merecem.

Saudações ecológicas e libertárias.

Bom trabalho para vocês, boa Conferência Nacional.

ANEXOS

PERFIL DO(A)S PARTICIPANTES DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

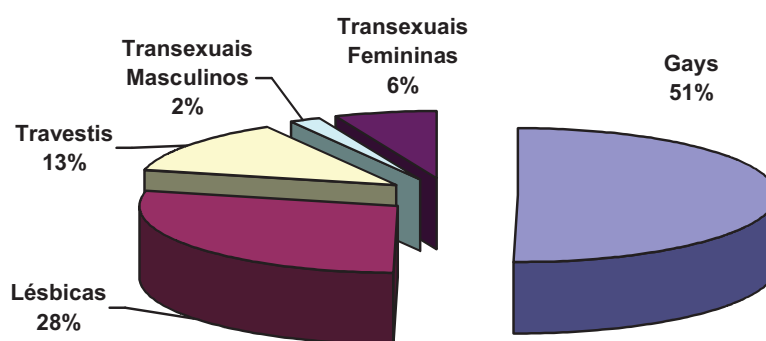
Na Conferência Nacional participaram 569 (quinhentos e sessenta e nove) delegado(a)s, entre representantes do Poder Público e Sociedade Civil; 108 (cento e oito) convidado(a)s e 441 (quatrocentos e quarenta e um) observadore(a)s, assim distribuídos:

| Quantitativo de Participantes do Evento | | | | |
|---|------------|------------|--------------|-------------|
| Origem | Delegados | Convidados | Observadores | Total |
| AC | 11 | 0 | 2 | 13 |
| AL | 13 | 0 | 4 | 17 |
| AM | 14 | 0 | 4 | 18 |
| AP | 12 | 0 | 1 | 13 |
| BA | 32 | 1 | 19 | 52 |
| CE | 20 | 0 | 12 | 32 |
| DF | 21 | 3 | 62 | 86 |
| ES | 15 | 0 | 4 | 19 |
| GO | 21 | 0 | 13 | 34 |
| MA | 20 | 0 | 1 | 21 |
| MG | 31 | 1 | 23 | 55 |
| MS | 17 | 0 | 7 | 24 |
| MT | 16 | 0 | 8 | 24 |
| PA | 23 | 0 | 13 | 36 |
| PB | 15 | 0 | 2 | 17 |
| PE | 23 | 0 | 10 | 33 |
| PI | 16 | 0 | 9 | 25 |
| PR | 22 | 1 | 7 | 30 |
| RJ | 31 | 1 | 32 | 64 |
| RN | 16 | 0 | 6 | 22 |
| RO | 17 | 0 | 3 | 20 |
| RR | 7 | 0 | 0 | 7 |
| RS | 26 | 0 | 9 | 35 |
| SC | 20 | 1 | 8 | 29 |
| SE | 16 | 0 | 2 | 18 |
| SP | 40 | 6 | 25 | 71 |
| TO | 13 | 0 | 2 | 15 |
| BR* | 40 | 59 | 86 | 185 |
| NI** | 1 | 19 | 67 | 87 |
| América Latina | | 12 | | 12 |
| América do Norte | | 2 | | 2 |
| África | | 1 | | 1 |
| Europa | | 1 | | 1 |
| TOTAL | 569 | 108 | 441 | 1118 |

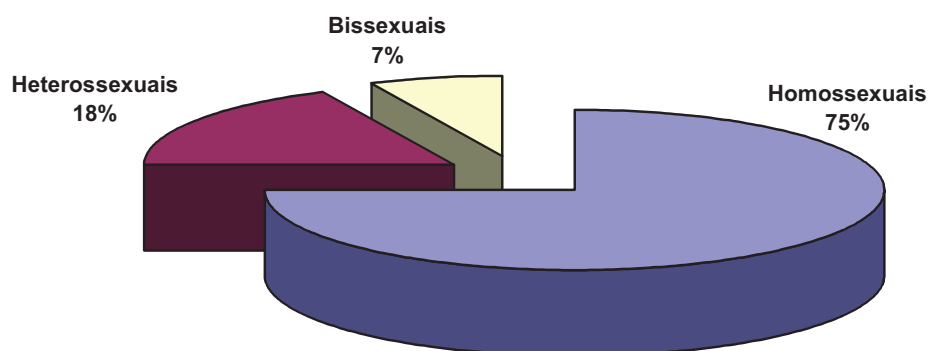
I – Participantes quanto à identidade de gênero e orientação sexual

O gráfico abaixo mostra o percentual de participantes em relação ao sexo e identidade de gênero. Assim, no universo de 1.118 participantes, 1.018 eram GLBT, sendo 28% lésbicas, 51% gays, 13% Travestis, 2% transexuais masculinos, 6% transexuais femininas, revelando a predominância da participação dos gays no evento. Quanto à identidade de gênero, 7% bissexuais, 18% Heterossexuais e 75% homossexuais.

GLBT quanto à Identidade de Gênero²



Participantes quanto à Orientação Sexual³



² Conforme informação prestada no ato do cadastramento no sistema DATASUS.

³ Conforme informação prestada no ato do cadastramento no sistema DATASUS.

II – Participantes por grupo de trabalho⁴

Os gráficos, no formato de barras, mostram a constituição dos Grupos de Trabalho, tomando como parâmetro o quantitativo de cada GT, onde observamos 685 participantes distribuídos entre Delegado(a)s da Sociedade Civil, Delegado(a)s do Poder Público (nas três esferas), Observadore(a)s, Convidado(a)s Nacionais e Convidado(a)s Internacionais, de acordo com a opção no ato do credenciamento.

Também apresentamos, nos gráficos em formato de pizza, essa composição de acordo com as Unidades da Federação (UF). Nesses gráficos, incluímos também o(a)s Delegado(a), Convidado(a)s, e Observadore(a)s do Poder Público Federal, identificados, na legenda pela sigla BR e o(a)s participantes cuja origem não está identificada no DATASUS, identificado(a)s na legenda pela sigla NI (Não Identificada). A não identificação, nesse caso, deve-se a dois fatores: 1 – Participante de origem estrangeira; 2 – Participante cadastrado no ato do credenciamento.

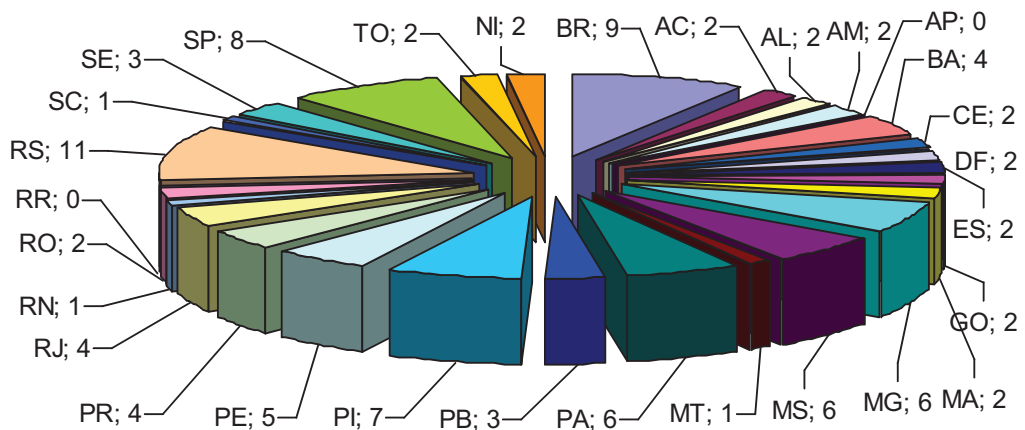
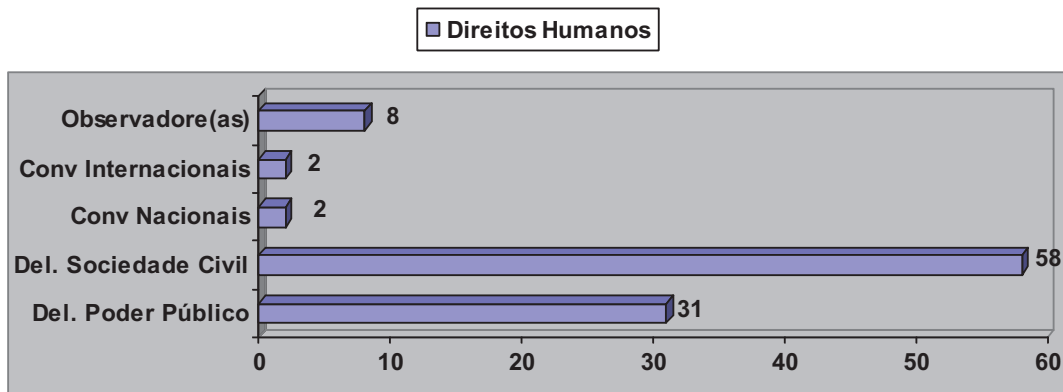
O sistema DATASUS do Ministério da Saúde foi a base de dados para esse levantamento.

⁴ Conforme informação prestada no ato do cadastramento no sistema DATASUS.

Dessa forma, a composição dos Grupos de Trabalho ficou assim constituída:

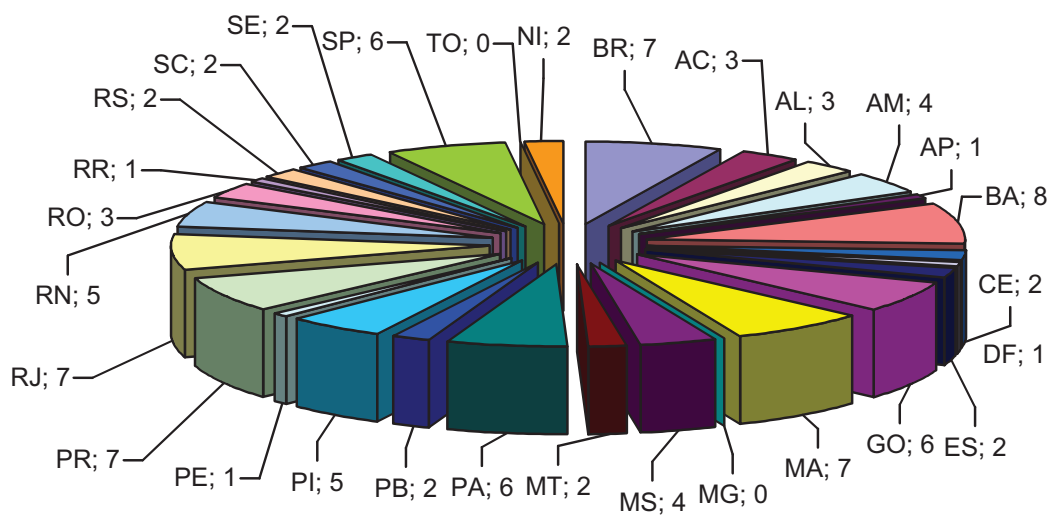
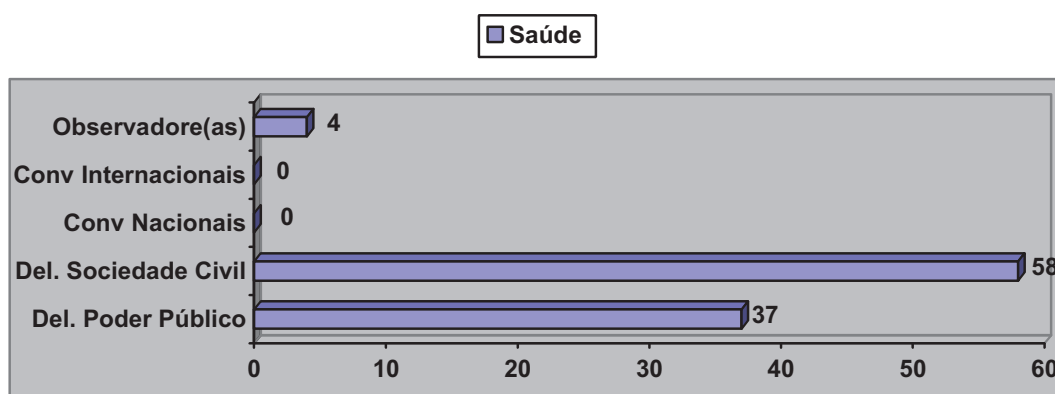
DIREITOS HUMANOS

Constituído por 101 participantes, este grupo de trabalho chegou à Plenária final com 73 (setenta e três) propostas aprovadas.



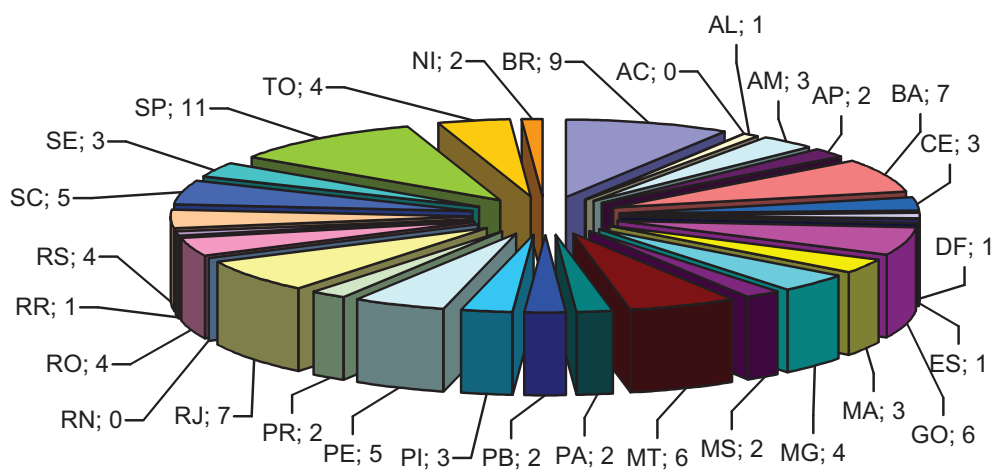
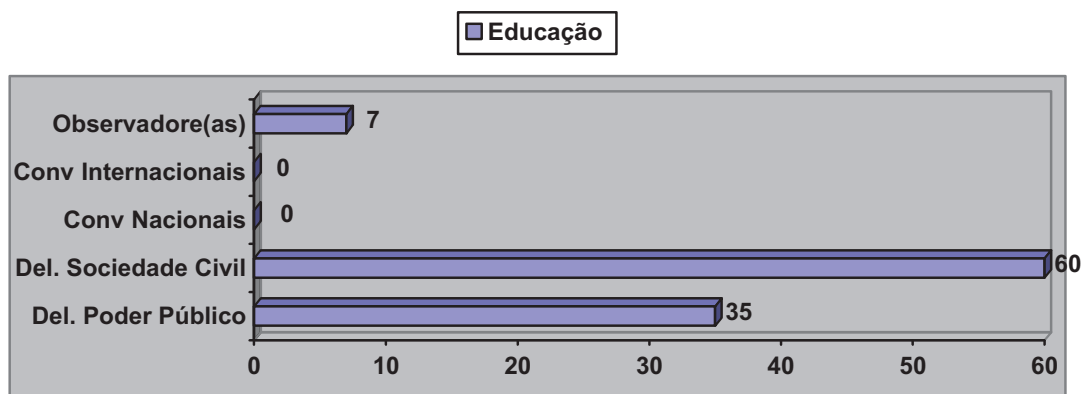
SAÚDE

Constituído por 101 participantes, este grupo de trabalho chegou à Plenária final com 167 (sento e sessenta e sete) propostas aprovadas.



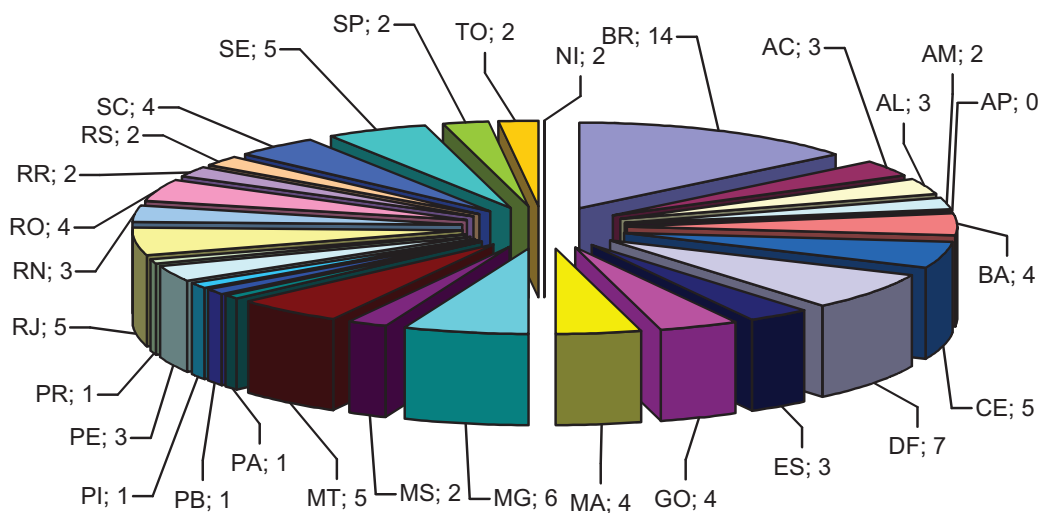
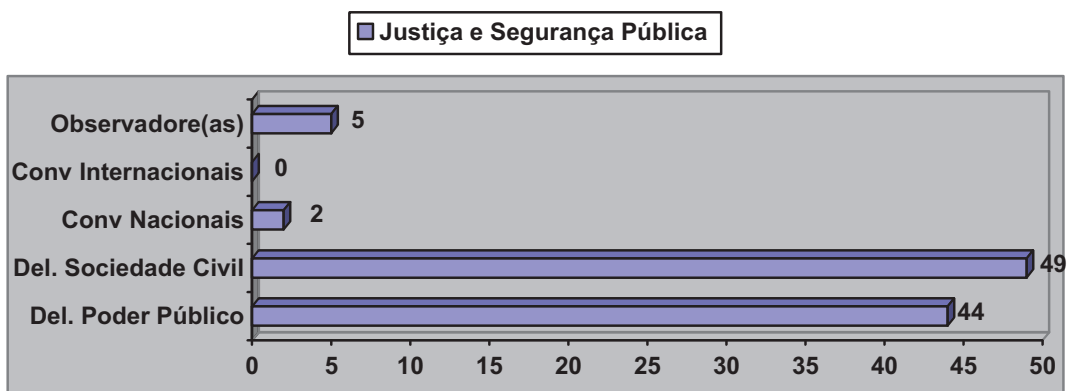
EDUCAÇÃO

Constituído por 102 participantes, este grupo de trabalho chegou à Plenária final com 60 (sessenta) propostas aprovadas.



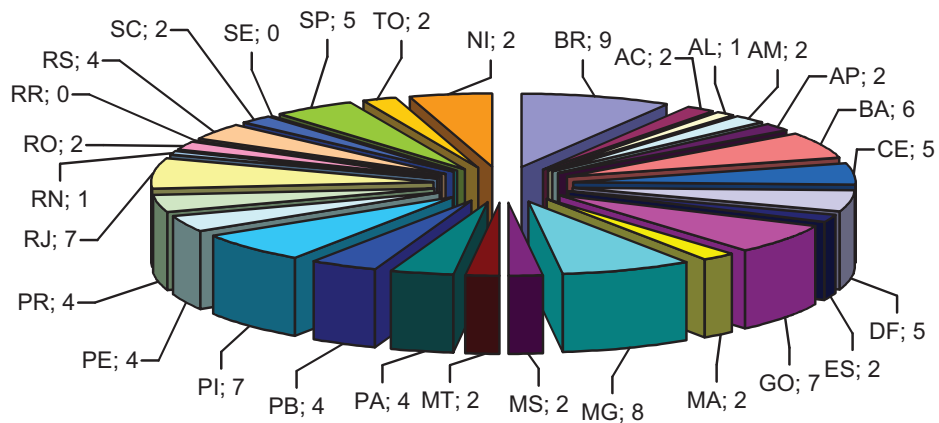
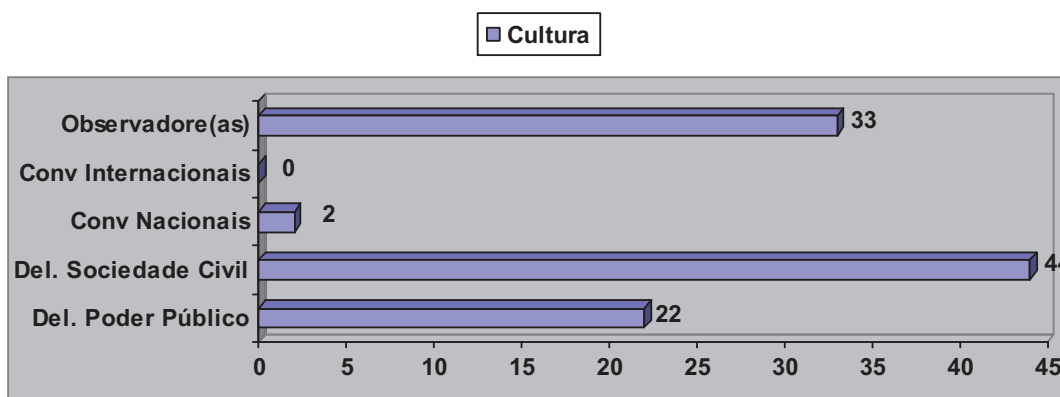
JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Constituído por 100 participantes, este grupo de trabalho chegou à Plenária final com 86 (oitenta e seis) propostas aprovadas.



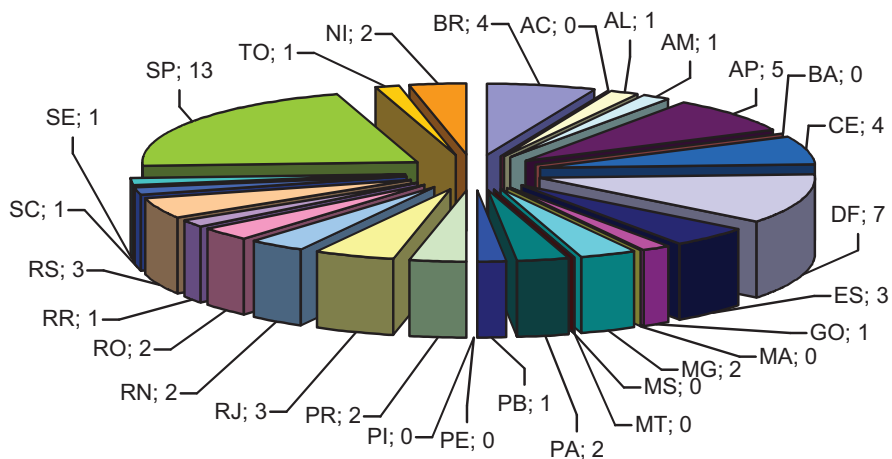
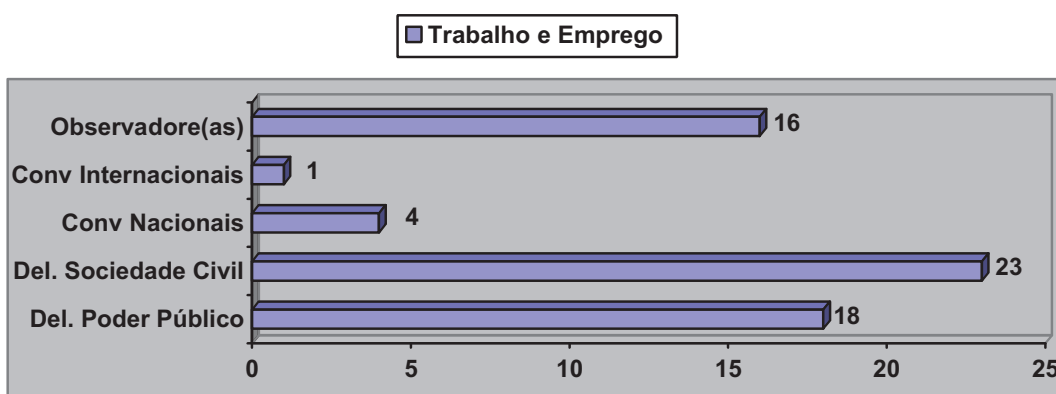
CULTURA

Constituído por 101 participantes, este grupo de trabalho chegou à Plenária final com 35 (trinta e cinco) propostas aprovadas.



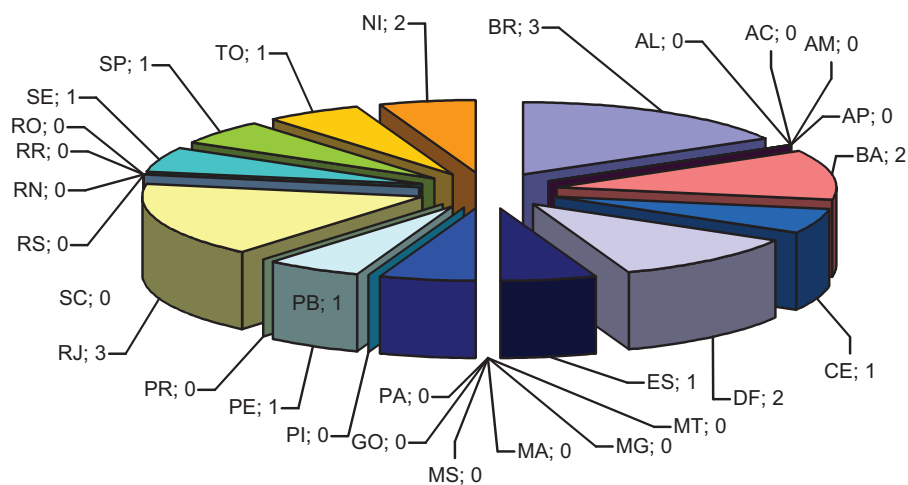
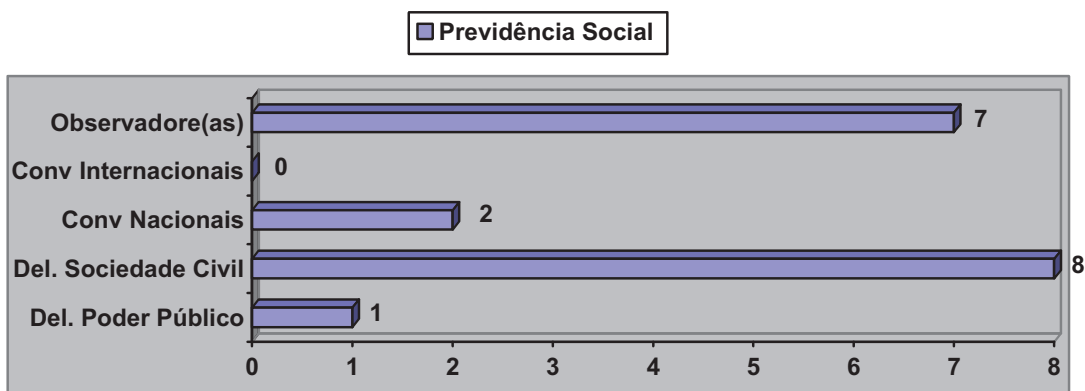
TRABALHO E EMPREGO

Constituído por 62 participantes, este grupo de trabalho chegou à Plenária final com 37 (trinta e sete) propostas aprovadas.



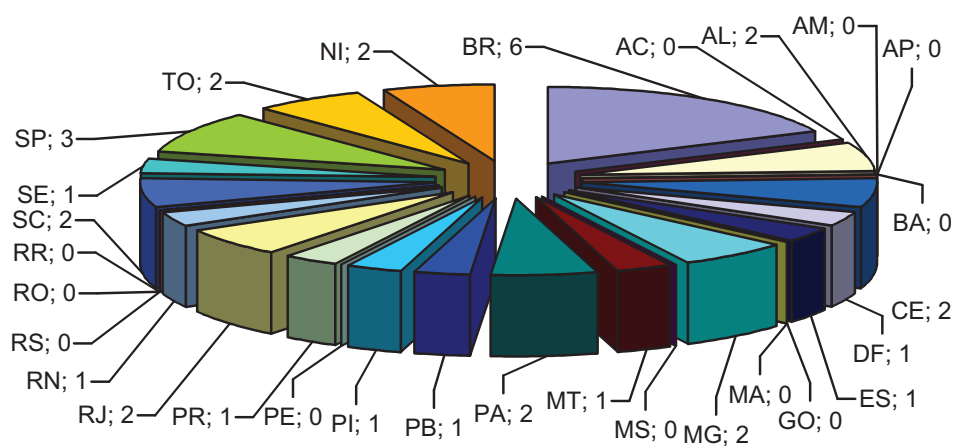
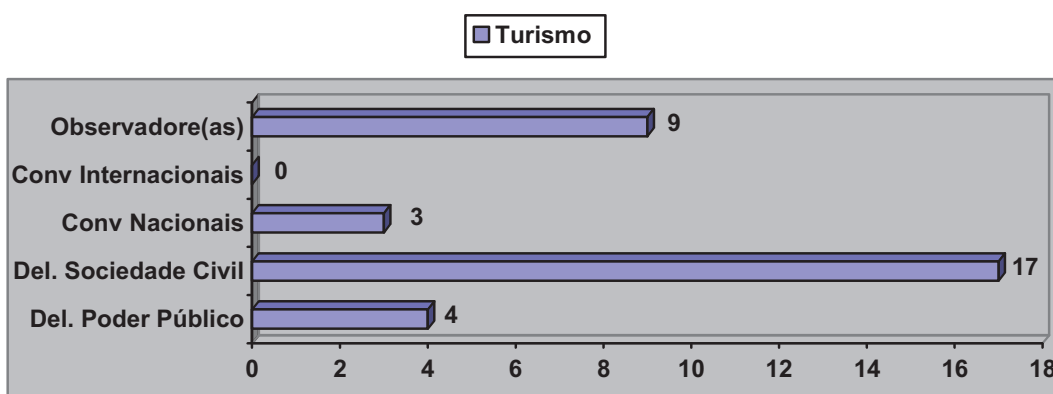
PREVIDÊNCIA SOCIAL

Constituído por 18 participantes, este grupo de trabalho chegou à Plenária final com 15 (quinze) propostas aprovadas.



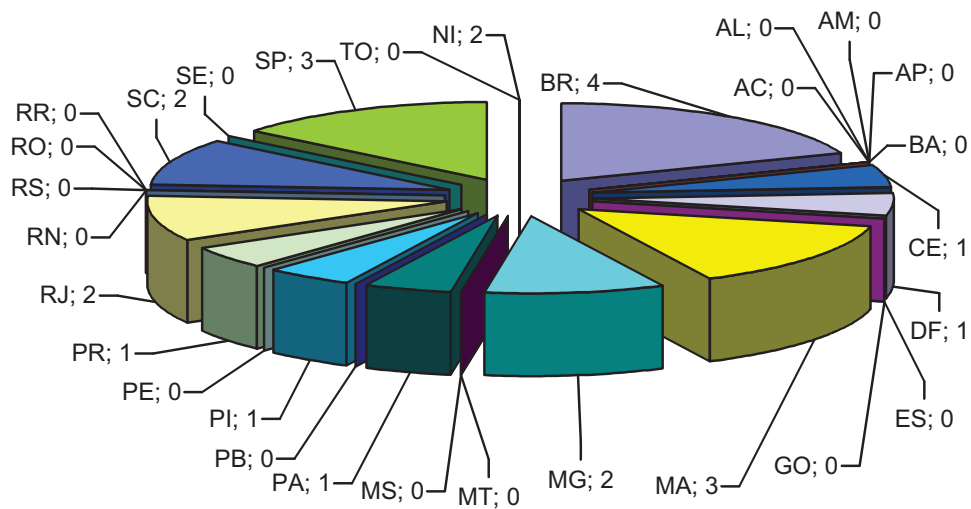
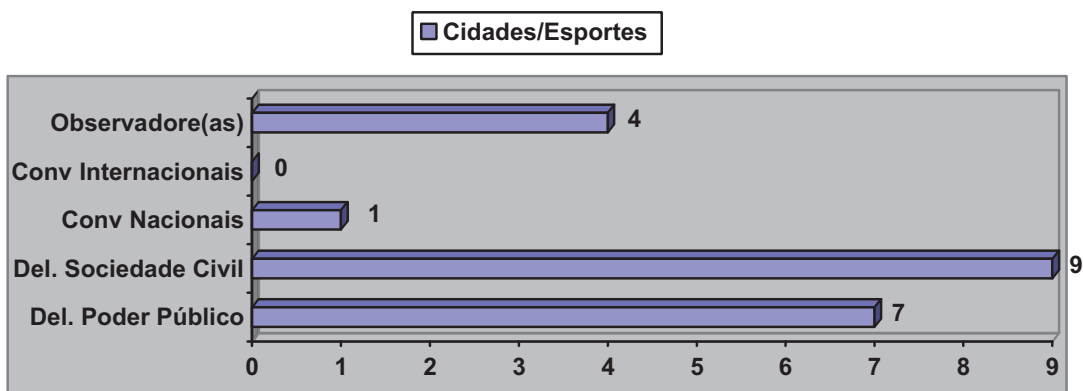
TURISMO

Constituído por 33 participantes, este grupo de trabalho chegou à Plenária final com 23 (vinte e três) propostas aprovadas.



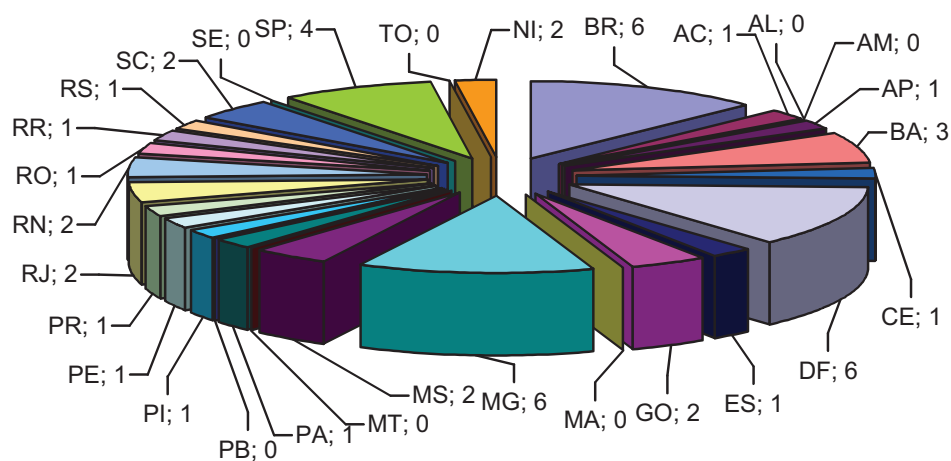
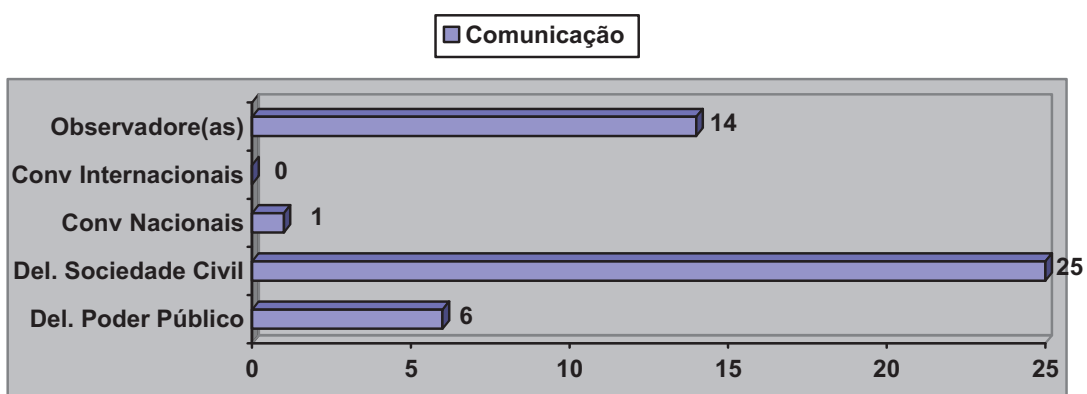
CIDADES E ESPORTES

Constituído por 21 participantes, este grupo de trabalho chegou à Plenária final com 51 (cinquenta e uma) propostas aprovadas.



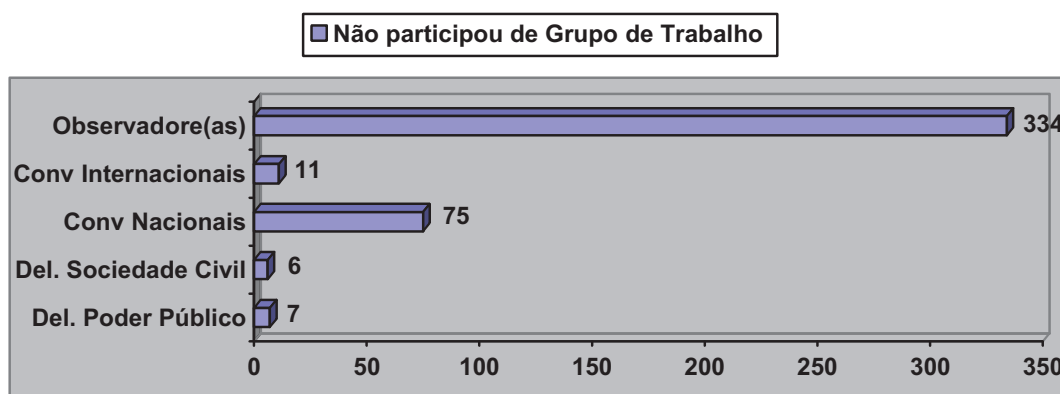
COMUNICAÇÃO

Constituído por 46 participantes, este grupo de trabalho chegou à Plenária final com 12 (doze) propostas aprovadas.



III – Participantes não inscritos em Grupos de Trabalho⁵

O gráfico abaixo mostra o quantitativo de pessoas que não se inscreveram para os Grupos de Trabalho, onde observamos 433 participantes distribuídos entre Delegado(a)s da Sociedade Civil, Delegado(a)s do Poder Público (nas três esferas), Observadore(a)s, Convidado(a)s Nacionais e Convidado(a)s Internacionais, de acordo com a opção no ato do credenciamento. O sistema DATASUS do Ministério da Saúde foi a base de dados para esse levantamento.



⁵ Conforme informação prestada no ato do cadastramento no sistema DATASUS.